



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

A ATUAL CRISE SOCIAL E OS JOVENS DA REGIÃO METROPOLITANA
DE SÃO PAULO: DESEMPREGO, VIOLÊNCIA E HIP HOP

Marília Patelli Juliani de Souza Lima

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico – área de concentração: Economia Social e do Trabalho, sob a orientação do Prof. Dr. Waldir José de Quadros.

*Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendida por **Marília Patelli Juliani de Souza Lima** em 18/12/2006 e orientada pelo Prof. Dr. Waldir José de Quadros.*

CPG, 18 / 12 / 2006

Campinas, 2006

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
do Instituto de Economia/UNICAMP**

L628a

Lima, Marília Patelli Juliani de Souza.

A atual crise social e os jovens da Região Metropolitana de São Paulo: desemprego, violência e hip hop / Marília Patelli Juliani de Souza Lima. - Campinas, SP: [s.n.], 2006.

Orientador : Waldir José de Quadros.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Classes sociais. 2. Juventude. 3. Desemprego. 4. Violência. 5. Hip-hop - Cultura popular jovem. 6. São Paulo, Região metropolitana de. I. Quadros, Waldir José de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

07-004-BIE

Título em Inglês: The current social crisis and the youth in the São Paulo metropolitan area: unemployment, violence and hip hop.

Keywords: Social class, Youth, Unemployment, Violence, Hip Hop, São Paulo metropolitan area.

Área de concentração: Economia social e do trabalho.

Titulação: Mestre em Desenvolvimento Econômico.

Banca examinadora: Prof. Dr. Waldir José de Quadros.

Prof. Dra. Alba Maria Zaluar.

Profª. Dr. Eduardo Fagnani.

Data da defesa: 18/12/2006.

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico.

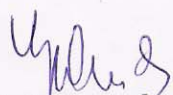
Dissertação de Mestrado

Aluna: MARILIA PATELLI JULIANI DE SOUZA LIMA

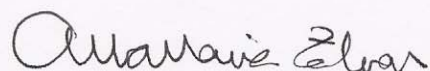
**“A Atual Crise Social e os Jovens da Região Metropolitana de São Paulo:
Desemprego, Violência e Hip Hop”**

Defendida em 18 / 12 / 2006

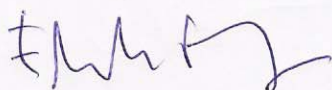
COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. WALDIR JOSÉ DE QUADROS
Orientador – IE / UNICAMP



Profa. Dra. ALBA MARIA ZALUAR
Universidade do Estado do Rio de Janeiro



Prof. Dr. EDUARDO FAGNANI
IE / UNICAMP

DEDICATÓRIA

*Dedico este meu trabalho
a Duylia Patelli Juliani,
minha avó.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, José Augusto e Maria, e as minhas irmãs, Mariana e Renata, pela paciência e pelo apoio;

Ao professor Waldir Quadros, pela orientação e pelo entusiasmo com o qual trata o debate acadêmico;

Aos professores e colegas do Cesit, especialmente à Alice, à Carol, ao Gori, à Josiane, ao Vinícius;

À Carolina de Londrina, ao Cevão, ao Felipe, ao Leandro e à Luisa;

E à Cida e ao Alberto, pela atenção durante todos estes anos de Instituto de Economia.

“A história do homem se faz, em todos os tempos, da sucessão de momentos, mais ou menos longos, de obscuridade e cegueira, e de momentos de luminosidade, onde a recuperação da consciência restaura o ser humano na dignidade de viver, que também é busca e escolha de caminhos, visão resplandecente do futuro, e não apenas prisão do cotidiano vivido como preconceito (...) num presente subalternizado pela lógica instrumental”

Milton Santos

SUMÁRIO

Resumo	xix
Abstract.....	xxi
Introdução.....	1
Capítulo 1: A Crise Econômica e a Questão Social nos Anos 90	5
1.1. A Política Macroeconômica inaugurada com o Plano Real	8
1.2. Algumas Observações sobre o Mercado de Trabalho Brasileiro.....	16
1.3. As Políticas Sociais e a Crise Social	18
Capítulo 2: Mercado de Trabalho Juvenil – Um Panorama da RMSP	23
2.1. Desemprego e Inatividade.....	23
2.2. Caracterizando as Ocupações Juvenis.....	29
2.2.1. Rendimentos Médios Individuais	35
2.3. A Metodologia de Quadros	36
2.3.1 A Desigualdade pelo setor de Comércio: Alguns Resultados da Metodologia....	38
2.3.2. A Cor e o Gênero em um Quadro Ocupacional Desigual	40
2.3.3. A Escolaridade e o Mercado de Trabalho.....	45
2.4. A Qualidade Educação Básica e o Mercado de Trabalho	52
2.4.1. Algumas Considerações sobre a Dinâmica Interna das Escolas Públicas	58
2.4.2. A Necessidade de Conciliar Escola e Trabalho	62
Capítulo 3: A Violência e a Criminalidade Urbana.....	65
3.1. A Mortalidade Violenta Juvenil.....	71
3.2. O Crime Organizado: a Consolidação do Tráfico de Drogas e de Armas	77
3.3. A Relação do Contexto Socioeconômico com a Criminalidade Urbana Violenta ..	82
3.4. Os Limites do Sistema de Justiça Criminal	94
3.4.1. A questão dos Recursos Públicos	95
3.4.2. A Atuação Policial.....	97

3.4.3. Os Problemas na Condução do Processo Judicial Criminal	104
3.4.4. O sistema prisional	108
Capítulo 4: A Desigualdade Urbana.....	115
4.1. As Forças de Mercado e as Decisões Ordem Pública no Desenho da “Cidade Legal” e da “Cidade Ilegal”	121
4.2. A Distribuição dos Equipamentos Culturais como Exemplo	125
4.3. “O Lado de Cá da Ponte”: Desigualdades sociais, violências e a região metropolitana	129
4.3.1. Os Quatro Bairros.....	133
Capítulo 5: O Movimento Hip Hop	143
5.1. As origens do Movimento Hip Hop	149
5.1.1. O rap	154
5.1.2. O break	155
5.1.3. O grafite.....	156
5.2. B. boys, DJs, Rappers e Grafiteiros interagindo em São Paulo	158
5.2.1. Os Bailes Black	161
5.2.2. A Fala dos “Manos” – o Rap	164
5.2.3. O Hip Hop, a Mídia e a Indústria Fonográfica	167
5.2.4. O Hip Hop e o Poder Público	172
Algumas considerações finais.....	177
Referências Bibliográficas	181

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1. Taxas de crescimento real (%) anual do PIB e do PIB <i>per capita</i> – Brasil 1990- 2004.....	13
Tabela 2.1.. Distribuição dos Ocupados por Faixa Etária – RMSP 1989, 1992, 1999.....	24
Tabela 2.2. Distribuição Proporcional dos Jovens Brasileiros por Atividade e Frequência à Escola, segundo Grupos de Idade. Brasil, 1982 e 2002.....	27
Tabela 2.3. Taxas de Participação por Faixa Etária para o Total da PEA –RMSP , 1989, 1992, 1999.....	28
Tabela 2.4. População entre 15 a 17 anos – RMSP, 1982, 1990, 2002	28
Tabela 2.5. População entre 18 e 24 anos – RMSP, 1982, 1990, 2002	29
Tabela 2.6. População de 15 a 24 anos Ocupada por Setor de Atividade. RMSP, 1981, 1990, 1995 e 2002	30
Tabela 2.7. Proporção de Jovens Ocupados em Cada Setor de Atividade por sexo - RMSP, 1992 e 1999.....	31
Tabela 2.8. Distribuição dos Jovens e Não Jovens Ocupados, segundo Setor de Atividade e sexo - RMSP, 1992 e 1999	33
Tabela 2.9. Empregados entre 15 e 17 anos, por carteira de trabalho assinada – RMSP, 2002.....	34
Tabela 2.10. Empregados entre 18 e 24 anos, por carteira de trabalho assinada – RMSP, 2002.....	34
Tabela 2.11. Estrutura Ocupacional Juvenil – Comércio – RMSP	38
Tabela 2.12. Nível ínfimo – Oportunidades Ocupacionais – Comércio.....	40
Tabela 2.13. População de 15 a 24 anos – RMSP, 2002	41
Tabela 2.14. Total de Jovens Ocupados – RMSP, 1990 e 2002	43
Tabela 2.15. Rendimentos Reais dos Jovens Ocupados – RMSP, 1990 e 2002	43
Tabela 2.16. População Total Ocupada por Níveis de Escolaridade na RMSP	45

Tabela 2.17.	População Jovem Ocupada por Níveis de Escolaridade na RMSP ..	45
Tabela 2.18.	Evolução da Estrutura Ocupacional – Jovens Ocupados, RMSP, 2002	48
Tabela 2.19.	Nível Fundamental – Jovens Ocupados, RMSP, 2002	50
Tabela 2.20.	Nível Médio – Jovens Ocupados, RMSP, 2002	50
Tabela 2.21.	Nível Superior – Jovens Ocupados. RMSP, 2002.....	51
Tabela 2.22.	População infantil e jovem que não frequenta creche ou escola, por cor ou raça. Brasil, 2000 (em %).....	58
Tabela 3.1.	Mortalidade de Jovens de 15 a 24 anos de idade, segundo cor/raça. Brasil, Grandes Regiões	75
Tabela 3.2.	Despesa da União com Defesa Nacional e Segurança Pública (R\$)*	96
Tabela 3.3.	População Carcerária e o Número de Funcionários nos Presídios, ESP	109
Tabela 5.1.	Taxa de Mortalidade por Homicídio (100 mil habitantes)	134
Tabela 5.2.	Renda	137
Tabela 5.3.	Escolaridade do Chefe de Família	138
Tabela 5.4.	Distribuição por Faixa Etária	138

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1.	Incremento do Número de Jovens de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos RMSP	26
Gráfico 2.2.	Evolução da Participação Juvenil na Indústria de Transformação e no Comércio (%) – RMSP, 1981, 1990, 1995, 2002	31
Gráfico 3.1.	Taxas de óbito por Homicídio na População Jovem e Não-Jovem. – RMSP, 1993 – 2003	74
Gráfico 3.2.	Número de Homicídios segundo Sexo e Grupos Populacionais – RMSP, 2003	75

LISTA DE MAPAS

Mapa 4.1.	Município de São Paulo – Evolução da População residente, segundo os distritos 1980/1991	115
Mapa 4.2.	Distribuição dos Chefes de Domicílio que recebem Menos do que Três Salários Mínimos – RMSP	121
Mapa 4.3.	Distribuição dos Adolescentes de 10 a 19 anos na Cidade de São Paulo.....	126
Mapa 4.4.	Concentração dos Equipamentos de Lazer na RMSP	127

RESUMO

Este trabalho se propôs traçar um panorama do crítico contexto social do Brasil a partir da realidade da população jovem moradora da região metropolitana de São Paulo (RMSP). Mais especificamente, desenvolver - sob a ótica das consequências socioeconômicas da crise do Estado brasileiro e da política macroeconômica adotada - aspectos importantes da realidade de uma população juvenil oriunda da massa trabalhadora urbana, que reside na periferia metropolitana, sem perspectiva de trabalho decente, sem estímulo para estudar e discriminada pela cor da pele e pela sua pobreza. A realidade de jovens que convivem com extremos de carências sociais básicas e o desejo de consumir os símbolos modernos da juventude; que nasceram e cresceram na periferia metropolitana de São Paulo, muitas vezes em contato com a violência cotidiana e tendo as drogas como possibilidade de fuga e, eventualmente, de ganhos monetários rápidos.

Assim, partimos da abordagem do modelo de desenvolvimento econômico extremamente excludente inaugurado na década de 1990, destacando a crise do Estado brasileiro e o papel da política macroeconômica como pontos determinantes para o quadro de brutal regressividade social que atualmente se observa. Neste contexto, a gravidade e a profundidade desta complexa crise social são explicitadas pela análise sobre a situação do mercado de trabalho juvenil, juntamente com a análise qualitativa sobre o sistema educacional básico e sobre importantes discussões imbricadas à questão da violência urbana na região metropolitana de São Paulo.

A proposta de incluir o movimento Hip Hop neste trabalho veio justamente do desejo de trazer à tona a visão dos jovens que cotidianamente vivem essa crise social. Um movimento cultural que põe em evidência questões fundamentais sobre as tensões e as contradições do cenário público urbano da RMSP. O Hip Hop testemunha a violência social sofrida pelos jovens moradores de favelas e periferias. Narra a violência dos estereótipos que lhes são imputados, narra a violência policial, as péssimas ocupações, o desemprego, a desestruturação familiar, etc., elaborando uma verdadeira radiografia da problemática social

realizada pelos próprios protagonistas. Este movimento, nascido nas ruas de Nova York e absorvido pelos jovens moradores da periferia da RMSP ainda nos anos 80, através de suas expressões artísticas, também constrói possibilidades e perspectivas positivas de vida para muitos jovens. E ao denunciar e criticar a crise social, traz a tona novos elementos para o debate acadêmico e um ponto de vista positivo para a proposta, mais que atual, de se repensar o Brasil.

ABSTRACT

The proposal of this work is to trace a panorama of the Brazilian critical social context from the reality of the young population of Sao Paulo metropolitan area (SPMA). More specifically, to develop - under the optics of the social economics consequences of the crisis of the Brazilian State and the adopted macroeconomic politics - important aspects of the reality of a deriving youthful population of the working urban mass population, that lives in the outskirts of SPMA, without perspective of decent job and no stimulation to study being discriminated because of the skin color and their poverty. The reality that supports extremities of basic social lacks and the desire to consume the modern symbols of youth, that had been born and grown in the periphery of SPMA, many times in contact with the daily violence and having the drugs as possibility of escaping and, eventually, fast monetary profits.

Thus, we start from the approach of the economic development model extremely unequal inaugurated in the early 90's, outstanding the Brazilian State crisis and the role of the macroeconomic politics as determinative points for the view of the brutal social crisis that currently is observed. In this context, the gravity and the depth of this complex social crisis are explicit by the analysis on the situation of the youth labor market, along with the qualitative analysis on the basics educational system and important aspects related to the violence in the urban scene of SPMA.

The proposal to include the Hip Hop movement in this work came from the desire to bring out the point of view of the youth that daily lives this social crisis. A cultural movement that puts in evidence important questions of the tensions and contradictions of the urban public scene of the SPMA. The Hip Hop testifies the social violence suffered by the young inhabitants from slum and peripheries. It tells the violence of the stereotypes that have been imputed to them, tells the police violence, bad working conditions, the unemployment, the broken families, etc., elaborating a relevant x-ray of the social problematic made by its on protagonists. This movement, born in the streets of New York and absorbed by the young

inhabitants of the periphery of the SPMA still in the 80's, through its artistic expressions, also constructs possibilities and positive perspectives of life for many young people. And while denouncing and criticizing the social crisis, brings out new elements for the academic debate and a positive point of view for a more current proposal to rethink Brazil.

INTRODUÇÃO

Ao contrário dos estudiosos que acreditam que a questão social brasileira está sendo relativamente equacionada, acreditamos que vivemos uma verdadeira crise social, cujas manifestações podem atualmente ser observadas não apenas no mundo do trabalho, mas também na vida política, no sistema educacional, no quadro de violência urbana que atinge particularmente a população juvenil.

Trata-se de uma crise social imersa em um processo mais amplo de transformações no mundo do trabalho, de fragmentação das organizações vicinais e familiares, de difusão de padrões de consumo e de comportamentos sociais. Um processo inerente à própria dinâmica capitalista globalizada que se fez sentir em um país onde o peso da herança das desigualdades histórico-estruturais era forte, e que não só foi acentuado pelo modelo de desenvolvimento econômico inaugurado nos anos 90, como a pobreza e a desigualdade socioeconômica adquiriram novos contornos. Não nos deteremos na análise da crise do capitalismo global nem mesmo no papel aprofundado das raízes e determinações histórico-estruturais da pobreza e da desigualdade do país. Ficaremos circunscritos aos desdobramentos mais recentes e visíveis de questões que afetam – diretamente – a realidade dos jovens moradores da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

Mais especificamente uma população juvenil oriunda da massa trabalhadora urbana que reside na periferia metropolitana, sem perspectiva de trabalho decente, sem estímulo para estudar, discriminada pela cor da pele e pela sua pobreza. São jovens que convivem com extremos de carências básicas e o desejo de consumir os símbolos modernos da juventude¹; que nasceram e

¹ O termo juventude refere-se a um segmento social definido culturalmente, que não se apresenta de maneira homogênea em função das diferentes condições sociais, econômicas, culturais, de gênero e de regiões geográficas dos jovens. É justamente esta heterogeneidade de realidades e a diversidade dos modos de “ser jovem” que permite a utilização do termo “juventudes”. Contudo, todas estas “juventudes” têm algo em comum, independente da condição socioeconômica, que é o cultivo de uma identidade jovem, em grande parte, por força e insistência da mídia, onde “ser jovem é mais do que pertencer a uma faixa etária específica, é viver um “estilo de vida” amplamente valorizado na sociedade” (Madeira e Rodrigues, 1998, p. 454). Kehl (2004) aponta

cresceram na periferia metropolitana de São Paulo, muitas vezes em contato com a violência cotidiana e tendo as drogas como possibilidade de fuga e, eventualmente, de ganhos monetários rápidos.

Se a delinquência, o uso de entorpecentes lícitos e ilícitos, a gravidez precoce, a repetência escolar, a dificuldade de inserção do mercado de trabalho são problemas comuns a muitos jovens brasileiros, esses afetam de forma brutal aqueles que, despojados dos sistemas públicos de apoio de saúde, de educação, de trabalho, de segurança, de lazer, etc., estão sistematicamente expostos, vulneráveis à crise econômica e social em curso, cuja expressão mais cruel pode ser vista nos indicadores de criminalidade e de mortalidade.

Na abordagem dessa crise social juvenil acreditamos ser fundamental trazer à tona o testemunho dos jovens que a enfrentam cotidianamente, sintetizado no discurso do movimento Hip Hop. Trata-se de um movimento cultural nascido nos EUA que denomina o conjunto de quatro expressões artísticas – o DJ (disk-jócke), o MC (Mestre de Cerimônias), o grafite e a dança (o break) – e que foi incorporado pelos jovens pobres e negros moradores dos bairros periféricos da cidade de São Paulo ainda na década de 1980. Jovens descendentes da segunda geração de migrantes que, na década de 1990, passaram a experimentar novas formas de segregação sócio-espacial acompanhando a reestruturação econômica e a exacerbação da crise social do país.

O Hip Hop testemunha a violência social sofrida pelos jovens moradores de favelas e periferias. Narra a violência dos estereótipos que lhes são imputados, narra a violência policial, as péssimas ocupações, o desemprego, a desestruturação familiar, etc., elaborando uma verdadeira radiografia da problemática social realizada pelos próprios protagonistas. Uma expressão

que “poucos são aqueles capazes de consumir todos os produtos que se oferecem ao adolescente contemporâneo – mas a *imagem* do adolescente consumidor, difundida pela publicidade e pela televisão, oferece-se à identificação de todas as classes sociais. Assim, a cultura da sensualidade adolescente, da busca de prazeres e novas “sensações”, do desfrute do corpo, da liberdade, inclui todos os adolescentes. Do filhinho-de-papai ao morador de rua, do jovem subempregado que vive na favela ao estudante universitário do Morumbi (ou Leblon), do traficante à patricinha, todos os adolescentes se identificam com o ideal publicitário do(a) jovem hedonista, belo(a), livre, sensual” (Kehl, 2004, p. 93).

cultural, especialmente através do rap, sua expressão musical, que põe em evidência questões fundamentais sobre as tensões e contradições do cenário público urbano da RMSP.

Com inspiração no universo cantado pelos rappers, jovens moradores da periferia metropolitana de São Paulo, os temas tratados ao longo dos próximos cinco capítulos foram desenvolvidos sob a ótica da crise do Estado brasileiro, acentuada pelo modelo de desenvolvimento econômico vigente. Um movimento cultural onde a presença de jovens do sexo masculino e negros é acentuada, justificando, em grande medida, o direcionamento tomado por este trabalho, que não abordará, por exemplo, a questão da gravidez precoce², também uma importante questão no cenário de crise social juvenil atual.

No **Capítulo 1** abordaremos o contexto socioeconômico a partir da década de 1990. Mais especificamente como a vigência das políticas macroeconômicas ortodoxas centradas no ajuste fiscal do setor público a fim de se alcançar o objetivo máximo - a estabilidade monetária interna - foi determinante para a conformação da atual crise econômica e social. Abordaremos também que além da valorização da esfera financeira em detrimento da produtiva e as baixas taxas de crescimento econômico, as questões sociais também passaram a ser tecnicamente lidas e “enfrentadas” sob a ótica da racionalização dos gastos sociais.

A realidade do mercado de trabalho juvenil será abordada no **Capítulo 2**, se colocando como o fio condutor de importantes aspectos desta crise social. Uma

² A complexidade da questão da gravidez adolescente é tal que não só parece estar imbricada com as limitações de acesso ao lazer, à cultura, dos serviços de saúde, de educação e de oportunidades ocupacionais como, segundo Kehl (2004), parece também ser um sintoma de uma sociedade de “valores individualistas, em que o “futuro”, tão evocados pela publicidade na divulgação de cada novidade tecnológica, não passa da projeção dos mesmos ideais narcísicos, numa escala quase mortífera” (Kehl, 2004, p. 111). Kehl (2004) aponta que entre as jovens de classe média observa-se uma valorização da gravidez e a maternidade precoce. Jovens que “sem responsabilidade de manter e sustentar a criança ou a si mesmas, amparadas pelos pais, valorizadas e invejadas pelas amigas e, em certos casos, liberadas provisoriamente da obrigação de estudar e projetar um futuro profissional, as grávidas adolescentes ostentam suas barrigas como troféus” (Kehl, 2004, p. 108). Completando que mesmo entre as jovens adolescentes pobres “cuja vida certamente vai se tornar ainda mais difícil com o encargo de criar um bebê, a gravidez hoje parece carregar um significado positivo, e poucas se mostram dispostas a abrir mão de ter e criar o filho inesperado” (Kehl, 2004, p. 108).

juventude que se depara com um mercado de trabalho em crise em um contexto de baixo crescimento econômico, de carências sociais básicas e da quase inexistência da possibilidade de ascender socialmente pelo trabalho honesto e também pela educação. Este contexto socioeconômico desfavorável é muitas vezes apontado, por um discurso reducionista, como o único motivo para os elevados índices de criminalidade e de mortalidade juvenil. Assim, no **Capítulo 3**, abordaremos a violência e a criminalidade urbana, também a partir da realidade metropolitana de São Paulo, procurando enfatizar outros fatores que a alimentam, inerentes à crise do próprio Estado brasileiro. Se o crime organizado e a “vida de bandido” exercem alguma atratividade econômica sobre uma pequena parcela de muitos jovens sem nenhuma perspectiva de um futuro melhor, a complexidade da questão da criminalidade e da mortalidade juvenil exige a ampliação do leque de assuntos imbricados a esta questão, destacando a falência da atuação das agências de justiça e de segurança pública e o papel do território metropolitano esquecido pelo poder público nesta dinâmica.

No **Capítulo 4** veremos como alguns bairros de São Paulo que apresentam maior ocorrência de violência, são também os que mais se destacam negativamente nos levantamentos de saúde, renda, congestionamento habitacional, analfabetismo e baixa escolaridade. Se o desejo de desenvolver o quarto capítulo sobre a segregação urbana da RMSP, com a divisão de seu território acentuada entre condomínios fechados e bairros extremamente pobres, surgiu da dificuldade de dissociar o “território” das condições socioeconômicas e das violências que afligem os moradores das regiões periféricas, particularmente seus jovens, por outro lado este trabalho estaria incompleto se não fossem abordadas as transformações no perfil da região metropolitana de São Paulo nos anos 90, com destaque para a capital, fundamentais para se pensar e se falar em Hip Hop. É a periferia que é retratada pelo Hip Hop, foi nela que este movimento se consolidou e atualmente se dissemina. Assim sendo, em um **quinto capítulo**, abordaremos mais detidamente o movimento Hip Hop, suas origens, características e a sua importância social e política.

Capítulo 1

A Crise Econômica e a Questão Social nos Anos 90

O objetivo deste capítulo é traçar um panorama da economia brasileira nos últimos 26 anos, como pano de fundo para o desenvolvimento de aspectos relevantes que caracterizam a atual crise social juvenil. Sobre este intervalo de tempo, enfatizaremos as transformações socioeconômicas a partir da implantação do Plano Real quando um novo padrão de desenvolvimento econômico acentua a crise do Estado brasileiro, impondo uma nova dinâmica interna à esfera econômica e social. O ajuste macroeconômico empreendido a partir de então não só engendrou a fragilização das bases financeiras do Estado, como desestruturou suas bases institucionais e deteriorou sua capacidade de intervenção através das políticas públicas, particularmente as sociais.

O padrão de desenvolvimento vigente entre 1930 e 1980 promoveu um acelerado processo de industrialização, viabilizou anos de crescimento econômico intenso, incorporando assim uma lógica de integração social pela diversificação da estrutura ocupacional, com aumento das oportunidades de trabalho e de emprego formal. A mobilidade social engendrada foi capaz de amortecer as tensões sociais inerentes ao acelerado processo de modernização e de urbanização, em um período imerso em uma realidade mais ampla de ausência das garantias e dos direitos sociais para o conjunto da população e de disseminação da pobreza³, especialmente sob o regime militar, após o Golpe de 1964 (Henrique, 1999).

Se o Brasil já havia gerado desigualdade e exclusão nos 50 anos posteriores a Revolução de 1930 quando o ritmo de crescimento econômico e a

³ “A idéia de pobreza não pode estar referenciada a um mínimo de subsistência vital, mas sim aos direitos fundamentais do homem, aos direitos sociais, definidos é claro historicamente e portanto mutáveis. Isso quer dizer que a idéia de pobreza neste país que avançou brutalmente em seu desenvolvimento material nessas décadas não podia ser dissociada do trabalho digno, da vida digna na velhice, do acesso à saúde de qualidade, à educação ampliada de qualidade, à moradia com padrões adequados de infra-estrutura e de serviços públicos, à locomoção e ao transporte de massas de qualidade, à segurança e à justiça, aos bens culturais, e também a um padrão de consumo “essencial” – comer suficientemente, vestir-se decentemente, etc., preferencialmente produtos com controle de qualidade. Quiçá não podia ser dissociada também do sentido mais amplo de integração social, do direito à organização e à participação sociais” (Henrique, 1999, p. 100).

mobilidade social ainda eram intensos, na década de 1980 o país consolida esta constrangedora trajetória. Nos anos 80, em um cenário de incertezas estruturado pela crise fiscal-financeira do Estado, pela elevada instabilidade monetária e pelo baixo dinamismo econômico, agravado pelo comportamento da classe dominante que buscava impetuosamente proteger seu patrimônio e interesses, a capacidade de absorção do mercado de trabalho foi reduzida.

Houve a manutenção da estrutura do emprego industrial, o aumento da capacidade de absorção do setor terciário amparado no comércio, nas atividades sociais e administrativas do setor público e nos serviços voltados para o consumo de alta renda. Aos trabalhadores que não conseguiam adentrar no mercado de trabalho do setor público ou das grandes empresas, restava o emprego em pequenos empreendimentos junto às famílias e o trabalho autônomo, ambos concentrados no setor de serviços e envolvendo, crescentemente, menores rendimentos e a ausência do registro em carteira de trabalho (Henrique, 1999).

O baixo dinamismo econômico do período, a forte desvalorização salarial frente ao quadro inflacionário, os primeiros sinais de um mercado de trabalho mais fragilizado contribuíam, categoricamente, para o arrefecimento da mobilidade social no país. O mecanismo que até então gerava possibilidades de melhoria de acesso às condições mínimas de moradia, de educação, de saúde e cultura na desigual sociedade brasileira perdia o fôlego, pavimentando também a triste trajetória de empobrecimento da população e de agravamento das desigualdades sociais. Em 1981, “enquanto os 5% mais ricos apropriavam-se de 26,9% da renda, a metade mais pobre usufruía de apenas 18,8%, e a relação de renda média entre estes estratos era de 14:1. Em 1989, o contraste ficou ainda mais evidente: a apropriação dos 5% mais ricos elevou-se para 32,2 %, enquanto a dos 50% mais pobres resumiu-se a 14,3% com a relação de renda média entre eles evoluindo para 22:1”⁴.

Este quadro de piora das condições de bem-estar social se desenrolou em um período marcado pelas lutas a favor da expansão dos direitos sociais básicos,

⁴ Henrique, 1999, p. 146

que teve como símbolo máximo a Constituição de 1988, a chamada “Constituição Cidadã”. Esta trazia importantes inovações no campo das políticas sociais, buscando implementar um novo sistema de proteção social cujos principais traços eram “marcados pela descentralização, pela crítica ao padrão autoritário no tocante à centralização financeira, pelo reconhecimento da dívida social, pela consolidação do regime democrático, pela prioridade ao crescimento econômico sustentado, pelo aumento do salário real e melhor distribuição da riqueza e a renda e ainda pela redefinição do padrão regressivo de financiamento e ampliação dos impactos redistributivos”⁵.

Entretanto, este desejo de tornar a política social um elemento estratégico para a construção de uma sociedade mais justa foi, já no processo constituinte, imobilizado por uma convergência de fatores que envolviam a dinâmica econômica interna, a disposição em assimilar os novos paradigmas neoliberalizantes e os interesses dominantes das forças conservadoras que culminaram, ao final do processo eleitoral para presidente da República em 1989, na vitória de Collor. Esta conjuntura foi capaz de derrotar a nova tentativa de reforma progressista na trajetória do desenvolvimentismo brasileiro e impor, ao longo dos anos 90, um novo modelo de desenvolvimento conservador, guiado pelas curtas rédeas de uma política macroeconômica ortodoxa, buscando a inserção externa do país - em um momento de facilidade de acesso a crédito externo, de globalização das relações internacionais e busca conjunta para recuperação do dinamismo do comércio internacional – e a construção de um sistema industrial dinamicamente competitivo.

O Brasil, que apresentava uma trajetória inflacionária conturbada durante toda a década de 1980, pôs em prática com o Plano Real um programa de estabilização monetária ancorado no real forte, permitindo a recuperação da confiança na moeda nacional através da garantia de seu valor externo. Para tanto, seria adotado um regime cambial de conversibilidade limitada a uma taxa nominal fortemente valorizada para amparar a rápida desinflação. Os elaboradores do Real

⁵ Vasquez et al. 2004, p. 153

julgavam que o estabelecimento das regras cambiais rígidas e claras extinguiriam o risco de desvalorização cambial, melhorando, aos olhos dos investidores estrangeiros, a qualidade dos ativos e dos títulos da dívida nacional (Belluzzo e Almeida, 2002; Belluzzo e Coutinho, 1996).

No entanto, no ambiente de abertura financeira e de livre mobilidade de capitais, o estabelecimento de uma taxa de câmbio nominal valorizada exigia o acúmulo de um elevado nível de reservas que, por sua vez, estava atrelado não apenas à disponibilidade dos capitais externos, mas também à necessidade de manutenção das elevadas taxas de juros, já que a lógica especulativa do cálculo microeconômico dos investidores estrangeiros era expressa pela preferência absoluta por liquidez e na busca pelo retorno rápido dos investimentos. O que claramente parecia ser ignorado pelos elaboradores do Real era a hierarquia monetária e financeira norte-americana em relação aos demais países, que punha o Brasil, assim como todos os outros países detentores de moedas não-conversíveis em dólar, em uma situação particularmente periclitante, desvelada pelas sucessivas crises internacionais ao longo da década (Carneiro, 2002).

A repercussão destas medidas ortodoxas sobre a economia e a sociedade brasileira foi contundente. Os baixos níveis de crescimento econômico, a desestruturação industrial, a deterioração das condições de trabalho e de renda da população, o agravamento das desigualdades sociais, a reorientação regressiva das políticas sociais foram determinantes para a crise social que se acentuava neste período. Antes de avançarmos, desenvolveremos um breve histórico sobre o Plano Real.

1.1. A Política Macroeconômica inaugurada com o Plano Real

O ajuste fiscal e a abertura financeira e comercial atuaram como verdadeiros pilares de sustentação do Plano Real. Se em um primeiro momento viabilizaram o aumento das taxas de crescimento e do consumo, em um segundo momento, à medida que as sucessivas crises no sistema financeiro internacional se desenrolavam, a incompatibilidade entre a ortodoxia das políticas

macroeconômicas e a retomada do crescimento econômico sustentado se cristalizava.

O ajuste fiscal teve início no governo Collor, com a promoção de uma série de mudanças institucionais que viabilizaram a redução da dívida pública líquida total e mobiliária e também um elevado nível das reservas cambiais⁶. Em 1993, já com Fernando Henrique Cardoso como ministro da Fazenda, o ajuste teve continuidade com a redução dos gastos públicos, reconcentrando nas mãos da União, parte dos recursos que iriam para os estados e municípios, através da desvinculação de 20% das receitas orçamentárias destinadas à saúde, educação, aos benefícios previdenciários e aos programas de interesse econômico e social. (Carneiro, 2002; Tavares, 1997). Esta esterilização das despesas decorrentes da estabilização monetária foi empreendida pelo Programa de Ação Imediata (PAI) que foi substituído pelo Fundo Social de Emergência (FSE), posteriormente denominado Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), sendo atualmente denominado de Desvinculação das Receitas da União (DRU).

A abertura financeira incluiu o aumento da atuação de bancos estrangeiros no país e a privatização de parcela expressiva de bancos públicos estaduais, a liberalização dos movimentos de capitais com o exterior, a liberalização do marco regulatório dos investimentos diretos estrangeiros, que se concentraram na fusão e aquisição de empresas nacionais já existentes diante queda da reserva de mercado e do processo de privatizações. Na realidade, o programa de privatizações - especialmente nos setores de infra-estrutura, telecomunicações, energia elétrica -, sob o pretexto da melhoria dos serviços públicos e do aumento da produtividade das estruturas industriais, eliminou um dos principais elementos na coordenação e indução de crescimento da economia brasileira: a articulação entre os investimentos estatais e privados presente durante os principais ciclos de crescimento do país (Belluzzo e Almeida, 2002; Fiori, 2001).

Em um contexto de livre mobilidade de capitais e de abertura financeira, não restava muita liberdade à política monetária brasileira. As taxas de juros

⁶ As reservas cambiais eram de US\$ 8 bilhões em 1989, e alcançaram a cifra de US\$ 25 bilhões em 1993 (Belluzzo e Almeida, 2002).

mantinham-se em patamares altíssimos, prejudicando não apenas os investimentos produtivos no país, como também ampliavam os encargos da dívida pública.

O mais estarrecedor nesta nova dinâmica que buscava equilibrar o balanço de transações correntes pela entrada de capitais externos é a crença de que as novas condições de liquidez para os países em desenvolvimento seriam duradouras e, principalmente, a crença de que as elevadas taxas de juros de uma economia detentora de uma moeda não-conversível em dólar seriam suficientes para suplantar a lógica do cálculo microeconômico dos investidores e a hierarquia financeira/ monetária que condiciona os fluxos de investimento estrangeiro (Belluzzo e Almeida, 2002).

O câmbio valorizado até 1999 foi decisivo para o resultado negativo da balança comercial, que de um superávit de US\$ 13,3 bilhões de dólares em 1993 passou para um déficit de US\$ 6,6 bilhões em 1998. Concomitantemente, o crescimento das remessas de lucro, o pagamento de juros crescentes, o pagamento de amortizações e o aumento dos gastos com viagens internacionais tiveram um peso decisivo no déficit da balança de serviços, que em 1993 apresentava um superávit de aproximadamente US\$ 13 bilhões e, em 1998, apresentou um déficit de US\$ 23 bilhões⁷.

A estabilidade do Real de acordo com a orientação econômica adotada demandou a fragilização financeira do Estado, elevando os níveis da dívida pública e do desequilíbrio fiscal, em função das elevadas taxas de juros e da necessidade de manter o acúmulo de reservas. As elevadas taxas de juros atuavam como um mecanismo deflacionário da economia, desestimulando a produção e reduzindo o nível de emprego, induzindo assim a redução das receitas fiscais do Estado. Ao mesmo tempo, as taxas de juros exorbitantes eram também fonte da expansão vertiginosa do déficit público, engendrada pela venda dos títulos da dívida pública nos mercados financeiros e pela incidência dos juros

⁷ Dados extraídos de Cintra e Prates (s/d).

sobre o estoque da dívida⁸. As medidas fiscais austeras que se seguiam buscavam contra-arrestar esta trajetória ascendente do déficit público (Belluzzo e Almeida, 2002; Belluzzo e Carneiro, 2003; Biasoto Jr., 2003).

A volatilidade e a instabilidade implícitas à nova dinâmica internacional eram cristalizadas pela seqüência de crises do México (1995), da Ásia (1997), da Rússia (1998). O Brasil, na tentativa de “blindar” sua economia contra estes choques externos, adotava medidas de política econômica, cada vez mais restritivas ao crescimento econômico, elevando ainda mais as taxas de juros na tentativa de controlar a demanda doméstica, evitar a fuga de capitais externos e manter a taxa cambial valorizada (Carneiro, 2002; Tavares, 1997). Mas a ameaça de um ataque especulativo se manteve. Não tardou para que, em 1999, a pressão sobre as reservas de divisas aumentasse a tal ponto que o Banco Central se visse obrigado a desvalorizar o Real e a adotar o regime de câmbio flexível, substituindo a âncora cambial pela taxa de inflação (Carneiro, 2002).

Para os elaboradores do Plano Real, a construção de um sistema industrial dinamicamente competitivo deveria acompanhar, *pari passu*, a estabilização monetária e a estratégia de equilíbrio das contas públicas. O objetivo da abertura comercial era tanto o de forçar a modernização tecnológica da indústria brasileira, quanto o de impor limites ao reajuste interno de preços pela concorrência potencial das importações, sendo ensaiado ainda no governo Collor, mas que ganhou força com o Plano Real.

A abertura comercial ao alicerçar a elevação da importação de insumos, de bens de capital, de componentes e de bens finais tecnologicamente mais sofisticados e de maior valor agregado, não só desestimulou os investimentos produtivos como alterou a natureza da capacidade de produção existente. Desarticulou os macrossetores industriais e de infra-estrutura e também reduziu o encadeamento intra-setorial na própria indústria em razão do aumento da

⁸ No final de 1998, mesmo com o ajuste fiscal supervisionado pelo FMI, a dívida líquida total do setor público aumentou de 29% do PIB em 1994 para 37% em 1998 e em 2004 teve um crescimento muito mais expressivo, passando a representar 51,8% do PIB - dado que 50% da mesma era corrigida pela taxa de juros de curto prazo e 40% pela taxa de câmbio (Belluzzo e Carneiro, 2003; DIEESE, 2005).

participação das máquinas e equipamentos importados, justificando, em parte, as baixas taxas de investimento produtivo (Carneiro, 2002).

A perda de espaço dos setores mais dinâmicos tecnologicamente e detentores de maior valor agregado na estrutura industrial, em um contexto de ausência de política de comércio externo e industrial, e a contrapartida da especialização da produção interna em segmentos intensivos em mão-de-obra de baixa qualificação e/ou recursos naturais, resultou na concentração das exportações em produtos primários (*commodities* em grande medida). No contexto da desvalorização cambial de 1999, para tentar amenizar o déficit em transações correntes, a austeridade da política econômica era acentuada paralelamente a uma nova ênfase primário-exportadora da economia brasileira, iniciada no segundo mandato de FHC e levada a diante pelo governo Lula.

O crescimento sincronizado da economia mundial, os preços elevados das *commodities* no mercado internacional, com os preços-chaves da economia internacional em posições favoráveis – dólar depreciado e os juros baixos – com condições de relativa estabilidade da liquidez internacional conformaram, recentemente, um cenário especialmente favorável ao saldo comercial brasileiro (Prates, 2005).

Os bons resultados da balança comercial vêm desempenhando um papel importante na gestão macroeconômica do governo Lula⁹. Uma gestão que ao privilegiar o setor exportador como propulsor do crescimento econômico simultaneamente à manutenção da operação de políticas neoliberais de desenvolvimento econômico, perpetua a fragilidade dos “fundamentos” econômicos, evidenciada pelas crises econômicas ao longo dos mandatos de FHC. Mas a vulnerabilidade externa não é liquidada pela melhora do saldo comercial sustentado, em grande medida, pelas exportações de *commodities*. A capacidade de gerar divisas do setor exportador é limitada, uma vez que este depende fortemente do ciclo econômico internacional, ao passo que o valor agregado das exportações, por ser intensiva em recursos naturais e especializada

⁹ De um déficit de US\$ 1,3 bilhões em 1999 na Balança Comercial o país alcançou um superávit de US\$ 33,7 bilhões em 2004 (DIEESE, 2005).

em *commodities*, é baixo e susceptível a quedas bruscas. Vai além da necessidade de uma taxa de câmbio desvalorizada, vulnerável às estradas e saídas dos capitais externos. A vulnerabilidade do país responde pela dependência estrutural da economia nacional em relação à economia mundial - seja de financiamento, de tecnologia e de demanda - acumulada ao longo de décadas e acentuada de maneira brutal a partir dos anos 90 com a “commoditização” das exportações e o esgarçamento das cadeias produtivas.

A preservação da política monetária conservadora implica em uma carga crescente de juros do setor público, que comprime a estrutura de gastos públicos. Se na gestão de FHC os gastos públicos tiveram um crescimento médio anual de 1,66%, no governo Lula, em função da busca desenfreada por um vigoroso superávit primário, a taxa de “crescimento médio anual (foi) de 0,99%, ou seja, uma queda per capita dos gastos públicos da ordem de 0,5% em cada ano de governo”¹⁰. Mas, para tanto, houve uma significativa esterilização de recursos públicos sintetizada na transferência de recursos da política social e de infraestrutura a favor do pagamento de juros que, recentemente, representa quase 20% do orçamento público (Gonçalves, 2005).

Tabela 1.1. Taxas de crescimento real (%) anual do PIB e do PIB *per capita* – Brasil 1990- 2004

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total	-4,3	1	-0,5	4,9	5,9	4,2	2,7	3,3	0,1	0,8	4,4	1,3	1,9	0,5	5,2
Per capita	-7,8	-0,5	-2,2	3,3	4,2	2,6	1,1	1,7	-1,4	-0,7	2,8	-0,2	0,4	-0,9	3,7

Fonte: IBGE. Sistema de Contas Nacionais

Os números presentes na Tabela 1 sobre o crescimento anual do PIB brasileiro sintetizam parte do resultado econômico das políticas macroeconômicas adotadas, que imprimiram a semi-estagnação quase como uma marca registrada da economia brasileira (nestes 24 anos a taxa média de crescimento real do PIB foi de 2,1%). Os ajustes macroeconômicos e a postura de Estado mínimo do governo brasileiro (restringindo suas funções reguladoras e sua intermediação

¹⁰ Gonçalves, 2005, p. 17

nos conflitos de interesses entre capital e trabalho), foram fatores determinantes no processo de desindustrialização, atrofia e desnacionalização do setor produtivo observados.

O ambiente hostil às empresas nacionais explicitava a clara desvantagem da produção nacional frente à concorrência internacional, eliminando as empresas pouco competitivas e estimulando um movimento adaptativo das que sobreviviam à concorrência internacional assentado no processo de racionalização produtiva visando a redução dos custos microeconômicos, principalmente os custos com mão de obra, através de mudanças organizacionais com redução dos níveis hierárquicos e da reorganização da produção baseada na terceirização de parte do processo produtivo e de serviços de apoio (Mattoso, 1996).

Os efeitos da desestruturação produtiva em um contexto de baixo dinamismo econômico foi brutal na metrópole paulista - a região de maior concentração industrial do país, com destaque para a indústria de transformação¹¹ -, resultando na maior perda de postos de trabalho na década de 1990. Estruturava-se um mercado de trabalho incapaz de absorver a PEA, que ainda crescia em um ritmo expressivo. Entre 1993 e 2003, a PEA da RMSP cresceu em 841 mil pessoas, não sendo acompanhada pelo crescimento do número de ocupações. Em 2003, o resultado foi uma taxa de desocupação de

¹¹ Segundo Baltar (2003), a indústria de transformação sofreu uma verdadeira reestruturação com uma redução do peso dos bens de capital e com o aumento da participação dos bens duráveis de consumo. Nela a produção dos bens de capital foi seriamente afetada pela abertura da economia nacional ao capital estrangeiro, resultando, no final dos anos 90, em um nível de produção 20% menor do que o observado em 1989. A produção de bens de consumo duráveis teve um bom desempenho ao longo da década de 1990 apresentando um resultado 22,4% melhor do que o observado em 1989, uma vez que mesmo importando os componentes de maior conteúdo tecnológico e de valor agregado, a sua produção final continuava sendo feita no país (crescendo acentuadamente entre 1993 e 1997 quando a produção foi 68% maior do que a observada em 1989). Já o desempenho do setor de bens de consumo não-duráveis manteve-se relativamente estável ao não responder através de uma brusca queda de produção pela retração econômica do início dos 90 e, no período auge dos 90 quando o país voltou a acessar o crédito internacional entre 1993 e 1997, o setor não apresentou um aumento intenso (de apenas 9,6% em 1997 em relação a 1989). Este comportamento deve-se ao fato deste setor refletir mais diretamente o nível de emprego e salários da economia e por ter sido mais afetado pela importação de bens de uso final.

15,8% (em 1980 era 3,9% da PEA), mais elevada do que a taxa de desocupação para todo o país¹².

Em 2003, de todas as regiões metropolitanas do país, a paulista respondia por 34,5% do total de pessoas ocupadas das regiões metropolitanas do país¹³, com a população ocupada na indústria sendo apenas superada pelas ocupadas no setor de prestação de serviços. No entanto, como reflexo das mudanças das atividades econômicas, o ritmo de crescimento do total de ocupados da RMSP cresceu a uma taxa menor (20,1%) do que a observada no total de ocupados das demais regiões metropolitanas entre 1993 e 2003 (25,5%), com a indústria de transformação tendo sua participação reduzida de 27,3% em 1993 para 19,5% em 2003 (Garcia, 2005).

Concomitantemente à queda acentuada da participação relativa da indústria, houve a ampliação das ocupações geradas no setor de comércio e reparação e de educação, saúde e serviços sociais que juntos concentravam 31,4% da população ocupada em 2003 (Garcia, 2005).

Em 2001, de todas as regiões do estado de São Paulo, apesar do avanço do setor terciário, o setor industrial foi ainda o maior responsável pela adição de valor na economia do estado (superando o valor adicionado do setor de comércio e de serviços), a despeito da redução dos postos de trabalho industriais. O grau de concentração econômica no estado de São Paulo é tal que, no mesmo ano, a RMSP respondia por 52,7% do valor adicionado pela indústria estadual, 70,4% dos serviços e 57,4% do comércio. No comércio, a RMSP concentrava um pouco mais da metade dos ocupados, assim como da receita líquida e do valor adicionado gerado pelas atividades de revenda no estado de São Paulo. Já o setor de serviços da RMSP, em 2001, concentrava 70% de todo valor adicionado do total de serviços do estado (sendo que 52% apenas na capital) e 62,3% das

¹² No Brasil, entre 1993 e 2003, a PEA cresceu 24,5%, representando, em números absolutos, um incremento de 16,5 milhões de pessoas. Mas a ocupação apresentou um incremento de aproximadamente 12,6 milhões, resultando em um crescimento de 3,9 milhões de desocupados (um crescimento de 77,6% entre 1993 e 2003) (Garcia, 2005).

¹³ Responde pelas dez regiões metropolitanas consideradas pelo IBGE: Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e o Distrito Federal.

ocupações. Dos serviços, a região metropolitana concentrava os mais sofisticados: 87% dos serviços técnicos prestados às empresas do estado, 79% dos serviços auxiliares prestados às empresas, 95% dos serviços de telecomunicações e 86% dos serviços ligados às atividades de informática (Fundação Seade).

1.2. Algumas Observações sobre o Mercado de Trabalho Brasileiro

O aumento dos índices de desemprego e a precarização¹⁴ do mercado e das relações de trabalho refletem, em grande medida, a desestruturação produtiva em um contexto de baixo dinamismo econômico.

As mudanças observadas na posição na ocupação nos fornecem ainda importantes elementos para caracterizar a crise que se instaurou no mercado de trabalho brasileiro, onde o emprego sem carteira assinada, o trabalho por conta própria, no serviço doméstico remunerado e em ocupações não-remuneradas ganhavam espaço como alternativas de ocupação a uma população ativa constantemente ameaçada pelo fantasma do desemprego.

A menor formalização dos contratos de trabalho é evidenciada por Baltar (2003) ao apontar a trajetória descendente dos empregos celetista e estatutário¹⁵ a partir dos anos 90. Em grande medida, o processo de redução do emprego nas grandes empresas em função da terceirização das atividades que antes eram desenvolvidas dentro das mesmas e que passaram a ser realizadas por trabalhadores conta- própria e por pequenas e médias empresas. Estas, frente à intensificação da competição e a necessidade de redução dos custos, aumentam a frequência com que recorriam ao emprego sem carteira de trabalho, não cumprindo a legislação vigente, valendo-se da falta de coerção das instituições

¹⁴ A precarização do mercado de trabalho está relacionada ao grau de proteção, à estabilidade trabalhista, ao reconhecimento legal da situação contratual e também à intensidade das horas trabalhadas. Um termo que significa não necessariamente ilegalidade, uma vez que a precariedade pode estar mascarada sob o marco legal, mas introduzindo condições de instabilidade, desproteção e exploração dos trabalhadores (Tokman, 2003).

¹⁵ Os empregados assalariados que têm contrato de trabalho regido pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), os celetistas, ou pelo Estatuto do Servidor Público, os estatutários.

responsáveis pela “fiscalização do cumprimento das regulamentações que regem o trabalho assalariado no país”¹⁶. Ademais, esta “difusão ampla e generalizada de práticas de trabalho que contrariam a legislação (trabalhista) provoca uma tensão que, num quadro geral do mercado de trabalho desfavorável aos trabalhadores, tende a manifestar-se em pressões dos empregadores para mudar a legislação, adaptando-a as práticas prevalecentes”¹⁷.

Houve assim, de fato, uma alteração das condições de compra e venda da força de trabalho dinamizada tanto pelas transformações que ocorreram na economia no contexto mais amplo de liberalização e de redução do papel do Estado, quanto pela ampliação das ocupações precárias, de baixa remuneração, sem carteira assinada e temporárias que, invariavelmente, prejudicaram a arrecadação das contribuições sociais e o próprio poder de reivindicação e de representação dos trabalhadores.

Ao voltarmos nossa atenção para questão dos rendimentos médios dos trabalhadores, a fragilidade do mercado de trabalho e as desigualdades sociais engendradas tomam contornos ainda mais nítidos. Segundo Baltar (2005), parcela significativa da população brasileira ocupada e com rendimento recebe, mensalmente, menos do que um salário mínimo, representando cerca 17 das 70,2 milhões de pessoas ocupadas de acordo com os dados da PNAD de 2003. Este contingente é formado, fundamentalmente, por trabalhadores por conta- própria, empregados em estabelecimentos sem carteira e por trabalhadores do serviço doméstico remunerado que, essencialmente, dedicam-se às atividades agrícolas, de comércio e reparação, à indústria, à construção, às atividades de alojamento e alimentação e ao serviço doméstico.

A gravidade do quadro de precariedade que se instalou no mercado de trabalho brasileiro engendrado pelo baixo dinamismo econômico e pela desestruturação produtiva é tão significativa que, mesmo quando se observa um tímido aumento do número de pessoas ocupadas entre 2000 e 2004, este

¹⁶ Baltar, 2003, p. 141

¹⁷ Idem, p.146

aumento é concentrado em ocupações cujos rendimentos eram menores do que três salários mínimos (Baltar, 2005).

As taxas de desemprego gritantes e a precarização das condições de trabalho de grande parte dos ocupados, diante do baixo dinamismo econômico, resultaram na perda de participação na renda nacional dos rendimentos dos trabalhadores assalariados e por conta-própria. Segundo Pochmann (2005), o peso dos salários na renda nacional foi drasticamente reduzido entre 1980 e 2003, com sua participação relativa de 50% da renda nacional sendo comprimida para 35% neste intervalo de tempo. Esta perda dos rendimentos do trabalho foi acompanhada pelo aumento das transferências ao setor financeiro da parcela dos ganhos empresariais¹⁸. Deve-se apontar ainda que este decréscimo deve-se não só a baixa expansão real do conjunto dos rendimentos do trabalho como também, especialmente, ao baixo valor do salário mínimo (Dedecca, 2003; Pochmann, 2005).

1.3. As Políticas Sociais e a Crise Social

Vimos que nos anos 90, a valorização da esfera financeira em detrimento da produtiva, em condições de baixo crescimento econômico e de vigência dos paradigmas neoliberais de desenvolvimento social, impactou negativamente no mercado de trabalho acentuando a crise social.

Frente às alegações de que a intervenção estatal gerava ineficiências que prejudicavam a competitividade da economia brasileira, a questão social também passou a ser abordada de uma outra perspectiva, seguindo os ditames econômicos, a concepção microeconômica de ação pública social. Buscou-se recriar os mecanismos de mercado na provisão de benefícios e serviços sociais

¹⁸ “O caráter crescentemente financeiro exigiu a liberação de recursos da sociedade para a remuneração do processo de endividamento interno e externo causado por ela. Em condições de baixo crescimento, como ocorrido nos anos 90, o aumento da financeirização da economia exigiu que algum segmento da sociedade disponibilizasse os recursos necessários para o processo. Foram aqueles que dependem do trabalho para viver que forneceram esses fundos, seja pela transferência líquida de recursos, seja pela redução das oportunidades de trabalho oferecidas pela estrutura econômica” (Dedecca, 2003, p. 74).

básicos, com a atenção da ação pública voltada “aos mais pobres dos pobres”, ou seja, a população em situação de maior risco social - excluída do mercado de trabalho e em situação de maior pobreza. A focalização das políticas públicas foi acompanhada por medidas de flexibilização da regulamentação e de proteção das relações no mercado de trabalho brasileiro. Assim, paradoxalmente, enquanto a Constituição fundava-se nas políticas sociais de caráter universal, a nova orientação política tinha um caráter excessivamente focalizado e flexibilizado, apoiado pelas agências de financiamento internacional.

Mas além de uma nova concepção sobre as políticas sociais, devemos destacar também que os ajustes macroeconômicos explorados rapidamente neste capítulo, também destroem as bases financeiras do Estado, reduzindo, ainda mais, a margem de atuação das políticas sociais. O aumento do desemprego e da informalidade reduz o montante de recursos destinados às políticas sociais financiadas pelas contribuições sociais vinculadas ao trabalho formal. Os investimentos sociais são também fragilizados pelo claro desrespeito à destinação constitucional das receitas das contribuições sociais financiadas por toda a sociedade, direta e indiretamente¹⁹, com o desvio destas fontes de receita vinculadas na Constituição de 1988 ao financiamento da seguridade social²⁰ para os pagamentos previstos no Orçamento Geral da União, permitindo o ajuste fiscal do governo federal (Vasquez et al., 2004).

As políticas sociais focalizadas, operadas nos estreitos limites do ajuste fiscal e dos escassos recursos financeiros disponíveis, podem ser apontadas como verdadeiros fragmentos, perdidos no contexto das históricas desigualdades sociais quando não associadas a um projeto nacional que as articule e lhes

¹⁹ Entre as principais contribuições estão: A Contribuição Social sobre a Folha de Salários dos Empregados, Empregadores e Trabalhadores autônomos, CONFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Empresas), o PIS (Contribuição sobre o Programa de Integração Social), o PASEP (Contribuição sobre o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) (estes dois últimos constituem o FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador).

²⁰ A área da saúde, da previdência, da assistência social e do seguro-desemprego compõe a Seguridade Social. Mas as áreas de educação, de cultura e desporto, de ciência e tecnologia, de meio ambiente, das áreas relacionadas com a família, a criança, os adolescentes, idosos e índios também não se encontram livres dos problemas e das crises de financiamento (Vasquez et al., 2004).

imprima sentido político (Carvalho e Almeida, 2003). São insuficientes ao estarem focalizadas em uma parcela bastante reduzida de uma potencial clientela que se expande frente ao “ajuste” do setor público, à retração do mercado de trabalho e ao desaquecimento econômico associado ao ciclo de financeirização da riqueza. Engendra-se uma dinâmica econômica frágil, geradora de uma estrutura complexa e diferenciada de exclusões e vulnerabilidades sociais que demandam, na contramão dos preceitos do modelo, políticas públicas universais e a atuação governamental mais incisiva.

No mercado de trabalho, por exemplo, as políticas de emprego, especialmente as atividades de formação profissional, expressam a crença na “empregabilidade” como caminho ao enfrentamento dos problemas. As elevadas taxas de desemprego observadas nos anos 90, especialmente entre os jovens, são tomadas como indicadores da “necessidade de aumentar as condições de empregabilidade, definida como a aquisição, por parte dos indivíduos, de qualificações, competências e habilidades requeridas pelo mercado de trabalho. Para isso são requeridas melhorias de educação e formação profissional”²¹. Em outras palavras, é o desenvolvimento das condições de empregabilidade dos cidadãos consolidando-se como foco das políticas públicas de emprego e, na sua esteira, de educação. Um direcionamento das políticas sociais assentado na importância do investimento, quase que exclusivo, do capital humano balizado pela concepção de que “os aspectos produtivos dos indivíduos são frutos do desenvolvimento de suas aptidões físicas e mentais (....) potencialidades a serem utilizadas na inserção ocupacional”²².

“Não por acaso, fala-se cada vez mais em “políticas de trabalho”, que não só parecem tornar a precariedade e a informalidade como um dado natural, como acabam por reiterar essas formas de inserção ocupacional, marcas profundas de nossas desigualdades”²³.

²¹ Lourenço, 2002, p. 27

²² Idem p. 28

²³ Henrique, 1999, p. 184

Mas para que a ‘empregabilidade’ se concretize, é necessário que a economia se expanda a um ritmo compatível com o número de trabalhadores que se qualificam. No atual ritmo de crescimento econômico, a inserção de boa parcela da PEA brasileira, qualificada ou não, não se realiza.

A partir dos anos 90, as conseqüências da política econômica adotada impuseram dificuldades e desafios ainda maiores a serem enfrentados pelas políticas sociais. Mais do que o condicionamento dessas ao equilíbrio dos fundamentos macroeconômicos, as atuais estratégias de desenvolvimento social se mostram incompatíveis com as políticas macroeconômicas adotadas. Por mais que o discurso político oficial reconheça que muitas questões sociais devam ser resolvidas para melhorar o padrão de vida da população, o poder público adota mecanismos que não são eficazes para que a teoria seja processada na prática (Vasquez et al., 2004).

A fragilização da capacidade de intervenção do Estado através das políticas de segurança pública, de habitação, de saneamento, de saúde, de lazer, etc., é patente. Paralelamente, crescem os problemas ocupacionais, o desemprego, a vulnerabilidade social, a deficiência de infra-estrutura básica, a carência de habitação e dos serviços de consumo coletivo, as favelas, os cortiços, a violência. Ao longo deste trabalho procuraremos de fato explicitar, a partir do ponto de vista das dificuldades que atingem a maioria da população jovem da RMSP, as conseqüências desta fragilização. O Estado ao implementar políticas focalizadas que “devolvem para a população a deterioração dos serviços sociais básicos e o equacionamento de “seus” problemas”²⁴, sobrecarrega as famílias, responsabilizadas, crescentemente, por garantir a reprodução de seus membros.

Quadros (2003a) destaca que ao movimento de redução na geração de oportunidades de trabalho soma-se outro, o de uma maior pressão sobre o mercado de trabalho como conseqüência da incidência da própria crise sobre as famílias brasileiras, refletindo nos arranjos familiares para a manutenção da sobrevivência. Na prática, a precarização do mercado de trabalho e a deterioração

²⁴ Henrique, 1999, p. 184

da renda familiar ao longo da década de 1990 fizeram com que as “estratégias de sobrevivência” das famílias para a obtenção e dispêndio da renda fossem alteradas. Mesmo com a articulação de rearranjos na inserção no mercado de trabalho dos diversos tipos de famílias recorrendo ao trabalho complementar do cônjuge e dos filhos (daí a maior participação de mulheres e jovens na PEA) para compensar os baixos salários do provedor principal, a manutenção dos níveis dos rendimentos familiares ao longo da década não foi alcançada.

Entre 1995 e 1997 houve a recuperação da renda familiar per capita como efeito inicial do Plano Real, mas que, no entanto, não foi sustentada na conjuntura de elevação do desemprego e da deterioração contínua das formas de vinculação ao mercado de trabalho, que acentuou a vulnerabilidade ocupacional dos diversos segmentos da população, em especial dos jovens. A partir de 1998, entre as famílias mais pobres e até mesmo os segmentos médios da sociedade há uma maior responsabilidade, para cada membro da família, de manutenção do grupo doméstico, com um estreitamento das possibilidades até então disponíveis para o enfrentamento da crise (Montalli, 2000).

Observa-se que ao mesmo tempo em que emergem novas estruturas de famílias, um processo universal comum às sociedades urbanas ocidentais - famílias de tamanho reduzido, chefiadas por mulheres, com um aumento do número de pessoas morando sozinhas e de casais sem filho, de filhos “jovens adultos” que moram com os pais²⁵ - as famílias “vem perdendo gradativamente sua capacidade de funcionar como amortecedor da crise e como mecanismo de proteção de seus componentes, o que leva não apenas à deterioração das condições de vida da maioria da população como afeta e ameaça a própria unidade familiar”²⁶. A família não deve ser tomada apenas como uma instituição social mediadora entre indivíduos e sociedade, mas também como uma instituição essencial à proteção e à socialização dos seus membros, inscrita nas práticas culturais e na organização cotidiana para a consolidação das relações de gênero e de solidariedade entre diferentes gerações (Carvalho e Almeida, 2003).

²⁵ Carvalho e Almeida (2003)

²⁶ Carvalho e Almeida, 2003, p. 120

Capítulo 2

Mercado de Trabalho Juvenil – Um Panorama da RMSP

No quadro mais amplo da crise social brasileira, a situação do mercado de trabalho juvenil nos fornece um importante fio condutor para a abordagem da crise social juvenil. Uma perspectiva crítica e pessimista em relação ao futuro parece consolidar-se diante da deterioração das trajetórias ocupacionais e, conseqüentemente, das perspectivas de ascensão social através do trabalho. A busca pelo trabalho, tanto por motivos individuais – uma vez que o salário representa, para a grande maioria dos jovens, uma certa liberdade de consumo –, quanto por incentivo familiar persiste, mesmo quando “perdem espaço no mercado de trabalho e vivenciam um salto nas taxas de desemprego que, apesar de serem tradicionalmente mais altas do que as taxas relativas aos adultos, aumenta(ra)m mais do que proporcionalmente ao longo da década”²⁷.

2.1. Desemprego e Inatividade

Em grande medida, a desestruturação produtiva e a terceirização das atividades antes desenvolvidas dentro das grandes empresas, sob o discurso da “modernização produtiva”, ditaram o processo de enxugamento dos postos de trabalho com a mão-de-obra adulta sendo priorizada em relação à mão-de-obra juvenil. Madeira (2004), amparada em uma ampla literatura internacional²⁸, aponta como o comportamento da oferta da mão-de-obra juvenil no mercado de trabalho inicialmente instável (com os jovens deixando de trabalhar ou mudando de emprego voluntariamente), tende a se diluir à medida que este segmento envelhece.

Este comportamento juvenil vem recorrentemente a tona como um fator relevante na opção dos empresários pelos trabalhadores adultos detentores de

²⁷ Lourenço, 2002, p. 18

²⁸ A autora toma como ponto de referência nesta ampla literatura internacional, um estudo da OCDE (Organização para o Desenvolvimento e Cooperação Econômica) de 1980 denominado “O Desemprego dos Jovens – As Causas e Conseqüências” sobre o desemprego juvenil de Europa na década de 1970.

hábitos de trabalho mais sedimentados, acompanhado dos argumentos da maior experiência e da melhor qualificação desta mão-de-obra. No entanto, o que os trabalhos de Pochmann (2000, 2004) e Lourenço (2002) mostram é que mesmo quando os candidatos adultos apresentavam um grau de escolaridade semelhante ou inferior ao dos candidatos jovens, aqueles eram a escolha preferida dos empregadores, engendrando um quadro onde as novas e escassas oportunidades de trabalho passaram a ser ocupadas por pessoas mais velhas. Na prática:

“A ausência de escolaridade adequada e a falta de experiência acumulada tornam-se argumentos falaciosos a enxovalhar as oportunidades de acesso de uma crescente maioria de novatos e aspirantes a trabalhador. Tais ladainhas, repetidas *ad nauseum*, tanto pelas empresas, como por estudiosos da área, encobrem a essência do problema: o pífio crescimento econômico”²⁹.

Mais adiante quando formos discutir a relação entre o nível educacional da população juvenil e a dinâmica do mercado de trabalho, aprofundaremos esta questão. No momento, procuraremos desenvolver outros aspectos que caracterizam a precária situação do mercado de trabalho juvenil na RMSP no contexto de baixo crescimento econômico vigente nos últimos 26 anos.

Tabela 2.1. Distribuição dos Ocupados por Faixa Etária – RMSP 1989, 1992, 1999

Faixa Etária	1989	1992	1999
15 a 19 anos	12,3	10,2	8,0
20 a 24 anos	15,5	15,3	14,3
15 a 24 anos	27,9	25,5	22,3
Não jovens (+25)	72,1	74,5	77,7
Total	100,00	100,0	100,0

Fonte: IBGE/PNADs 1989, 1992, 1999. Lourenço (2002).

A contínua adição de jovens ao mercado de trabalho nos anos 90, produto da maior pressão demográfica da coorte etária juvenil, a chamada *onda jovem*³⁰, é

²⁹ Bombach, 2004, p. 97

³⁰ A *onda jovem* representa uma “descontinuidade” demográfica que ocorre quando a faixas etária de 15 a 24 anos encontra-se particularmente alargada. As “descontinuidades” demográficas são explicadas pela alteração da fecundidade da população, da mortalidade e/ou das migrações

também um elemento importante, mas não determinante, para a compreensão das elevadas taxas de desemprego juvenil, visto que o baixo crescimento econômico se sobressai, assim como os resultados negativos da abertura comercial indiscriminada e a modernização das grandes empresas que, ao afetarem as condições de demanda agregada da economia brasileira - incidindo sobre o valor agregado da produção nacional, sobre as cadeias produtivas e a produção doméstica - conduziram à redução das ocupações e à redução da capacidade de geração de empregos, particularmente na indústria de transformação.

Ao contrapormos a evolução da absorção juvenil pelo mercado de trabalho na década de 1970 com a de 1990, dois períodos que vivenciaram *ondas jovens* (sendo a onda jovem da década de 1970 mais expressiva que a observada nos anos 90, como se pode ver no Gráfico 2.1) o peso das condições da demanda agregada como determinante-chave do nível de desemprego é revelado.

Na década de 1970, a despeito da presença de uma *onda jovem* e da modernização do aparato produtivo, 88% dos jovens de 15 a 19 anos e 98,4% dos jovens de 20 a 24 que se somaram à população total foram incorporados à PEA. Este amplo contingente de jovens inseriu-se no mercado de trabalho formal através do setor secundário que estava em plena expansão (Bercovich, 2004).

Mesmo nos anos 80 quando o cenário macroeconômico era adverso, respondendo pelo baixo dinamismo na geração de empregos e pelos primeiros sinais de deterioração das ocupações urbanas, observou-se uma situação favorável à incorporação juvenil no mercado de trabalho³¹ particularmente para os homens jovens em empregos assalariados com registro formal e em ocupações onde a informatização ainda era reduzida, como por exemplo a de *office boy* (Bercovich, 2004).

Do ponto de vista demográfico, a década de 1990 um período especialmente difícil à acomodação da PEA juvenil em função da sobreposição de

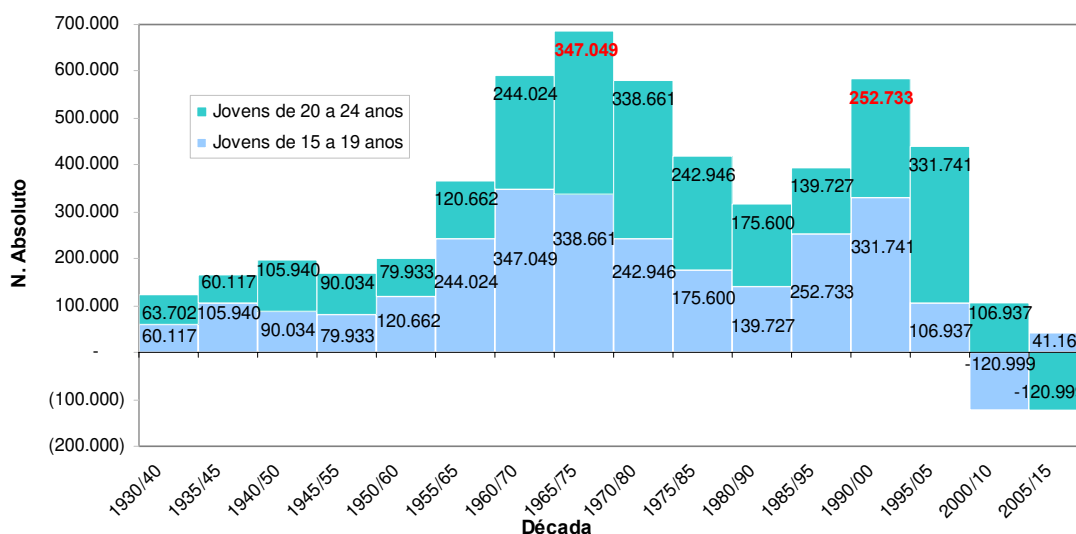
demográficas que alteram a estrutura da pirâmide etária, que sofrerá alargamentos ou estreitamentos em função do aumento ou da diminuição da população nesta faixa etária que poderão ser sentidos em sucessivas gerações, produzindo “ecos” (Bercovich, 2004).

³¹ Nos anos 80, a população juvenil cresceu 14,5% enquanto a PEA juvenil cresceu de 17,1% (Bercovich, 2004).

duas ondas demográficas: uma *onda jovem* e outra *onda* de pessoas com 40 anos de idade, ou seja, um “eco” da *onda jovem* dos anos 70 (Bercovich, 2004). A interação deste cenário demográfico e as mudanças macroeconômicas dos anos 90 estruturaram um quadro extremamente desfavorável à incorporação juvenil no mercado de trabalho, invertendo a situação favorável aos jovens dos anos 80.

Gráfico 2.1

Incremento do Número de Jovens de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos - RMSP



Fonte: Bercovich (2004)

Ao longo dos anos 90 a população jovem brasileira cresce 11,8%, a uma taxa menor do que a observada nos anos 80, mas que não é acompanhada pelo crescimento da PEA juvenil, que cresce apenas 7,9% no período³². Uma população juvenil economicamente ativa menor do que o total de indivíduos jovens representa um aumento da inatividade juvenil, ou seja um aumento dos jovens que não trabalham nem procuram emprego, refletindo as condições adversas no mercado de trabalho que desestimulam os mesmos a procurar emprego (Baltar, 1998; Bombach, 2004; Lourenço 2002; Pochmann 1998, 2000).

Madeira e Rodrigues (1998) relacionam este crescimento da inatividade juvenil ao processo de exclusão social dos jovens. Quando o crescimento da inatividade é acompanhado da ampliação do número de matrículas no sistema

³² Dados de Bercovich (2004)

escolar, este movimento pode ser apontado como um fator positivo do afastamento dos jovens do mercado de trabalho, não havendo motivos para se pensar que estes jovens estejam ‘excluídos’, marginalizados da sociedade. No entanto, quando os jovens se vêem excluídos do mercado de trabalho e “integrados” ao sistema educacional de forma precária e tardia ou mesmo encontrando-se fora da escola - não integrados à sociedade nem pelo trabalho, nem pela escola - pode-se de fato tomar o crescimento da inatividade como um fator negativo à realidade juvenil. A realidade brasileira não se cansa de reafirmar este triste quadro. O aumento na proporção de jovens que não estudam e nem trabalham, especialmente entre os jovens homens de 20 a 24 anos, foi expressivo entre 1982 e 2002, cerca de 60% (de 4,3% para 6,9%), corroborando não apenas com as dificuldades encontradas pelos jovens para a inserção no mercado de trabalho, mas também com o desestímulo para ingressar e permanecer no sistema escolar. Um desestímulo cujas raízes residem na precarização do mercado de trabalho e na fragilidade do sistema educacional básico, não mais capazes de proporcionar condições de ascensão social.

Tabela 2.2 - Distribuição Proporcional dos Jovens Brasileiros por Atividade e Frequência à Escola, segundo Grupos de Idade. Brasil, 1982 e 2002

Idade	Estuda e é ocupado		É só ocupado		Só Estuda		Nem estuda nem é ocupado	
	1982	2002	1982	2002	1982	2002	1982	2002
Homens								
15-17 anos	20,6	26,1	41	10,8	29,5	55,2	8,9	7,9
18-19	15,2	25,3	59,8	34,7	14,2	25,4	10,8	14,6
20-24	10,1	16,3	76	60,3	5,2	9,6	8,7	13,9
15-24	14,7	21,2	60,8	39,6	15,2	27	9,3	12,2
Mulheres								
15-17 anos	11,1	15,7	22,7	5,4	40,5	66	25,7	13
18-19	11,8	17,6	30,6	20,2	21	34	36,6	28,2
20-24	8,4	13,7	35,3	35,9	7,6	13,9	48,6	36,4
15-24	10	15,1	30,2	23,4	21,3	34	38,5	27,5

Fonte: IBGE/PNADs de 1982 e 2002 in Camarano et al., 2004

Os jovens ao não serem integrados nem pelo trabalho nem pelo sistema educativo - mesmo que de forma precária – se encontram em uma situação de vulnerabilidade muito mais acentuada que os demais, representando uma situação que suporta o “surgimento de um processo de marginalização dos indivíduos e famílias em relação aos valores dominantes e aos padrões de consumo e bem-

estar aos quais aspiram, assim como dos meios socialmente aceitos para alcançá-los”³³.

**Tabela 2.3. Taxas de Participação por Faixa Etária para o Total da PEA –
RMSP, 1989, 1992, 1999**

Faixa Etária	1989	1992	1999
15 a 19 anos	62	58,1	52,6
20 a 24 anos	76,8	79,5	78,5
15 a 24 anos	69,4	68,6	64,8
Não jovens (+25)	61,4	64,9	65,8
Total	56,9	58,1	58,7

Fonte: IBGE/PNADs 1989, 1992, 1999. Lourenço (2002).

As Tabelas 2.3 e 2.4 nos fornecem outras pistas rumo à consolidação de um panorama de aumento do desemprego e da deterioração das ocupações juvenis que, ao lado do aumento da inatividade, conformam o quadro de estreitamento e precarização do mercado de trabalho juvenil.

Tabela 2.4. População entre 15 a 17 anos – RMSP, 1982, 1990, 2002

Ano	População Total	Δ (%)	PEA	Δ (%)	Ocupados	Δ (%)	Tx Ocup.	Desocupados	Δ (%)	Tx Desoc.
1982	772.265	-	380.437	-	306.753	-	80,6	73.684	-	19,4
1990	962.400	24,6	495.500	30,2	421.934	34,5	85,2	73.566	-0,1	14,8
2002	980.345	1,8	371.676	-25	223.673	-47	60,2	148.003	101	39,8

Fonte: IBGE/PNADs 1982, 1990, 2002. Bombach, 2004.

Observa-se uma concentração maior das piores taxas de desemprego e de ocupação entre os jovens de 15 a 17 anos. Entre 1990 e 2002, diante da redução de 25% da PEA desta faixa etária e da redução de 47% do número de ocupados, observa-se um crescimento de 101% do número absoluto de jovens desempregados, com uma elevação da taxa de desocupação³⁴ da ordem de 70% (se eleva de 14,8% em 1990 para 39,8% em 2002). A taxa de ocupação³⁵ entre

³³ Filgueira e Fuentes, 2001 apud Lourenço, 2002, p. 26

³⁴ Taxa de Desocupação = Desocupados/ PEA

³⁵ Taxa de Ocupação = Ocupados/ PEA

estes jovens é, por sua vez, reduzida em 30% (a taxa que em 1990 era de 85,1% passa para 60,1% em 2002), corroborando com o cenário crítico de dificuldades crescentes de inserção ocupacional juvenil.

Tabela 2.5. População entre 18 e 24 anos – RMSP, 1982, 1990, 2002

Ano	População Total	Δ (%)	PEA	Δ (%)	Ocupados	Δ (%)	Tx Ocup.	Desocupados	Δ (%)	Tx Desoc.
1982	1.958.817	-	1.464.846	-	1.310.278	-	89,4	154.568	-	10,6
1990	2.166.872	10,6	1.662.209	15,7	1.502.830	11,6	90,4	159.379	3,11	9,6
2002	2.519.527	16,3	2.008.963	20,8	1.554.118	13,5	77,4	454.845	185,3	22,6

Fonte: IBGE/PNADs 1982, 1990, 2002. Bombach, 2004.

Para os jovens de 18 a 24 anos, a situação permanece crítica. O descompasso entre o crescimento da PEA e o incremento do número de ocupados entre 1982 em 2002, 540 mil e 240 mil respectivamente, resultou no crescimento de 194% do número de desempregados de 18 a 24 anos na RMSP. A taxa de ocupação no período apresenta uma queda de 12 pontos percentuais e a taxa de desocupação uma elevação de mesmo valor (de 89,7% é reduzida para 77,3%).

2.2. Caracterizando as Ocupações Juvenis

Entre 1981 e 2002, os 600 mil jovens alocados na indústria de transformação na RMSP são reduzidos a uma população de 350 mil jovens. De uma participação relativa de 37,1% no setor em 1981, observa-se uma redução de cerca de 50% em 2002. Ao passo que nas atividades comerciais, a participação relativa aumenta em 50%, saltando de 17,3% em 1981 para 25,8% em 2002 (Bombach, 2004).

Tabela 2.6. População de 15 a 24 anos Ocupada por Setor de Atividade. RMSP, 1981, 1990, 1995 e 2002

Setor de Atividades	1981		1990		1995		2002	
	Total ¹	%	Total ¹	%	Total ¹	%	Total ¹	%
Atividades Agrícolas	10	0,7	5	0,3	35	1,9	15	0,8
Indústria de Transformação	605	37,1	580	33,9	435	25,4	351	18,7
Construção Civil	70	4,5	75	4,4	75	4,4	80	4,2
Comércio	285	17,3	365	21,2	420	24,4	485	25,8
Alojamento e Alimentação	35	2,3	60	3,6	85	4,9	80	4,1
Transporte e Comunicação	65	4,1	75	4,3	90	5,1	125	6,6
Setor Financeiro	125	7,5	105	6,3	65	3,8	65	3,5
Administração Pública	50	3,0	25	1,5	30	1,8	30	1,6
Educação, Saúde, Serviços Sociais	75	4,5	105	6,1	110	6,4	160	8,6
Outros Serviços	45	2,9	60	3,5	90	5,1	100	5,3
Outras Atividades	95	5,8	140	8,1	150	8,8	210	11,3
Serviços Domésticos	110	6,9	75	4,3	110	6,5	95	5,0
Total	1.635	100,0	1.715	100,0	1.725	100	1.885	100,0

Fonte: Bombach, 2004

¹ em mil indivíduos

A Tabela 2.6 extraída do trabalho de Lourenço (2002), ao expor a distribuição da população ocupada na RMSP separadamente entre os jovens de 15 a 19 anos e os jovens de 20 a 24 anos segundo o setor de atividade ao longo dos anos 90, evidencia não apenas o movimento de redução da participação da indústria de transformação e da consolidação do setor terciário (comércio e serviços) como principal setor absorvedor de mão-de-obra, como permite também a visualização da redução do peso dos jovens de 15 a 19 anos e da elevação, mesmo que sutil, da proporção de jovens de 20 a 24 anos na indústria de transformação entre 1992 e 1999, podendo indicar a tendência preferência dos empregadores pela população mais velha. Em 1992, neste setor, enquanto 9,6% de seus ocupados eram jovens de 15 a 19 anos do sexo masculino e 15,5% jovens de 20 a 24 anos do sexo masculino, estas proporções passam a 6,8% e 16,4% respectivamente em 1999. Entre as jovens que trabalham na indústria de transformação, observa-se uma redução significativa de suas participações neste intervalo de tempo (Lourenço, 2002).

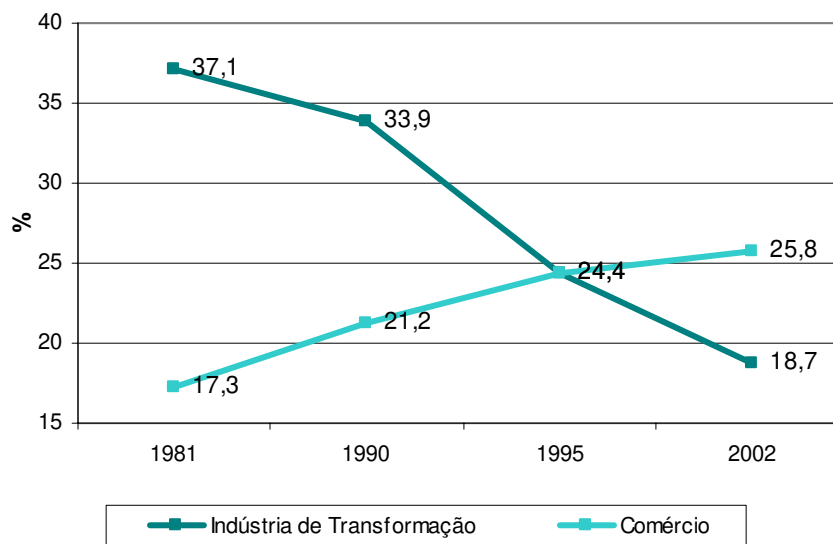
**Tabela 2.7. Proporção de Jovens Ocupados em Cada Setor de Atividade por sexo -
RMSP, 1992 e 1999**

Setor de Atividades	Jovens de 15 a 19 anos				Jovens de 20 a 24 anos			
	1992		1999		1992		1999	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Atividades Agrícolas	11,1	25,0	12,8	16,7	11,1	-	19,1	11,1
Indústria de Transformação	9,6	14,3	6,8	10,6	15,5	24,7	16,4	19,0
Indústria da Construção Civil	7,2	7,1	6,7	-	12,8	14,3	10,1	36,8
Outras Atividades Industriais	1,5	-	4,1	14,3	13,8	18,2	6,1	28,6
Comércio de Mercadorias	14,0	15,5	11,8	14,5	16,2	18,8	14,7	15,7
Transporte e Comunicações	2,5	6,4	4,4	12,2	13,0	21,3	14,3	25,7
Alojamento e alimentação	11,4	11,3	11,3	14,8	11,8	10,0	12,6	9,3
Reparação	17,5	11,1	9,5	-	9,7	11,1	13,8	15,8
Serviços Pessoais	11,4	6,9	5,3	3,9	9,1	7,4	13,2	5,2
Serviços Domiciliares	3,2	4,3	5,6	4,8	13,8	10,0	11,3	4,8
Empregados domésticos	9,7	12,7	-	6,6	19,4	12,2	17,0	11,7
Divertimentos	10,0	25,9	15,4	38,9	43,3	29,6	13,5	22,2
Serv. Aux. Ativ. Econômica	11,1	16,9	7,9	10,0	11,8	20,2	15,3	23,1
Social	6,2	5,7	6,0	3,5	8,1	13,4	17,2	10,1
Administração Pública	3,9	2,5	3,8	2,8	13,8	12,5	12,6	9,4
Outras Atividades	10,0	13,0	4,3	8,4	17,3	30,2	16,2	20,5
Total	9,4	11,4	7,7	8,5	14,2	17,1	14,4	14,1

Fonte: IBGE/PNADs 1992 e 1999. Lourenço (2002).

Gráfico 2.2-

**Evolução da Participação Juvenil na Indústria de Transformação e no Comércio (%)
– RMSP, 1981, 1990, 1995, 2002**



Fonte: IBGE/PNADs 1981, 1990, 1995, 2002. Bombach (2004).

A queima de empregos na indústria de transformação, a terceirização das atividades ligadas à indústria e a alguns setores de serviços³⁶, a ampliação de estratégias “alternativas” de geração de renda da população (geralmente nos segmentos sociais inferiores) na tentativa de afastar o fantasma do desemprego, resultou no aumento da participação do comércio e serviços (ou setor terciário) no total dos setores, associado a uma maior deterioração da qualidade das ocupações. Apesar do aumento das ocupações de pior qualidade, o balanço final destes anos de baixo crescimento e “modernização” produtiva foi um aumento excessivo das taxas de desemprego, especialmente as juvenis como vimos anteriormente.

Entre os jovens de 20 a 24 anos e os adultos ocupados no setor terciário, os serviços auxiliares da atividade econômica eram as ocupações mais representativas em 1999, podendo ser relacionadas à terceirização de atividades antes realizadas dentro das próprias industriais. Já entre os jovens de 15 a 19 anos, as atividades relacionadas aos divertimentos, serviços domiciliares e alojamento e alimentação destacaram-se como as principais absorvedoras desta força de trabalho.

³⁶ Segundo Henrique (1999), o emprego no setor de serviços financeiros ilustra a reestruturação das empresas atingindo também o setor de serviços, já esse passou por alterações técnicas e patrimoniais, pela terceirização de atividades, pelo aumento da concentração bancária, pela privatização dos bancos estaduais e pela abertura ao capital externo, além da informatização de vários ramos de suas atividades.

Tabela 2.8.

Distribuição dos Jovens e Não Jovens Ocupados, segundo Setor de Atividade e sexo - RMSP, 1992 e 1999

Setor de Atividades	Jovens de 15 a 19 anos				Jovens de 20 a 24 anos				Não-Jovens (25 anos ou mais)			
	1992		1999		1992		1999		1992		1999	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Atividades Agrícolas	0,8	1,4	1,6	1,0	0,6		1,2	0,4	0,7	0,7	0,8	0,5
Indústria de Transformação	31,4	24,6	20,3	16,7	33,8	28,4	25,9	18,2	30,2	16,7	22,4	12,3
Indústria da Construção Civil	8,3	0,6	8,9		9,7	0,7	7,1	1,4	11,3	1,0	10,8	0,5
Outras Atividades Industriais	0,2		0,5	0,3	1,3	0,4	0,4	0,4	1,4	0,4	1,1	0,2
Comércio de Mercadorias	21,7	20,1	26,0	27,0	16,6	16,3	17,2	17,6	13,3	13,6	15,9	14,3
Transporte e Comunicações	1,9	0,8	4,7	3,1	6,6	1,9	8,2	3,9	8,0	1,5	8,6	1,7
Alojamento e alimentação	5,7	4,7	6,8	9,2	3,9	2,8	4,0	3,5	4,8	5,3	4,5	5,2
Reparação	9,6	0,3	8,1		3,5	0,2	6,2	0,6	4,9	0,3	6,4	0,6
Serviços Pessoais	1,1	3,9	1,0	3,1	0,6	2,8	1,4	2,5	0,9	7,8	1,6	7,9
Serviços Domiciliares	1,3	0,8	2,9	1,0	3,7	1,3	3,0	0,6	4,1	2,7	4,2	2,1
Empregados domésticos	0,6	16,2		13,7	0,8	10,5	1,1	14,7	0,6	15,3	1,0	18,6
Divertimentos	0,6	2,0	2,1	2,4	1,8	1,5	1,0	0,8	0,4	0,5	0,9	0,3
Serv. Aux. Ativ. Econômica	7,2	8,7	8,9	8,9	5,1	6,9	9,1	12,4	6,2	5,1	8,5	6,6
Social	2,8	8,9	4,4	7,9	2,4	14,0	6,8	13,7	4,7	20,2	5,6	21,4
Administração Pública	1,5	0,8	1,8	1,0	3,5	2,8	3,2	2,1	3,9	4,6	3,9	3,5
Outras Atividades	5,3	6,1	2,1	4,8	6,1	9,5	4,2	7,0	4,7	4,3	3,8	4,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/PNADs 1992 e 1999. Lourenço (2002).

A maioria dos jovens que trabalha na RMSP é assalariada. Segundo dados de Bombach (2004), dos 2,3 milhões de jovens que compunham a PEA da RMSP, 1,7 milhões encontraram ocupações, 1,4 milhões destes como assalariados. Deste total, 42% (588 mil) não tinham carteira de trabalho assinada. Quando analisamos separadamente os jovens de 15 a 17 anos e os mais velhos, de 18 a 24 anos, nota-se que entre os mais novos esta proporção é ainda mais chocante: 77% destes jovens não possuíam carteira de trabalho assinada (124,7 mil) e 35,8% (472,3 mil jovens) jovens de 18 a 24 anos.

O arrefecimento do dinamismo da indústria de transformação - tradicionalmente um empregador de mão de obra sem qualificação especial, mas com registro em carteira de trabalho assinada - teve uma participação expressiva neste movimento de encolhimento dos postos de trabalho assalariado com carteira de trabalho, especialmente na RMSP, que por possuir a maior concentração industrial do país foi mais sensível à retração do emprego industrial.

Tabela 2.9.

Empregados entre 15 e 17 anos, por carteira de trabalho assinada – RMSP, 2002

Ano	Total	Possuíam	%	Não Possuíam	%
1982	306.753	164.713	53,5	142.040	46,5
1990	394.351	243.153	61,5	151.198	38,5
2002	162.137	37.412	23,0	124.725	77,0

Fonte: IBGE/PNAD. Bombach (2004).

Tabela 2.10.

Empregados entre 18 e 24 anos, por carteira de trabalho assinada– RMSP, 2002

Ano	Total	Possuíam	%	Não Possuíam	%
1982	1.226.552	986.568	80,4	371.132	19,6
1990	1.369.000	1.105.423	80,7	263.577	19,3
2002	1.322.124	849.807	64,2	472.317	35,8

Fonte: IBGE/PNAD. Bombach (2004).

A expansão do setor terciário na geração de emprego e o peso crescente das ocupações sem carteira de trabalho foram acompanhados pela expansão do emprego doméstico, do trabalho sem remuneração em negócios de família e de conta própria. O emprego doméstico é caracterizado pela quase predominância feminina, pelos baixos rendimentos, pelas extensas jornadas de trabalho e pela baixa qualificação de sua mão-de-obra. O trabalho sem remuneração nos negócios e estabelecimentos de família avançou ao longo dos anos 80 adquirindo uma importância significativa nos anos 90 na absorção do trabalho assalariado. Assim como a ocupação por conta própria também se acentuou na década de 1990 configurando um quadro onde “se é verdade que parte dela se refere a serviços diferenciados e profissionais especializados (refletindo, inclusive, a terceirização de atividades das grandes empresas e organizações e abrangendo novas ocupações de “classe média”), para a massa de trabalhadores expulsos ou chegando ao mercado de trabalho essa forma de ocupação” ³⁷ representa uma

³⁷ Henrique, 199, p. 180

alternativa possível à ausência de oportunidades de emprego assalariado na empresa capitalista e no setor público (Henrique, 1999).

2.2.1. Rendimentos Médios Individuais

Segundo Bombach (2004), entre 1981 e 2002, houve uma redução dos rendimentos médios do comércio de 14%, sendo ainda mais expressiva na indústria de transformação, cerca de 16%. O mais assombroso é que ao mesmo tempo em que o comércio é a atividade onde a participação juvenil mais se expandiu, é também a atividade onde a deterioração dos rendimentos médios foi muito expressiva, corroborando com a hipótese de precarização dos postos de trabalho oferecidos à população juvenil e da tendência do aumento das desigualdades sociais brasileiras.

Quando tomamos o rendimento médio mensal do total da população jovem ocupada na RMSP, nota-se que o rendimento médio mensal da população de 15 a 17 anos é muito inferior ao dos jovens de 18 a 24 anos. Uma diferença que em 1981 era de 47% e em 2002 a ser de 53% (Bombach, 2004).

Para aprofundarmos a extensão da crise de reprodução social que assola a sociedade brasileira e adquire cores mais fortes e uma dinâmica preocupante na RMSP, utilizaremos a metodologia desenvolvida por Quadros, que ultrapassa a dimensão ocupacional da realidade do mercado de trabalho permitindo a contextualização da situação social e da fragilidade da cidadania brasileira, enriquecendo as reflexões a respeito do complexo contexto social brasileiro. Permite uma nitidez maior sobre a trajetória de precariedade do mercado de trabalho nacional ao conferir destaque às variáveis cor/raça e gênero em uma estrutura ocupacional que busca incorporar os rendimentos ocupacionais e as posições na ocupação, estabelecendo “padrões de vida” associados às diferentes faixas de rendimento. Antes de continuarmos, seria interessante uma explicação mais detalhada a respeito desta metodologia.

2.3. A Metodologia de Quadros

A tipologia desenvolvida pelo prof. Waldir Quadros³⁸ utiliza os dados das PNADs disponibilizados pelo IBGE para a constituição de uma estrutura sócio-ocupacional, elaborando uma importante ferramenta analítica para o desenvolvimento de um olhar crítico sobre a sociedade brasileira contemporânea a partir de sua estrutura ocupacional. O interessante é destacar que com este objetivo, Quadros agrega os indivíduos de acordo com faixas de rendimento— um aparato teórico recorrente em muitos trabalhos acadêmicos – adotando critérios sócio- ocupacionais de classes, de como os indivíduos se inserem na divisão social do trabalho.

O primeiro passo foi agregar os indivíduos ocupados em grupos ocupacionais, organizados pelo cruzamento da classificação das ocupações (proprietários, ocupações típicas de classe média urbana, ocupações típicas de operários, trabalhadores populares urbanos e ocupações agrícolas) com a situação na ocupação (empregadores, conta própria, autônomos, assalariados, não remunerados, autoconstrução e autoconsumo). Esses grupos ocupacionais, quando hierarquizados, compõem a estrutura ocupacional.

Após ter classificado os indivíduos pela ocupação, Quadros faz um recorte sobre cada grupo ocupacional baseado nos rendimentos individuais declarados, estruturando cinco camadas que podem ser associadas a distintos padrões de vida:

Superior: rendimentos acima de R\$ 2.500,00 = alta classe média;

Médio: rendimentos entre R\$ 1.250,00 e R\$ 2.500,00 = média classe média;

Baixo: de R\$ 500 a R\$ 1.250 = média classe média;

Inferior: rendimentos entre R\$ 250,00 a R\$ 500,00 = massa trabalhadora;

³⁸ Para detalhes sobre a metodologia utilizada ver Quadros, W. “Aspectos da Crise Social no Brasil dos Anos Oitenta e Noventa”, Tese de livre-docência apresentada no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2003.

Ínfimo: rendimento abaixo de R\$ 250,00³⁹=marginalizados ou “desqualificados”.

Ademais, a conformação de uma estrutura sócio-ocupacional se dá pela agregação dos indivíduos ocupados em suas famílias fazendo com que, por exemplo, “se forem confrontadas as expectativas e realidades vigentes em famílias de baixa classe média e de operários especializados, que em rigor situam-se na mesma faixa (de rendimento), seguramente serão detectadas várias diferenças que podem ser atribuídas à sobredeterminação pela situação de classe”⁴⁰ (Quadros, 2003a; Quadros, 2003b). Mesmo a estrutura ocupacional familiar retratando melhor a situação social, trabalharemos com os dados ocupacionais individuais, pois abordaremos o universo dos jovens ocupados.

³⁹ os valores monetários sempre estarão expressos a preços de janeiro de 2004, utilizando como deflator o INPC corrigido do IPEA.

⁴⁰ Quadros, 2003b, p. 17

2.3.1 A Desigualdade pelo setor de Comércio – Alguns Resultados da Metodologia

A análise da trajetória da inserção juvenil no comércio entre 1981 e 2002 na RMSP calcada nesta forma de organização dos dados será o ponto de partida para expormos outros aspectos desta crise de reprodução social que assola a sociedade brasileira. Ao analisarmos os dados pela estrutura proposta, as péssimas condições de inserção ocupacional juvenil ficam evidentes, uma vez que o setor de comércio passou a representar, especialmente a partir dos anos 90, um reduto ocupacional da mão-de-obra juvenil, mas que nem por isso representou um fio condutor da redução da vulnerabilidade juvenil, permitindo a superação das dificuldades para a manutenção das condições sociais mínimas.

Observa-se que o crescimento dos jovens ocupados no comércio concentrou-se nos níveis de rendimento inferior e ínfimo, cujas participações aumentaram 8% e 79,8%, respectivamente, entre 1981 e 2002, ou seja, em ocupações cujas remunerações médias não chegam nem a R\$ 500,00, em ocupações que exigem pouca ou nenhuma qualificação. Concomitantemente a este movimento, observou-se a redução da participação relativa das ocupações melhor remuneradas entre os jovens da RMSP (Tabela 2.10).

Tabela 2.11. Estrutura Ocupacional Juvenil – Comércio - RMSP

Nível de Rendimentos	1981			1990			2002		
	Total	%	Renda*	Total	%	Renda*	Total	%	Renda*
Superior	2.605	0,9	4.855	6.220	2	3.705	1.665	0	3.260
Médio	14.715	5,2	1.730	25.770	7	1.650	19.125	4	1.875
Baixo	114.795	40,5	725	122.640	33,7	765	140.520	28,9	735
Inferior	116.665	41,2	365	116.425	32	365	216.200	44,5	400
Ínfimo	32.340	11,4	90	90.645	24,9	160	99.780	20,5	140
Total	283.265	100	595	363.485	100	600	485.600	100	510

* Valores em janeiro/2004. Deflator: INPC corrigido - IPEA/CESIT

Fonte: Bombach (2004)

“O comportamento estanque dos rendimentos reais ao longo das últimas duas décadas, com valores, em 2002, inferiores aos existentes em 1981, é o reflexo da estagnação econômica do período e do descaso público em

relação ao ingresso do jovem no mercado de trabalho. Ambos contribuem para que o excesso de força de trabalho barata e abundante inunde os departamentos pessoais e mesas dos relações públicas munidos de *curriculum vitae*. Além da precarização dos ocupados, o drástico avanço da desocupação juvenil endossa estatisticamente esta idéia⁴¹

Na Tabela 2.11, abrimos a estrutura ocupacional das ocupações juvenis com remunerações inferiores a R\$ 250,00 (nível ínfimo) no setor de comércio, de acordo com os grupos ocupacionais: profissionais autônomos, classe média assalariada, trabalhadores autônomos, trabalhadores assalariados e trabalhadores não remunerados urbanos (≥ 15 horas). Observa-se que a precarização do mercado de trabalho não se restringiu à massa trabalhadora, atingindo também a classe média, com uma ampliação impressionante - de 530% entre 1981 e 2002 - das ocupações típicas de classe média cujas remunerações eram inferiores à R\$ 250,00, implicando a perda do “padrão de vida” destas famílias⁴². Henrique (1999) enriquece este contexto:

“A destruição de empregos e o desemprego que se generalizou para segmentos médios põem ainda a disposição uma massa significativa de potenciais prestadores de serviços, que podem se tornar mais baratos e mesmo de melhor qualidade, fornecido por pessoas “bem-educadas”. As possibilidades de acomodar essa massa em atividades ditas informais e, mais, sem provocar uma deterioração dos níveis de renda da maioria aí inseridos já revelam ser mais uma questão de fé. O acirramento das disputas nessas atividades, num quadro de baixo crescimento econômico e baixos níveis de renda da maioria da população, tende a ampliar a desigualdade de inserção e rendimento nessas atividades: a maioria (mesmo mais

⁴¹ Bombach, 2004, p. 80

⁴² É importante destacarmos que o termo “classe média” é utilizado na metodologia de Quadros tanto na definição dos “padrões de vida” associados às faixas de rendimento (entre R\$ 1.250,00 e R\$ 2.500,00, como na Tabela 10) e dos grupos ocupacionais relativos às ocupações típicas de classe média (entre as ocupações autônomas: vendedores em lojas ou mercados, supervisores da construção civil, representantes comerciais, designers, escultores e afins, advogados; entre as profissões assalariadas: vendedores em lojas ou mercados, escriturários e auxiliares administrativos, professores de nível médio, gerente de área de apoio e de produção, recepcionistas e secretárias). Esta distorção observada com as ocupações típicas de classe média tendo como contrapartida um “padrão de vida” muito ruim (correspondente ao nível ínfimo de rendimento) revela um aspecto central da crise de reprodução social brasileira nos últimos vinte e seis anos de baixo crescimento econômico e do aumento do desemprego e da informalização, especialmente ao longo da década de 1990.

qualificada) insere-se em condições ainda mais precárias e com menores rendas e uma minoria de “mais capacitados e bem relacionados” de todo tipo consegue obter remunerações elevadas. O virtuosismo do “informal” está de fato reservado para uma minoria que consegue se inserir em nichos favoráveis de mercado, comandar e manter atividades terceirizadas para empresas e organizações, ou prestar serviços para ricos”⁴³

Tabela 2.12. Nível ínfimo – Oportunidades Ocupacionais - Comércio

Grupos Ocupacionais	1981			1990			2002		
	Total	%	Renda*	Total	%	Renda*	Total	%	Renda*
Profissionais Autônomos	-	-	-	-	-	-	41.160	4,3	105,0
Classe Média Assalariada	5.170	16,3	185	40.880	45,1	190,0	27.440	28,3	195,0
Trabalhadores Autônomos	2.125	6,7	130	3.555	3,9	105,0	5.820	6	175,0
Trabalhadores Assalariados	10.395	32,5	160	35.550	39,2	180,0	31.590	32,7	190,0
Trab. Não Rem. (>=15h) urbano	14.215	44,5	0	10.665	11,8	27440,0	27.440	28	0,0
Total	31.905	100	90,0	90.645	100	160,0	96.455	100	140,0

* Valores em janeiro/2004. Deflator: INPC corrigido - IPEA/CESIT

Fonte: Bombach (2004)

2.3.2. A Cor e o Gênero em um Quadro Ocupacional Desigual

Continuando. A pergunta que devemos trazer a tona é se este quadro é comum a todos os jovens da RMSP, ou se afeta discriminadamente a um grupo mais do que a outro. Infelizmente a resposta é afirmativa, não apenas para a população jovem, mas para o conjunto da população adulta uma vez que alguns grupos apresentam vantagens ou desvantagens sobre outros nos diferentes tipos de ocupação, seja em função da origem social, da cor e/ou do gênero⁴⁴ expressos nas desigualdades de inserção ocupacional e nas diferenças dos rendimentos pessoais. Os dados de Bombach (2004), a partir da mesma estrutura sócio-ocupacional de Quadros, endossam estes preconceitos.

⁴³ Henrique, 1999, p. 183

⁴⁴ Entre os seguintes segmentos sociais: mulheres brancas, homens brancos, mulheres pretas e pardas (mulheres negras) e homens pretos e pardos (homens negros).

Tabela 2.13. População de 15 a 24 anos – RMSP, 2002.

Setor de Atividades	Não Negros				Negros			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	%	Renda*	%	Renda*	%	Renda*	%	Renda*
Atividades Agrícolas	1,1	260,0	-	-	1,9	105	-	355,0
Indústria de Transformação	21,2	725,0	12,9	595,0	23,6	480	17,1	395,0
Outras Atividades Industriais	-	-	-	-	-	-	-	950,0
Construção Civil	4,7	490,0	1	415,0	10,2	380	-	615,0
Comércio	27,2	620,0	24,3	505,0	26,7	385	24,1	445,0
Alojamento e Alimentação	4,6	640,0	3,3	460,0	4,6	420	4,3	365,0
Transporte e Comunicação	9,5	810,0	4	925,0	7,3	725	4	465,0
Setor Financeiro	3,9	1060,0	5,1	1015,0	1,7	610	1,8	435,0
Administração Pública	2	705,0	1,6	915,0	1,5	670	1	315,0
Educação, Saúde, Serviços Sociais	5,3	795,0	16,5	655,0	3,3	520	8,5	580,0
Outros Serviços	4,7	790,0	6,7	490,0	4,8	475	4,6	645,0
Outras Atividades	12,3	735,0	11,2	860,0	10	480	10,7	515,0
Serviços Domésticos	-	-	7,5	300,0	-	-	18	265,0
Nulos	3	310,0	5,7	265,0	3,8	265	4,9	205,0
Total	100	693,0	99,9	600,0	100	450	100	420,0

Fonte: Bombach, 2004

* Valores em janeiro/2004. Deflator: INPC corrigido. IPEA/CESIT

Do universo de 1,7 milhões de jovens ocupados em 2002, 56% eram homens para os quais o setor de comércio e a indústria de transformação apresentavam-se como os principais setores empregadores, independentemente de sua cor de pele. Mas quando esta variável – cor/raça – é inserida na análise da inserção ocupacional, observa-se que entre os jovens negros a construção civil se destaca como um dos setores que mais os emprega. Cerca de 10% desta população contra 4,7% dos jovens não- negros.

Entre a população feminina total também, o setor de comércio desponta como o principal empregador. Mas entre as mulheres brancas, o setor de serviços de saúde, educação e serviços sociais apresenta-se como o segundo setor que mais as emprega, ao passo que entre as jovens negras esta colocação fica a cargo do serviço doméstico que desponta como o segundo setor que mais as emprega: 18% das jovens negras são empregadas no serviço doméstico contra 7,5% das jovens brancas, agravado pelo fato de que os rendimentos médios desta ocupação ser 13% maior para as jovens brancas do que para as jovens negras. O

trabalho de Pochmann (2004) corrobora com este quadro acrescentando que entre os jovens de baixa renda, a participação no trabalho doméstico é mais expressiva (46,2% sendo mais de 26,8% remunerado), ao passo que entre os jovens de maior renda a ocupação no trabalho doméstico chega a ser residual, representando 7,9%, com 7% destas recebendo algum rendimento neste tipo de trabalho.

A desigualdade dos rendimentos pode ser observada tanto quando se compara a remuneração das mulheres com a dos homens – sendo pior para o grupo feminino –, como quando se compara a remuneração da população negra e não-negra. Estrutura-se uma nítida hierarquia social, visualizada em números pelas duas tabelas abaixo, que tem os homens brancos no seu topo, seguido pelas mulheres brancas, pelos homens pretos e pardos (homens negros) e, por último, pelas mulheres pretas e pardas (mulheres negras).

Se entre os homens e as mulheres brancos se observou um aumento da desigualdade dos rendimentos médios, mas camuflado por uma forte queda dos rendimentos masculinos (de 10%) e pelo aumento de 2% da remuneração feminina, quando inserimos o recorte da cor, esta desigualdade é muito mais acentuada (Bombach, 2004).

“O rendimento médio de uma mulher, negra, para a mesma atividade é no mínimo 30% inferior ao de um homem branco. Esse índice chega a 60% nos setores financeiro e administração pública e 50% na indústria. Focando no quesito gênero, permanece a desigualdade. Entre os não negros, a população feminina recebe em média de 15 a 20% a menos que os homens, dentro do mesmo setor de atividade. As exceções concentram-se na área de serviços: Administração Pública, Transporte e Comunicações e Outras Atividades. Já no tocante à população negra, a inferioridade salarial feminina chega a 50% na administração pública, apresentando uma situação inversa à apresentada entre homens e mulheres brancos”.⁴⁵

⁴⁵ Bombach, 2004, p. 86

Tabela 2.14.**Total de Jovens Ocupados – RMSP, 1990 e 2002**

Segmentos Sociais	Número de Ocupados (mil)		% Ocupados	
	1990	2002	1990	2002
Homens brancos	654	658	38,2	34,9
Mulheres brancas	513	555	30	29,5
Homens negros	337	398	19,7	21,1
Mulheres Negras	208	273	12,1	14,5
Total	1.712	1.884	100	100

Fonte: Bombach (2004)

Tabela 2.15.**Rendimentos Reais dos Jovens Ocupados – RMSP, 1990 e 2002**

Segmentos Sociais	Rendimentos Reais		Rend. Relativos	
	1990	2002	1990	2002
Homens brancos	770,0	693,0	100	100
Mulheres brancas	613,0	600,0	79,6	86,5
Homens negros	554,0	450,0	71,9	64,9
Mulheres Negras	455,0	420,0	59	60,6
Total	640,0	573,0	-	-

Fonte: Bombach (2004)

* Valores em janeiro/2004. Deflator: INPC corrigido - IPEA/CESIT

Desagregando a análise pelos cinco níveis de rendimentos adotados na estrutura sócio-ocupacional de Quadros, o trabalho de Bombach (2004) aponta que as diferenças mais significativas manifestam-se no nível superior, o nível que abrigava os maiores rendimentos. Observa-se que, em 2002, 80% de seus jovens ocupados, homens e mulheres, eram brancos. Este nível apresentou um encolhimento de 18% no total de ofertas de trabalho entre 1990 e 2002. Houve também uma redução relativa da participação masculina ao longo dos anos 90 (de 21,7%), onde o maior impacto se deu sobre os homens brancos (uma redução absoluta de 19,8 pontos percentuais, representando uma redução relativa de 43%). Ainda no nível superior, houve, por outro lado, um aumento expressivo de participação feminina branca entre os demais segmentos sociais (de 321% entre

1990 e 2002), mas acompanhada de uma redução de 43% de seus rendimentos reais no mesmo período.

Do outro extremo da estrutura ocupacional encontram-se as ocupações cujos rendimentos não superam R\$ 250, 00, o nível ínfimo da estrutura ocupacional, que entre 1990 e 2002 sofreu uma perda de 8% do total de seus rendimentos entre a população juvenil. No entanto, o aumento de 22,3% do total de suas ocupações (representando em 2002 417,7 mil ocupações) foi absorvido, principalmente, pela população negra que aumentou em 5,7 pontos percentuais sua participação no total de ocupados. Ao mesmo tempo, observa-se o aumento da participação relativa desta população entre os sem ocupação com renda, em atividades remuneradas superiores a 15 horas semanais e em trabalhos autônomos e o trabalho doméstico se destacando em termos absolutos (Bombach, 2004).

Um ponto importante a destacarmos é o fato de que, em números absolutos, o total dos jovens ocupados em ocupações que remuneram menos que R\$ 250,00 é muito superior ao total de jovens ocupados no nível superior (em 2002, 22,7 mil jovens no nível superior contra 417,7 mil jovens ocupados no nível ínfimo). Esta distorção origina-se do acesso diferenciado às ocupações melhor remuneradas, que acaba conformando, nas palavras de Bombach (2004), um verdadeiro “mercado de trabalho de “castas””. Segundo Quadros (2004), esta realidade “resulta de complexos e interativos mecanismos de discriminação, preconceito, diferenciação, superexploração, etc. cuja compreensão requer a análise de suas raízes e determinações histórico- culturais”⁴⁶. Mecanismos que atualmente se fazem sentir com uma brutalidade acentuada sobre a população juvenil e, em parte, explicitados na interação da educação prolongada e de qualidade restrita aos membros das classes melhor situadas com as “exigências” de escolarização elevada do mercado de trabalho (Quadros, 2001).

⁴⁶ Quadros, 2004, p. 4

2.3.3. A Escolaridade e o Mercado de Trabalho

Neste tópico abordaremos a relação entre o nível de escolaridade da população economicamente ativa juvenil e a inserção no mercado de trabalho, para em seguida destacarmos a fragilidade da qualidade do ensino básico brasileiro. O nível de escolaridade será classificado da seguinte maneira: para aqueles que possuem até 8 anos de estudo, como ensino fundamental - completo ou incompleto -; para aqueles que possuem de 9 a 11 anos de estudo como ensino médio – completo ou incompleto – e para aqueles com 12 anos ou mais de estudo como ensino superior, completo ou incompleto.

Tabela 2.16. População Total Ocupada por Níveis de Escolaridade na RMSP

Escolaridade	1981			1990			2002		
	Total ¹	%	Renda*	Total ¹	%	Renda*	Total ¹	%	Renda*
Fundamental	4.700	75,3	870	5.210	68	790	5.085	51	670
Médio	860	13,8	1.580	1.365	17,8	1.425	2.985	29,9	960
Superior	675	10,9	3.400	1.085	14,2	3.085	1.095	19,1	2.720
Total	6.235	100	1.240	7.660	100	1.220	9.980	100	1.135

¹ Em mil indivíduos

* Valores em janeiro/2004. Deflator: INPC corrigido - IPEA/CESIT

Fonte: Bombach (2004)

Tabela 2.17. População Jovem Ocupada por Níveis de Escolaridade na RMSP

Escolaridade	1981			1990			2002		
	Total ¹	%	Renda*	Total ¹	%	Renda*	Total ¹	%	Renda*
Fundamental	1.095	67,1	545	1.045	61	500	460	24,4	430
Médio	400	24,4	760	485	28,3	730	1.060	56,2	485
Superior	140	8,5	1.290	185	10,7	1.185	365	19,4	1.020
Total	1.635	100	661,9	1.715	100	639,7	1.885	100	570

¹ Em mil indivíduos

* Valores em janeiro/2004. Deflator: INPC corrigido - IPEA/CESIT

Fonte: Bombach (2004)

Entre o total da população ocupada da RMSP, observa-se uma proporção de ocupados com ensino fundamental mais expressiva do que entre a população juvenil, expressando em alguma medida, a perda de espaço dos jovens no mercado de trabalho em ocupações cuja escolaridade é mais baixa quando comparada à participação da população adulta. Ao tomarmos o ensino médio, observa-se que sua participação relativa no total da população ocupada na RMSP aumentou expressivamente, com uma participação de 13,8% em 1981 para quase 30% em 2002.

Quando nos voltamos à população juvenil, observamos uma melhora acentuada da sua situação educacional ao longo destes anos, especialmente na década de 90, quando o crescimento absoluto do número de jovens no sistema educacional de 171 mil alunos representou uma taxa de crescimento de 10%, frente à expansão de 5% nos anos oitenta. Do total dos jovens ocupados que estudam na RMSP em 2002, 24,4% estavam no ensino fundamental, 56,2% cursavam ou haviam concluído o ensino médio – uma participação relativa muito mais expressiva do que a observada na população total - e apenas 19,4% cursavam ou haviam concluído o ensino superior, esboçando as enormes desigualdades nas oportunidades de educação uma vez que a maioria dos jovens ocupados não ultrapassa a barreira do ensino médio.

À medida que nos aproximamos e depuramos os dados que acompanham o crescimento expressivo de alunos no ensino médio - de 118,5% nos anos 90, representando um crescimento absoluto de 574 mil matrículas – observa-se que além de ser o grau de instrução cuja taxa de crescimento foi mais expressiva, apresentou também a queda dos rendimentos relativos mais acentuada, de 36,2%, seguida pela perda de 21,1% dos rendimentos para os jovens do ensino fundamental e de 20,9% para os jovens universitários (Tabela 15).

A despeito da redução dos rendimentos reais dos jovens do ensino superior, estes recebem, em média, duas vezes mais do que outros com ensino médio e 2,4 vezes mais quando comparados a um jovem do ensino fundamental. Ao longo destes 21 anos houve uma ampliação do número de jovens universitários, mas que, de maneira alguma, mitigou o claro afunilamento de acesso ao sistema educacional brasileiro superior, consolidando a concepção da educação brasileira como um verdadeiro “monopólio social”⁴⁷: de um total de 1,7 milhões de jovens ocupados na RMSP, apenas 365 mil freqüentavam ou haviam concluído o ensino superior (21,5%).

No contexto de enxugamento dos postos de trabalho, não se observa a contrapartida de melhores ocupações ou salários, nem a ascensão social da

⁴⁷ O termo “monopólio social” é extraído de Cardoso de Mello e Novais (1998).

grande maioria dos jovens a medida que estes galgam níveis educacionais melhores.

O avanço quantitativo da escolarização em todos os segmentos populacionais na década de 1990 é, até certo ponto, um reflexo das crescentes exigências educacionais praticadas no mercado de trabalho pelas empresas contratantes. O grau de escolaridade elevado, assim como a experiência profissional, passou a ser repetidamente apontado pelas próprias empresas como requisito necessário a seus trabalhadores para que estes dominassem as novas técnicas organizacionais e tecnológicas que se desenvolviam na esfera microeconômica. Ao mesmo tempo em que o baixo dinamismo econômico e a reestruturação produtiva “modernizante” geravam um expressivo excedente de mão-de-obra. Neste contexto, o grau de escolaridade elevado foi alçado a critério de seleção profissional para os inúmeros candidatos às novas e escassas vagas criadas, mas sem que houvesse, fundamentalmente, uma relação funcional entre o posto criado e a escolaridade exigida (Lourenço, 2002).

O grau de escolarização elevado assume um papel essencial no processo de inserção ocupacional dos jovens no mercado de trabalho mas não garante, por si só, melhores ocupações e/ou rendimentos mais elevados. A educação consolida-se como um caminho individual para se ter alguma chance de inserção ocupacional, mas um caminho frágil, onde os percalços são muitos, apresentando-se como uma defesa individual precária contra a elevação do desemprego e a redução dos rendimentos (Pochmann, 2004; Quadros, 2001).

Quando partimos para a análise da estrutura sócio-ocupacional com a distribuição dos jovens ocupados, segundo o grau de escolaridade, nos cinco níveis sociais da estrutura proposta, a desigualdade social brasileira ganha cores muito mais fortes.

Tabela 2.18.**Evolução da Estrutura Ocupacional – Jovens Ocupados, RMSP, 2002**

Estrutura Ocupacional	Ensino Fundamental			Ensino Médio			Ensino Superior		
	Total	%	Renda*	Total	%	Renda*	Total	%	Renda*
Superior	1.664	0,4	5610,0	3.328	0,3	4005,0	16.629	4,6	3770,0
Médio	9.146	2	1805,0	25.780	2,4	1685,0	58.202	15,9	1800,0
Baixo	108.921	23,6	685,0	310.152	29,3	740,0	188.760	51,7	845,0
Inferior	188.756	41	390,0	457.337	43,2	400,0	55.711	15,3	410,0
Ínfimo	144.691	31,4	150,0	246.129	23,3	155,0	24.949	6,8	65,0
Total	460.661	100	430,0	1.058.528	100	485,0	365.040	100	1.020,0

Fonte: PNAD, IBGE apud Bombach, 2004

Ao tomarmos os níveis sociais da estrutura sócio-ocupacional dos jovens ocupados na RMSP no ano de 2002, observa-se como o claro afunilamento educacional, calcado nos níveis de rendimento associados a distintos “padrões de vida”, se impôs como um elemento divisor de águas do quadro educacional juvenil. Na prática, a dinâmica excludente do mercado de trabalho brasileiro vem “deteriorando as vantagens potencialmente oferecidas pela educação, além de aumentar as desigualdades de renda para os mesmos níveis educacionais”⁴⁸.

Observa-se uma concentração dos jovens ocupados nos estratos inferiores da estrutura ocupacional, balizando um quadro onde 72,4% do total de jovens do ensino fundamental (333.447 jovens) e 66% dos jovens no ensino médio (700 mil jovens) possuíam rendimentos menores que R\$ 500,00. No ensino superior, 22,1% (80 mil jovens) apresentavam um padrão de vida inferior à baixa classe média, cujos rendimentos eram menores que R\$ 500,00 ao mês e destes, 25 mil recebiam em média R\$ 65, 00 ao mês (Bombach, 2004).

Ao nos focarmos na situação dos estratos superior e médio buscando elementos que possam corroborar com a correlação entre o aumento dos níveis de escolaridade e o aumento dos rendimentos médios e do status social, não os encontramos. Bombach (2004) bem aponta como a “aquisição de, no mínimo, mais três anos de estudos, o que faz elevar o nível de escolaridade do primeiro para o segundo grau, não representa, de acordo com os dados, o acesso às

⁴⁸ Pochmann, 2004, p. 387

camadas superiores”⁴⁹, uma vez que o percentual de jovens nos dois estratos ocupacionais (superior e médio) é praticamente igual entre aqueles que possuem até 8 anos de estudo (2,4%) ou de 9 a 11 anos de estudo (2,7%). O que se observa nestes dois estratos ocupacionais é uma concentração de sua população juvenil no ensino superior, ao passo que os demais estratos têm sua população juvenil concentrada no ensino médio, reforçando o conceito da educação superior como um “monopólio social”.

Quando observamos a situação dos jovens negros, esta situação é ainda mais dramática, não apenas para a aquisição dos requisitos educacionais que o mercado de trabalho exige, mas também no que se refere às dificuldades de superação dos preconceitos no mercado de trabalho sintetizados nas ocupações precárias que lhes são ofertadas, em termos das atividades desenvolvidas e dos rendimentos auferidos.

Sinteticamente, os dados das três tabelas abaixo apontam para uma concentração dos jovens negros ocupados nos últimos níveis da estrutura ocupacional independente do nível de escolaridade. Dos jovens negros ocupados que cursavam ou haviam cursado o ensino fundamental, 78,4% recebiam até R\$ 500,00 mensais em 2002 na RMSP, o mesmo sendo observado no ensino médio (75,1%) apesar deste representar um nível de escolarização mais elevado.

⁴⁹ Bombach, 2004, p. 116

Tabela 2.19.

Nível Fundamental – Jovens Ocupados, RMSP, 2002

Estrut. Ocup.	Não Negro			Negro		
	Total	%	R. média*	Total	%	R. média*
Superior	-	-	-	-	-	-
Médio	8.310	3,6	1.840,0	-	-	-
Baixo	66.510	28,9	700,0	41.405	18	655,0
Inferior	78.160	33,9	395,0	110.600	48	385,0
Ínfimo	72.340	31,4	155,0	72.355	31,4	150,0
Ignorados	5.005	2,2	-	5.980	2,6	-
Total	230.325	100	500,0	230.340	100	365,0

* Valores em janeiro/2004. Deflator: INPC corrigido - IPEA/CESIT

Fonte: Bombach (2004)

Tabela 2.20.

Nível Médio – Jovens Ocupados, RMSP, 2002

Estrut. Ocup.	Não Negro			Negro		
	Total	%	R. média*	Total	%	R. média*
Superior	-	-	-	-	-	-
Médio	21.620	3,3	1.675,0	-	-	-
Baixo	220.355	33,3	750,0	89.800	22,6	710,0
Inferior	268.585	40,6	400,0	188.750	47,5	395,0
Ínfimo	136.360	20,6	150,0	109.760	27,6	160,0
Ignorados	14.145	2,1	-	9.150	2,3	-
Total	661.065	100	515,0	397.460	100	430,0

* Valores em janeiro/2004. Deflator: INPC corrigido - IPEA/CESIT

Fonte: Bombach (2004)

A situação crítica não é nem mesmo revertida para os jovens negros que freqüentam ou que já haviam concluído o ensino superior, uma vez que 25% destes jovens (11 mil em números absolutos) estavam alocados em empregos de péssima remuneração (até R\$ 500,00) e com mais de metade da população jovem negra com ensino superior inserida no nível baixo da estrutura sócio-ocupacional, lhes proporcionando um padrão de vida típico de baixa classe média (Bombach, 2004).

Tabela 2.21.

Nível Superior – Jovens Ocupados. RMSP, 2002

Estrut. Ocup.	Não Negro			Negro		
	Total	%	R. média*	Total	%	R. média*
Superior	14.965	4,7	3.820,0	1.660	4	3.325,0
Médio	53.215	16,5	1.815,0	4.985	12	1.660,0
Baixo	165.480	51,4	860,0	23.280	53,8	765,0
Inferior	47.395	14,7	405,0	8.315	19,2	440,0
Ínfimo	22.450	7	60,0	2.490	5,8	100,0
Ignorados	18.295	5,7	-	2.505	5,8	-
Total	321.800	100	1.045,0	43.235	100	870,0

* Valores em janeiro/2004. Deflator: INPC corrigido - IPEA/CESIT

Fonte: Bombach (2004)

No início deste capítulo expusemos o movimento ascendente das taxas de desemprego juvenil entre 1981 e 2002. No entanto, ao tomarmos as taxas de desemprego da população brasileira total de acordo com os níveis de escolaridade, fica claro a excludente dinâmica do mercado de trabalho brasileiro e seu papel como perpetuador das desigualdades brasileiras ao longo dos anos 90. Os dados de Pochmann (2004) – relativos ao período 1992 e 2002 – apontam que a taxa de desemprego entre os grupos de maior renda sofreu uma inflexão para baixo entre a faixa de estudo de 9 anos (fundamental completo) e a de 15 ou mais anos de estudo (superior incompleto), enquanto que na classe de baixa renda, à medida que a escolaridade se eleva, o desemprego cresce.

A ampliação do processo discriminatório no interior do mercado de trabalho, de acordo com as distintas faixas etárias – entre jovens e adultos principalmente -, a cor/raça e o gênero dos indivíduos, conforma um verdadeiro ciclo vicioso de ampliação das desigualdades que impede que a educação revele o seu “potencial transformador das relações humanas e da agregação de valor à produção no Brasil”⁵⁰.

Ao longo destes anos, observou-se a deterioração das condições de funcionamento do mercado de trabalho brasileiro, que ao invés de ser refreada

⁵⁰ Pochmann, 2004, p. 384

pela expansão do sistema educacional, corroborou com o desperdício e com o desgaste dos avanços quantitativos educacionais conquistados em ocupações precárias e de baixa qualidade. A persistência das péssimas condições do mercado de trabalho conduziu às segmentações ocupacionais ainda mais acentuadas, com a exclusão dos mais pobres dos empregos nos segmentos educacionais mais elevados. O significado desta dinâmica vai além da dimensão ocupacional, uma vez que a melhoria da situação social e a conquista da cidadania no país está intimamente imbricada à dissolução deste ciclo vicioso.

Atualmente, a educação parece ter se consolidado como uma defesa “profundamente precária contra a elevação do desemprego e a queda do nível de renda”⁵¹.

“À medida que se eleva a escolaridade da população de baixa renda, acompanha, em indicadores mais expressivos, o desemprego. O mercado de trabalho, diante da enorme escassez de emprego e do elevado excedente de mão-de-obra no país, termina observando a manifestação mais evidente da discriminação, sobretudo quando se trata da população de menor renda e mais escolaridade. Dessa forma, nota-se que, do ponto de vista da oferta educacional mais escolarizada, o desempenho do Brasil na década passada mostrou incrementos importantes, ainda que se possa questionar acerca da qualidade”⁵²

2.4. A Qualidade Educação Básica e o Mercado de Trabalho

Os desafios para a consolidação de um sistema de educação público e de qualidade ainda são muitos e estão longe de serem superados no Brasil. Ao abordarmos a relação entre a escola e o mercado de trabalho, importantes questões sobre estes desafios vêm à tona. No Brasil, a escolarização, desde os anos 30, esteve associada à possibilidade de mobilidade social. Nos anos 90, como vimos, as possibilidades de ascensão social através da educação pública não mais se apresentam para o conjunto da população jovem. Ao mesmo tempo

⁵¹ Pochmann, 2004, p. 385

⁵² Idem, p. 388

em que, entre os jovens, há um claro “reconhecimento de que as trajetórias escolares são condições **necessárias** de inserção e de sobrevivência no mercado de trabalho, mas não constituem condições **suficientes** para ancorar o conjunto de expectativas anteriormente atribuídas ao projeto escolar”⁵³. Na fala desses atores é patente o reconhecimento da perda do significado da escolaridade como credencial de garantia a uma vaga de emprego: “falta emprego para quem tem escolaridade ou não. Tem gente por aí formado, e não consegue emprego”⁵⁴. Em outra fala: “porque a primeira coisa que se exige para conseguir emprego é estudo, até para ser catador de lixo”⁵⁵.

É justamente esta perda da possibilidade de ascensão social e a necessidade de requisitos educacionais mínimos para a inserção, mesmo que precária, no mercado de trabalho que impõem um elevado grau de ambigüidade nas relações entre os alunos e a escola: ao mesmo tempo em que a referência de mobilidade social pela educação é corroída, a escola não é capaz de criar novos referenciais que a valorize aos olhos dos adolescentes e jovens (Sposito, 1998).

Paradoxalmente, a ausência de significados positivos para a vida escolar caminha ao lado das novas exigências de domínio de linguagens, de conhecimento de informações, entre outras habilidades em um “mundo no qual a informação e os conhecimentos se acumulam e circulam através de meios tecnológicos cada vez mais sofisticados e poderosos, o papel da escola deve ser definido pela sua capacidade de preparar para o uso consciente, crítico, ativo dos aparatos que acumulam a informação e o conhecimento”⁵⁶. Estas mudanças demandam uma escola que valorize o convívio, as relações face a face, oferecendo um “diálogo direto, um intercâmbio com pessoas reais em que os instrumentos técnicos sejam o que são, instrumentos e não fins em si mesmos”⁵⁷.

Esta escola deve incorporar novas funções sociais, uma nova maneira de organizar o trabalho didático e, conseqüentemente, desenvolver uma nova

⁵³ Cacciamali e Braga, 2002, p. 15

⁵⁴ Fala de um jovem extraída do trabalho de Castro e Abramovay (2002)

⁵⁵ Fala de um jovem extraída do trabalho de Castro e Abramovay (2002)

⁵⁶ Tedesco, 2002, p. 27

⁵⁷ Idem p. 27

concepção do espaço físico e da arquitetura escolar para acompanhar as necessidades de formação das crianças, dos adolescentes e jovens que vão além da aquisição de conhecimentos matemáticos, de língua portuguesa, de ciências sociais, etc., tradicionalmente lecionados em salas de aulas. Mais do que ministrar ensino, deve transmitir cultura, deve engendrar um processo de formação humana onde o aluno descubra e desenvolva o conjunto de suas potencialidades, tornando-se um espaço de encontro, de estímulos à aprendizagem e à participação, convidando os jovens à resolução de problemas, através do grêmio estudantil, ou os envolvendo em projetos interdisciplinares, disponibilizando os conhecimentos aprendidos a serviço da comunidade (Alves, 2001; Madeira, 1999).

As escolas deverão assim ter mais do que salas de aula, dependências administrativas e um pequeno pátio. Deverão ser incorporados espaços para a biblioteca, para as salas de multimeios, para as salas de computação, para as salas de trabalho para pequenos grupos, para as salas de professores visando o atendimento aos alunos, os recursos para atender as necessidades culturais, esportivas, de saúde e lazer (Alves, 2001).

O desafio implícito para os professores seria construir uma nova didática não restrita aos livros-texto e às salas de aula, lançando mão de recursos tecnológicos como a internet e vídeos, recuperando, ao mesmo tempo, livros e outras obras clássicas como instrumentos para possibilitar o acesso dos alunos ao conhecimento culturalmente significativo. A aceitação deste desafio implicaria em outros, como a valorização das funções dos professores na transmissão do conhecimento (não mais de forma impositiva mas compartilhando com os alunos), na sua participação na programação, na direção e na avaliação dos alunos (Alves, 2001). Uma valorização capaz de lhes infligir o “desejo de se envolverem com os jovens, fornecendo instrumentos para um conhecimento sistemático da juventude e sensibilizando-os para seus problemas e necessidades”⁵⁸.

De uma maneira geral, as escolas públicas das periferias da RMSP não apenas apresentam uma rigidez pedagógica - “com tempos e espaços

⁵⁸ Dayrell, 2003, p. 189

segmentados, e uma grade curricular estanque, na qual o conhecimento, materializado nos programas e livros didáticos, se torna “objeto”, coisa a ser transmitida⁵⁹ - como têm o agravante de estarem imersas em um quadro generalizado de pobreza: inexistem livros e mapas nas salas de aula, não há estantes de livros nas salas de aula, as bibliotecas encontram-se muitas vezes fechadas (abrindo por curtos períodos durante a semana) (Wreford, 2003).

Assim como a infra-estrutura escolar adequada é um fator importante para a qualidade do ensino ofertado, este não deve ser tomado isoladamente. A qualidade das condições de trabalho do corpo docente, de sua formação e do projeto pedagógico escolar são elementos fundamentais, sendo muitas vezes capazes de superarem a debilidade da infra-estrutura disponibilizada.

Nos anos 90, ao mesmo tempo em que às escolas é repassada maior autonomia para a organização de seus projetos pedagógicos (abrangendo o desenho do currículo, a duração dos períodos de aulas e a organização de atividades entre os turnos), a implementação destes é, paradoxalmente, inviabilizada pela ausência de condições materiais e operacionais engendrada pelo contexto macroeconômico de enxugamento dos recursos públicos voltados aos setores sociais (Bruno, 2001; Oliveira, 2000).

Estrutura-se um sistema educacional que não disponibiliza a remuneração adequada aos seus professores, impedindo que estes tenham uma única jornada de trabalho para que pudessem se dedicar adequadamente às técnicas e métodos que exigem dedicação a cada aluno. Esta, juntamente com o planejamento pedagógico conjunto com outros professores e com a diretoria da escola, é impossibilitada. As próprias escolas, ao engendrarem uma elevada rotatividade de professores, incentivados pelas formas de contratação flexíveis vigentes no mercado de trabalho, dificultam o planejamento de longo prazo de medidas e projetos pedagógicos. Urge também a necessidade de uma formação de qualidade⁶⁰, de mais e melhor treinamento e de formação continuada para os

⁵⁹ Dayrell, 2003, p. 185

⁶⁰ Os dados do DIEESE (2005) informavam que, entre 1993 e 2003, apesar da evolução positiva da participação dos docentes com formação superior que se dedicam à educação básica no Brasil,

professores. Estas deficiências não serão superadas sem uma remuneração adequada e sem o tempo necessário para fazê-lo (Dayrell, 2003; Zagury, 2006).

O que se pode de fato apontar é uma triste simbiose entre a insuficiência de recursos voltados à educação e o modelo educacional vigente, mais especificamente, de uma escola “rígida”, onde os diálogos dos alunos com os professores, os funcionários e a direção, são difíceis.

A péssima formação educacional dos jovens que concluem o ensino básico, a defasagem e a evasão escolar são apontadas por especialistas da área como as principais expressões das precárias condições do processo de ensino básico e do modelo de escola vigente.

Se entre 1993 e 2003, o Brasil apresentou uma melhora quantitativa dos índices educacionais, com uma redução de quase 30% da taxa de analfabetismo e um aumento do nível médio de escolaridade de 5 anos para 6,4 anos, esta é minimizada à medida que nos aproximamos do universo educacional brasileiro, expondo a fragilização da instituição “escola” como referência de valores aos adolescentes e jovens em seus processos de construção como sujeitos.

Em 2005, mais de 97% das crianças brasileiras de 7 a 14 anos freqüentavam o ensino fundamental. Mas a taxa de repetência da 1ª a 4ª série era altíssima, de 21%. A título de comparação, o Camboja apresentou uma taxa de repetência de 11%, o Haiti de 16% e Ruanda de 19%. Os índices da Argentina e do Chile foram, respectivamente, 6% e 2% (Takahashi, 2006).

Segundo os dados do sistema nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), em 2001, “59% das crianças da 4ª série, ou seja, com quatro anos de escolarização, ainda eram analfabetas e, o que é pior, a tendência detectada foi de uma queda progressiva nos padrões de rendimento escolar. Os dados projetam a existência de cerca de 980 mil crianças na 4ª série do Ensino Fundamental que

ainda temos um longo caminho a percorrer: 60% dos professores têm nível superior e 40% apenas ensino médio. Zagury (2006), tomando uma amostra significativa de 1.172 professores, revela uma proporção semelhante aos dados do DIEESE, acrescentando que 4% dos professores não tinham qualquer formação pedagógica, 4% afirmaram ter “outros tipos de formação” (78% dos quais eram cursos de especialização) e apenas 2% tinham mestrado.

não sabem ler (desempenho muito crítico) e mais de 1.600.000 que são capazes de ler apenas frases simples (desempenho crítico)”⁶¹.

À medida que a idade dos alunos aumenta, os desafios para o sistema educacional brasileiro se acentuam. Em 2003, 50% dos jovens de 15 a 24 anos que alcançaram o nível fundamental possuíam algum atraso escolar: 20,4% dos estudantes de 18 a 24 anos ainda cursavam o ensino fundamental e cerca de 40% ainda cursavam o ensino médio. Neste ano, observou-se uma defasagem escolar muito maior entre os negros e pardos, onde 33% desses jovens de 20 a 24 anos ainda freqüentavam o ensino fundamental (contra 10% entre os brancos)⁶². Pode-se de fato afirmar que os jovens com defasagem escolar persistem na escola por pura tenacidade, acumulando atrasos que os colocam em desvantagem em relação aos jovens que fizeram o percurso educacional com poucas repetências.

O abandono escolar também é um sério problema a ser enfrentado pelo sistema educacional brasileiro. Tomando os dados do Censo Demográfico de 2000 relativos à população de 15 a 24 anos, observa-se uma percentagem excessivamente mais elevada de jovens que não estudam e que não freqüentam a escola na faixa etária de 20 a 24 anos (74,8%), mas sendo também expressiva entre os jovens de 15 a 19 anos (33,7%). Entre os jovens de 15 e 19 anos não-brancos, 36% estavam fora da escola, enquanto a proporção correspondente à população branca era um pouco menor (32%). Entre os jovens mais velhos, 77% dos não-brancos estavam fora da escola, entre os brancos esta proporção era de aproximadamente 73% (Sposito, 2003).

⁶¹ Zagury, 2006, p. 16

⁶² Dados do relatório do IBGE relativo à PNAD 2003.

Tabela 2.22.

**População infantil e jovem que não freqüenta creche ou escola,
por cor ou raça. Brasil, 2000 (em %)**

Grupo etário	Branca	Não-Branca	Total
0 a 4	83,3	85	84,1
5 a 9	12,5	17,5	15
10 a 14	3,9	6,8	5,4
15 a 19	31,8	35,7	33,7
20 a 24	72,7	76,9	74,8
25 a 29	87,9	89,1	88,5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 apud Sposito (2003)

2.4.1. Algumas Considerações sobre a Dinâmica Interna das Escolas Públicas

Há um consenso entre os especialistas em educação básica de que a crise qualitativa do sistema educacional brasileiro vai além da questão da acessibilidade das instituições de ensino, da construção de mais escola, de mais salas de aula e de mais qualificação do magistério. Todas estas são condições necessárias, mas não suficientes para a superação do atual quadro de fracasso escolar brasileiro. É justamente neste ponto que os trabalhos de Dayrell (2003), de Madeira (1999) e de Sposito (1998) têm a acrescentar. Trabalhos voltados para a dinâmica interna da escola que destacam a importância de se “propiciar a possibilidade de outra convivência e de novos significados para um presente democrático no interior da vida escolar capaz de sinalizar algum valor positivo para crianças, adolescentes e jovens”⁶³.

As escolas brasileiras, de uma maneira geral, pouco conhecem os jovens que as freqüentam – as suas visões de mundo, os seus desejos, o que fazem com o tempo livre, com quais expressões culturais se envolvem. Com a ampliação do acesso escolar às camadas populares e com a adoção do sistema de ciclos e progressão continuada, a diversidade sociocultural dos alunos vem sendo

⁶³ Sposito, 1998, p. 16

acentuada, exigindo uma flexibilidade a qual o atual sistema educacional não responde (Dayrell, 2003). A estrutura escolar e os projetos pedagógicos dominantes nas escolas não respondem também aos desafios postos a educação contemporânea, expostos anteriormente.

Madeira (1999), comparando informações relativas à opinião dos professores e das diretorias das escolas a respeito de jovens que combinavam escola e trabalho no início da década de 1980 com informações colhidas em 1997, observa que poucos avanços qualitativos foram observados. Nos anos 80, em uma **escola particular** de classe média intelectualizada, que oferecia cursos noturnos a situação era a seguinte:

“A equipe pedagógica, através da experiência acumulada de trabalho com adolescentes, defendia a idéia de que a única forma de garantir a adesão do jovem à escola e ao conteúdo da grade curricular era trabalhando a escola como um espaço privilegiado de sociabilidade, desenvolvendo com força o sentido da associação entre estar naquela escola e o “pertencimento” a um grupo, proposta sempre fundamental quando se trata do relacionamento com adolescentes e jovens. O aluno não podia ser um número, ele era alguém, de preferência identificado com algum dos diferentes grupos que se organizavam no colégio de acordo com interesses. Os grupos, segundo a equipe da escola, manifestavam-se externamente por um visual mais ou menos agressivo, mas o fundamental era entender o jovem, sobretudo quando ele era agressivo, pois, freqüentemente, o visual estava completamente descolado das características de personalidade do adolescente”⁶⁴.

Já em uma **escola pública** da Zona Sul de São Paulo onde a diretora pretendia extinguir os cursos noturnos a situação era bem diferente.

“A diretora relatou, com muita seriedade e a convicção de quem está cumprindo fielmente seu papel de servidora dos interesses do Estado, que estava extinguido o curso noturno porque os alunos que trabalhavam durante o dia não freqüentam a escola para aprender, para estudar. Eles não têm, o

⁶⁴ Madeira, 1999, p.58

que segundo ela seria o “natural”, aquela responsabilidade de quem precisa ajudar a família; o que eles querem mesmo é se divertir – encontrar amigos, namorar, ouvir música e até, quem diria, ocupar a escola nos fins de semana para jogar basquete e organizar o time de futebol. Além disso, é claro, a escola estava sendo tomada por “elementos” perigosos, estes sempre descritos pelo seu visual, pela forma de se vestir ou se comportar”⁶⁵

Pelo conteúdo dos dois depoimentos, observa-se que é explícita a dificuldade que os professores e a direção da escola têm para compreender o jovem pobre. O que é considerado natural pela diretoria da escola em relação aos jovens de classe média é traduzido como desvio ou transgressão quando se trata de jovens pobres (Madeira, 1999). Uma contradição assentada no preconceito, construída sobre as expectativas de “como “deveria ser um jovem pobre ideal” ou “sobre como a mídia trata os jovens e suas famílias” do que a aproximação do que é o “jovem real” (...) É como se dissessem: sabemos tratar com adolescentes, mas pobres não têm direito à adolescência”⁶⁶.

Esta forte contradição entre as duas situações se manteve ao longo dos 14 anos seguintes, a despeito da democratização do acesso ao ensino médio. Madeira (1999) aponta uma pesquisa realizada pelo Cenpec⁶⁷ que buscava “conhecer melhor a distância que se estabelece entre o tipo de jovem que a escola pública supõe ser seu aluno e o jovem que de fato está lá”⁶⁸. É interessante notar como os discursos dos professores coletados por esta pesquisa se sobrepõem aos discursos coletados por Dayrell⁶⁹ (2003). Não se pode ignorar que aos

⁶⁵ Madeira, 1999, p. 58

⁶⁶ Madeira, 1999, p. 58

⁶⁷ Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec). 1999.

Pertencer: subjetividade, socialização e saber. São Paulo, v.3, (Coleção Jovens e Escola Pública).

⁶⁸ Cenpec, 1999 apud Madeira, 1999, p. 59

⁶⁹ Na pesquisa realizada por Dayrell (2003) com professores da rede pública da cidade de São Paulo, estes descrevem e levantam vários aspectos negativos sobre os alunos. “Os jovens não têm limites, estão desiludidos, apáticos, não têm valores e responsabilidade. Não demonstram objetivos claros quanto à realização de suas potencialidades e são rebeldes, petulantes, atrevidos, acomodados, carentes e irreverentes (...) não respeitam regras e valores. Vivem sob a lei do mais forte, são preguiçosos, não se preocupam com os estudos, são imediatistas, desmotivados, despreocupados, desesperançosos e sem perspectivas de vida. Não tem noção do certo e do errado, banalizam a violência, estão presos a imagens, não aproveitam as oportunidades, são carentes, insatisfeitos, não têm rumo, utopias, sonhos” (Dayrell, 2003, p. 180). Enfim, nota-se um claro predomínio das representações negativas e preconceituosas em relação à juventude que não

professores, as dificuldades institucionais (de péssima remuneração, de condições de trabalho nas escolas, etc.) presentes em suas rotinas escolares tendem a fragilizar a relação destes com os alunos, acentuando a tensão e os conflitos entre esses atores. Muitas vezes, alunos de faixa etária e de origem social distintas da do professor que se apresentam com “comportamentos e valores pertencentes a um mundo adulto e juvenil diferente do seu”⁷⁰.

“Os educadores têm dificuldades de perceber o que os jovens são, o que eles fazem e o que pensam: aparecem como sujeitos vazios ou problemáticos (...) se o processo educativo é essencialmente uma relação, como é possível educar se o Outro é visto na sua negatividade? Essa realidade torna-se ainda mais preocupante quando se constata que esta postura não é apenas da escola, mas também de outras instituições do mundo adulto, como o trabalho. (...) que espaços e situações a juventude tem encontrado para dialogar com o mundo adulto, para aprofundar a compreensão de si mesmo e da sociedade e para definir seus projetos de vida?”⁷¹.

As mudanças no perfil dos alunos do ensino básico, com realidades e culturas diferentes é uma realidade que ainda não foi assimilada pelo sistema educacional como um todo (com exceção de algumas experiências educacionais isoladas), o que se apresenta como uma verdadeira barreira à conquista da educação com qualidade. Pode-se responsabilizar assim, não de maneira exclusiva, as características do próprio sistema educacional básico pelas deficiências escolares cuja superação é complexa, mas necessária. Uma complexidade que responde pela necessidade de “enfrentar o corporativismo, os privilégios, os preconceitos, além de mexer com a auto-estima de professores e o cotidiano das famílias”⁷².

Como bem aponta Madeira e Rodrigues (1998), este é um argumento bem diferente daquele que tem a questão do trabalho infanto-juvenil como objeto de

apenas dificulta o diálogo entre professores e alunos, como alimenta a desmotivação e o desinteresse dos jovens com a escola.

⁷⁰ Madeira, 1999, p. 60

⁷¹ Dayrell, 2003, p. 106

⁷² Madeira e Rodrigues, 1998, p. 449

análise para justificar o “fracasso escolar”. Dois fenômenos independentes, cujas origens e dinâmicas são diferentes, mas que estão presentes no cotidiano de grande parte das crianças e os jovens pobres que freqüentam a escola pública.

2.4.2. A Necessidade de Conciliar Escola e Trabalho

Atualmente, a dificuldade de conciliar a escola e o trabalho de extensas jornadas, com tarefas que exigem um esforço físico excessivo faz parte da realidade cotidiana de muitos jovens brasileiros, apresentando-se como uma importante questão a ser superada. A necessidade de se construir uma via que concilie a escola de qualidade e o trabalho também de qualidade urge, seja pelo lado da compatibilidade de horários, da oferta de cursos regulares, técnicos e profissionalizantes, a adequação da duração e da jornada de trabalho para que o trabalho após o expediente seja viável (Quadros, 2001). A partir do momento em que o trabalho e a escola são postos como questões excludentes, o trabalho do jovem transforma-se no vilão da história (Sarti, 1999).

Na maioria dos estudos que abordam a relação trabalho e escola de jovens e adolescentes, a associação entre a pobreza familiar e o trabalho precoce se faz presente. O trabalho da criança (população de até 14 anos) é mais sensível à pobreza familiar, com uma correlação linear e inversa entre essas variáveis. Mas no caso dos adolescentes e jovens, a decisão de participar do mercado de trabalho e abandonar a escola tende a ser mais independente dos recursos familiares⁷³, sendo o processo educacional descompassado dos sujeitos jovens decisivo neste processo.

A necessidade de conciliar o trabalho e a escola representa um importante elemento presente na vida destes jovens. O trabalho, valorizado tanto pelos pais quanto pelos seus filhos, não é o principal responsável pelos baixos níveis de escolaridade no Brasil (Madeira, 1999; Madeira e Rodrigues, 1998; Sarti 1999). Sarti (1999) acrescenta, apontando que para a população de baixa renda, a escola

⁷³ Barros e Mendonça (1991) Apud Cacciamali e Braga (2002).

e o trabalho dos adolescentes e jovens não se apresentam como excludentes, mas sim como mundos complementares.

A pobreza familiar não exclui, necessariamente, outras explicações para o trabalho juvenil como a auto-afirmação, a independência econômica e a ideologia familiar do valor ético e protetor do trabalho. A correlação entre pobreza e trabalho não deve induzir à conclusão reducionista de que se trata de um problema familiar e sim de uma rede social complexa, onde apesar das famílias mais pobres estarem “bastante dispostas a colocar(em) seus filhos no mercado de trabalho, o elemento decisivo para a incorporação não é apenas a vontade da família ou do jovem, mas sim a (in)existência de um mercado de trabalho apropriado à incorporação desse contingente específico de mão-de-obra, associado à incapacidade do sistema público de ensino manter estes adolescentes na escola”⁷⁴.

Se a aspiração de inserção no mercado de trabalho em melhores posições encontra-se bloqueada pela sua desestruturação e pelo baixo dinamismo econômico vigente, a noção de pertencimento à escola também encontra-se esvaziada na grande maioria das escolas públicas brasileiras, com algumas exceções (Madeira, 1999; Mazzoti, 2002; Sarti, 1999).

Mais do que a “opção” pela escola, faz-se necessário desenvolver um esforço conjunto que não apenas faça com que o jovem continue freqüentando a escola, mas permita que este desenvolva suas habilidades e capacidades pessoais sustentadas, acima de tudo, pela percepção do jovem como sujeito, “um indivíduo que ama, sofre, se diverte, pensa a respeito das suas experiências e possui desejos e propostas para melhorar sua condição de vida”⁷⁵. O processo educativo descompassado dos sujeitos jovens produz o desinteresse, a resistência, dificuldades escolares acentuadas e, muitas vezes, práticas de violência⁷⁶, que caracterizam a rotina da maioria das unidades públicas escolares. Sposito (1998)

⁷⁴ Cacciamali e Braga, 2002, p. 10

⁷⁵ Dayrell, 2003, p. 187

⁷⁶ Para uma análise mais aprofundada sobre o tema violência nas escolas consultar Madeira (1999) e Abramovay et al. (2002)

aponta que as escolas públicas da periferia de São Paulo que procuraram abordar os jovens como sujeitos, valorizando sua integração no espaço escolar, os índices de violência são menores.

Mais do que a harmonização entre a escola e o trabalho juvenil, deve-se buscar transformar o espaço escolar em um local de produção de ações, de conhecimento e de relações, apostando na capacidade e na criatividade juvenil. Neste sentido, o reconhecimento das culturas juvenis – que reclamam reconhecimento e o sentimento de pertencer a um grupo -, seria muito importante, aproximando o “mundo escolar” do “mundo juvenil”.

“Estariamos, então, ante um paradoxo: a escola tem como uma de suas marcas históricas o conservadorismo, a manutenção das relações de poder, enquanto as culturas juvenis, em sua maioria, têm o gosto pela mudança. O que fazer (...) transformamos a escola, ameaçando com isso as relações sociais, ou silenciemos a juventude negando os jovens como sujeitos possuidores de culturas próprias?”⁷⁷

A resposta dada pelos próprios autores reside na aproximação destes dois elementos, procurando construir canais que viabilizem uma maior permeabilidade das culturas juvenis no espaço escolar e assim aproximar o discurso da necessidade de uma escola pública e de qualidade da prática.

Com isso, a importância dos investimentos em atividades artísticas, culturais e esportivas, com o apoio de diferentes áreas do conhecimento, representa uma forma criativa de combinar a aprendizagem e o prazer. Importantes medidas a serem implantadas para que os jovens das camadas populares possam manifestar na escola as marcas do que é *ser jovem*. Jovens que querem “uma escola limpa, que ensine, cuja biblioteca funcione (...) uma escola que os permita desfrutar deste curto período de juventude”⁷⁸. Em outras palavras, uma escola que já conhecemos: uma típica escola de classe média (Madeira, 1999; Madeira e Rodrigues, 1998).

⁷⁷ Peregrino e Carrano, 2004, p. 60

⁷⁸ Madeira, 1999, p. 61

Capítulo 3

A Violência e a Criminalidade Urbana

**“60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais,
já sofreram violência policial.**

A cada 4 pessoas mortas pela polícia, 3 são negras.

**Nas universidades brasileiras,
apenas 3% dos alunos são negros.**

A cada 4 horas, um jovem negro morre violentamente em São Paulo.

Aqui quem fala é Primo Preto, mais um sobrevivente.”

Trecho da música “Capítulo 4, Versículo 3” dos Racionais MCs

A partir da década de 1980, observou-se o crescimento acelerado da violência e da criminalidade urbana no Brasil. A inserção da violência na vida cotidiana dos moradores dos grandes centros urbanos ocorreu concomitantemente com o processo de banalização do tema nos meios de comunicação, especialmente a partir dos anos 90, quando as imagens difundidas sobre as metrópoles eram de ambientes violentos, exacerbando os sentimentos de medo e de insegurança de seus moradores (Zaluar, 1998). Somando-se a estas imagens da cidade, são transmitidas imagens de adolescentes audaciosos, destituídos de freios morais, que não hesitam em matar (Adorno et al., 1999). Constrói-se um quadro paradoxal onde os que mais sofrem enquanto vítimas de crimes violentos - os moradores da periferia das cidades, particularmente o segmento jovem - são também apontados como seus principais agentes e responsáveis.

“A experiência da violência é diária e constante e vai muito além daquilo que se delimita como o mundo do crime. Ela perpassa hábitos diários da vida familiar, está presente nas rotinas da opressão de classe, seja pela presença do aparato policial que se comporta de maneira caracteristicamente

repressiva diante da população pobre, seja pelo quadro de miséria que desfila sempre pelas ruas e casas de seu bairro, seja pela imagem construída por certa imprensa do criminoso e do crime, vinculando-o sempre a esta população”⁷⁹

Pode-se assim afirmar que violência é um fenômeno multifacetado, cuja complexidade extrapola suas expressões e significados. Atinge, além da integridade física, as integridades psíquicas, emocionais e simbólicas de indivíduos ou grupos nas diversas esferas sociais, seja no espaço público ou no espaço privado (Abramovay et al., 2002). Segundo a Unesco⁸⁰, “não existe uma violência, mas uma multiplicidade de atos violentos, cujas significações devem ser analisadas a partir das normas, das condições e dos contextos sociais, variando de um período histórico a outro”.

Como estaremos utilizando o conceito de violência e de criminalidade urbana para compor uma importante faceta da atual crise social que atinge brutalmente a população juvenil mais vulnerável, seria interessante destacarmos o crime como sendo um conceito jurídico, respondendo pela violência codificada nas leis penais⁸¹. Mas, como Adorno (2002a) bem aponta, “nem todo fenômeno socialmente percebido como violento é categorizado como crime. Do mesmo modo, há modalidades de violência que, embora codificadas como crimes, não encontram adequado enquadramento na legislação penal correspondente”⁸².

Segundo Adorno (2002b), pode-se falar em quatro tendências de violência urbana e de criminalidade presentes na sociedade brasileira a partir dos anos 80. O crescimento da delinqüência urbana (em particular dos crimes contra o patrimônio como o roubo e a extorsão mediante seqüestro) e dos homicídios dolosos representa uma tendência. A emergência da criminalidade organizada e o aumento de seu poder de fogo - interferindo nos modelos e perfis ‘tradicionais’ da

⁷⁹ Zaluar, 1994, p.15

⁸⁰ Unesco Apud Castro, 2002, p. 4

⁸¹ O Código Penal brasileiro classifica as infrações em contravenção (infrações de menor gravidade) e em crime (infrações de maior gravidade). Nesta categoria, há uma distinção entre crimes e crimes hediondos, que abrangem homicídios dolosos, chacinas, genocídio, crimes de guerra, suicídios, roubos, roubos seguido de morte/latrocínio, extorsão mediante seqüestro, estupro, tráfico de drogas (Adorno, 2002a).

⁸² Adorno, 2002a, p. 88

delinquência urbana⁸³ ao impor características letais e, conseqüentemente, novos desafios ao direito penal brasileiro e ao funcionamento da justiça criminal - representam uma segunda tendência. Observou-se também a perpetuação da violência policial com o aumento significativo das mortes perpetradas pelos agentes encarregados da manutenção da segurança pública, assim como também se observou a perpetuação de mortes por linchamentos e chacinas, não raramente envolvendo agentes policiais. A explosão de conflitos nas relações pessoais, geralmente envolvendo vizinhos e parentes, que frente a facilidade de acesso às armas de fogo tenderam a convergir para desfechos fatais, representa uma quarta tendência de violência urbana.

A complexidade da abordagem do tema violência urbana responde justamente pela essência destas tendências que, ao mesmo tempo em que estão relacionadas entre si, não são, necessariamente, radicadas nas mesmas causas. Trata-se de um tema que não tem suas causas facilmente delimitáveis e inteligíveis. Não nos permite expor e abranger suas articulações e relações de todas as suas expressões, motivações, estopins e desdobramentos, sobretudo no que diz respeito à rede de relações estabelecida entre os múltiplos atores e as agências sociais: vítimas, agressores, testemunhas, opinião pública, agências de controle da ordem pública, profissionais da área de saúde, etc.⁸⁴. Uma dimensão menos palpável da complexidade do tema, mas também importante, responde pela maneira como os diferentes tipos de violência são pensados e vivenciados, difundidos pelas fontes de informações e presentes, de formas diversas, nas preocupações cotidianas das pessoas. Segundo Zaluar (1994), “a classe social a que pertencemos, o local onde moramos, o jornal que lemos, o programa que assistimos, bem como a imagem que estes nos dão de nossa classe social e do

⁸³ O padrão de delinquência brasileiro que até então girava em torno dos crimes contra o patrimônio, cometido por indivíduos que agiam sozinhos ou em pequenos grupos localmente, é, crescentemente, absorvido pelo crime organizado, que atua de acordo com as leis do mercado capitalista (a maximização do lucro), empregando uma violência excessiva mediante uso de armas de fogo e a corrupção de agentes do poder público (Adorno, 2002a).

⁸⁴ Cardia et al. (2003)

local onde moramos, constituem e compõe o modo como vivenciamos e pensamos essa violência”⁸⁵.

Não temos o objetivo de cobrir todos os aspectos deste vasto e bem explorado campo de estudo de muitos especialistas, desenvolvendo todas as causas e os desdobramentos deste conturbado universo. A tendência ascendente da violência e da criminalidade urbana ganhou uma intensidade tão significativa nos últimos 16 anos que a comparação da situação demográfica brasileira a um estado de guerrilha urbana é inevitável. A partir do momento em que centenas de adolescentes e jovens brasileiros do sexo masculino e negros, procedentes das classes populares urbanas, morrem precocemente pelas armas de fogo que aqui tão facilmente circulam, a questão da violência consolida-se como um importante aspecto desta crise social juvenil que não podemos ignorar. Entre 1979 e 2003, mais de 550 mil pessoas morreram no Brasil vítimas de algum tipo de arma de fogo⁸⁶, representando um crescimento de 461,8% de mortes em um país cuja população cresceu 51,8% no mesmo período. De todos estes mortos por armas de fogo, 44,1% (205.722) eram jovens de 15 a 24 anos (20% da população total do país). Um em cada três jovens que morrem no país é ferido por arma de fogo. Devemos destacar não apenas a vitimização da população jovem no Brasil mas a vitimização da população jovem e negra, que é 75% mais vitimada do que a população branca da mesma faixa etária (Sposato et al., 2005).

Ao longo dos últimos 26 anos, as mais altas taxas de homicídio juvenil foram registradas na periferia das grandes cidades e das regiões metropolitanas, particularmente as regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro - os dois principais cenários de violência urbana brasileira, representando 16,8% da população e responsáveis por 38,8% do total de homicídios ocorridos no país (Cardia et al., 2003).

⁸⁵ Zaluar, 1994, p.13

⁸⁶ As estatísticas sobre a quantidade de armas de fogo existentes no Brasil não são precisas. Enquanto o número de armas registradas no Brasil era de aproximadamente 3 milhões, estima-se um número entre 10 e 20 milhões de armas em circulação, que são responsáveis por mais de 39 mil mortes ao ano e mais de 107 mortes por dia no Brasil, havendo mais possibilidade de se morrer vítima de uma arma de fogo aqui, do que em países conflagrados por guerras (Waiselfisz, 2004).

As intensas transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas no Brasil ao longo das últimas três décadas, desacompanhadas de práticas do Estado brasileiro voltadas à redução das enormes vulnerabilidades e desigualdades socioeconômicas que se exacerbavam neste período, ditaram, em grande medida, a dinâmica de um perverso processo de ascensão da violência e da criminalidade urbana.

A histórica desigualdade brasileira pode ser vista na baixa renda monetária da maioria da população, no baixo grau de escolaridade, na dificuldade de acesso aos serviços de saúde de boa qualidade, na dificuldade de acesso à Justiça, no aparato policial repressivo. Mas nos anos 90, em um contexto de baixo crescimento econômico, as medidas administrativas postas em prática pelo Estado brasileiro atingiram diretamente um já frágil sistema de saúde, de emprego, de educação, de segurança, estruturando um quadro de restrições e de falência dos serviços sociais básicos. Devemos apontar que não apenas as desigualdades socioeconômicas foram exacerbadas neste período, como as organizações vicinais foram enfraquecidas. A família, os partidos políticos, os sindicatos, as escolas, etc. não mais oferecem modelos referenciais para os jovens imersos em uma realidade com poucas perspectivas de um futuro melhor.

A estas fragilizações deve-se somar ainda o fortalecimento do crime organizado, a facilidade de acesso às armas de fogo, em cenário urbano caótico, acentuando o esgarçamento do tecido social brasileiro. São peças de um complexo “quebra-cabeça” que respondem não apenas pelas reflexões sobre as manifestações da crise do Estado brasileiro em um cenário de baixo crescimento econômico nos últimos 26 anos, mas que também permitem um melhor dimensionamento da questão da violência e da criminalidade envolvendo a população juvenil ao aprofundar a abordagem de outros elementos envolvidos neste conturbado universo.

Neste sentido, Zaluar, Soares e outros especialistas da área colocam a existência do crime organizado relacionado ao tráfico de drogas no centro do debate da criminalidade violenta. Nas palavras de Zaluar (2002b):

“Furtos e roubos são hoje internacionalmente vinculados à necessidade de pagar ao traficante, no caso de usuários, ou de adquirir o capital para manter o negócio das drogas, no caso dos traficantes, que usam o poder militar para controlar seu exército de colaboradores e clientes. Ora, mesmo que os crimes registrados não estejam diretamente relacionados à droga, isso não quer dizer que este novo poder nos países capitalistas não esteja se exercendo até no plano do imaginário, como um modelo (...) No plano mundial, o crime organizado, que tem estruturas complexas e movimenta um grande volume de dinheiro, não pode mais ser desconsiderado como uma força importante, ao lado dos Estados nacionais, igrejas, partidos políticos, empresas multinacionais, etc.”⁸⁷

Neste capítulo, procuraremos ir além, ou melhor, passar ao largo das análises que, de alguma maneira, delegam aos jovens e às suas famílias a “culpabilização” da sua pobreza e por conseguinte seu comportamento “desviante” para a compreensão da violência e da criminalidade⁸⁸. A desigualdade no acesso aos direitos socioeconômicos é, recorrentemente, relacionada à ascensão da criminalidade violenta pela literatura brasileira que se dedica ao tema. No entanto, a complexidade da questão não é sustentada exclusivamente por esta relação. Convém lembrar que apesar da enorme desigualdade que existe no país, tão poucos jovens pobres se juntam às quadrilhas e/ou enveredem para a criminalidade violenta (Fraga, 2003; Zaluar, 1994, 1998, 2002b).

No Brasil, a ascensão e a consolidação do crime organizado não foi acompanhada pela modernização das políticas de segurança pública, onde as práticas de prevenção e de tratamento associadas à violência estão imersas. De uma maneira geral, pode-se afirmar que o sistema de Justiça criminal brasileiro

⁸⁷ Zaluar, 2002b, p. 80

⁸⁸ “(Deve-se) redirecionar o escopo da análise, repelindo a redutora e simplificada explicação ancorada na culpabilização dos jovens e de suas famílias pela sua entrada na delinquência. Teorias conservadoras sempre insistiram em depositar no indivíduo a razão última para a entrada na vida criminal, como se se tratasse de uma mera escolha. No caso específico dos adolescentes, muito se investe no sentido de reconhecer na noção de família desestruturada a causalidade da delinquência. Essa tendência tem se agravado na atualidade, marcada pelo individualismo, fenômeno social deturpado por um arremedo de psicologização, segundo o qual os indivíduos são vistos como derradeiros, se não únicos, responsáveis pelos seus sucessos e seus fracassos, num aforismo excludente das conjunturas sociais” (Fraga, 2003, p.135).

não acompanhou a complexidade das transformações relacionadas com o universo da criminalidade violenta. Não só observa-se um vácuo de políticas estratégicas eficazes voltadas à prevenção de delitos, como a associação direta, simplista e preconceituosa entre pobreza e criminalidade é perpetuada e reforçada pelas instituições encarregadas de combater o crime e manter a ordem pública na sociedade. Contra os jovens pobres, o estereótipo do jovem “delinqüente” é reforçado. Os “meliantes” na linguagem policial morrem não apenas pelas mãos de comparsas ou inimigos no crime, mas também pelas mãos de policiais corruptos e violentos (Zaluar, 2002b).

Ao lado do estereótipo do meliante imposto aos jovens procedentes dos setores mais pauperizados das classes trabalhadoras (especialmente os negros), procuraremos desconstruir a abordagem que toma o desemprego e a pobreza como os únicos condicionantes da criminalidade e da violência juvenil, ampliando o escopo da análise para a falência do sistema de justiça criminal e para a desconfiança da população mais pobre em relação ao mesmo. Estas questões, ao lado da consolidação do crime organizado, serão abordadas neste capítulo. O cenário urbano da RMSP - palco de uma multiplicidade de eventos relacionados à violência e à criminalidade urbana -, o frágil sistema educacional e a desestruturação do mercado de trabalho juvenil abordados em outros capítulos permitirão a composição de um panorama desta crise social, que se apresenta, acima de tudo, como uma crise sistêmica do Estado brasileiro, onde as deficiências da habitação popular, da saúde, da escola pública, ao lado dos vícios e dos problemas do sistema de Justiça e de Segurança Pública, apresentam-se como suas principais manifestações.

3.1. A Mortalidade Violenta Juvenil

Antes de avançarmos, cabe apontarmos a inexistência de estatísticas integradas no país - coletadas em registros policiais dos crimes reportados, em pesquisas domiciliares de vitimização e em registros dos sistemas de saúde - que incorporem informações sobre a delinqüência, o crime e a violência urbana. Resta

aos pesquisadores do tema que buscam dimensionar o crescimento ou a diminuição da violência e da criminalidade no país, os dados nacionais⁸⁹ do Sistema de Informações sobre Mortalidade divulgados pelo Ministério da Saúde – a única base de dados consistente que permite a avaliação da dinâmica criminal pelos estados da federação cobrindo um período de tempo relativamente longo, abrangendo as mortes por causas externas⁹⁰ extraídas dos registros oficiais de óbito⁹¹ (Adorno, 2002a; Cardia et al., 2003; Waiselfisz e Athias, 2005). Com isso, os homicídios relacionados à delinquência, ao crime organizado e a outros crimes urbanos dificilmente podem ser diferenciados (Adorno, 2002b).

Desde 1980, os homicídios com emprego de arma de fogo e os acidentes de trânsito se destacam como as principais causas de mortes entre os jovens no país. Se na década de 1980 as mortes por causas externas eram responsáveis por 52% das mortes ocorridas entre a população de 15 a 24 anos, em 2002 representavam 72% destas mortes, sendo o homicídio o principal responsável pelo aumento desses óbitos, sintetizando um novo padrão de mortalidade para a juventude brasileira (Waiselfisz e Athias, 2005). Assim, apesar do aumento da esperança de vida da população brasileira entre 1935 e 2000 (de 41 anos para

⁸⁹ A dificuldade de obtenção de dados sobre a mortalidade violenta, não apenas juvenil, é patente no Brasil. Em âmbito nacional, o único dado acessível é produzido pelo Ministério da Saúde que diz respeito ao homicídio como causa da morte. A Secretaria de Segurança Pública de cada estado da federação é responsável pela produção de dados sobre crimes – tanto os violentos que envolvem estupro, homicídios, seqüestro, o tráfico de drogas etc. como os não-violentos que não implicam ameaça à vida ou à integridade física, como furtos e o estelionato. No entanto, por não haver supervisão sistemática das estatísticas criminais, a qualidade dos dados varia muito segundo o estado e o período. O balanço final é uma enorme discrepância entre os dados produzidos pelo Ministério da Saúde e os produzidos pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública, o que leva à construção de cenários sociais distintos, dificultando o tratamento objetivo e preciso desta questão social, a despeito dos esforços que o poder público vem realizando. A categorização desses eventos é realizada de acordo com as necessidades das respectivas fontes oficiais: as agências policiais e o Ministério da Justiça categorizam os crimes de acordo com a natureza do crime; já o Ministério da Saúde de acordo com a causa da morte; já a Ouvidoria Policial de acordo com a queixa do público. A natureza da ação que leva a morte ou a agressão; ou a natureza do grupo responsável pelo homicídio (se organizado ou espontâneo, se temporário ou permanente) não é registrado nestas fontes (Cardia et al., 2003). Para mais informações a respeito da dificuldade do tratamento dos dados fornecidos pelas fontes oficiais, consultar Cardia et al. (2003) e Waiselfisz e Athias (2005).

⁹⁰ As mortes por causas externas envolvem outros tipos de mortes como acidentes, afogamento, queimadura, etc..

⁹¹ O sub-registro dos atestados de óbito e a qualidade dos dados obtidos nos registros de óbito indicam a necessidade de aprimoramento dos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade divulgadas pelo Ministério da Saúde. Segundo Waiselfisz e Athias (2005, p. 19), “mortes sem assistência médica, por exemplo, impedem o apontamento correto das causas e lesões da morte; há, ainda, deficiências no preenchimento adequado da certidão, apenas para citar algumas causas”.

68,6 anos graças à redução da taxa de mortalidade da população com menos de cinco anos), parte destes ganhos foi anulada pelo aumento da mortalidade juvenil (Bercovich, 2004; Waiselfisz e Athias 2005).

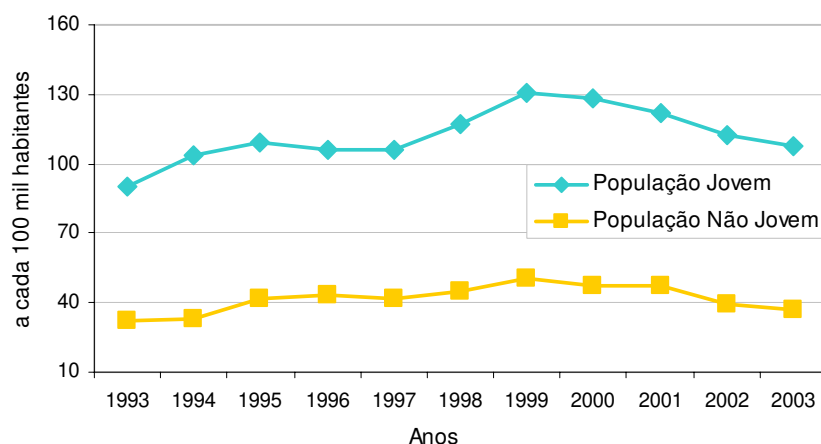
É importante destacarmos que desde 2000 as taxas de homicídios no Estado de São Paulo, na RMSP e no município de São Paulo vêm decaindo, mas ainda continuam expressivas. Na RMSP, se entre 1993 e 2000 a taxa de óbito por homicídio para a população total (o número de homicídios a cada 100 mil habitantes) aumenta 53,3%, alcançando a marca de 66,4 homicídios para cada 100 mil habitantes em 1999. Entre 1999 e 2003 as taxas de homicídios apresentam uma redução de 23% (passou a ser de 51,1). Mas ao dividirmos a população entre os jovens e os não-jovens, observa-se a sobre-representação da população juvenil na RMSP. Entre os jovens, a taxa de homicídios que em 1993 era de 90,5 mortes a cada 100 mil habitantes, atinge um pico de 130 homicídios em 1999, decaindo a partir de então, atingindo uma taxa de 107,7 a cada 100 mil habitantes, sendo esta quase três vezes maior do que a observada na população não-jovem no ano de 2003 na RMSP⁹² (Waiselfisz e Athias 2005).

A razão para a redução dos índices de violência na RMSP e no Estado de São Paulo como um todo, não é consenso entre os especialistas que estudam o fenômeno. O que procuraremos destacar ao longo deste capítulo é a sobre-representação da população juvenil nas estatísticas sobre as taxas de homicídio na RMSP, indicando que a redução da taxa de mortalidade na RMSP (e em todo o Estado) deve ser relativizada frente o contraste da taxa de mortalidade juvenil de 107,7 homicídios a cada 100 mil habitantes, em 2003, com a taxa de homicídio para o total da população da RMSP que, no mesmo ano, era de 51,1 homicídios a cada 100 mil habitantes. A mortalidade de jovens do sexo masculino, na grande maioria negros e pardos, o surgimento do Primeiro Comando da Capital (o PCC) logo após do Massacre do Carandiru e as mais recentes rebeliões e ataques promovidos pela facção explicitam a realidade de um dos piores sistemas

⁹² Entre a população não-jovem, a taxa de homicídios em 1993 era de 32,3, atingindo um pico em 2000 (47,4 homicídios a cada 100 mil habitantes) e a partir daí uma trajetória descendente (em 2003 era de 37,2 homicídios a cada 100 mil habitantes) (Waiselfisz e Athias 2005).

prisionais do mundo e a urgência da implementação de um plano nacional de segurança pública com a coordenação de interesses e de diferentes realidades. Aprofundaremos esta discussão mais adiante.

Gráfico 3.1 - Taxas de óbito por Homicídio na População Jovem e Não- Jovem. – RMSP, 1993 - 2003

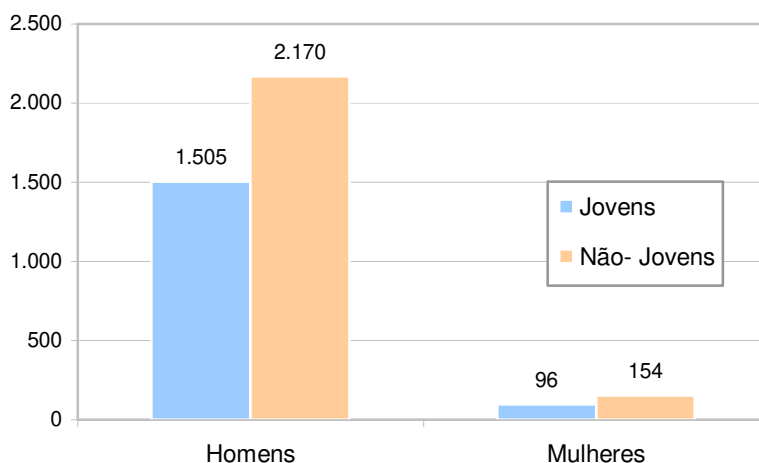


Fonte: Dados Waiselfisz e Athias (2005). Elaboração própria.

O Gráfico 4.2 apresenta o número de homicídios na RMSP em 2003 segundo o sexo e o grupo populacional (a população jovem e não-jovem, cuja idade é maior que 24 anos), sintetizando a sobre-representação do número de óbitos de jovens do sexo masculino recorrentemente apontada nas publicações dos especialistas em violência urbana no Brasil⁹³.

⁹³ Entre eles Bercovich (2004), Cardia et al. (2003), Dellasoppa (2003), Soares (2002, 2006), Mesquita Neto (2001), Waiselfisz e Athias (2005), Zaluar (1994, 1998, 2002b).

Gráfico 3.2 – Número de Homicídios segundo Sexo e Grupos Populacionais – RMSP, 2003



Fonte: Waiselfisz e Athias (2005)

Ao gênero e à idade das principais vítimas, soma-se a raça como variável de destaque quando o assunto é violência urbana no Brasil. Segundo dados de Sposato et al. (2005), de toda a população jovem vitimada no Brasil, os negros são 75% mais vitimados do que os brancos da mesma faixa etária (cerca de 11 mil mortes contra 6,5 mil mortes de jovens brancos).

Tabela 3.1 - Mortalidade de Jovens de 15 a 24 anos de idade, segundo cor/raça. Brasil, Grandes Regiões

Grandes Regiões	N. Homicídios		População		Taxa de Homicídios	
	Branco	Negro	Branco	Negro	Branco	Negro
Norte	124	923	575.143	1.598.436	21,6	57,7
Nordeste	347	3.146	2.929.730	7.325.361	12	43
Sudeste	4.510	6.029	8.434.340	5.385.520	54	112
<i>Rio de Janeiro</i>	951	2.160	1.453.289	1.034.785	65	208
<i>São Paulo</i>	3.178	2.732	4.936.634	2.136.161	64	128
Sul	1.299	348	3.777.552	849.438	34	41
Centroeste	312	862	1.045.741	1.363.026	29,8	63,2
Brasil	6.592	11.308	16.762.506	16.521.781	39	68

Fonte: Sposato et al. (2005)

A população jovem figura não apenas como vítima, mas também como autora da violência urbana. Adorno (2002a) ao comparar os dados sobre os crimes praticados por adolescentes (indivíduos de 12 a 18 anos de idade) na cidade de São Paulo, entre 1989-1991 e 1993-1996 observa uma participação, no segundo período, de 1,3% de homicídios no total das infrações cometidas, não representando um aumento estatístico expressivo da participação deste tipo de crime nestes dois períodos. Segundo dados do Ilanud⁹⁴, entre junho de 2000 e abril de 2001, dos 2.100 adolescentes acusados da prática de ato infracional na cidade de São Paulo, apenas 1,4% eram acusados da prática de homicídio e 48,7% eram acusados da prática de crimes patrimoniais como o roubo (34%) e o furto (14,7%), seguidos dos crimes de lesão corporal (7%), de tráfico de drogas (5%) e de porte de drogas (5%).

No mesmo sentido, os índices oficiais da Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (CAP/SSP-SP) presentes no relatório do Ilanud “A criminalização das drogas e a delinquência juvenil”, apontam que de janeiro a outubro de 2003 os menores de 18 anos foram autores de 0,97% dos casos de homicídios dolosos em todo o Estado de São Paulo. Ao contrário do que o senso comum e a mídia brasileira vêm recorrentemente apontando, nos últimos anos, este número não vem oscilando significativamente: em 2002 o índice de adolescentes autores de homicídios era 0,9% e em 2001 0,8%. Mesmo este índice sendo reduzido, o homicídio representa a modalidade de crime que mais chama a atenção da sociedade, especialmente aqueles praticados com extrema violência.

Pelos dados do Censo Penitenciário de 2002 sabe-se que grande parte da população penitenciária do Estado de São Paulo é composta de condenados por crimes violentos: 64% por roubos, 14,8% por homicídios, 3% por estupro. Sendo que 54,6% dos presos têm idade entre 20 e 29 anos e 27,8% têm idade entre 20 e 24 anos (Sposato et al., 2005). Mas o que pouco se comenta é que nesta massa

⁹⁴ Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente

prisional existem presos ainda não-sentenciados, ou que já cumpriram suas penas e mesmo autores de crimes que não apresentam perigo à sociedade.

Mais do que a exposição dos dados sobre a criminalidade urbana que têm como principais agentes e vítimas um determinado perfil social – jovem, do sexo masculino, negro ou pardo e pobre -, se faz necessário apontar a complexidade das dinâmicas socioeconômicas que resultam nestes números. A seguir, ao abordarmos a emergência do crime organizado, procuraremos dar um passo a diante na compreensão do fenômeno da violência urbana, ao nos focarmos em outros aspectos que não a pobreza e a desigualdade social para a compreensão deste triste cenário.

3.2. O Crime Organizado: a Consolidação do Tráfico de Drogas e de Armas

Dentre todas as dinâmicas e articulações da violência no país, o crime organizado se destaca como a dinâmica criminal que mais cresceu nas regiões metropolitanas nos últimos 26 anos, estabelecendo um verdadeiro domínio territorial em favelas e periferias (Soares, 2006). Firmou-se como a “matriz mais apta a recrutar jovens vulneráveis e a se reproduzir, estimulada pela crise social e pela fragilidade da auto-estima (...) ao infiltrar-se e disseminar-se como estilo cultural e meio econômico de vida, com seu mercado próprio e lamentavelmente promissor”⁹⁵.

O crime organizado é um fenômeno globalizado, que ultrapassa as fronteiras nacionais. Uma economia ilícita que movimenta um expressivo montante de capital, sendo o narcotráfico o seu negócio mais lucrativo⁹⁶, conquistando por isso um lugar estratégico e se sobrepondo às demais modalidades criminosas (como a prostituição infanto-juvenil e a imigração ilegal de braços em nível internacional,

⁹⁵ Soares, 2006, p.12

⁹⁶ Segundo a ONU, esta atividade movimenta cerca de US\$ 400 bilhões por ano em todo o mundo. Em 2001, estimou-se que o Estado de São Paulo participava, como consumidor, com R\$ 700 milhões por ano (Revista Caros Amigos, 2006).

por exemplo), subordinando-as ou a elas se associando, “fortalecendo-as e delas se beneficiando”⁹⁷ (Soares, 2006).

Na prática, estrutura-se uma dinâmica capitalista que ao não ter o amparo da lei pela natureza ilegal das mercadorias transacionadas, não permite que seus conflitos e disputas - dívidas, compromissos desfeitos, contratos rompidos, etc. - sejam resolvidos pelos meios jurídicos existentes. Assim, através da coerção pelo uso de armas de fogo, o funcionamento deste empreendimento altamente lucrativo é assegurado, garantindo os pagamentos de dívidas, a proteção das bocas de fumo, o controle de uma região, etc.. O acesso às armas de fogo se torna essencial para a realização dos negócios ilegais, alimentando o tráfico de armas e repercutindo sobre as dinâmicas da violência nas metrópoles brasileiras. Na prática, um negócio que engendra uma verdadeira guerra para a resolução de suas mínimas “ineficiências”, onde “não entram questões morais, valores humanos universais ou defesa de oprimidos”⁹⁸. Ao mesmo tempo, assaltos e outros crimes são realizados para a obtenção de recursos necessários à manutenção do comércio e à alimentação das engrenagens do crime organizado, com os objetos roubados e as drogas comercializadas (a cocaína em especial) incorporando o papel de moeda-de-troca. Não por acaso o crime organizado é recorrentemente denominado de “crime-negócio” (Zaluar, 1994).

O crime organizado possui uma organização hierárquica bem definida, aos moldes de um comando militar - da produção à distribuição de mercadorias ilegais, usualmente drogas e armas - onde os “varejistas”, que ficam na ponta dessa economia, são a parte mais vulnerável, violenta e exposta à ação policial (Misse, s/d).

“Não é difícil recrutar um verdadeiro exército de jovens quando se oferecem vantagens econômicas muito superiores às alternativas proporcionadas pelo mercado de trabalho e benefícios simbólicos que valorizam a auto-estima, atribuindo poder aos excluídos. Por outro lado, os operadores do tráfico de armas, que atuam no atacado, lavando dinheiro no mercado financeiro

⁹⁷ Soares, 2006, p. 2

⁹⁸ Zaluar, 1994, p. 98

internacional, não são filhos da pobreza ou da desigualdade. Suas práticas são estimuladas pela impunidade”⁹⁹.

A parte “invisível” desta cadeia vincula-se a “interesses políticos e econômicos específicos, aos quais nunca é alheia a lavagem de dinheiro, principal mediação das dinâmicas que viabilizam e reproduzem a corrupção e as mais diversas práticas ilícitas verdadeiramente lucrativas”¹⁰⁰. Aos bandidos pobres desta engrenagem criminal, resta a ‘vinculação’ a certos policiais corruptos, assim como a ‘vinculação’, ou melhor, o aprisionamento “à quadrilha pela lealdade devida, que o submete à hierarquia da organização, que o usa como condenado sem julgamento e como bode expiatório e que o faz pagar com sua própria morte os crimes dessa gigantesca rede organizada, a qual ele próprio desconhece, deixando os poderosos chefes impunes”¹⁰¹.

Assim, quando se pensa na expansão das atividades do tráfico de drogas e de armas, não se pode ignorar a institucionalidade - externa às comunidades e bairros mais pobres e vulneráveis – que viabiliza o seu funcionamento. A facilidade de lavagem do dinheiro oriundo das atividades ilícitas é viabilizada pela interação dos avanços tecnológicos (que facilitam a comunicação entre os envolvidos) com a ausência de regulamentação do governo brasileiro, que não só permite a livre mobilidade de capitais, como ‘facilita’ a legalização dos lucros gerados em atividades ilegais ao não fiscalizar rigorosamente as transações financeiras e comerciais realizadas no país. O suborno e a participação de agentes policiais ou de outras instituições públicas também se inserem nesta trama institucional que viabiliza o funcionamento do crime-negócio (Fraga, 2003; Zaluar, 1998).

Quando se afirma que a criminalidade organizada imprime uma dinâmica muito mais letal à criminalidade urbana, deve-se destacar também que mesmo quando seus integrantes encontram-se presos, são capazes de comandar “suas operações” da prisão, da onde a hierarquia e as regras de “lealdade” e submissão

⁹⁹ Soares, 2006, p. 3

¹⁰⁰ Soares, 2006, p. 2

¹⁰¹ Zaluar, 1994, p. 12

à organização criminosa são mantidas. A pena de morte é imposta aos integrantes que não as cumprirem. Assim, “o modelo do homem racional livre que avalia seus lucros e perdas antes de decidir-se pela ação criminosa deve ser relativizado pela realidade das constrições à liberdade que a organização do crime conduz. A adesão a valores que justificam ou racionalizam a escolha pelo crime, bem como a lealdade a grupos para os quais os muros da prisão não são barreiras, fazem parte do quadro que vai marcar e definir suas escolhas”¹⁰². É nas prisões que o crime organizado recruta e forma seus novos quadros do crime, facilitado pelo fato do sistema prisional manter, lado a lado, criminosos com longa ficha criminal com infratores de baixa periculosidade ou cujas infrações não são violentas.

Zaluar, em grande parte de seu trabalho sobre criminalidade e violência urbana, tem como referência a realidade do Rio de Janeiro. A autora foi pioneira no estudo da violência a partir de variáveis qualitativas relacionadas às práticas cotidianas de policiais corruptos e violentos, à eficácia do sistema de justiça criminal para a população pobre, lançando luz sobre outros aspectos envolvidos nas dinâmicas da violência. A autora, ao lado de outros pesquisadores, confere destaque às interconexões entre a economia legal e a economia ilegal incorporadas no crime organizado e nas práticas policiais, muitas vezes ignoradas na elaboração de políticas públicas eficazes e democráticas de enfrentamento da criminalidade e da violência urbana.

Os trágicos acontecimentos que a mídia paulista tem estampado nos jornais, quase que diariamente, não mais deixam espaço a dúvida de que o crime organizado já está enraizado nas práticas criminais do Estado de São Paulo e é, provavelmente, responsável pelo intenso crescimento da criminalidade e das mortes envolvendo jovens na RMSP. Ainda não foram feitas pesquisas, como Zaluar realizou no Rio de Janeiro, que envolvam a atuação da criminalidade organizada em São Paulo, apoiadas em estudos de caso e nos perfis e histórias de vida de adolescentes e jovens socializados no crime. Pelas informações disponibilizadas pela mídia, pode-se apenas afirmar que, em linhas gerais, a

¹⁰² Zaluar, 1994, p. 66-67

dinâmica do crime-negócio descrita até aqui neste trabalho, assentado no trabalho de Zaluar e Soares – dois estudiosos da realidade carioca -, se aproxima, em muitos aspectos, da atual realidade paulista.

O Primeiro Comando da Capital (PCC) - a principal facção criminosa organizada no Estado de São Paulo - atua como uma associação de criminosos, articulando assaltos, resgates de presos e o tráfico de drogas, atualmente a principal atividade da facção. Mas ao contrário do que se observa no crime organizado carioca, esta facção não é o dona dos pontos de venda de drogas, mas sim o traficante local, que “só sobrevive se aceitar a autoridade do PCC e pagar por isso”¹⁰³. Uma mensalidade dos criminosos é cobrada, funcionando como um “seguro criminal”, onde o dono do ponto de venda de drogas ou o ladrão (ou seqüestrador) deve pagá-la para ter direito à proteção do grupo, na prisão e fora dela. Assim como todos os produtos frutos de crimes na “área de atuação” da facção – assaltos, roubos, tráfico, etc. – são “tributados”. Juntas, estas contribuições arrecadam, todos os meses, quase R\$ 700 mil¹⁰⁴.

Em maio deste ano, o PCC comandou uma série de atentados na cidade de São Paulo e em cidades do interior paulista, cujos alvos foram ônibus, instituições bancárias e escolas, mas, principalmente, delegacias de polícia, presídios e seus funcionários. O balanço destes atentados, na semana mais violenta do mês de maio (do dia 12/05/2006 ao dia 18/05/2006), foi a morte de 272 pessoas, 82 rebeliões prisionais e a disseminação do medo entre toda a população paulista, engendrando uma das maiores crises de segurança pública no Estado de São Paulo.

O intuito de nosso trabalho não é nos atermos às peculiaridades do crime organizado paulista, mesmo porque se haviam evidências de que o PCC agia dentro dos presídios do estado¹⁰⁵, a capacidade de coordenação de ataques fora dos muros prisionais trouxe uma nova percepção sobre esta modalidade criminosa

¹⁰³ Caramante e Penteado (2006).

¹⁰⁴ Segundo a reportagem do jornal Folha de São Paulo, 24/07/2006. Caderno Cotidiano, a facção arrecadou R\$ 224 mil da contribuição dos pontos de tráfico do Estado de São Paulo no mês de maio.

¹⁰⁵ Em fevereiro de 2001 o Primeiro Comando da Capital foi responsável pelo motim simultâneo de 29 grandes prisões no Estado de São Paulo (Adorno, 2002b).

para a população civil, para a segurança pública do Estado de São Paulo e mesmo para o universo acadêmico que estuda o tema da violência urbana em São Paulo. O que se pode inferir sobre os mais recentes ataques desta facção criminosa é que estes sintetizam um outro patamar na evolução da criminalidade e da violência paulista, cujas especificidades a academia ainda pouco sabe e para o qual o sistema de justiça criminal não está preparado para atuar. A seguir, nos deteremos sobre um importante mito presente nas análises sobre as causas da explosão da violência urbana no país e o envolvimento dos jovens mais vulneráveis, cuja desconstrução se faz essencial para o enfrentamento efetivo desta problemática.

3.3. A Relação do Contexto Socioeconômico com a Criminalidade Urbana Violenta

“O tráfico de armas e de drogas (...) recruta jovens sem perspectiva e esperança; embrutece-os; neutraliza sua rebeldia saudável; potencializa o desespero adubado pela auto-estima devastada; canaliza para a barbárie sua coragem audaciosa; trunca, embota e perverte seu espírito crítico; e os submete à moenda de um círculo infernal, cuspiendo o caroço de suas vidas antes que amadureçam, substituindo-os como peças descartáveis”¹⁰⁶

Os jovens que integram o crime organizado, consolidado, principalmente, em torno do narcotráfico, “não desenvolvem um estilo próprio de vida em bandos de fora-da-lei, mas almejam os bens que a sociedade de consumo lhes oferece. Para distinguir-se dos demais moradores, cujo nível de renda não lhes permite, vestem-se com roupas da Adidas (...). Não são reformistas, nem revolucionários. Não lutam por relações mais justas entre ricos e pobres, fortes e fracos. Suas ações podem ser interpretadas como uma mistura de resistência à sociedade capitalista sob a forma de recusa ao trabalho destinado à população pobre e a participação

¹⁰⁶ Soares, 2006, p.13

num dos mais rendosos comércios de que se tem notícia na sociedade capitalista”¹⁰⁷.

Zaluar, Soares e outros autores reforçam, insistentemente, que o crime e a violência não são desdobramentos naturais da condição socioeconômica desfavorável, onde a pobreza e o desemprego, em uma triste simbiose, determinam as condutas marginais violentas. A concentração de carências e das desigualdades sociais e econômicas não é suficiente para explicar por que alguns jovens enveredam para a delinquência e o crime, enquanto a grande maioria permanece obediente às ‘regras’ da sociedade, mesmo que fragilizadas. Se até certo ponto – vale dizer que não facilmente identificado - as crises econômicas e o conseqüente empobrecimento da população contribuem para aumento de crimes como roubos e furtos, por si sós não explicam a trajetória ascendente da criminalidade violenta e das mortes juvenis nos últimos 26 anos (Cardia et al., 2003; Soares, 2006; Zaluar, 1994, 1998, 1999).

“Apenas poucos deles terminam envolvidos pelas quadrilhas de ladrões ou de traficantes, com os quais cooperam de arma na mão e vida no fio. Não basta, pois, explicar o envolvimento com o crime por meio da vontade ou necessidades iniciais de ajudar a família na complementação da renda ou em função da falta de oportunidades no mercado de trabalho para os jovens em questão, ainda que essa necessidade permaneça no pano de fundo de suas ações e decisões pessoais”¹⁰⁸

Wanderley e Saporì (2001) buscaram comprovações empíricas consistentes sobre a relação entre desemprego e violência no país, utilizando séries temporais de taxas de desemprego, de taxas de homicídios e de roubos para as regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo, realizando testes estatísticos que pudessem auferir o grau de correlação entre os fenômenos. No entanto, não foram encontrados resultados estatísticos consistentes de que as variações das taxas de desemprego implicariam variações

¹⁰⁷ Zaluar, 1994, p. 32

¹⁰⁸ Zaluar, 1998, p. 274

nos índices de violência. Mas os autores não descartam a importância do desemprego no desenvolvimento de motivações criminosas no segmento jovem.

O desemprego passa a atingir o conjunto das classes sociais, revelando-se com mais força na massa trabalhadora urbana e no seu segmento jovem como vimos ao longo do Capítulo 2. O salto nas taxas de desemprego juvenil - a despeito de serem tradicionalmente mais elevadas do que a dos adultos - foi gritante. A taxa de desemprego aberto juvenil da RMSF entre os anos de 1982 e 2002, na população de 15 a 17 anos passou de 19,4% para 39,8%, e entre a população de 18 a 24 anos passou para de 10,6% para 22,6%¹⁰⁹. Ao mesmo tempo em que as ocupações distantes dos setores modernos da economia e, não raramente, associadas aos setores de baixa produtividade e de elevada precariedade dos postos de trabalho (em serviços domésticos ou situando-se na camada inferior de operários e trabalhadores populares, como serventes de pedreiro, ajudantes gerais, etc.) passam a ser as únicas alternativas de ocupação para estes jovens (Quadros, 2003a).

Frente a crise do mercado de trabalho, uma parcela expressiva dos jovens sobrevive de bicos e empregos precários. Assim, “o que podia ser visto como uma etapa inicial, tornou-se uma constante em suas trajetórias no mercado de trabalho”¹¹⁰. Em outras palavras, pode-se dizer que o trabalho se reduziu a uma obrigação necessária à sobrevivência a partir do momento em que perdeu “os elementos de uma formação humana que derivavam de uma cultura que se organizava em torno do trabalho”¹¹¹. Os trabalhos de Fraga (2003), Dayrell (2002) e de outros autores apontam que para os jovens de camadas sociais mais pobres, o mercado de trabalho não se apresenta como um espaço de escolhas, muito pelo contrário, muitos jovens não gostam das funções que desempenham, pois não vêem nestas nenhuma centralidade além da renda, mesmo sendo pouca. Nas

¹⁰⁹ Dados extraídos de Bombach (2004).

¹¹⁰ Dayrell, 2002, p. 122

¹¹¹ Dayrell, 2002, p. 122

palavras de um jovem: *“gostar de trabalhar eu até gosto; a questão não é de não gostar de trabalhar, é de fazer o que eu não gosto”*¹¹².

O trabalho continua carregado de significados para os jovens, não podendo ser analisado apenas pelo contexto de pobreza em que estes vivem. Ao mesmo tempo em que se relaciona às estratégias de sobrevivência das famílias, onde as necessidades econômicas levam os jovens a buscarem emprego para ajudar na composição da renda familiar, o trabalho não deixa de ter outros significados. Deve-se também destacá-lo como formador de caráter¹¹³ e viabilizador da própria condição juvenil, permitindo o acesso aos bens de consumo e de um mínimo de lazer que definem as marcas do jovem urbano: a música, o lazer (as festas, os shows, o cinema), os aparelhos eletrônicos, as roupas e os tênis de grife - elementos de diferenciação social, por precisão e insistência dos meios de comunicação de massa (Bercovich, 2004; Soares, 2002, Zaluar, 1994).

No entanto, um quadro paradoxal é estruturado. Ao mesmo tempo em que estas motivações para o trabalho juvenil persistem, o estreitamento e a precarização do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90 “bloquearam” para alguns e tornaram ainda mais escassas, para outros, as possibilidades de acesso às condições sociais mínimas para a satisfação das necessidades familiares e pessoais e ainda para o acesso aos “símbolos da juventude” através do trabalho, fazendo dos ambientes urbanos, saturados de signos e de relações mediadas pela sociedade de consumo, campos férteis para a flexibilização da ética do trabalho honesto (Dayrell e Carrano, 2002).

Ora usado como negação, ora como adesão à inscrição no território de delinqüência, o mundo do trabalho, mesmo que em crise, continua sendo um ponto de referência à população juvenil. A pesquisa de Corrochano e Gouvêa (2003) aponta a descrença dos jovens na possibilidade de realização profissional no cenário de incerteza do mundo do trabalho como característica comum aos

¹¹² Depoimento de um jovem de Belo Horizonte extraído do trabalho de Dayrell, 2002, p. 122

¹¹³ O trabalho como um valor cultural transmitido pela família, para quem a prática do trabalho representa um motivo de orgulho e respeito (Zaluar, 1994).

diferentes perfis juvenis, sendo mais acentuada entre os jovens de camadas sociais mais pobres.

Ao lado do desemprego, a pobreza urbana também é recorrentemente apontada como um dos elementos que devem ser levados em consideração na compreensão da violência que assola as cidades brasileiras, mas que, tomados isoladamente, não sustentam a complexidade da questão da violência e da criminalidade juvenil. São elementos que se reportam à esfera econômica, mas que estão imbricados a dimensões culturais e intersubjetivas que a ultrapassam (Soares, 2006).

“Uma sociedade não se degrada na selvageria da criminalidade letal porque sofre revezes materiais, nem mesmo quando a desigualdade é profunda. Tudo depende do modo pelo qual os indivíduos e grupos sociais vivenciam as dificuldades, interpretam as desigualdades e são por elas interpelados”¹¹⁴

Ao reduzirmos a criminalidade violenta à pobreza, os efeitos inesperados da primeira sobre a segunda deixam de ser analisados, tais como o agravamento da condição de pobreza e o sofrimento da população pobre à medida em que a criminalidade violenta dificulta o acesso aos serviços e às instituições públicas - escolas, postos de saúde, quadras de esporte - e ameaça os profissionais que atendem a esta população, entre eles, os próprios policiais (Zaluar, 2002b).

Zaluar (1994) afirma ainda que do mesmo modo como não se deve reduzir a questão da criminalidade juvenil aos aspectos socioeconômicos para a compreensão do cenário de violência que se estruturou, não se deve falar em uma “dualização” do mundo juvenil: o mundo desviante, marginal, excluído apresentado como uma alternativa ao mundo oficial, dominante, incluído e, como tal, aceito.

A “opção” pelo crime e a prática de delitos como via de acesso aos objetos de consumo juvenil – interpretado por muitos autores como um estado de “deriva” onde as atividades criminais apresentariam um caráter intermitente, transitório e de reduzida gravidade - representam uma realidade nem sempre bem definida no mundo dos jovens oriundos da massa trabalhadora urbana. Segundo Sales

¹¹⁴ Soares, 2006, p. 17

(2003), este estado de “deriva” equivale a “um momento de suspensão dos valores na vida desses jovens, impulsionado por uma série de fatores individuais e sociais, como por exemplo do ressentimento diante da falta de oportunidades reais de mobilidade social e da baixa fruição do consumo, do lazer e da diversão, o que franquearia uma disposição às transgressões”, mas com o crescimento e a maturidade desses jovens, observar-se-ia uma espécie de recuperação espontânea.

O caminho percorrido pelos jovens que se iniciam na criminalidade como fonte complementar de renda ou como via de acesso aos objetos de consumo juvenil, mas se ‘afundam’ no mundo do crime não é linear ou pré-determinado. Trata-se de um caminho cuja compreensão deve acolher o “entendimento das pontes e passagens múltiplas, trocas contínuas e redes entrecortadas que articulam diferentes mundos, grupos ou culturas em processos históricos intermináveis e cambiantes”¹¹⁵ presentes no conturbado contexto urbano.

**“Não tava
nem aí, nem levava nada a sério
admirava os ladrão e os malandro mais velho
mas se liga, olhe ao redor e diga
o que melhorou da função, quem sobrou, sei lá
muito velório rolou de lá pra cá
qual a próxima mãe a chorar
já demorou mas hoje eu posso compreender
que malandragem de verdade é viver
Agradeço a Deus e aos Orixás
parei no meio do caminho e olhei para trás”**

Trecho da música “Fórmula Mágica da Paz” dos Racionais MCs

Zaluar em suas pesquisas de campo pôde observar que a integração do jovem à cultura criminoso e/ou à criminalidade organizada muitas vezes se

¹¹⁵ Zaluar, 1999, p. 6

concretiza não como reação a um mundo de injustiças ou como alternativa de trabalho frente a um mercado de trabalho estreito e precário. Mas como uma “opção” que não só permite o acesso ao mundo do consumo juvenil moderno – uma vez que se tem acesso ao “dinheiro fácil” -, mas que tem como atrativo uma identidade pessoal ligada à virilidade masculina, de imposição da lógica do mais forte, ou melhor, do mais armado. Aonde o porte de uma arma de fogo e a imagem de perigoso está, na maioria das vezes, associado à auto-estima destes jovens. A “opção” pela carreira criminosa, na visão dos que já enveredaram na carreira do crime, os bandidos¹¹⁶, é por eles mesmos afirmada como uma ‘vontade própria’, sinônimo de autonomia da sua decisão freqüentemente associada à aspiração de ficar no comando, ser um “cabeça forte” – o *chefe* - e não um “teleguiado” – que obedece e se sujeita às ordens do *chefe* cujo desfecho é, frequentemente, a morte prematura (Zaluar, 1994). Outras vezes:

“No esquema de extorsão e nas dívidas com traficantes ou policiais, os jovens que começaram como usuários de drogas são levados a roubar, a assaltar e algumas vezes até matar para pagar aqueles que os ameaçavam de morte – traficantes e policiais -, caso não consigam saldar as dívidas. Muitos deles acabam tornando-se membros de quadrilhas, seja para pagar dívidas, seja para se sentirem mais fortes diante dos inimigos criados, afundando cada vez mais nesse círculo diabólico que eles próprios denominam “condomínio do diabo”¹¹⁷.

As condições propícias e estimulantes a determinados comportamentos “derivantes” existem, estão postas a milhares de jovens, mas a opção pelo “salto” às práticas criminosas violentas é tomada apenas por alguns (Soares, 2002).

“A opção de saltar pode estar presente, em determinado contexto; não o salto. O salto não é um imperativo derivado da necessidade, assim como não

¹¹⁶ Zaluar, ao estudar a criminalidade carioca, aponta a diferença entre os ladrões - roubam para comprar roupas bonitas e ir aos bailes - e quadrilheiros/traficantes. “Se os traficantes eram invejados pelos ladrões por serem poderosos e terem proteção de seus pares e até da polícia (...), os ladrões eram invejados pelos traficantes por não terem inimigos, não precisarem andar armados e não serem identificados por todos (...) como bandidos. Os quadrilheiros sempre tiveram que usar armas, mesmo indo a um baile ou passear em outros lugares porque é sempre possível deparar-se com inimigos. Estão sempre defendendo sua vida e à espera da morte em qualquer esquina” (Zaluar, 1994, p. 110).

¹¹⁷ Zaluar, 1998, p. 295

se matam pessoas, em escala industrial, para matar a fome física. Há (...) uma fome mais funda que a fome: por reconhecimento, valorização, acolhimento, visibilidade, significado. O objeto cobiçado (o tênis de marca, por exemplo) não é, em primeiro lugar, um item de utilidade prática, mas um fetiche de distinção e poder, um símbolo de valorização, um alimento da auto-estima, um passaporte para a admissão em um grupo social, que alimente o espírito de seus membros com identidade e apreço”¹¹⁸

A sociabilidade dos jovens ocorre em uma sociedade onde as instituições clássicas de socialização – a família, a escola e o trabalho – encontram-se em uma profunda crise. A proporção das famílias monoparentais aumentou na década de 1990¹¹⁹ (um incremento de 37,6% entre 1991 e 2000, segundo dados do Censo 2000), quando as mulheres passaram a responder pela chefia de um em cada quatro domicílios no Brasil. Neste cenário, cabe ressaltar a precariedade das condições de inserção ocupacional das mulheres – que auferem remunerações médias inferiores às dos homens e tendem a se concentrar em ocupações precárias, instáveis e mal remuneradas - e a conseqüente vulnerabilidade social dessas famílias. Ao mesmo tempo em que estas estão sobrecarregadas de responsabilidades frente a um Estado que aborda a questão da pobreza familiar com políticas sociais focalizadas e insuficientes. Assim, apesar da família ainda representar uma instituição que os jovens respeitam, esta não foi (e não é) capaz de contra-arrestar as condições de pobreza, de desemprego e de falta de perspectivas que se impõe, com uma brutalidade impar, sobre seus membros mais jovens.

A escola que estes jovens freqüentam é apontada, por eles mesmos, como desinteressante e distante de suas realidades, uma escola, não por acaso, onde a

¹¹⁸ Soares, 2002, p. 18

¹¹⁹ “Nas classes populares, o homem ainda é considerado e valorizado como chefe e provedor da família, ao passo que as mulheres tendem a perceber o casamento como apoio moral e econômico e, muitas vezes, como oportunidade de deixar de trabalhar, dedicando-se aos afazeres domésticos e à criação dos filhos. À medida que o desemprego e os baixos níveis de remuneração inviabilizam essa divisão sexual de responsabilidades, o projeto feminino de melhorar de vida pelo casamento é frustrado, enquanto o homem, impossibilitado de cumprir o seu papel, sente-se fracassado, enveredando muitas vezes pelo alcoolismo ou abandonando a família. Assim, a ruptura das possibilidades objetivas de manter o padrão de família culturalmente estabelecido e dominante parece estar contribuindo para o aumento das separações e das famílias monoparentais, chefiadas sobretudo por mulheres” (Carvalho e Almeida, 2003, p. 116).

evasão e o atraso escolar são freqüentes. A violência na maioria dos ambientes escolares também é recorrente. O trabalho, como abordamos anteriormente, encontra-se imerso em uma verdadeira crise, onde a perspectiva de trabalho para todos não mais existe, apresentando-se como um precário meio de sobrevivência e incapaz de promover o sentimento de pertencimento social a toda população. Mas deve-se, mais uma vez, ressaltar que a maioria dos jovens vulneráveis continua acreditando no papel e nos valores destas instituições, mesmo que fragilizadas, se sujeitando a elas. Ao mesmo tempo, as instituições encarregadas de cumprir a lei atolam-se em um quadro de corrupção e de mau funcionamento, reforçando “as práticas delinqüentes pela antipedagogia da corrupção”¹²⁰. Ao lado da corrupção destas instituições, a criminalização dos pobres por elas alimentada - ao conferirem um foco privilegiado a simples suspeita à delinqüência envolvendo cidadãos pobres no pressuposto utilitarista de que “movido pela necessidade, o homem agiria para sobreviver”¹²¹ – representa uma peça importante nas engrenagens da violência (Adorno, 2002b; Zaluar, 1994, 2002b).

“Um policial, civil ou militar, que participa de rondas de rua ou do policiamento ostensivo nos bairros pobres e nas favelas, guia-se para abordar um “elemento suspeito” por certas características físicas e de aparência mais geral, que considera marcas de “suspeito”. As indicações quase sempre referem-se a roupas diferentes, juventude, corte de cabelo, cor da pele, “pinta”, jeito”, etc., (...) é por aqui que se começa a deslindar os mecanismos que levam os jovens, as pessoas de cor e os pobres em geral a povoarem as nossas prisões”¹²²

A partir do momento em que a equação direta baixa renda e criminalidade é posta – apesar de falsa –, gera fortes estereótipos “sobre quem são os criminosos potenciais ou os principais suspeitos, o que vem a se tornar um dos mecanismos mais eficazes na ampliação da criminalidade e no surgimento de uma certa solidariedade entre os que, eventualmente, desrespeitam a lei e mesmo os que já

¹²⁰ Zaluar, 1994, p. 113-4

¹²¹ Zaluar, 2002b, p. 78

¹²² Zaluar, 1994, p. 89

optaram por uma carreira criminosa, de um lado, e os trabalhadores, de outro”¹²³. O que era expressão de uma fantasia maniqueísta por parte dos policiais, tem o efeito de uma profecia autocumprida que se concretiza a partir do momento em que o jovem tem uma passagem pela penitenciária “quando a conjugação do estigma e da associação entre criminalidade e um grupo de solidariedade contra os inimigos policiais”¹²⁴ se consolida.

Sales (2003), fazendo referência aos trabalhos de Zaluar (1994) e Adorno (1999), conclui que “os homens jovens, negros, pardos e brancos pobres (com trajetória de vida marcada por vulnerabilidades e riscos sociais) que – da condição inicial de simples assediados pelo crime organizado ou participação eventuais de atividades ilícitas – enveredam por uma carreira criminosa. São os mesmos que tiveram experiências dolorosas, violentas e injustas com as instituições encarregadas de representar a lei (polícia, sistema judicial, etc.)”¹²⁵.

A própria relação que a população das periferias estabelece com os policiais e, em maior medida, os jovens, é reflexo deste estereótipo. Como reação à postura repressiva dos policiais - expressa no próprio andar, na maneira de olhar para os moradores, de dirigir-se aos mesmos -, a população local mantém uma relação de medo e hostilidade disfarçada, de desconfiança e bajulação e, entre os jovens, observa-se um “horror conjugado revolta, por se sentirem eles próprios, mesmo se trabalhadores, alvos da suspeita policial”¹²⁶. Os trabalhos analisados que realizam entrevistas com esta população juvenil, como por exemplo o de Castro e Abramovay (2002), apontam que os jovens mais pobres não percebem os policiais como agentes de sua segurança, muito pelo contrário. “Para eles, na melhor das hipóteses, polícia e bandido são imagens que se confundem. Quando questionados a respeito do que mudariam no mundo, muitos respondem que acabariam com a polícia”¹²⁷.

¹²³ Zaluar, 1996, p. 59

¹²⁴ Zaluar, 1994, p. 62

¹²⁵ Sales, 2003, p. 203

¹²⁶ Zaluar, 1994, p. 45

¹²⁷ Castro e Abramovay, 2002, p. 167

““Eu uma vez vinha do ensaio... os policiais me pegaram na rua e me pediram a identidade. Eu era menor, tinha 15 anos, eles colocaram uma arma no meu rosto. E me fizeram sambar, eu tive que sambar. Perguntaram se eu tocava, “Você canta?” “Canto”, cantei para eles. “Você dança?” “Danço”. “Você bate palma?” “Bato”. “Bata palma”, tinha que fazer tudo isso ou apanhava””¹²⁸

A idéia de que todos os indivíduos são iguais perante a lei que a muito está enfraquecida na sociedade brasileira, é perpetuada e reforçada pela instituição policial, onde a certificação da autoria de um crime tem se caracterizado por uma competência altamente diferenciada segundo a origem social das vítimas e do suspeito (Zaluar, 1994).

“É a condição social dos autores e não seu status de cidadão ou sujeito que passa a predominar e a favorecer o rigor e a rapidez das investigações. Para os pobres, então, restou apenas um número identificação e as impressões digitais marcadas na polícia. Não uma identidade, mas um número. Não é a condição de sujeito, mas a de assujeitado ao controle e a vigilância do Estado, senão à opressão policial pura e simples”¹²⁹.

A discriminação que esta juventude sofre não se restringe à relação com os policiais. Castro e Abramovay (2002) apontam ainda o estigma de morar na periferia – comumente associada apenas à miséria, à violência e criminalidade – gerando discriminações nas possibilidades de trabalho e de acesso a outras escolas fora de seu bairro de origem. Ao jovem naturalizado pelo desinvestimento social corresponde a idéia mais difundida de violência pelos meios de comunicação, reforçando o preconceito e uma leitura “estagnada” e preconceituosa do que ‘é ser jovem’ para os indivíduos das classes populares, moradores da periferia das grandes cidades.

“De tanto repetir que a carência é o fator por excelência que empurra o jovem para a marginalidade, acabou-se por estimular e contribuir para a

¹²⁸ Depoimento extraído de Castro e Abramovay, 2002, p. 168

¹²⁹ Zaluar, 1994, p. 65

gestação de um imaginário social que percebe os jovens pobres como perigosos e ameaçadores da ordem, os eternos e maiores suspeitos”¹³⁰.

A seguir, nos deteremos sobre importantes aspectos do sistema de justiça criminal, que catalisam e perpetuam a noção de injustiça e impunidade entre grande parte da população brasileira, alimentando as engrenagens da violência e da criminalidade urbana.

“Eu não sei se eles
estão ou não autorizados
a decidir o que é certo ou errado
inocente ou culpado retrato falado
não existe mais justiça ou estou enganado?
Se eu fosse citar o nome de todos os que se foram
o meu tempo não daria para falar mais...
e eu vou lembrar que ficou por isso mesmo
e então que segurança se tem em tal situação
quantos terão que sofrer pra se tomar providência
ou vão dar mais um tempo e assistir a seqüência
e com certeza ignorar a procedência.
O sensacionalismo pra eles é o máximo
acabar com delinqüentes eles acham ótimo
desde que nenhum parente ou então é lógico
seus próprios filhos sejam os próximos (...)
Ei Brown, qual será a nossa atitude?
A mudança estará em nossa consciência
praticando nossos atos com coerência
e a conseqüência será o fim do próprio medo,
pois quem gosta de nós somos nós mesmos
tipo, porque ninguém cuidará de você, não entre nessa à toa,

¹³⁰ Madeira, 1999, p. 60

não dê motivo pra morrer
honestidade nunca será demais,
sua moral não se ganha, se faz
não somos donos da verdade
por isso não mentimos
sentimos a necessidade de uma melhoria
nossa filosofia é sempre transmitir
a realidade em si,
Racionais MC's"

Trecho da Música "Pânico na zona Sul" dos Racionais MC's

3.4. Os Limites do Sistema de Justiça Criminal

O sistema de justiça criminal envolve as agências policiais, o Ministério Público, os tribunais de Justiça e o sistema penitenciário. Destes elementos, o mais explorado até aqui foi o papel das agências policiais, mais especificamente, a sua orientação por teoria criminológicas ultrapassadas assentadas na idéia do criminoso nato, do determinismo social que relaciona pobreza e criminalidade, com uma evidente "adesão à profecia do pobre perigoso, do menino carente monstruoso"¹³¹ e o distanciamento entre a população moradora de bairros e comunidades pobres e as instituições encarregadas de representar a lei. A redução da criminalidade e da violência urbana não envolve apenas as instituições ligadas ao sistema de justiça criminal. Envolve também a abordagem de outros aspectos qualitativos, que entrecortam o universo juvenil, tais como a educação, a saúde, o acesso ao lazer, a perspectiva de um futuro melhor. Mas, neste tópico procuraremos nos ater nos limites do sistema de justiça criminal, com a atuação de suas instituições limitada ao tripé polícia- justiça – prisão.

Particularmente, no Estado de São Paulo a crise da segurança pública, evidenciada pelos recentes episódios de violência envolvendo o crime organizado, trouxe à tona, mais uma vez, a ineficácia do tipo de política criminal e penitenciária

¹³¹ Zaluar, 1996, p. 65

desenvolvida nos últimos anos pelo Estado de São Paulo que privilegiou o encarceramento e a abertura de novas vagas em presídios.

O debate sobre as políticas de segurança pública se vê recorrentemente reduzido a uma dualização de opiniões sintetizada na contraposição de um discurso totalmente voltado para a questão social, de um lado, com um discurso voltado exclusivamente para o endurecimento das ações policiais no controle da criminalidade no país, de outro lado. Uma polarização de visões que, frente a ineficácia das ações públicas para a redução das vulnerabilidades e das desigualdades sociais e o jogo retórico de muitas autoridades de segurança pública - que remetem a solução da criminalidade às variáveis exteriores ao seu controle, justificando a redução da pobreza e das desigualdades socioeconômicas como os únicos fatores necessários à redução da criminalidade e que estão fora do seu controle –, reduz o campo do debate, não abordando as deficiências das instituições voltadas à segurança pública que, direta ou indiretamente, são reflexo do contingenciamento dos gastos públicos, mas também reflexo de outras questões internas das mesmas (Cerqueira et al., 2005).

3.4.1. A questão dos Recursos Públicos

Ao analisarmos os gastos com segurança pública no Brasil, observa-se com base nos dados disponibilizados pelo Ministério da Fazenda que houve uma redução nos últimos 16 anos, particularmente entre 2001 e 2006 quando as despesas com a Defesa Nacional e a Segurança Pública eram de R\$ 23 bilhões e em 2006, foram reduzidas a R\$11,6 bilhões. Uma redução de cerca de 50%.

Tabela 3.2**Despesa da União com Defesa Nacional e Segurança Pública (R\$)***

Ano	Defesa e Seg. Pública	Defesa Nacional	Seg. Pública
1990	13.380.914.621	-	-
1991	10.228.487.553	-	-
1992	6.954.118.711	-	-
1993	7.518.717.704	-	-
1994	14.227.703.258	-	-
1995	23.031.203.018	-	-
1996	22.839.465.965	-	-
1997	23.309.111.787	-	-
1998	22.982.359.733	-	-
1999	20.591.478.416	-	-
2000	22.684.641.318	18.812.807.947	3.871.833.370
2001	23.094.508.669	18.945.395.301	4.149.113.368
2002	19.146.359.124	16.300.758.790	2.845.600.334
2003	16.428.165.987	13.600.901.182	2.827.264.805
2004	17.117.629.420	14.218.256.794	2.899.372.626
2005	18.996.130.755	15.887.134.238	3.108.996.517
2006	11.668.749.260	9.807.629.885	1.861.119.375

Fonte: Ministério da Fazenda, SIAFI - STN/CCONT/GEINC

* Valores corrigidos pelo IGP-DI (FGV) de 10/2006

O contingenciamento dos repasses para a segurança pública para a elevação do superávit primário representa um obstáculo importante para o enfrentamento da problemática da violência e da criminalidade do país. Um enfrentamento que não passa apenas pela área de segurança pública, mas também por outras áreas que também sofrem o contingenciamento de gastos, vide os parcos investimentos em saúde, saneamento, habitação, educação, transportes públicos, etc. nas últimas décadas no Brasil. A questão dos escassos recursos para a segurança pública longe de esgotar o extenso leque de questões que devem ser enfrentadas, trás também a tona a importância da realocação dos gastos destes escassos recursos, que nos últimos anos foram absorvidos, em grande medida, pela construção de novos presídios.

A exemplo da experiência de outros países que conseguiram reduzir suas taxas de criminalidade, observa-se que ao lado do aumento das dotações orçamentárias que contemplem a melhoria da infra-estrutura e da inteligência policial voltada para a participação comunitária (onde a própria população seja integrada às atividades de segurança pública¹³²), a expansão dos serviços de justiça e de solução de conflitos pelo Estado, o fortalecimento e a melhoria da infra-estrutura prisional (buscando efetivar as medidas previstas na Lei de Execução Penal), a atenção aos grupos populacionais vulneráveis, a recuperação dos espaços públicos e dos entornos urbanos críticos, a coordenação interinstitucional da segurança pública onde um sistema de informações integrado teria papel fundamental apresentam-se como importantes medidas a serem implementadas pelo Brasil (Cerqueira et al., 2005; Zaluar, 2002b).

3.4.2. A Atuação Policial

Neste período, não apenas houve um reduzido aumento do efetivo policial no país¹³³, como a atuação destes agentes continuou organizada segundo os pressupostos de um modelo de policiamento ultrapassado, com algumas exceções pontuais de experiências voltadas ao policiamento comunitário (Cerqueira et al., 2005).

O ciclo policial, com a exceção de alguns estados da federação, ainda é segmentado. Cada força policial – a Militar e a Civil¹³⁴ - opera com um código

¹³² “É preciso mais atenção à pedagogia e à formação oferecida nas escolas e nos quartéis no que diz respeito à socialização para uma sociedade em que a civilidade, a confiança mútua, a previsibilidade dão as condições básicas para novos arranjos e práticas sociais. A participação é importante na medida em que não há segurança sem que as pessoas compreendam os perigos e riscos que correm e façam elas mesmas o que podem para controlá-los ou evitá-los. A participação é igualmente importante, pois é o que permite passar da normatividade burocrática e autoritária para uma normatização mais bem aceita pelos que devem internalizar e praticar regras” (Zaluar, 2002b, p. 85).

¹³³ No estado de São Paulo, entre 1982 e 2006, o número de policiais militares e civis passou de 71.032 para 127.000.

¹³⁴ Tanto a Polícia Militar quanto a Polícia Civil, pertencem à esfera dos governos estaduais. A Polícia Militar é encarregada do policiamento preventivo e repressivo compete. Já a Polícia Civil cabe as tarefas de polícia judiciária, encarregando-se das investigações que busquem o reconhecimento da materialidade do delito e a identificação do possível ou dos possíveis autores (Adorno, 2002a).

disciplinar, com regulamentos operacionais próprios e diferentes métodos de treinamento. Há uma divisão artificial do trabalho destas duas forças que chegam a operar centros de comunicação e de bancos de dados separados, com operações descordenadas e sem planejamento de investimento conjunto. Forças que deveriam se complementar, na prática, comportam-se como rivais¹³⁵. A ausência de sistemas coordenados para diagnosticar, planejar, controlar uma operação – de preferência voltada à prevenção de delitos - e avaliar o desempenho de ambas, em uma mesma área de atuação, torna-se um sério problema de segurança pública. Também se faz necessário mudar a visão militarizada da polícia que, direta ou indiretamente, exacerba o abismo entre esta instituição e a comunidade. Os reduzidos salários e a baixa motivação policial¹³⁶ figuram também como importantes problemas de segurança pública (Cerqueira et al., 2005; Silva Filho e Gall, 2002).

Estrutura-se um sistema que permite que péssimos policiais que atuam no mercado ilegal das propinas e de extorsões, executam chacinas e abusos de autoridade o façam sem serem punidos. Ao mesmo tempo, desmotiva e frustra os bons policiais compromissados com a instituição. Os resultados deste sistema que

¹³⁵ “As duas polícias regularmente invadem as funções uma da outra. A polícia Militar realiza patrulhamento ostensivo, raramente utilizando veículos sem marcas de identificação. Conflitos sobre jurisdições, recursos, prestígio e poder – cada distrito tem dois chefes de polícia – reforçam velhas rivalidades que prejudicam ambas as forças e atrapalham os esforços para a redução do crime” (Silva Filho e Gall, 2002, p. 210).

¹³⁶ Informalmente, a PM estruturou-se em castas, onde o nível mais alto é formado pelos órgãos de direção e apoio, a casta intermediária pelas atividades especializadas (polícia de choque, de trânsito, rodoviária, florestal, etc.). No terceiro nível estão as assessorias administrativas, próximas ao policiamento das ruas, mas imune a seus problemas. E um quarto nível “estão o policiamento comum, que verdadeiramente sustenta e justifica a instituição, local de castigo aos expulsos das castas superiores, onde sobram riscos, pressões, punições, desconfortos e o incentivo é zero. Apadrinhamento, apoio político ou algum talento diferenciado são passaportes para desfrutar a carreira na primeira classe das castas superiores. Historicamente, a última casta, tratada com os restos dos incentivos, recebe no máximo 10% das promoções por mérito (em 1998, apenas 5% dos capitães, majores e tenentes-coronéis dos 26 batalhões da Grande São Paulo foram promovidos por mérito, a metade dos promovidos por trabalharem no quartel general)” (Silva Filho e Gall, 2002, p. 216). Na Polícia Civil a situação não é muito diferente. Mesmo com uma hierarquia mal-definida e de pouca disciplina, muitos delegados preferem se incluir na carreira jurídica do que assumir sua carreira policial. “Grande parte dos delegados funciona mais como juizes, vestem-se de modo similar, assumem os mesmos maneirismos, usam o jargão judicial, preparam autos de processo e pressionam para serem enquadrados nas políticas salariais do Judiciário. Com sua passividade judicial, coletam relatórios da PM e fazem mais relatórios, quando deveriam analisar os problemas de suas áreas e identificar e prender criminosos, participando ativamente do processo de inteligência policial” (Silva Filho e Gall, 2002, p. 217).

pouco treina seus agentes, não os motiva – social e economicamente – e não pune aqueles que cometem abusos de autoridade e uso excessivo da força, podem ser vistos diariamente nos jornais e em depoimentos da população mais pobre (Cerqueira et al., 2005).

Se em 1992, ano do Massacre do Carandiru, 1.359 “suspeitos” morreram em confronto com a Polícia Militar no Estado de São Paulo, este número foi reduzido em 2003, quando foi observado 915 mortes e, em 2004, 633 “suspeitos” morreram pelas mãos da Polícia Militar segundo relatório da ONU. Apesar de representar um lado positivo, não se pode ignorar que ainda se trata de um número expressivo. No segundo trimestre de 2006, período de forte repressão policial aos ataques do PCC, 188 pessoas foram mortas por policiais militares, 262% a mais que no mesmo período de 2005 (OESP:Aliás Debate, 2006). Estas mortes são justificadas como “resistência à ordem de prisão”, sendo registradas como “resistência seguida de morte” ou “autos de resistência”, transformando a vítima, antes de qualquer investigação, em agressor.

Logo após os ataques do PCC em maio de 2006, na favela de Pilões, zona sul de São Paulo, três jovens do sexo masculino foram assassinados por policiais militares. Um deles sofria de retardo mental e fazia bicos em reciclagem de plástico. Chamava-se Cristiano e completaria 30 anos. Jefferson e Rogério, 27 e 24 anos respectivamente, eram metalúrgicos desempregados que trabalhavam como vigias noturnos em um estacionamento vizinho à favela. Trabalhavam das 22h30 às 8h30, ganhavam R\$ 600,00 por mês e não tinham carteira de trabalho assinada.

“A dona de um bar na favela disse que, na noite em que morreram, os rapazes passaram pelo estabelecimento dela para tomar cerveja. ‘Quando saíram para trabalhar, deram o azar de cruzar com a rota’. ‘Os policiais chegaram à favela pela rua que margeia a linha de transmissão da Eletropaulo. Lá eles recolheram Cristiano. Foram subindo a favela e catavam quem encontravam’. Os soldados perguntavam aos rapazes quem tinha “passagem”. Rogério disse que sim, teve uma bronca da polícia. Passou um mês preso, por roubar dois maços de cigarro em um posto. Segundo

vizinhos, os demais nem chegaram a responder. Os PMs descarregaram as armas neles”¹³⁷.

Entre os moradores, apesar de tanto o bandido quanto o policial terem imagens carregadas de ambigüidades, é a figura do policial que aparece, quase sempre, marcada pela completa ausência de moral. Entre bandidos e policiais corruptos há uma relação de troca, não de lealdade, onde troca-se dinheiro pela não-interferência ou proteção. “Compra-se a impunidade do crime (...) Comete “crimes” quem não pode pagar por essa impunidade jurídica. Não é de se espantar, portanto, que a associação feita pelos moradores de tais locais com o aparelho jurídico da nação, através de seu mais direto representante no local – a polícia militar -seja com a injustiça” (Zaluar, 1994, p.19).

“Eu já tive de trocar três vezes a porta de casa. É que os policiais mandam deixar a porta só encostada. Se tiver trancada, eles derrubam a pontapés”¹³⁸.

“Um operário conta que policiais arrombaram sua casa para pegar uma camisa e, com ela, limpar os sapatos. ‘Eu fui lá reclamar na delegacia, mas me disseram que eu esquecesse: polícia não faz BO de polícia’. ‘Eles querem fazer todo mundo acreditar que aqui (na favela) só tem bandido, PCC, mas não é assim. Os caminhões das Casas Bahia, da Marabrás, entram sempre aqui e nunca foram roubados’”¹³⁹

A despeito de todas estas denúncias sobre a instituição policial, sua importância para o enfrentamento da violência e da criminalidade nos últimos anos, que vitima os jovens do sexo masculino mais pobres, não pode ser ignorada. Para tanto, urge a já citada reorganização policial e de seus métodos de atuação que deveriam buscar a prevenção do crime (Cerqueira et al., 2005; Silva Filho e Gall, 2002).

Mas Lemgruber (2002) e Soares (2002) bem argumentam como a suposição de uma relação causal simples e automática da melhoria dos serviços

¹³⁷ Capriglione e Bergamo, 2006.

¹³⁸ Depoimento de moradora da zona sul de São Paulo, na favela de Pilões, à reportagem do jornal FSP (Capriglione e Bergamo, 2006).

¹³⁹ Capriglione e Bergamo, 2006.

de segurança pública, da melhoria do trabalho policial e da conseqüente redução da quantidade de crimes não corresponde à realidade, muito mais complexa.

Não basta olharmos os números crescentes do sistema penitenciário ao longo dos últimos 16 anos¹⁴⁰ no Estado de São Paulo, uma vez que a dimensão da população prisional é resultado final de um processo que implica em muitas perdas nas várias etapas de funcionamento justiça criminal¹⁴¹. A ausência de pesquisas regulares e abrangentes de vitimização e a baixa informatização do sistema de justiça criminal impossibilitam o dimensionamento e a análise da trajetória da criminalidade no país ao longo dos anos. Com isso, pouco se sabe sobre a diferença entre os crimes cometidos e os que chegam ao conhecimento da polícia. Pouco se sabe sobre as perdas que ocorrem em cada instância do sistema de justiça criminal tomando o número de crimes cometidos¹⁴² e o número de infratores que recebem pena de prisão. Também, pouco se sabe sobre a dimensão da taxa de esclarecimento dos crimes¹⁴³ (Lemgruber, 2002).

Nos EUA - país que pratica a mais dura política de combate ao crime e à violência com a legislação penal mais severa do mundo desenvolvido - esses tipos de estudo foram realizados, alimentando a polêmica sobre a relação inversa entre as elevadas taxas de encarceramento e a redução da criminalidade. Em 1995, mesmo encarcerando seis vezes mais seus habitantes do que a média dos países europeus ocidentais, observou-se mais homicídios na cidade de Los Angeles, com 3,5 milhões de habitantes, do que na Inglaterra e País de Gales que, juntos, contabilizam 50 milhões de habitantes. Em 1994, dos crimes violentos que ocorreram (incluindo homicídios, estupros, roubos e lesões corporais graves), apenas 3% resultaram em penas de prisão nos EUA. O fato de um reduzido número de crimes receberem pena de prisão corrobora com a hipótese de que a

¹⁴⁰ Apenas no Estado de São Paulo a população carcerária passou de 59,8 mil presos em 2000 para 127 mil presos em 2006 (OESP: Aliás Debate, 2006).

¹⁴¹ As instâncias da Justiça criminal passam pela comunicação dos crimes à polícia, pelo registro policial, pela investigação policial para o esclarecimento dos crimes, pela execução penal que resulta ou não nas penas de prisão.

¹⁴² Através das pesquisas de vitimização regulares que utilizam amostras representativas da população questionadas sobre os crimes dos quais foram vítimas.

¹⁴³ A quantidade de crimes em relação aos quais a polícia é capaz de indicar ao Judiciário um provável culpado, tomando como ponto de partida o número de crimes registrados.

política de encarceramento pouco inibe a criminalidade e pouco funciona como instrumento de controle social. Pesquisas norte-americanas estudadas por Lemgruber (2002) apontam que mesmo que fosse possível melhorar a eficiência do sistema de justiça criminal produzindo maiores taxas de encarceramento, não necessariamente seriam observados melhores resultados no controle do crime. Estados norte-americanos que aumentaram suas taxas de encarceramento tiveram, em média, menores reduções em suas taxas de criminalidade. O aumento de 72% das taxas de encarceramento desses estados resultaram na redução de 13% dos índices de criminalidade, ao passo que o grupo de estados que aumentou o número de presos em 30% viu suas taxas de criminalidade declinarem 17%.

O decréscimo da curva de criminalidade norte-americana nos anos 90, durante os governos de Clinton, que a primeira vista parece dar razão aos defensores do endurecimento penal, alimenta o debate sobre a relação de causalidade entre a política de endurecimento penal e o decréscimo observado, expondo a complexidade da questão do enfrentamento da criminalidade e da violência. Este decréscimo coincidiu com um ótimo desempenho da economia norte-americana, com a redução da população de 15 a 24 anos e com a não menos importante mudança dos métodos de policiamento das grandes cidades enfatizando as estratégias preventivas, de modernização e de reestruturação das polícias voltadas ao policiamento comunitário (Lemgruber, 2002), que tem a cidade de Nova York como o exemplo mais importante¹⁴⁴.

No Estado de São Paulo, desde 2000 tem sido observado um decréscimo das taxas de homicídio. Mas não há um consenso entre os especialistas para as causas desta redução. O coronel da reserva da Polícia Militar e ex-secretário nacional da Segurança Pública, José Vicente da Silva Filho, aponta as melhorias

¹⁴⁴ Para uma abordagem mais detalhada sobre o caso de Nova York, ver Soares (2002) e Anemone, Louis. "A reforma da polícia de Nova York". In: OLIVEIRA, Nilson Vieira (Org.). Insegurança Pública: Reflexões sobre a Criminalidade e a Violência Urbana. São Paulo: Editora Alexandria, 2002.

na atuação da instituição policial no Estado de São Paulo¹⁴⁵. Já o diretor científico do Ilanud, Guaracy Mingardi, destaca outros fatores, tais como as políticas de prevenção dos municípios e o desarmamento da população incentivada pelas campanhas promovidas por ONGs. Já o diretor executivo do Instituto Sou da Paz, Denis Mizne, aponta além destes últimos fatores, a importância dos projetos sociais envolvendo jovens e adolescentes para prevenção da criminalidade (Waiselfisz e Athias, 2005).

O que se pode inferir é que, isoladamente, estes fatores não respondem pela redução das taxas de homicídios, mas que juntos, em simbiose, interferem, direta ou indiretamente, na trajetória descendente das taxas de homicídios que, como já apontamos, continuam excessivamente elevadas, especialmente entre a população juvenil.

A relevância da pobreza e das desigualdades socioeconômicas para a redução da criminalidade violenta - exacerbada em um contexto de baixo crescimento econômico, de baixa mobilidade social e de falta de perspectiva para a expressiva população de jovens - não é negada pelos especialistas em Segurança Pública brasileiros. Configura, ao lado das políticas de segurança pública voltadas à prevenção de delitos, da reformulação da atuação policial e das outras instituições ligadas ao sistema de justiça criminal uma questão fundamental no debate sobre a criminalidade violenta, a expressão mais cruel da atual crise social. No entanto, a relevância das questões socioeconômicas para o enfrentamento da problemática da criminalidade e da violência não deve “engessar” ou desmerecer as iniciativas da esfera da segurança pública que, se a primeira vista parecem agir exclusivamente nas “consequências” de um quadro socioeconômico desfavorável, em uma análise mais detida revelam a

¹⁴⁵ A ampliação das vagas no sistema prisional e as incipientes mudanças gerenciais buscando compatibilizar a atuação da polícia militar e civil, as mudanças graduais na formação da polícia militar e civil, acompanhadas de um maior deslocamento da polícia militar para as áreas mais críticas e da criação de um sistema de informação criminal foram também observadas no estado de São Paulo (Waiselfisz e Athias, 2005). Mas apesar destes avanços, a necessidade de uma profunda reforma no sistema de prevenção criminal ainda se sobrepõe. De uma maneira geral, a ação policial na contenção do crime emprega estratégias meramente reativas e frequentemente repressivas, tendo como produto a ineficiência da ação policial na contenção do crime e o número excessivo de mortes de civis.

complexidade da questão da violência ao interferir, por exemplo, na reformulação dos métodos da atuação policial - um importante foco de tensão entre a população jovem vulnerável e esta instituição.

3.4.3. Os Problemas na Condução do Processo Judicial Criminal

Antes de avançarmos, seria interessante apontarmos que a instituição policial é também responsável pelas instâncias preparatórias dos processos que são levados ao Ministério Público, onde serão apreciados pelos promotores públicos que poderão solicitar novas investigações policiais, o arquivamento por insuficiências de provas ou poderão apresentar a denúncia. “Caso a denúncia seja aceita pelo juiz, instaura-se o processo para apuração de responsabilidade penal, oportunidade em que o indiciado no inquérito policial se transforma em réu perante a Justiça penal”¹⁴⁶. Os intrincados e morosos labirintos, o reduzido número de juízes por habitantes da cidade¹⁴⁷ e o reduzido número de varas em cada cidade brasileira representam importantes entraves à consecução da Justiça no país, agravados pela discriminação sofrida por réus com certas marcas sociais, onde as origens socioeconômicas e a cor da pele pesam, e muito, no desfecho dos processos criminais (Zaluar, 1998).

No Brasil, ao mesmo tempo em que muitos crimes deixam de merecer sanções penais, não significa que a Justiça criminal seja pouco rigorosa. Crimes contra a ordem tributária e contra o sistema financeiro nacional, por exemplo, que costumam ser realizados pelas camadas mais favorecidas da população, são crimes cujas instâncias de controle e de punição são muito menos prováveis de ocorrerem do que quando se trata de crimes associados às camadas mais desfavorecidas da população, como roubos e homicídios (Sposato et al., 2005).

A impunidade penal representa uma faceta da crise do sistema de justiça criminal, mas que pela carência dos dados estatísticos previamente abordada não

¹⁴⁶ Adorno, 2002b, p. 96-97

¹⁴⁷ No Brasil, há cerca de um juiz para cada 23 mil habitantes, enquanto na Alemanha há um para 3,5 mil e nos EUA um para cada 9 mil (Silva Filho e Gall, 2002).

pode ser bem dimensionada no Brasil. Enquanto a Inglaterra apresenta uma elevada taxa de esclarecimento de crimes violentos, principalmente homicídios (a taxa é de 90%), estima-se que no Estado de São Paulo a taxa de esclarecimento dos homicídios varie entre 20% e 30% (Lemgruber, 2002). Adorno (2002a) faz referência ao trabalho de Castro¹⁴⁸ que aponta que dos homicídios praticados contra crianças e adolescentes em 1991 na cidade de São Paulo, apenas 1,72% dos crimes denunciados tiveram uma sentença condenatória, transitada em julgado, em 1994. Em 1999, dos 10 mil processos instaurados para apuração de responsabilidade penal em homicídios que passaram pelo Primeiro Tribunal de Júri, 70% foram arquivados.

Frente a descrença nas instituições promotoras de justiça, os cidadãos buscam, cada vez mais, saídas que passam ao largo de soluções por intermédio das leis e que dependam do funcionamento do sistema de justiça criminal. Os linchamentos¹⁴⁹ e a resolução de conflitos por conta própria¹⁵⁰ são apenas algumas manifestações desta descrença, mais acentuada entre a população pobre e marginalizada.

“As leis no Brasil não se constituem, para largas parcelas da população, em fortes razões para ação, em algo que se deva levar em conta no momento da tomada de decisão. Para aqueles “abaixo da lei” (...) que têm seus direitos sistematicamente violados pelo Estado e pelos outros membros da sociedade, com a omissão ou conivência do Estado em punir estas violações, não há razão para se confiar na lei ou seus agentes e muito menos para leva-la em conta. Para os privilegiados, o direito também não é

¹⁴⁸ Castro, M.M. P. de. 1996. *Vidas sem valor*: um estudo sobre os homicídios de crianças e adolescentes e a atuação das instituições de segurança e justiça. Tese de Doutorado em Sociologia. PPGS/FFLCH-USP, 279p.

¹⁴⁹ Os linchamentos representam o abismo entre a expectativa da população diante de crimes graves – principalmente quando envolvem crianças e adolescentes em tentativas ou atos consumados de estupro, ou roubos e homicídios dolosos de pessoas queridas na comunidade – e o funcionamento do sistema de Justiça. O linchamento do “culpado” – julgado, condenado e executado pela família, amigos e vizinhos da vítima – sintetiza uma forma coletiva de revolta popular, a justiça privada com as próprias mãos (Adorno, 2002a, 2002b; Zaluar, 1999).

¹⁵⁰ Os grupos de extermínio são organizados para a execução sumária e sistemática de suspeitos de cometimento com crimes – quase sempre moradores da mesma localidade – , cujos membros mais recorrentes são cidadãos comuns, moradores de bairros populares, comerciantes locais e policiais. A ação destes membros, que apelam para uma solução radical, extralegal e fatal é, usualmente, aprovada pelos moradores de tais localidades como forma de compensar a ineficiência do sistema de Justiça (Adorno, 2002a, 2002b; Zaluar, 1999).

algo tremendamente importante para se levar em conta na hora de se praticar uma ação ou tomar uma decisão, uma vez que, normalmente, podem conquistar seus objetivos inclusive contra o direito”¹⁵¹

Os trabalhos de Adorno (1996, 2002b) e de Sposato et al. (2005) (que compara a percentagem dos indiciados com a dos condenados e absolvidos nos crimes de roubo e de homicídio) apontam que as sanções da justiça criminal alcançam preferencialmente os negros e os migrantes, comparativamente às sanções aplicadas aos cidadãos brancos, procedentes das classes médias e da alta sociedade.

Adorno (1996) em seu trabalho “Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa” permite o vislumbamento da desigualdade das sanções aplicadas a cidadãos negros e brancos, corroborando com a hipótese de que se o crime não é praticado apenas pela população negra, o “privilegio” da punição parece se concentrar sob esta população¹⁵². Com base nos dados sobre os roubos qualificados (37,9% da amostra de crimes violentos: roubo, tráfico de drogas, latrocínio, tráfico qualificado, estupro) na cidade de São Paulo em 1990, o autor observa que à discriminação socioeconômica, soma-se a discriminação racial na Justiça criminal.

Nas prisões em flagrante, há uma maior incidência de réus negros (58,1%) do que de brancos (46,0%), refletindo a maior vigilância policial sobre a população negra do que sobre a população branca. Entre os réus que respondem às acusações em liberdade, há também uma maior proporção de réus brancos (27,0%) comparativamente a de réus negros (15,5%).

Este contexto discriminatório do rigor da lei perpassa outros aspectos do sistema jurídico penal brasileiro, que coloca a cor/raça da pessoa como um

¹⁵¹ Vieira, 1999, p. 45

¹⁵² O mesmo pode ser observado em países desenvolvidos, como os EUA onde “há um consenso quanto aos efeitos provocados pelo efeito discriminatório das agências encarregadas de conter a criminalidade: a intimidação policial, as sanções punitivas e a maior severidade no tratamento dispensado àqueles que se encontram sob tutela e guarda nas prisões recaem preferencialmente sobre “os mais jovens, os mais pobres e os mais negros”. São estes os grupos justamente desprovidos das imunidades conferidas para as complexas organizações delinquentes envolvendo cidadãos procedentes das classes médias e elevadas da sociedade” (Adorno, 1996, p. 1). Mas nestes países estas práticas não são reforçadas por uma alto grau de impunidade, como no Brasil.

poderoso instrumento de discriminação na distribuição da justiça. De todos os réus brancos que apresentaram provas testemunhais, 48% foram absolvidos e 52% condenados, entre os negros que valeram deste recurso, 28,2% foram absolvidos enquanto 71,8% foram condenados. Adorno (1996) observou também que os réus negros dependem mais da assistência jurídica proporcionada pelo Estado¹⁵³ (62% contra 39,5% dos réus brancos).

Sobre o desfecho do processo, observou-se uma maior proporção de réus negros condenados (68,8%) do que de réus brancos (59,4%). Entre os réus negros que recorrem à assistência jurídica proporcionada pelo Estado, 57,6% são condenados, enquanto 39,5% dos réus brancos são condenados. Este tipo de assistência jurídica responde pela absolvição de 60,9% dos réus brancos, contra 27,1% dos réus negros.

Pela realidade desvelada nos dados citados, mesmo que um pouco defasados, a flagrante crise do Estado em uma importante articulação do sistema de justiça criminal pode ser vislumbrada. Adorno (1996) bem aponta a elevada frequência com que o argumento de que “sendo mais pobres, os réus negros tendem a ser mais vulneráveis aos rigores das leis penais e mais desfavorecidos diante dos tribunais de Justiça criminal”¹⁵⁴ é utilizado. Mas esta argumentação que aponta a diferenciação no tratamento dos réus brancos e negros assentada na maior inserção de cidadãos negros em estratos socioeconômicos mais desprivilegiados - e não como fruto de racismo – não se sustenta ao se comparar as variáveis socioeconômicas dos réus brancos e negros.

Adorno (1996) observa que ambos os réus parecem ser recrutados dos mesmos estratos socioeconômicos, compostos majoritariamente por grupos de trabalhadores de baixa renda, pauperizados, ao que vem se associar à baixa

¹⁵³ Dez anos após a publicação desse artigo de Adorno, foi criada a Defensoria Pública em São Paulo, com um atraso de quase duas décadas em relação à previsão constitucional de 1988. Antes disso, os serviços de assistência jurídica eram realizados pela Procuradoria de Assistência Judiciária com auxílio de advogados privados. Segundo Gonçalves (2006), “o orçamento destinado à Defensoria Pública, bem como o número de profissionais alocados nessa instituição, é irrisório se comparado com os números atinentes ao Judiciário e ao Ministério Público, o que reforça o círculo vicioso que exclui boa parte da população pobre do acesso aos serviços públicos no Brasil”.

¹⁵⁴ Adorno, 1996, p. 2

escolaridade¹⁵⁵. O autor ainda desconstrói a hipótese de que os negros são tendencialmente mais inclinados à prática de crimes violentos do que os brancos, uma vez que não se observa diferença, estatisticamente significativa, entre a proporção de réus masculinos brancos e negros. Observa, já em 1990, que tanto os réus brancos (84,9%) quanto os réus negros (85,2%) se concentram nos estratos jovens da população (18 a 30 anos, uma população que representava apenas 19,4% da população do município).

A problemática de acesso à Justiça é explícita. E quando dizemos acesso à Justiça estamos nos referindo “a possibilidade material do ser humano conviver em uma sociedade onde o direito é realizado de forma concreta, seja em decorrência da manifestação soberana da atuação judiciária do organismo estatal, seja, também, como reflexo da atuação das grandes políticas públicas a serem engendradas pela respectiva atuação executiva (...) que prestigie a vida, a dignidade e o respeito incorruptível aos direitos fundamentais do homem. Enfim, o enaltecimento do valor da justiça como referência a ser seguida”¹⁵⁶. A partir do momento em que há uma defasagem entre a letra da lei e as práticas judiciais que contemplam as diferenças raciais, de gênero, de renda, de idade, de ideologia política e religiosa “transformando reputações privadas em públicas”¹⁵⁷, que faz com que muitos padeçam no inferno prisional, não se pode afirmar que o princípio constitucional da igualdade esteja sendo exercido, explicitando, mais uma vez, a debilidade do Estado brasileiro.

3.4.4. O sistema prisional

As prisões brasileiras hoje estão superlotadas. Entre os presos há uma sobre-representação de negros e pardos e de jovens refletindo as condutas policiais e as sanções penais que alcançam, preferencialmente, esta população.

¹⁵⁵ A baixa escolarização dos delinquentes é apontada por Adorno (1996), não porque sejam criminosos, mas porque o nível de escolaridade média da população urbana é baixo.

¹⁵⁶ Ramos, 2001, p. 38-39

¹⁵⁷ Zaluar, 1998, p. 316

O estado de São Paulo concentra 40% dos presos do país, cerca de 125 mil presos, distribuídos em 144 unidades prisionais sobre responsabilidade da Secretaria de Administração Penitenciária e 17.700 sob responsabilidade dos distritos policiais (SAP, 2006). Mesmo com a construção de muitos estabelecimentos prisionais nos anos 90, em 2006 o déficit do sistema penitenciário paulista ainda é expressivo, cerca de 49 mil vagas (Macaulay, 2006).

Tabela 3.3.

População Carcerária e o Número de Funcionários nos Presídios, ESP

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
População carcerária	31.842	31.993	33.777	36.624	42.134	53.117	59.867	67.649	83.033	99.026	109.163	121.408	125.523
Funcionários	14.702	14.152	13.598	13.229	17.734	18.528	19.923	20.012	22.535	23.881	24.072	24.999	25.172

Fonte: Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo

Cabe notar que não apenas os investimentos em segurança pública se concentraram na construção de novos presídios como, infelizmente, os benefícios previstos na Lei de Execução Penal não acompanharam a expansão do número de presídios. Segundo essa lei, nos estabelecimentos prisionais se faz necessário a provisão de serviços e assistência médica e jurídica¹⁵⁸ da instituição para que os indivíduos que cometeram crimes, foram julgados, sentenciados e estão sob a tutela do Estado, cumpram suas penas – que é a da restrição da liberdade e não inclui a tortura, os maus-tratos e violência por outros detentos e pelos funcionários. Uma pena voltada para a ressocialização dos presos que, para ter alguma possibilidade de se concretizar, exige a garantia de assistência médica, jurídica, de trabalho e estudo para os presos por parte do Estado.

Do total de presos no Brasil, 32% são provisórios e 68% condenados. O mais grave é que milhares de presos condenados cumprem suas penas em delegacias ou cadeias públicas, desrespeitando a Lei de Execução Penal. Cerca

¹⁵⁸ Com a criação da mais recente Defensoria Pública no país no Estado de São Paulo voltada também para a prestação de assistência jurídica gratuita ao preso poder-se-ia esperar que os presos condenados poderiam ser informados sobre a duração da pena e as condições de sua execução (que podem incluir a progressão de regime penitenciário, o livramento condicional e a remição de penas pelo trabalho) (Gonçalves, 2006).

de 11% dos presos estudam e menos da metade trabalha¹⁵⁹, “contrariando” a legislação que determina que todos os presos trabalhem (Lemgruber, 2002). O caos penitenciário sintetiza mais uma faceta da crise do Estado brasileiro.

Se a curto prazo a construção de novas prisões se faz necessária, em uma perspectiva de médio e longo prazo esta proposta não mais deveria figurar entre as prioridades na política de segurança pública, tomando o exemplo norte-americano, ou melhor, de suas pesquisas já mencionadas anteriormente que alimentam o debate sobre a ineficácia do aumento das taxas de encarceramento sobre a redução das taxas de criminalidade.

Um outro ponto a ser mencionado sobre a crise do sistema prisional não diz respeito apenas a superlotação dos estabelecimentos prisionais. Enquanto a população carcerária praticamente quadruplicou no Brasil, o número de funcionários dos estabelecimentos prisionais não acompanhou esta tendência. Os funcionários que em 1982 eram 14 mil, passaram a ser 25 mil em 2006, evidenciando uma clara ausência de uma mão-de-obra para lidar de forma adequada com os presos, sendo também mal remunerada (Tabela 3.2).

“(…) a existência de um Estado de Direito exige que o Estado seja forte, não no sentido de violento, mas que seja capaz de impor o interesse público sobre o dos grupos privados, da presidência da República à delegacia de polícia”¹⁶⁰

Segundo dados do Censo Penitenciário de 2002, a população penitenciária do Estado de São Paulo é composta, em grande parte, por condenados por crimes violentos (64% por roubos, 14,8% por homicídios, 3% por estupro). Ao lado do tráfico de drogas, a condenação destes crimes importa o cumprimento de pena em regime fechado (Sposato et al., 2005). Mas um ponto importante levantado por Macaulay (2006) e outros especialistas é a política vigente de aprisionamento dos criminosos primários ou não-violentos, aos quais as penas alternativas à prisão seriam mais apropriadas, assim como dos usuários de drogas ou de indivíduos

¹⁵⁹ A cada três dias trabalhados, um dia da pena é descontado.

¹⁶⁰ Vieira, 1999, p. 45

envolvidos em disputas de pensão alimentícia, por exemplo, atualmente tratados na esfera criminal e não civil.

A compensação à vítima pelo dano causado, a perda de bens e de valores, a prestação de serviços à comunidade, entre outras, figuram na legislação brasileira como penas alternativas à prisão que podem ser utilizadas por juízes quando o crime em questão não for violento e o réu for primário. Mas infelizmente são alternativas pouco utilizadas pelos juízes, especialmente no estado de São Paulo. As penas alternativas não apenas custam menos ao Estado do que as penas prisionais, como proporcionam outros benefícios como a integração do infrator ao invés da exclusão, permitindo que este desenvolva atividades remuneradas, sustentando a si mesmo e a sua família (Lemgruber, 2002).

Ao lado da insistência nas penas de prisão para infratores de baixa periculosidade, a superlotação carcerária, o estado lamentável das unidades prisionais, o déficit de funcionários e a ineficiência na identificação dos criminosos mais perigosos (os verdadeiros responsáveis pela distribuição de drogas no país, por exemplo) são apontados por Zaluar (1994) e Macaulay (2006) como fatores que fortalecem a estrutura do crime organizado e reforçam o “comportamento desviante da punição”. A prisão ao invés de propiciar a volta do indivíduo após ter cumprido sua pena à sociedade, atua como um excelente centro de recrutamento e de formação dos novos quadros do crime organizado. Jovens que poderiam se regenerar convivem com bandidos cuja carreira de crimes é extensa e não lhes permite voltar atrás. A lógica da reincidência (a taxa de reincidência¹⁶¹ é muito elevada no estado de São Paulo, cerca de 60%, segundo dados da Revista Caros Amigos (2006)) e do crime organizado frente à fragilidade do Estado brasileiro atual agravam, ainda mais, a conjuntura das instituições ligadas às leis.

Segundo Rolim¹⁶², consultor da área de segurança pública, São Paulo foi o estado brasileiro que mais seguiu a risca a receita de uma atuação policial mais

¹⁶¹ Esta taxa diz respeito ao número de criminosos que voltam a delinquir, em relação ao número dos indivíduos que foram presos e processados em um intervalo de tempo de três anos a partir da data de sua soltura (Macaulay, 2006).

¹⁶² Em entrevista ao Jornal Folha de São Paulo, em 21 de maio de 2006, logo após a onda de ataques do PCC à cidade de São Paulo e outras do interior paulista. Caderno Mais!

dura, de leis penais mais severas, de construção de mais presídios e de endurecimento do tratamento dos condenados nas prisões. Mas foi uma seqüência de rigor que produziu mais violência, sendo na sua opinião, o que gerou o PCC.

“A sedução dos encarcerados se dá pela esperança que o PCC suscita de lhes dar proteção e assistência, fundamentada na certeza de que, ao fazer parte da corporação e aceitar suas regras, estará seguro para cumprir a pena sem sobressaltos, apesar dos péssimos serviços oferecidos aos detentos pelos órgãos penitenciários – da superlotação nos presídios à insuficiente assistência jurídica, da precariedade das instalações físicas à falta de auxílio às famílias dos condenados (...) A construção dessa sociedade criminosa foi inspirada nos valores da opressão e violência. Primeiro, assumiu o papel do Estado no sistema: acabou com o estupro e agressões entre os presos, regulamentou o comportamento, incutiu novas regras que todos devem seguir para manter a paz entre seus correligionários, normas, aliás, monitoradas por um exército de criminosos cujas funções específicas de cada um, estão claramente definidas dentro de uma hierarquia militar”¹⁶³.

Pela força, o PCC se impôs como a organização criminosa mais temida nos cárceres paulistas. As contribuições à facção que antes eram para ajudar os “presos pobres”, hoje financia armamentos pesados, o tráfico de drogas e outras atividades ilícitas. O dinheiro se sobrepôs à bandeira da solidariedade entre os presos. O acerto de contas entre seus integrantes se dá, uma vez autorizado pelos chefes da facção, pela pena de morte (Revista Caros Amigos, 2006). O ápice do número de suicídios dentro das prisões paulistas, entre 2003 e 2004, parece corroborar com esta conturbada realidade, uma vez que muitos presos parecem “preferir” “morrer como homens (suicidando-se) do que como vermes retalhados por estiletes, após horas de sofrimento”¹⁶⁴.

¹⁶³ Depoimento de Márcio Sérgio Christino, do extinto órgão da promotoria de Justiça, o Serviços Auxiliares e de Informação, à Revista Caros Amigos (2006, p. 8).

¹⁶⁴ Revista Caros Amigos, 2006, p. 13

A crise do Estado brasileiro instaurou assim um quadro bastante peculiar no sistema prisional: ao invés das prisões brasileiras desmantelarem o crime, é de lá que partem o comando para eles. O depoimento de um preso à Revista Caros Amigos (2006) sintetiza bem o caos que se instaurou no sistema prisional paulista com o fortalecimento do PCC:

“Esse sistema maldito onde nos jogam só serve como escola de graduação criminal. Colocam meninos de 18 anos, às vezes quase inocentes, que praticaram crimes leves (como os vendedores de CDs piratas) e os misturam com criminosos da pesada. Passam a conviver com as facções organizadas. O garoto convive, admira, aprende e, tempos depois, já está assaltando a mão armada. Um dia ele chega a professor. Estará recepcionando e reconhecendo futuros discípulos (...) eles não se limitam a dizer, como professores do 15.3.3., que ‘o bagulho é cadeia’. Esses monstros, sob a bandeira nefasta de oferecer proteção, organizam uma engenhoca de produzir criminosos lamentáveis. Depois batem no peito para dizer que, depois deles, o sistema está moralizado. O que eles conseguiram foi se organizar para bradarem: ‘a cadeia é nossa, quem manda somos nós’. Do lado de fora, bem, o lado de fora é muito longe. E ninguém é culpado do que não vê”¹⁶⁵

Não apenas no Brasil, mas em todas as sociedades onde prevalece uma grande disparidade de distribuição de renda e riqueza observa-se uma divisão entre os cidadãos de “primeira classe” - os sujeitos plenos de direitos - e os cidadãos de “segunda classe”, vistos como ameaças aos detentores da maioria dos recursos. Nestas sociedades a resposta do poder público ao problema da criminalidade e da violência não se concretiza pelo equacionamento da questão social, da melhoria da qualidade da formação dos policiais, do Ministério Público e do Judiciário (Vieira, 1999). No país, a resposta do poder público, de uma maneira geral, ainda se concretiza pelo uso repressivo das forças policiais e pelo arbítrio no uso das leis, expressando, como vimos ao longo deste capítulo, um perverso e ineficiente método de “controle” social. Os trabalhos de pesquisadores do tema agregam importantes informações e idéias criativas para o enfrentamento da

¹⁶⁵ Revista Caros Amigos, 2006, p. 13

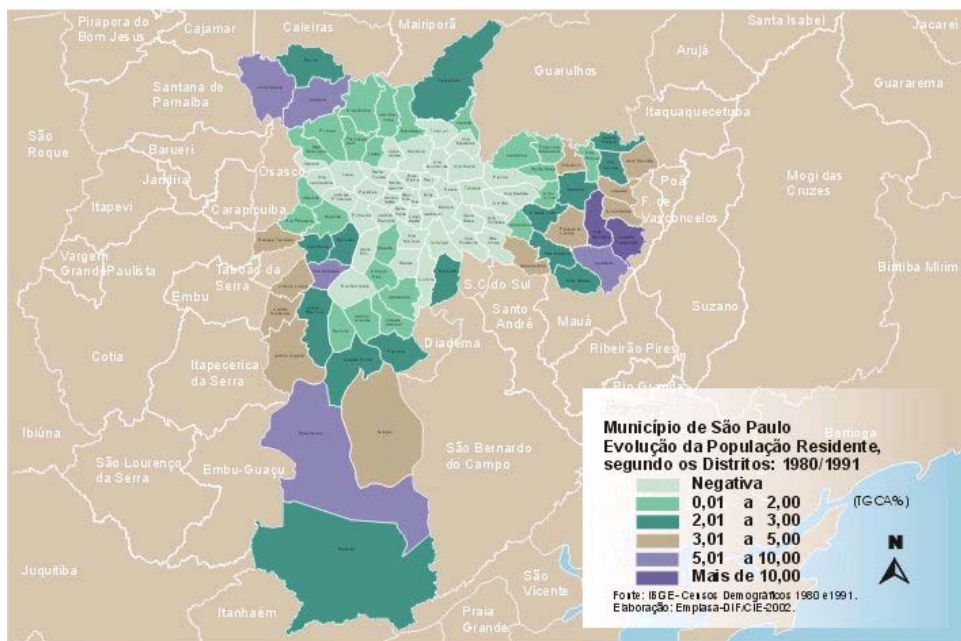
questão reconhecendo, de uma maneira geral, a complexidade da questão da criminalidade violenta e reafirmando a necessidade de prevenção socioeconômica paralelamente às modificações no sistema de justiça criminal desassociado do tripé polícia- justiça- prisão e voltado às ações preventivas.

Capítulo 4

A Desigualdade Urbana

A RMSP engloba 38 municípios distribuídos em 8.051 km² onde, em 2005, habitavam cerca de 20 milhões de pessoas e destas 10,4 milhões apenas em São Paulo, cidade núcleo da área metropolitana (IBGE). Nos anos 90, São Paulo sofreu uma redução do ritmo de crescimento populacional, perdendo expressão populacional para as demais cidades de seu entorno, mas concentrando ainda uma população expressiva da RMSP. Se São Paulo, em 1970, concentrava 72% dos habitantes da região metropolitana, em 2005 concentrava cerca de 52%, em um processo regido, quase em absoluto, pelo “transbordamento da ocupação da pobreza da periferia da sede metropolitana para os demais municípios da região metropolitana”¹⁶⁶, com o reduzido processo de crescimento populacional concentrado nos distritos do núcleo metropolitano e nos municípios periféricos.

Mapa 4.1



¹⁶⁶ Vêras, 2001, p. 6

A relação da localização das pessoas no espaço metropolitano de acordo com seus níveis sociais e de renda apresenta-se como resultado do processo de desenvolvimento brasileiro. No Brasil, o período de 1940 até o final dos anos 70 foi de elevado crescimento econômico, de elevada mobilidade social e de acelerada urbanização. Especialmente a partir dos anos 60, quando grandes pólos urbanos surgiam, acompanhando o processo de industrialização acelerada, atraindo muitos migrantes rurais que no espaço urbano encontravam melhores condições de vida do que no campo.

Este processo de urbanização permitiu melhorias significativas de muitos indicadores sociais, com destaque para a esperança ao nascer e da taxa de mortalidade infantil, viabilizando a extensão do serviço de água potável e do saneamento básico, o acesso às vacinas, ao atendimento médico, etc. (Maricato, 2003). Mas a provisão de habitação, de infra-estrutura e de equipamentos urbanos de qualidade permanecia precária. Mas sob a égide de um regime autoritário e repressor se alcançou um forte dinamismo econômico que criava canais de ascensão social, incentivava a expansão de fronteiras agrícolas e a desconcentração produtiva. Assim, neste contexto, independentemente de estar em curso um processo de acentuação dos “monopólios sociais” e de concentração de renda, as tensões sociais não emergiam.

A promessa de progresso, modernidade e de ascensão social manteve-se até a crise econômica dos anos 80. Até então, os trabalhadores urbanos podiam encontrar terrenos baratos e irregulares na periferia da cidade de São Paulo para construir suas casas. O padrão de desenvolvimento urbano vigente entre 1940 e 1980 é chamado de centro-periferia, caracterizado pelo fato das classes sociais viverem longe umas das outras na cidade, com os pobres morando em uma periferia precária e, na maioria das vezes, ilegal, e os ricos morando nos bairros centrais, legalizados e bem equipados (Caldeira, 2003).

Até a década de 1970, a urbanização da periferia foi caótica, deixada a encargo da iniciativa privada. Áreas quase sem regulamentação pública e sujeitas a diversas formas de exploração, da “grilagem e fraude ao não suprimimento de

serviços urbanos básicos e desrespeito das dimensões mínimas do lote exigidas por lei”¹⁶⁷. Trabalhadores compravam terrenos na periferia, acessíveis em função dessa ilegalidade e também porque estavam “no meio do mato”, sem asfalto, eletricidade, água, esgoto, escolas, ligados à “cidade legal” por um sistema deficiente de ônibus¹⁶⁸. Foi apenas nos anos 70, sob pressão política dos movimentos sociais dos moradores de periferia que estas infra-estruturas passaram a ser instaladas e melhoradas na cidade de São Paulo. Se os trabalhadores urbanos não podiam contar com nenhum tipo de financiamento¹⁶⁹ para construir suas casas, sendo a autoconstrução a principal alternativa habitacional, a classe média paulistana tinha acesso ao financiamento público (Caldeira, 2003).

No final da década de 1990, a RMSP apresenta-se mais complexa e fragmentada do que nos anos 70, não podendo mais seu padrão de segregação urbana ser mapeado pela oposição exclusiva centro-periferia. A reversão do crescimento demográfico, o baixo nível de crescimento econômico, o processo de desindustrialização produtiva, a expansão do setor terciário, a melhoria das condições de vida da periferia concomitantemente com o empobrecimento da massa trabalhadora, o deslocamento de parte da classe média e alta para fora da região central, que buscavam formas mais “seguras” de moradia (Caldeira, 2003).

Com o empobrecimento da massa trabalhadora e as melhores condições de vida na periferia “autoconstruída” (em função das reivindicações dos movimentos sociais de seus moradores) e a conseqüente valorização dos terrenos acabou expulsando os mais pobres para os limites da cidade de São Paulo e para

¹⁶⁷ Caldeira, 2003, p. 220

¹⁶⁸ O transporte público baseado no ônibus foi expandido não pelo governo, mas por empresários particulares que, muitas vezes, eram também os especuladores imobiliários. “Como conseqüência, o sistema era irregular e aleatório, projetado para servir sobretudo aos interesses imobiliários. Ele tornou possível vender lotes localizados “no meio do mato” e ajudou a criar um tipo peculiar de espaço urbano no qual áreas ocupadas e vazias intercalavam-se aleatoriamente por vastas áreas. Não havia nenhum planejamento prévio e as regiões ocupadas eram aquelas nas quais os especuladores tinham decidido investir. Sua estratégia era deixar áreas vazias no meio das ocupadas para que fossem colocadas no mercado mais tarde por preços mais altos” (Caldeira, 2003, p. 220).

¹⁶⁹ Os poucos programas criados tinha muitas exigências que os trabalhadores não podiam cumprir, como é o caso do BNH, sendo redirecionado para a classe média.

outros municípios da região metropolitana. Caldeira (2003) bem aponta como no final dos anos 90 São Paulo é uma metrópole com mais favelas e cortiços, mas onde muitos bairros pobres da periferia também melhoraram, ainda nos anos 70.

Na tentativa de abarcar todas as formas de deterioração das condições de moradia nas metrópoles brasileiras exacerbadas na década de 1990, Ferreira (2000) utiliza o termo “informalidade urbana”, que responde pelas construções precárias, pelas construções em terrenos em áreas de risco ou de preservação ambiental, moradias com espaço insuficiente para o número de moradores, ainda pela ausência da infra-estrutura urbana (saneamento, água tratada, luz, transportes públicos, etc.) e pela ilegalidade da posse da terra ou do contrato de uso.

“Milhões de brasileiros não tem teto não tem chão

Eu sou apenas mais um na multidão

Não vai pra grupo com minha calça, minha peita, minha lupa

Se canto Rap aí, não se iluda.

Alá! Tô vendo a cena vai chover e o rio vai transbordar

E meu castelo de madeira vai alagar.

Isento de imposto eu mesmo abraço com meus prejuízos

Natural sofrer se os cordões são indecisos.

Mil avisos, periferia desestruturada

Mil muleque louco, no crime mostra a cara.

Centenas de vezes vi a cena se multiplicar

Quando cheguei até aqui não tinha ninguém agora tem uma pá”

Trecho da Música “Castelo de Madeira”, do grupo de rap “A Família”

Estima-se que apenas na região metropolitana de São Paulo 6 milhões de pessoas residam na “informalidade urbana”, sendo que ,1,2 milhões delas em favelas e 1 milhão em loteamentos precários (11,12% e 10,17%, respectivamente, da população da área metropolitana em 2000). Sendo que apenas no município de

São Paulo 90 mil pessoas moravam em conjuntos habitacionais precários e 40 mil em cortiços e vivendo nas ruas¹⁷⁰.

Não se pode falar assim de uma trajetória única da metrópole paulista. As transformações econômicas envolveram tanto a homogeneização quanto a singularização de diferentes territórios. Diferentes grupos sociais encontram-se, muitas vezes, próximos, mas separados por muros e tecnologias de segurança, com uma forte tendência a não- interação em áreas comuns. Para que a “segurança” dos setores da população ameaçados pelas “classes perigosas” seja garantida, são postas em prática medidas de privatização do espaço público, como o fechamento da circulação de ruas e praças à toda a população. (Bógus e Taschner, 2001). O espaço público - a rua - passa a ser visto pelas classes abastadas “como perigoso, congestionado, passível de riscos e violência (...) é tolerado apenas como necessidade de circulação”¹⁷¹.

Observa-se assim na RMSP “espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho (onde) prédios de apartamentos, condomínios fechados, conjuntos de escritórios ou *shoppings centers* constituem a cerne de uma nova maneira de organizar a segregação, a discriminação social e a reestruturação econômica de São Paulo”¹⁷². O Alphaville, o Tamboré e a Granja Viana são exemplos desta urbanização voltada ao segmento de altas e médias rendas na RMSP, localizados nos municípios periféricos metropolitanos. Ao mesmo tempo, as camadas sociais médias “penetram” áreas até então destinadas às baixas rendas, muitas vezes “expulsas” das áreas centrais devido aos valores imobiliários incompatíveis com seus salários, mas que tendem a reproduzir nestes novos locais de residência os processos privatização do espaço público observados nas áreas urbanas mais valorizadas (Bógus e Taschner, 2001, Vêras, 2001).

São estruturados verdadeiros centros de negócios que “recebem aportes maciços em investimentos imobiliários e telecomunicações, enquanto (...) outras

¹⁷⁰ Dados da Secretária Municipal de Habitação (Sehab) Apud Rodrigues (2005).

¹⁷¹ Vêras, 2001, p. 6

¹⁷² Caldeira, 2000, p. 255 Apud Bógus e Taschner, 2001, p. 11

áreas da cidade estão famintas por recursos; trabalhadores altamente qualificados empregados em setores de ponta vêem seus salários subirem para níveis nunca antes alcançados, enquanto operários com qualificação mediana ou baixa nos mesmos setores percebem seus ganhos afundarem. Serviços financeiros produzem sobrelucros, enquanto que serviços industriais apenas sobrevivem”¹⁷³. Estas tendências, evidentes em importantes cidades do mundo desenvolvido e em número crescente de cidades nos países em desenvolvimento, permitem caracterizar São Paulo como uma “cidade global”. Uma pequena porção da cidade que se moderniza, acompanhando o ritmo das novas tecnologias, do aumento do comércio e da mobilidade de capitais, para abrigar todo poder econômico e financeiro que circulam pela cidade, buscando nitidamente fortalecer o intercâmbio econômico a as redes internacionais de comunicação (Bógus e Taschner, 2001; Carvalho, 2006).

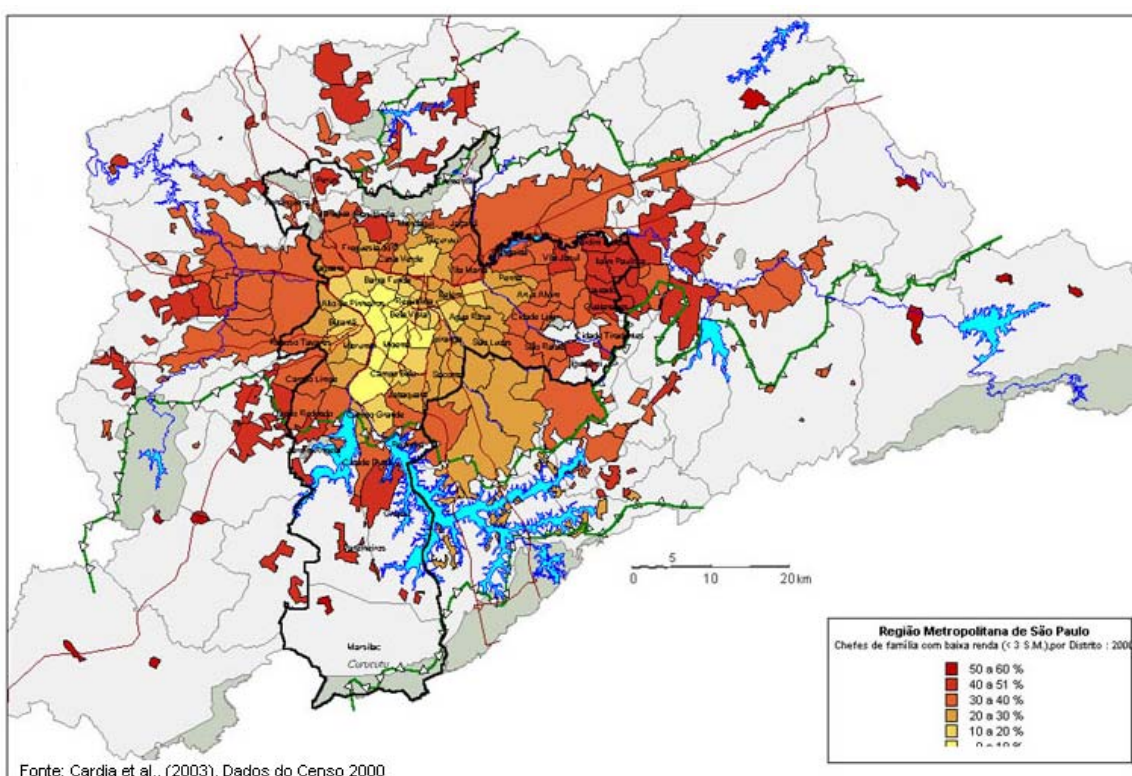
Quando afirmamos que a pobreza está concentrada nas regiões periféricas, em contraposição ao centro, à “cidade legal”, não o fazemos no sentido de exclusividade. Nem toda a riqueza e renda concentra-se no centro metropolitano, assim como nem toda a pobreza se concentra na periferia. Mas não se pode ignorar o crescimento acelerado das periferias, territórios onde a pobreza apresenta-se de maneira “homogênea”, sintetizando o abismo entre ricos e pobres, marginalizados de um outro lado. Os contornos da pobreza metropolitana tornam-se cada vez mais delimitados e cristalizados em zonas periféricas, onde o abismo social não se reduz aos indicadores de renda. Seja pela dificuldade de acesso aos serviços e à infra-estrutura urbana com uma rede de transporte público precário, com saneamento deficiente, com dificuldades de abastecimento de água e de energia elétrica, difícil acesso aos serviços de saúde e educação, com uma maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.. Seja também pela escassez de empregos formais, de oportunidades de profissionalização, de dificuldade de acesso à justiça e ao lazer, etc. (Carvalho, 2006; Maricato, 2003 Rodrigues, 2005). São justamente nestas áreas que se concentram os mais altos índices de violência.

¹⁷³ Sassen, 1998: s/p Introdução Apud Bógus e Taschner, 2001, p. 2

O mapa abaixo fornece um retrato do processo de exclusão econômica - iniciado nos anos de 1960 e acentuado dramaticamente nos 90 –, no qual a maior parte dos chefes do domicílio com renda menor do que três salários mínimos está na periferia do município de São Paulo e da RMSP.

Mapa 4.2.

Distribuição dos Chefes de Domicílio que recebem Menos do que Três Salários Mínimos - RMSP



4.1. As Forças de Mercado e as Decisões Ordem Pública no Desenho da “Cidade Legal” e da “Cidade Ilegal”

A desigualdade explícita do uso do solo urbano é orquestrada pelos mecanismos de mercado fundiário e imobiliário e pela própria crise geral dos serviços sociais públicos: das políticas habitacionais, de transporte, de serviços de infra-estrutura, de atendimento de saúde, de educação e de lazer (Maricato, 1999,

2003; M. Santos, 2002; Rolnik, 1999; Torres et al. 2003; Vêras, 1999 e 2001). São processos imbricados que se desenrolam em uma sociedade extremamente desigual e historicamente marcada pela privatização da esfera pública a favor de uma minoria, detentora de grande parte da renda e da riqueza do país, e que foram exacerbados nos últimos 26 anos, quando as baixas taxas de crescimento econômico, a ausência de mobilidade social e a desestruturação industrial acentuaram a desigualdade e a exclusão social no país.

Pautada pela lógica microeconômica de valorização da terra, a dinâmica do capital imobiliário busca “controlar as melhores localizações, especular com a terra desocupada e lucrar com mudanças na utilização das propriedades e suas redondezas”¹⁷⁴. Estes mecanismos são capazes de alocar grupos sociais e atividades econômicas ao determinarem inflacionadas ofertas de uso e locação do solo, forçando os grupos sociais que não podem arcar com tais ofertas a migrarem para outras regiões não-valorizadas pelo capital.

O estreito mercado residencial privado do país ainda apresenta-se como uma expressão da “modernização” brasileira para poucos privilegiados, associado à cidade “legal”, que tem na produção habitacional “à margem da lei, sem financiamento público e sem o concurso de profissionais arquitetos e engenheiros”¹⁷⁵ a sua contrapartida mais dramática. Nas áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário privado e nas áreas públicas de regiões desvalorizadas uma parcela expressiva da população pobre das grandes metrópoles se instala. Na beira de córregos, em encostas dos morros, em terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipos de riscos, em regiões poluídas e/ou em áreas de proteção ambiental - cuja desvalorização é definida pela vigência da legislação de proteção e pela ausência de fiscalização (Maricato, 2003).

“A população que aí se instala (em áreas de proteção ambiental ou demais áreas públicas) não compromete apenas os recursos que são fundamentais a todos os moradores da cidade, como é o caso dos mananciais de água. Mas ela se instala sem contar com qualquer serviço público ou obras de

¹⁷⁴ Torres et al, 2003, p.101

¹⁷⁵ Maricato, 2003, p. 154

infra-estrutura urbana. Em muitos casos, os problemas de drenagem, risco de vida por desmoronamentos, obstáculos à instalação de rede de água e esgotos torna inviável ou extremamente cara a urbanização futura”¹⁷⁶

Além dos problemas legais, os moradores destas áreas estão sujeitos aos riscos de acidentes naturais em função das características naturais do terreno (Rodrigues, 2005). Maricato (2003) continua:

“Quando a localização de uma terra ocupada por favelas é valorizada pelo mercado imobiliário, a lei se impõe. Lei de mercado, e não norma jurídica, determina o cumprimento da lei. Não é por outra razão que as áreas ambientalmente frágeis, objeto de legislação preservacionista, “sobram” para o assentamento residencial da população pobre. Nessas localizações, a lei impede a ocupação imobiliária: margens dos córregos, áreas de mangues, áreas de proteção ambiental, reservas. Mesmo quando se trata de áreas públicas, priorizadas nos assentamentos de favelas, sua proteção contra a ocupação depende de sua localização em relação aos bairros onde atua o mercado imobiliário, legal, privado”¹⁷⁷

A orientação de investimentos públicos de acordo com interesses privados, particularmente das empreiteiras e dos agentes do mercado imobiliário, contribuem para muitos dos processos excludentes. Revela “um histórico comprometimento com a captação da renda imobiliária gerada pelas obras (em geral, viárias), beneficiando grupos vinculados ao prefeito de plantão”¹⁷⁸. Assim, através da gestão urbana o Estado atua “amplificando” ou mesmo produzindo desigualdades e a segregação espacial de maneira direta, reforçando sua histórica trajetória de atuação como mantenedor de privilégios de uma ínfima população detentora de grande parte da riqueza e renda deste país (Maricato, 1999, 2003; Rolnik, 1999; Torres et al., 2003; Vêras, 1999, 2001; Villaça, 1999).

O que se observa é a localização da infra-estrutura urbana, principalmente o sistema viário voltado ao uso dos automóveis e/ou atendendo a região que concentra os bairros da classe dominante. Assim como a localização dos

¹⁷⁶ Maricato, 2003, p. 158

¹⁷⁷ Idem p. 159

¹⁷⁸ Ibidem, p. 158

aparelhos do Estado subordinada aos interesses das classes dominantes, vide na cidade de São Paulo o número crescente de prédios de órgãos públicos que se transferiram para a região da Av. Paulista ou para a região que se localiza entre esta avenida e o rio Pinheiros. A legislação urbanística também é um instrumento do controle do Estado sobre o espaço urbano, sendo também deturpada pelos interesses urbanísticos da classe dominante¹⁷⁹ (Villaça, 1999).

As periferias da RMSP retratam a falta de investimentos em habitação, em infra-estrutura pública urbana, em saúde, educação, etc. Uma opção política que torna quase inacessível às populações que moram nestas regiões os centros de poder, de justiça, de lazer e cultura, apenas para citar alguns equipamentos.

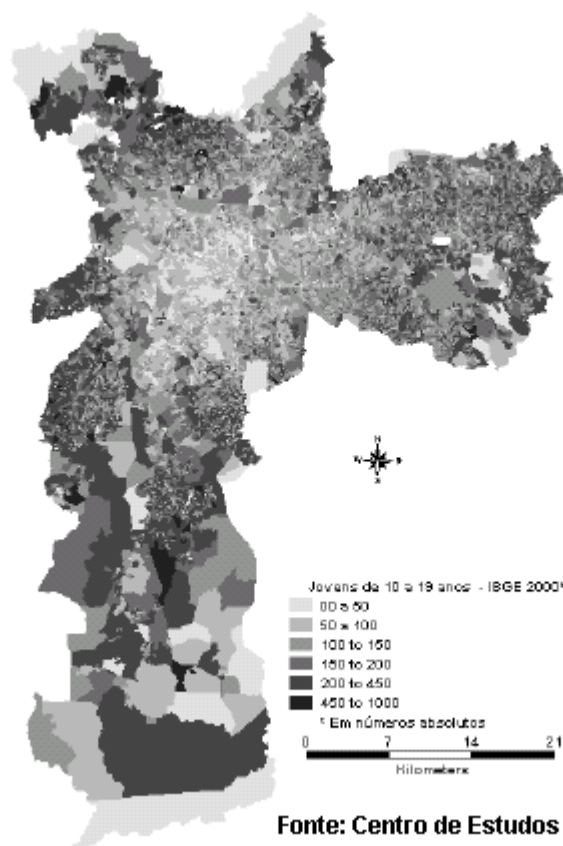
¹⁷⁹ “A legislação visa predominantemente atender aos requisitos urbanísticos dos lotes, recuos, usos e até mesmo códigos de obras – desejados e viáveis pelas e para as camadas de mais alta renda. Invariavelmente, tal legislação coloca na clandestinidade, no mínimo, 60% dos bairros, ruas e edificações de nossas metrópoles. No tocante ao zoneamento, também é clara a tendência deste definir usos, recuos, gabaritos, etc., visando unicamente à paisagem dos bairros de alta renda e aos padrões de mercado que neles vigoram” (Villaça, 1999, p. 231).

4.2. A Distribuição dos Equipamentos Culturais como Exemplo

O desequilíbrio do acesso à infra-estrutura urbana básica entre as regiões centrais, e mais ricas, e as regiões periféricas do município de São Paulo e das cidades de seu entorno metropolitano é também observado na distribuição e na insuficiência dos equipamentos culturais tradicionais - bibliotecas, museus, centros culturais, teatros etc. - e das áreas de lazer. Justamente as regiões que concentram um maior número de crianças e jovens de 10 a 19 anos, em uma fase da vida onde o lazer e o acesso ao capital cultural desempenham papéis fundamentais para o desenvolvimento pessoal e para a integração social desta população. Durante estas atividades são criados momentos privilegiados para que as crianças, os adolescentes e os jovens reafirmem seus laços de amizade e desenvolvam a criatividade (Abramovay et al., 2002; Botelho, 2004). “Os jovens internalizam valores, fazem e externalizam suas escolhas legítimas – podendo reforçar sua auto-estima e protagonismo –, dão vazão a sentimentos de frustração e protesto, e constroem laços de solidariedade e cooperação com outros. Assim, são poderosos canais de expressão e afirmação positiva da identidade, e por essa razão constituem fortes *contrapontos* à violência”¹⁸⁰.

¹⁸⁰ Abramovay et al., 2002, p. 54

Mapa 4.3. Distribuição dos Adolescentes de 10 a 19 anos na Cidade de São Paulo

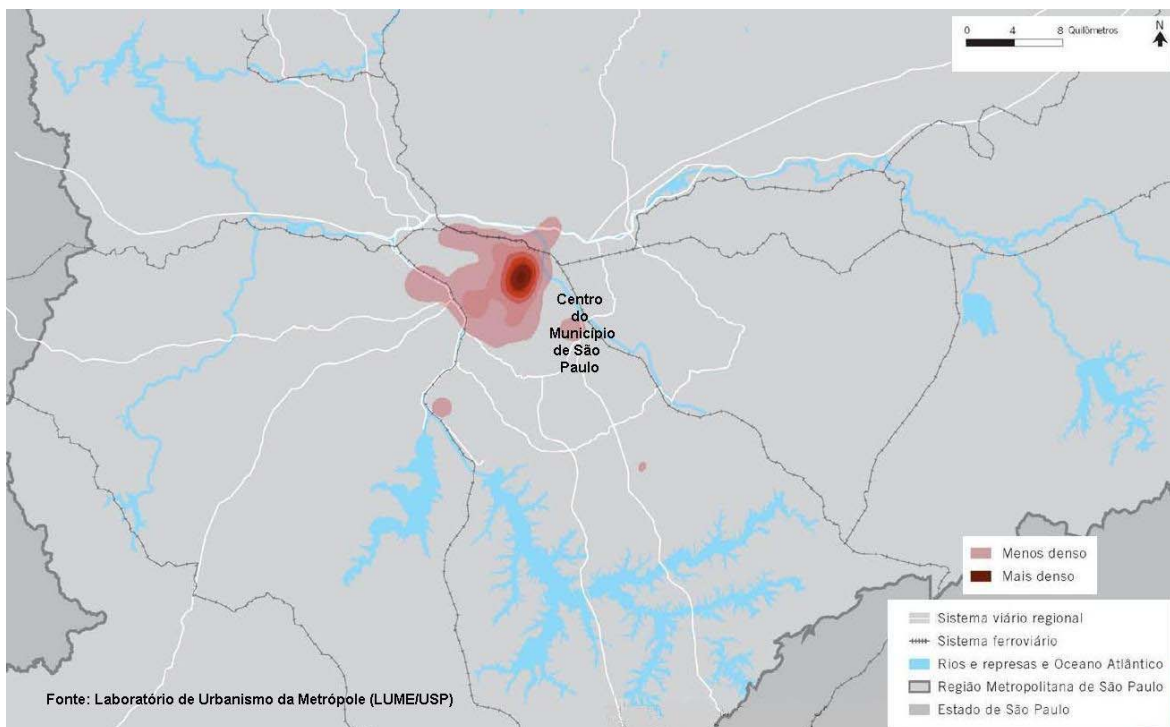


“(…) faltam áreas de lazer. Os espaços coletivos, quando existem, não são seguros ou mantidos em condições de uso: mães não dispõem de um local para as crianças tomarem sol ou brincarem; crianças e adolescentes não têm espaços para brincarem ou praticarem esportes. Não dispõem, assim, de locais para desenvolverem regras de competição e de cooperação. O meio ambiente não permite prazer estético, ou seja, os espaços coletivos, além de insuficientes, são tão desagradáveis que agudizam o estresse. Impossibilitam um lazer saudável e também possuem uma carga simbólica: são ambientes desvalorizados, carregados de conotação – simbolizam a desvalorização que se atribui a seus moradores (...) são de aparência árida – sem áreas verdes e vegetação (...) de características pouco atraentes para quem nele mora e trabalha”¹⁸¹

¹⁸¹ Cardia, N. A Violência urbana e os jovens. In Pinheiro, P. S. São Paulo sem medo: um diagnóstico da violência urbana (1998, p. 136 Apud Freire, 2005, p. 10).

Atualmente, o centro e a região oeste da cidade de São Paulo são as regiões que apresentam os mais altos índices de escolaridade e renda dos chefes de família e, não por acaso, concentram também os museus, os teatros, as bibliotecas, os cinemas, parques, praças e espaços coletivos da cidade de São Paulo e da RMSP.

Mapa 4.4. Concentração dos Equipamentos de Lazer na RMSP



**“Aqui não
vejo nenhum centro poliesportivo
pra molecada freqüentar
nenhum incentivo
o investimento no lazer é muito escasso
o centro comunitário é um fracasso
mas se quiser
se destruir está no lugar certo
tem bebida e cocaína
sempre por perto”**

Trecho da Música “Fim de semana no parque” – Mano Brown e Rock

Botelho (2004), ao tomar os dados do município de São Paulo, observa algumas peculiaridades na distribuição dos equipamentos culturais. Por exemplo, as bibliotecas municipais encontram-se presentes em todas as regiões do município, mas em número insuficiente para as necessidades potenciais da população (somam-se apenas 67 bibliotecas municipais para uma população de 10, 4 milhões de habitantes). Existem também outras bibliotecas como as de universidade (públicas e privadas) e as pertencentes às instituições públicas e privadas, mas que também se concentram na região central de São Paulo.

Os principais museus de arte se concentram na região central e oeste da capital. Apenas as Casas Históricas e alguns monumentos tombados apresentam uma certa descentralização. Os teatros e as salas de concerto tiveram um investimento significativo nos últimos anos graças às leis de benefícios fiscais para bancos, agências de crédito, etc., com a criação de salas e teatros de luxo voltados aos setores mais ricos da população. Não por acaso se localizam nas regiões mais centrais e ricas do município (Botelho, 2004).

As Casas de Cultura e as Oficinas Culturais estão localizadas nas regiões mais periféricas da cidade, mas também em número muito aquém da demanda potencial da população. A rede SESC desempenha um papel muito importante ao manter treze centros multidisciplinares dedicados à cultura, lazer e prestação de serviços sociais na cidade de São Paulo, mas que também não apresenta uma distribuição homogênea e suficiente para atender a demanda de toda a cidade (Botelho, 2004).

As dificuldades de mobilidade territorial na RMSP, de recursos financeiros e de tempo disponível tornam ainda mais difíceis o acesso a esses equipamentos culturais, cada vez mais convertidos em privilégio das classes com maior poder aquisitivo (Botelho, 2004; Castro e Abramovay, 2002).

“Quando indagados a respeito de seu lazer, os jovens respondem que jogam bola. A praia, eventuais festas e brincadeiras também são citadas como opções de lazer. Divertem-se escutando música – gostam de ouvir rap, axé,

samba, rock e funk – tocando em bandas, ensaiando em grupos de pagode, reggae, grupos de dança, andando de skate, e declaram que alguns “bebem muito”. À noite, alguns passeiam, ficam pelas ruas. Além da falta de equipamentos nas comunidades, os jovens circulam em raio restrito, segregados nos seus bairros, não necessariamente exercendo direitos de cidadania social, como, o benefício do uso da cidade em que vivem. A carência de atividades de diversão na comunidade é explorada pelo tráfico que, em muitos lugares, marca presença, ocupando um espaço deixado em aberto pelo poder público, constituindo referência para os jovens”¹⁸²

4.3. “O Lado de Cá da Ponte” Desigualdades sociais e violência na região metropolitana

No Brasil, entre 1988 e 2003 morreram 1.303 pessoas moradoras de ocupações irregulares de encostas vítimas de desmoronamento. Aproximadamente 60 milhões dos habitantes das regiões urbanas não têm coleta de esgotos e cerca de 75% do esgoto coletado é jogado *in natura* nos córregos, rios, lagos, praias etc. (Maricato, 2003). Os bairros periféricos das metrópoles crescem mais do que os bairros ricos. Os transportes de massa das grandes metrópoles não acompanharam as necessidades da massa trabalhadora. O número de vítimas fatais de acidentes de trânsito é crescente. Mas como Maricato (2003) e uma gama de autores que estudam a violência urbana bem apontam, são os assaltos, os roubos, os seqüestros e especialmente os homicídios que vem aterrorizando os moradores das regiões urbanas brasileiras.

As pesquisas realizadas sobre a violência urbana e as desigualdades sócio-espaciais apontam que ao mapa das carências e exclusões sociais se sobrepõe o mapa da violência fatal: uma distribuição diferenciada de risco à vitimização, com as mortes violentas concentradas nas áreas periféricas das cidades e não nos seus bairros ricos. Acompanhando a trajetória ascendente da criminalidade e da violência no país, observou-se um processo defensivo das cidades que engendrou, no caso das camadas ricas e de classe média alta, um “crescimento

¹⁸² Castro e Abramovay, 2002, p.157

no uso de guardas privados e na implementação de regulamentos privados para resolver questões de segurança em áreas específicas (bairros afluentes, condomínios de casas ou apartamentos de luxo ou de classe média)”¹⁸³. Ao mesmo tempo, entre os pobres vivendo em áreas carentes e periféricas das regiões metropolitanas, houve um crescimento nas atividades de justiceiros e da justiça feita com as próprias mãos. Nas palavras de Maricato (1999):

“À freqüente ilegalidade na ocupação do solo soma-se a ilegalidade nas relações de trabalho e na resolução de conflitos. A polícia age ilegalmente, os tribunais estão ausentes das disputas. Trata-se, enfim, de um ambiente de ilegalidade generalizada. Seguramente, há uma relação entre violência e ilegalidade, ou ausência de cidadania”¹⁸⁴

Maricato (2003) faz referência ao estudo de Boaventura de Souza Santos (1993) que aborda a dimensão jurídico-social de uma favela. Nesta, o medo de seus moradores do despejo ou de chamar a atenção para suas condições de ilegalidade na ocupação da terra é apontado pelo pesquisador como um dos principais motivos pelos quais os moradores não procuram a justiça. Ao mesmo tempo em que a legislação oficial do uso da terra não é seguida pela favela, esta vê nos policiais e nos tribunais uma ameaça, sendo a “ilegalidade” a explicação dada pelos próprios moradores para o hábito comum da polícia invadir suas casas. É “como se a legalidade da posse da terra repercutisse sobre todas as outras relações sociais, mesmo sobre aquelas que nada têm com a terra ou com a habitação”¹⁸⁵.

O Jardim Ângela, os bairros de Paranapanema, Capão Redondo, Jardim São Luiz, Parque Santo Antônio, Grajaú (zona sul), Vila Brasilândia, Cachoeirinha (zona norte), Itaim Paulista, São Miguel, Guaianazes, São Mateus, Lageado (zona leste) apresentam-se como bairros que concentram um número elevado de mortes violentas. Bairros onde os indicadores de analfabetismo, de renda do chefe de família e de densidade domiciliar estão entre os piores da cidade de São Paulo.

¹⁸³ Dellasoppa, 2003, p. 158

¹⁸⁴ Maricato, 1999, p. 141

¹⁸⁵ Souza Santos, 1993, p. 45 Apud Maricato, 2003, p. 155

Mas não se pode afirmar que os níveis de renda e de educação justifiquem as taxas de homicídios, devendo-se levar em consideração outros elementos para a interpretação dos dados criminais. Os trabalhos de Cardia e Schiffer (2002) “Violência e Desigualdade Social” e de Cardia, Adorno e Poletto (2003) “Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo” nos fornecem outros elementos que permitem aprofundar a questão da violência no território metropolitano de São Paulo. São trabalhos que buscam elementos na realidade urbana de alguns desses bairros para a compreensão das elevadas taxas de homicídios, investigando a precariedade de acesso à saúde, à infra-estrutura, à cultura, entre outros bens e serviços sociais públicos, mas, principalmente, a presença ou não do capital social¹⁸⁶ que fortalece a integração social apresentando-se como uma espécie de “proteção” à violência que vitima, especialmente, jovens, adolescentes e crianças.

Espera-se que a violência – direta ou indireta¹⁸⁷ - leve a uma fragilidade do capital social do bairro ou da comunidade. Esta fragilidade é expressa nas relações entre as pessoas: na redução da frequência com que os vizinhos se visitam e trocam gentilezas, na redução da capacidade de formação de uma identidade de grupo entre os vizinhos, na redução na vigilância informal dentro das comunidades. Em outras palavras, espera-se que enfraqueça a coesão social e a disposição dos moradores para agirem em prol do bem comum, o que, segundo Cardia e Schiffer (2002), poderia agravar as “situações de carência coletivas, dificultando o diálogo entre as pessoas e até a possibilidade de ações coletivas junto ao poder público para se preencher as carências”¹⁸⁸.

Cardia et al. (2003) desenvolveu uma análise estatística procurando identificar a correlação das taxas de homicídios por 100 mil habitantes em cada distrito censitário da cidade de São Paulo a partir das seguintes variáveis:

¹⁸⁶ Um conjunto de elementos abstratos de relações de solidariedade e de confiabilidade entre os indivíduos, traduzido em um senso de responsabilidade da própria comunidade sobre seus rumos.

¹⁸⁷ A violência direta diz respeito aos atos físicos que resultam em prejuízo deliberado à integridade da vida humana. Já a violência indireta abrange todos os tipos de ação coercitiva ou agressiva que provoque prejuízo psicológico ou emocional. A violência simbólica abrange relações de poder interpessoais ou institucionais que cerceiam a livre ação, pensamento e consciência dos indivíduos. (Abramovay et al., 2002).

¹⁸⁸ Cardia e Schiffer, 2002, p. 25

crescimento da população, concentração de população jovem, densidade da população, congestionamento habitacional, renda, escolaridade do chefe do domicílio, presença de grupos vulneráveis à violência (crianças e jovens), acesso à saúde, taxa de mortalidade infantil, acesso à infra-estrutura (a rede de esgoto, em especial) e o acesso ao emprego. Os pesquisadores observaram que:

- O elevado crescimento populacional entre 1991 e 2000;
- A elevada porcentagem de pré-adolescentes (de dez a quatorze anos) e adolescentes na população local (grupos vulneráveis à violência);
- A menor taxa de idosos residentes, medida pela razão de pessoas acima de 65 anos de idade com relação ao grupo etário de zero a catorze anos;
- A ausência de chefes do domicílio com renda alta (a renda elevada tomada como maior que vinte salários-mínimos ao mês);
- A elevada concentração de chefes do domicílio com baixa escolaridade;
- A elevada densidade populacional;
- A elevada taxa de mortalidade infantil, ou seja, a taxa de mortalidade por mil nascidos vivos;
- O menor acesso à rede de esgoto sanitário e;
- A menor taxa de leitos em hospitais por habitante;

São variáveis correlacionadas com as elevadas taxas de homicídio. Observaram também que quanto maior a concentração de chefes de família com elevado grau de escolaridade e com renda acima de vinte salários-mínimos, maior a percentagem de leitos em hospitais e menor é a mortalidade infantil. Ao passo que, quando há uma percentagem de chefes de família com baixo grau de escolaridade, observa-se um quadro inverso, de baixa percentagem de leitos em hospitais e de mortalidade infantil mais elevada.

A seguir, desenvolveremos estas variáveis a partir da realidade concreta de quatro bairros da zona sul paulistana: Campo Limpo, Capão Redondo, Jardim

Ângela e Jardim São Luís. Bairros mais violentos do que outros que apresentam as mesmas dificuldades de acesso aos direitos sociais e econômicos.

4.3.1. Os Quatro Bairros

Com base nos dados fornecidos pela Polícia Militar e pela Polícia Civil, Cardia e Schiffer (2002) apontam que estes bairros apresentam uma média de um policial militar para cada grupo de 1.501 habitantes e uma viatura para cada grupo de 14.790 pessoas. A média da cidade de São Paulo é de um policial para cada grupo de 550 habitantes e de uma viatura para cerca de 6.425 moradores. Este quadro se repete com a Polícia Civil, uma vez que nestas regiões há cerca de um policial civil para cada 4.237 moradores e uma viatura para cada 19.819 pessoas, enquanto a média da cidade é de um policial civil para 1.531 moradores. Esta escassez de policiais¹⁸⁹ pode ser classificada como mais um fator que alimenta a violência nesses bairros, uma vez que a incidência de casos de homicídios com autoria desconhecida é elevada, o que poderia alimentar a sensação de impunidade. Segundo Cardia e Schiffer (2002), “crimes não esclarecidos são crimes impunes e a impunidade pode motivar mais violência”¹⁹⁰.

“Você sabe o que o sistema faz, ignora!

E trás problema psicológico, tensão é “foda”

Descaso, humilhação transtorno permanente

Eu vi até uma família de crente espancar um parente.

Que amanheceu no outro dia em coma

Alcoolizado, drogado, traumatizado foi pra lona

Dez horas depois, perícia, polícia, ambulância

E o parente que bateu chorou, igual criança

Esse é o sintoma da doença que me afeta

Ganhei de cortesia mau humor e as frestas

¹⁸⁹ Na medida em que estes bairros apresentaram um número de homicídios de autoria desconhecida superior à média da cidade: dos 3.048 homicídios que aconteceram entre 1992 e 1996, 91,44% eram de autoria desconhecida, contra 84,47% de autoria desconhecida na cidade.

¹⁹⁰ Cardia e Schiffer, 2002, p. 28

Não a festa, porque sorrir é difícil entenda

Sou verdadeiro e não lenda”

Trecho da Música “Castelo de Madeira”, do grupo de rap “A Família”

As autoras apontam que na teoria, esperar-se-ia que, como consequência da exposição à violência direta ou indireta, o medo e o distanciamento entre as pessoas prevaleceriam, afetando a coesão social do local. Na tentativa de se auto-protegerem, as pessoas passariam a ter um contato menor com seus vizinhos, impactando negativamente sobre as expectativas de ação coletiva, sobre a eficácia da mobilização coletiva e sobre o capital social o que, no limite, poderia reduzir a coesão social local. A exposição à violência é maior quando as taxas de homicídios são altas, desencadeando o *stress* psicológico na comunidade e, particularmente, impactos significativos sobre a população quando a fonte dos atos violentos é a própria instituição policial.

Tabela 5.1 -

Taxa de Mortalidade por Homicídio (100 mil Habitantes)

	1996	1999
São Paulo	55,56	66,89
Campo Limpo	80,23	93,83
Capão Redondo	86,39	93,02
Jardim Ângela	94,42	116,23
Jardim São Luis	69,78	103,75

Fonte: SEADE. Cardia e Schiffer (2002)

Por sua vez, o grau de estabilidade da população no bairro influencia diretamente a integração social local, representando uma importante fonte de proteção contra a violência. Esse pode ser medido pela presença de domicílios ocupados pelos proprietários, assim como pela taxa de crescimento e de envelhecimento da população¹⁹¹.

“Trata-se de bairros consolidados onde as pessoas vêm morando há gerações e se conhecem bem ou temos bairro mistos onde uma parte é consolidada e outra se formou recentemente? A cidade está dividida em

¹⁹¹ Medida pela proporção de crianças e adolescentes com menos de 14 anos e adultos com mais de 65.

bairros que formam uma rede de comunidades em que as trocas sociais são freqüentes ou temos uma maioria de bairros quase-dormitórios onde as pessoas transitam, mas nos quais não dispõem de uma rede de conhecidos, parentes, pontos de apoio e de referência?”¹⁹²

Quando os domicílios são ocupados pelos proprietários há uma probabilidade maior de se ter uma população que mora a mais tempo no bairro. Haveria também um incentivo maior para que estes moradores buscassem proteger seus investimentos, melhorando a vizinhança e tendo uma disposição maior para a ação coletiva visando a melhoria do bairro. Os quatro bairros apresentam uma expressiva concentração de moradores habitando domicílios próprios.

São bairros que, nos anos 90, apresentaram taxas de crescimento populacional superiores à média da cidade de São Paulo (0,88%), com destaque para o Jardim Ângela (3,63%) e para o Capão Redondo (2,46%). Segundo as autoras, tal comportamento deve-se à elevada taxa de fertilidade da população e não à chegada de novos moradores, o que não afetaria a coesão interna destes bairros uma vez que a rede de conhecidos e de parentes já se encontrava estabelecida.

Assim como o elevado crescimento populacional de um bairro pode resultar em uma elevada densidade populacional¹⁹³, esse também pode estar associado a uma maior probabilidade de congestionamento habitacional, ou seja, uma maior probabilidade de ser elevado o número de residentes por cômodo da moradia, tendo como contrapartida uma menor privacidade, uma tensão maior e, conseqüentemente, uma probabilidade maior para que a competição pelo espaço ocorra, a despeito da redução do tamanho médio da família, já que se trata de um espaço habitacional escasso (Cardia et al., 2003). Nos bairros estudados por Cardia e Schiffer (2002) foram observadas indicações de superlotação de domicílios. Com o número de habitantes por cômodo sendo próximo de 1, o stress familiar é alimentado uma vez que os cômodos têm usos múltiplos - salas de estar

¹⁹² Cardia e Schiffer, 200, p.: 25

¹⁹³ Densidade populacional equivale ao número de pessoas por hectare na área urbana.

podem ser usadas como dormitórios, cozinhas como áreas de estudo, etc.. O número médio de morador por cômodo da casa (incluindo cozinha e banheiro) para a cidade de São Paulo é de 0,7 morador por cômodo, já para as áreas com as maiores taxas de homicídios, este número varia de 0,88 (Campo Limpo) a 1,07 (Jardim Ângela).

Observa-se também uma presença de crianças e adolescentes mais expressiva do que no restante da cidade de São Paulo. Um elevado número de crianças e jovens comparativamente a uma reduzida população idosa - em condições de concentração de pobreza - significa uma maior exposição das crianças e adolescentes a riscos da primeira população¹⁹⁴, uma vez que o número de adultos seria insuficiente “para supervisionar suas atividades e deles cuidar diante de problemas (...) para intervir em sua proteção”¹⁹⁵.

A mortalidade infantil também expressa a falta de qualidade de vida destes bairros. A taxa de mortalidade do Jardim Ângela é de 18,9 mortes por mil nascituros, cerca de 20% maior do que a observada na cidade de São Paulo (15,8). Às taxas de mortalidade se sobrepõem as dificuldades de acesso aos hospitais e a precariedade de acesso à rede de esgoto sanitário. Os dados mostram ainda que enquanto na cidade de São Paulo, no ano de 2000, 87,4% das moradias tinham acesso à rede de esgoto, no Jardim Ângela apenas 62,4%.

Cardia et al. (2003) aponta que, com exceção das áreas centrais, nas demais áreas com elevadas taxas de homicídio a escassez de hospitais é patente, dificultando o acesso da população local aos hospitais em situações de emergências e de socorro médico quando necessário. Este descaso público é bem sintetizado no número de hospitais dos bairros em questão. Enquanto na cidade de São Paulo a proporção é de 3,88 leitos hospitalares por 1.000 habitantes, no Campo Limpo é de 1,93, no Jardim Ângela de 0,60 e no Capão Redondo não existe hospitais, um bairro com quase 300 mil habitantes. A estes

¹⁹⁴ Os “jovens costumam adotar inúmeras condutas de risco: envolvem-se freqüentemente em acidentes de trânsito, suicídios e tentativas de suicídios, fugas do meio familiar e afastamento das instituições de socialização primária, delinquência, alcoolismo e uso de drogas, risco de contaminação de doenças sexualmente transmissíveis” (Cardia et al., 2003, p. 23).

¹⁹⁵ Cardia et al., 2003, p. 14

bairros restam os serviços dos postos de saúde, disponíveis de segunda a sexta, nos horários comerciais, onde atuam profissionais da saúde que, diante dos elevados índices de violência, não se sentem seguros para trabalhar, resultando, por sua vez, em uma elevada rotatividade destes postos de trabalho (Cardia e Schiffer, 2002; Cardia et al., 2003).

A partir dos indicadores de renda, observa-se uma forte concentração de chefes de família de baixa renda, dos chefes de família que não têm renda e dos chefes que têm renda de até 3 salários mínimos mensais (juntos representam 50% dos chefes de família dos quatro bairros). Apesar de abrigarem apenas 8,37% dos moradores da cidade, concentram 12,22% do total de chefes de domicílio que não têm renda e 10,89% dos que recebem até 3 salários mínimos na cidade de São Paulo.

Tabela 5.2 – Renda

Distritos	Taxa de Homicídios	%População Faixas de s.m.	Salário em faixa de salário mínimo		Renda
	100 mil hab.	Sem renda	% até 3 s.m.	% até 20 s.m.	Média S.M.
	1999	2000	2000	2000	2000
São Paulo	66,89	10,43	29,63	9,44	9,8
Campo Limpo	93,83	11,52	35,59	3,78	6,35
Capão Redondo	93,02	15,03	39,89	1,32	4,71
Jardim Ângela	116,23	19,83	42,29	0,43	3,76
Jardim São Luis	103,75	14,26	37,27	1,97	5,34

Fonte: SEADE (taxa de mortalidade) e IBGE/Censo 2000. Cardia e Schiffer (2002)

Apresentam também uma super-representação dos chefes de domicílios com baixa escolaridade (quatro anos ou menos de escolaridade) e uma sub-representação dos chefes com melhor grau de escolaridade (15 anos ou mais de estudo). No Jardim Ângela, por exemplo, é quase duas vezes maior (30%) a porcentagem de chefes do domicílio com baixa escolaridade em relação à cidade de São Paulo (17,8%). Ao mesmo tempo em que apenas uma pequena fração de chefes do domicílio apresenta um melhor grau de escolaridade, cerca de 1,8% enquanto a média da cidade é de 14,1%.

Tabela 5.3 – Escolaridade do Chefe de Família

	Taxa de Homicídios 1999	Baixa Escolaridade	Mais de 15 anos de Estudo
São Paulo	66,89	17,79	14,08
Campo Limpo	93,83	21,81	6,45
Capão Redondo	93,02	25,1	3,56
Jardim Ângela	116,23	30,02	1,77
Jardim São Luis	103,75	23,08	4,87

Fonte: SEADE e IBGE/Censo 2000. Cardia e Schiffer (2002)

Tabela 5.4 – Distribuição por Faixa Etária

	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 anos	16 a 17 anos	18 a 19 anos	Taxa Cresc. da Pop.	Índice de Envelhecimento
São Paulo	8,43	7,93	8,49	1,77	3,74	4	0,88	25,87
Campo Limpo	9,87	8,9	9,3	1,98	4,01	4,3	2,06	12,58
Capão Redondo	10,03	9,25	9,75	1,97	4,29	4,43	2,46	9,81
Jardim Ângela	11,38	10,2	9,98	2	4,28	4,39	3,63	6,58
Jardim São Luis	9,78	8,8	9,26	1,93	4,18	4,46	1,77	12,08

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Cardia e Schiffer (2002)

Nas áreas que apresentam elevadas taxas de homicídios, em geral, o emprego para a população que lá vive é escasso. Cardia et al. (2003), ao mapear a disponibilidade de emprego em São Paulo, observa as oportunidades de emprego concentradas nas áreas de maior riqueza, que concentra também a população de maior escolaridade e mais velha. Diante do estreitamento do mercado de trabalho formal, o mercado de trabalho informal apresenta-se como única alternativa ao desemprego para muitos chefes de família, ocupados na construção civil, no comércio ambulante de rua, em pequenas indústrias ou no sistema de transporte não-regulamentado como “perueiros”.

Com base na pesquisa do Núcleo de Estudos da Violência da USP de 2001 realizada entre os moradores do Jardim Ângela, Jardim São Luís, do

Capão Redondo e os demais moradores da cidade de São Paulo¹⁹⁶, as autoras observaram que, nos três bairros, apesar de toda a tensão provocada pela violência e pelas carências sociais e econômicas, não se observou um processo de isolamento generalizado entre a população.

“A maioria dos moradores da cidade e dos três distritos nunca pede favores aos vizinhos ou compartilha ferramentas ou convida para festas. Porém, cerca de 1/3 dos moradores, quer da cidade quer dos três distritos, têm contatos com vizinhos, que tendem a ser de cooperação: pedir para vigiar a casa quando viajam e empréstimo de ferramentas são os eventos mais comuns. Outros comportamentos que exigem maior conhecimento e mais esforço dos vizinhos, como tomar conta das crianças, são menos freqüentes. Ainda assim, é paradoxal que esses comportamentos de cooperação sejam mais freqüentes nos três distritos do que no restante da cidade. Ou seja, apesar de toda a tensão provocada pela violência, pelo forte adensamento e pelas carências, não parece estar ocorrendo um processo de alienação/isolamento generalizado”¹⁹⁷

Observa-se um otimismo maior entre os moradores dos três bairros sobre a disposição de ação coletiva por parte de seus vizinhos, frente à ameaça de fechamento de escolas, creches ou hospitais¹⁹⁸ da região do que entre os outros moradores da cidade de São Paulo. No entanto, este cenário otimista sobre as potenciais ações coletivas é revertido quando se analisa as expectativas dos moradores sobre o comportamento de seus vizinhos, caso estes testemunhem atos de violência nos bairros. Quando estes atos envolvem crianças e idosos há uma maior certeza de ação dos vizinhos para evitá-los, no entanto quando se trata de violência envolvendo brigas de casais, ações de policiais ou gangues locais contra pessoas desconhecidas, há menos certeza na fala dos moradores dos três bairros sobre as ações coletivas. Na realidade, os moradores procuram não interferir, uma vez que é grande o medo de retaliações. Nas palavras das autoras:

¹⁹⁶ Foram 700 pessoas na cidade de São Paulo e 341 nos três bairros.

¹⁹⁷ Cardia e Schiffer 2002, p. 30

¹⁹⁸ Um dado chocante do descaso público é expresso no número de hospitais dos distritos em pauta. Enquanto na cidade de São Paulo esta proporção é de 3,88 leitos hospitalares por 1.000 habitantes, no Campo Limpo é de 1,93, no Jardim Ângela de 0,60 e no Capão Redondo não existe hospitais, um distrito com quase 300 mil habitantes (Cardia e Schiffer, 2002).

“Ou seja, a exposição à violência e a superposição de carências podem ter efeitos não sobre qualquer potencial de ação coletiva ou todo comportamento de cooperação, mas sim sobre a disposição de agir para proteger grupos vulneráveis em situações de risco, pois o risco não é só do grupo mas também para aquele que intervir”¹⁹⁹

O que se pode concluir destes elementos trazidos por Cardia e Schiffer (2002) é que a desigualdade no acesso aos direitos sociais, culturais e econômicos presentes nos distritos estudados alimenta a violência, mas por si só não a justifica. Bairros que têm como escassa proteção contra os efeitos da violência sua própria coletividade. Uma coletividade que sobrevive a despeito de condições adversas onde a incivilidade e o desrespeito mútuo prosperam, seja nos transportes locais, seja nas áreas residenciais, nas escolas, nas áreas de comércio, nas casas. Jogar lixo em córregos, ouvir som alto até tarde e o desrespeito com idosos são incivildades percebidas com mais freqüência pelos moradores dos três bairros do que pelo restante da população da cidade, que podem ser apontados como estopins para violências interpessoais (Cardia e Schiffer, 2002). Uma coletividade expressa em relações mais próximas no dia-a-dia entre vizinhos, mais freqüentes nestes bairros do que entre os moradores das outras regiões da cidade. Nas palavras das autoras:

“A continuidade dessas carências, e desse parco acesso a direitos, parece decorrer muito mais da baixa capacidade de resposta do poder público do que da capacidade ou disposição desses moradores de agir coletivamente. A discussão sobre a violência e sua relação com a manutenção (ou o crescimento, ou a diminuição) da desigualdade teria que incorporar o papel que a falta de resposta do poder público desempenha na manutenção dos altos índices de violência. Não se trata aqui de pensar apenas o papel dos agentes encarregados de aplicar as leis mas de todos aqueles setores que deveriam garantir que a população tenha uma vida digna. Os dados apresentados reforçam que violência e insegurança caminham junto com pouca qualidade de vida, com ausência de política habitacional, com a

¹⁹⁹ Cardia e Schiffer, 2002, p. 31

implementação deficitária de serviços que podem provocar mais competição entre a população que se deseja, em tese, atender e proteger”²⁰⁰

A exclusão social brasileira tem na segregação espacial sua expressão mais concreta. A dificuldade de acesso aos serviços e a infra-estrutura urbana é sintetizada no transporte público precário, no saneamento deficiente, na dificuldade de abastecimento de água, no difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, na maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos, etc.. As menores oportunidades de emprego formal nestas regiões esquecidas pelo poder público, o difícil acesso à justiça oficial, ao lazer, etc. concretizam o cenário de exclusão social urbano. Um ambiente favorável à disseminação e à reprodução da violência urbana, que não está diretamente correlacionado à criminalidade e à violência, mas que tende a reproduzir a vitimização e a criminalização dos pobres arbitradas pelas próprias instituições privadas e públicas.

“Nestes cenários, os vínculos institucionais entre a população e as autoridades sociais encarregadas de implementar políticas sociais e de distribuição de justiça social, nisto incluído o direito à segurança pública, são caracterizados por tensões, mútua desconfiança ou até mesmo quase inexistência. Essa fragilidade traduz-se em baixa legitimidade social, em descrença dos cidadãos em suas instituições, em reconhecimento de que elas existem para atender a fins privados e acolher os interesses dos privilegiados e daqueles que parecem ter, por sua natureza, méritos”²⁰¹.

²⁰⁰ Cardia e Schiffer, 2002, p.31

²⁰¹ Cardia et al., 2003, p. 20

Capítulo 5

O Movimento Hip Hop

Vimos no final do capítulo anterior alguns dados socioeconômicos sobre os bairros mais violentos da cidade de São Paulo. Capão Redondo, Campo Limpo, Jardim Ângela, Jardim São Luis representam uma porção da cidade de São Paulo, marcada pela segregação social, pela falta de opções de lazer e pela péssima qualidade dos serviços públicos. Regiões onde “as regras são definidas fora dos prédios das secretarias de justiça ou de planejamento urbano no centro da cidade (...) (onde) barracos e prédios de apartamentos minúsculos agonizam em terrenos distantes, perpassados por ruas que, quando asfaltadas, esburacadas e cheias de comércios de miudezas em geral”²⁰².



²⁰² Scandiuci, 2006, p. 19

Este “lado de cá da ponte” – expressão comum nas letras de rap em alusão ao lado mais pobre de São Paulo delimitado pelas marginais dos rios Pinheiros e Tietê - é recorrentemente identificado pela mídia como um território onde impera a violência e o crime (Herschmann, 2005). Um estereótipo que perpassa outras instituições da sociedade brasileira, particularmente o aparato de justiça criminal no país, como vimos no Capítulo 3 sobre violência urbana. Os depoimentos dos moradores introduzidos ao longo daquele capítulo buscavam sintetizar esta infeliz realidade.

Mas a despeito deste contexto, alguns jovens moradores destes bairros, diante de uma perspectiva de futuro educacional, profissional e de melhores condições de vida nada promissor, começaram a se mobilizar em torno das quatro expressões artísticas que compõe o movimento Hip Hop: o grafite, o break, o DJ e o MC. Esta aproximação iniciou-se nos anos 80 como diversão e, a medida que a crise social brasileira adquiria cores mais fortes, já nos anos 90, se consolida como um movimento cultural com um potente discurso político. Um período marcado por acentuadas transformações socioeconômicas, particularmente na RMSP principal pólo industrial e palco central da reestruturação da economia brasileira²⁰³ que muito se assemelhava à reestruturação observada na economia norte-americana na década de 1970. São Paulo e Nova York são cidades-núcleo de metrópoles que, a despeito de todas as suas diferenças histórico-estruturais e também culturais, sofreram transformações refletidas e articuladas no baixo dinamismo econômico, na desestruturação industrial, nas elevadas taxas de desemprego (o juvenil particularmente), na violência urbana, no tráfico de drogas, na fragmentação familiar, na insuficiência das políticas públicas, na falta de perspectivas para uma juventude moradora de territórios literalmente esquecidos pelo poder público.

Em São Paulo, o Capão Redondo, em particular, aos poucos deixa de ser notícia apenas nos cadernos policiais dos grandes jornais em circulação e passa a ser citado nos cadernos voltados à cultura e ao comportamento contemporâneo da

²⁰³ Destacando as políticas macroeconômicas postas em prática, abordadas ao longo do Capítulo 1.

sociedade. Este bairro pobre da Zona Sul de São Paulo hoje é reconhecido como o berço do rap brasileiro, de onde saíram grandes artistas: Dexter, Conexão do Morro e o seu filho mais pródigo, os Racionais MCs.

**“Acorda sangue bom,
aqui é capão redondo tru,
não pokemon,
zona sul é invés, é stress concentrado,
um coração ferido, por metro quadrado...”**

Racionais MCs, Trecho da música Vida Loka (parte 2)

De uma maneira geral, pode-se dizer que o movimento Hip Hop surge e se desenvolve em São Paulo como reação dos jovens da periferia aos processos sociais que os atingem de forma específica. Cantam e denunciam a violência policial e seu papel discriminatório para com os jovens pobres e negros. Denunciam também a conexão da estrutura montada pelo crime organizado e a ascensão da violência urbana, temas esses abordados no Capítulo 3 sobre a violência urbana. O descaso público na área social, a ausência de infra-estrutura urbana, o desemprego e a péssima qualidade das ocupações ofertadas, temas abordados nos outros capítulos, também não são poupados.

Assim, através de sua produção artística, o Hip Hop não apenas denuncia a crise social em curso, como também promove novas redes sociais e laços comunitários entre os jovens, ocupa os espaços da cidade, nem sempre de forma tranqüila (Herschmann, 2005). Este movimento ao mesmo tempo em que se apresenta como alternativa de lazer aos muitos jovens que vivem nas periferias e favelas de São Paulo, atua e interfere nesse cenário urbano que, em nada, se assemelha ao “cartão postal” da cidade, com seus Shoppings Centers, boutiques no Jardins, grandes avenidas comerciais, enfim, o “lado de lá da ponte”. Estabelece um canal de comunicação dos indivíduos jovens com o universo que os cerca, construindo a consciência de pertencer a um grupo, de pertencer à periferia, à favela: mas não como alusão a espaços geográficos esquecidos pelo poder público, associados ao conformismo diante desta situação. Pertencer à

“periferia” significa ser jovem, negro, pardo ou branco, vítima de uma escassez de oportunidades e de discriminação social. Entre os jovens camelôs, *office-boys*, feirantes, vendedores ambulantes, desempregados que fazem parte do movimento Hip Hop não se observa uma atitude conformista diante da brutal realidade socioeconômica que se impõe (Kehl, 1999; Silva, 1998).

Ao mesmo tempo em que denunciam os problemas enfrentados pela população moradora das muitas periferias, os jovens envolvidos com o Hip Hop descrevem estes espaços como locais de igualdade e solidariedade, valorizando as relações familiares, de amizades, de convívio social pacífico e saudável, longe da criminalidade e das drogas (Silva e Soares, 2004). Traz um discurso que “além da denúncia, propõe uma alternativa de vida possível na periferia, de convivência com a violência, com o tráfico e com o consumo de drogas. No contexto da exclusão, do desemprego, da agressão policial, da descriminação e da violência do tráfico, (...) torna-se uma referência e cria uma identidade através da qual o jovem de periferia pode se (re)estruturar”²⁰⁴. Em outras palavras, o Hip Hop não julga os caminhos nada promissores tomados por muitos jovens envolvidos com o crime e as drogas, mas sempre procura indicar a existência de outras alternativas possíveis de convivência social na periferia entre seus moradores em um contexto de poucas oportunidades – de fato –, sempre apontando a necessidade de mudanças no país para a construção de perspectivas de vida melhores. Para tanto, essa expressão cultural, como veremos mais adiante, procura se organizar, estabelecer um diálogo com o poder público ao mesmo tempo em que procura desenvolver o debate sobre a realidade da periferia, estimular o convívio social entre os jovens e uma postura crítica e construtiva sobre a realidade que os cerca.

“E essa rima me lembrou uma canção

Por isso é melhor se acostumar a ver e ouvir loucuras

Vai ser pego de surpresa no meio das ruas

Eu não sou a doença, nem tampouco a cura

²⁰⁴ Silva e Soares, 2004, p. 984

Mas sou a verdade nua e crua!

Não é conselho, é apenas um toque

Se eu tô redondamente enganado, me prove

Chamo atenção sem me preocupar com o ibope

Minha voz corrompe seus tímpanos

É a febre do hip hop”

Trecho da Música “Febre Do Hip Hop” de Thaíde & DJ Hum

Tendo como referência a realidade da periferia, cria-se uma importante arena de debate onde as tensões sociais engendradas e exacerbadas pela crise do Estado brasileiro são questionadas, onde a necessidade de mudanças no país é vocalizada pela população que mais é prejudicada pela atual crise social. São jovens que pouco freqüentaram os bancos escolares e que, envolvidos no movimento Hip Hop, procuram formar e desenvolver junto aos outros jovens de periferia uma consciência política, social e, ao mesmo tempo, artística, difundindo a necessidade de transformações coletivas e individuais. Se o movimento Hip Hop pudesse ser resumido em uma frase, esta provavelmente seria uma negativa: “não queremos mais as coisas como estão” (Pimentel, 1999).

Assim, estes jovens, tidos por muitos como “cidadãos de segunda categoria” impõem o seu reconhecimento como interlocutores legítimos das tensões sociais, não pelo uso de armas ou da força bruta. Um reconhecimento buscado e conquistado pelos quatro elementos do Hip Hop, organizado pelas suas posses²⁰⁵, que incentivam o desenvolvimento de uma identidade jovem negra, qualificam o conceito de cidadania como um conceito preenchido de sentido, introduzem a perspectiva de futuro positiva a uma juventude sem perspectiva profissional, educacional, de melhores condições de vida e recorrentemente

²⁰⁵ Posses são grupos de encontro de jovens que agregam rappers, grafiteiros e b.boys e b.girls de uma mesma região. Jovens que trabalham juntos em atividades artísticas, comunitárias, de formação política. Trocam experiências e informações, participam de eventos promovidos por entidades de movimentos negros, sindicatos. Procuram cooptar jovens envolvidos com o crime e com drogas para o movimento Hip Hop. Muitas das posses no Brasil tornaram-se recentemente pessoas jurídicas, ONGs, para facilitar a parceria com governos. Mais adiante exploraremos mais estes espaços que nos, anos 90, foram fundamentais para a consolidação do movimento Hip Hop em São Paulo.

associada como responsável pela ascensão da violência urbana nos grandes centros urbanos.

**“Se eu fosse aquele cara que se humilha no sinal
por menos de um real, minha chance era pouca
mas se eu fosse aquele moleque de touca
que engatilha e enfia o cano dentro de sua boca
de quebrada, sem roupa, você e sua mina
um, dois, nem me viu! já sumi na neblina.
Mas não! Permaneço vivo, eu sigo a mística
27 anos contrariando a estatística
Seu comercial de TV não me engana,
eu não preciso de status, nem fama.
Seu carro e sua grana já não me seduz
e nem a sua puta de olhos azuis.
Eu sou apenas um rapaz latino-americano
apoiado por mais de cinqüenta mil manos
efeito colateral que seu sistema produz...”**

Trecho da Música “Capítulo 4, Versículo 3”, Racionais MC’s

Fortalece-se assim como uma expressão cultural com um novo discurso - potente, político e com uma linguagem moderna, acessível a estes jovens – que permite que seus participantes se tornem “visíveis”, denunciando o processo de criminalização que os afeta, o emprego que lhes falta, a escola que não ensina, etc.. Ao trazerem à tona, para o debate público, as contradições do processo de democratização do país e suas tensões sociais, reivindicam o direito à cidadania plena: o direito à fala, ao lazer, à escola, ao acesso à cidade etc. (Herschmann, 2005).

Antes de avançarmos no debate a respeito da importância do movimento Hip Hop para a juventude brasileira, seria interessante voltarmos para as origens

do movimento, ainda nos EUA, aprofundando um pouco a abordagem de cada um de seus quatro elementos.

5.1. As origens do Movimento Hip Hop

O termo Hip Hop em uma tradução literal significa ‘movimentar os quadris e saltar’²⁰⁶. Um termo criado pelo DJ jamaicano Africa Bambaata para nomear o conjunto das quatro formas artísticas – o MC, o DJ, o break e o grafite – que foram surgindo nos EUA, mais especificamente no Bronx, bairro periférico da cidade de Nova York, no início da década de 1970. Nesta época, o contexto socioeconômico de desindustrialização, elevadas taxas de desemprego e cortes dos serviços públicos de apoio social imprimia cores mais fortes às tensões e manifestações pelos direitos civis da população negra marginalizada. Processos estes que atingiam de forma específica a juventude moradora dos bairros periféricos das metrópoles norte-americanas. A ampliação das ofertas de emprego no setor de serviços, a redução das possibilidades no decadente setor industrial e a exigência de novas qualificações pelo mercado de trabalho, atingiu de forma mais direta os jovens negros e de origem hispânica que habitavam os bairros periféricos de Nova York (Magro, 2003; Silva, 1998).

Nos EUA, a década de 1960 foi um período de grande agitação política pela defesa dos direitos civis da população negra, quando grandes líderes negros surgiram e se destacaram: Malcom X, Martin Luther King, Huey Newton, Bobby Seal²⁰⁷. Período em que os movimentos dos Panteras Negras e do Poder Negro²⁰⁸ tiveram grande atuação política, mas foram fortemente reprimidos pelo governo norte-americano (Brake, 1985; Leão, 2006). A morte dos dois principais líderes da

²⁰⁶ O verbo em inglês *to hip* significa movimentar os quadris e *to hop* saltar.

²⁰⁷ Huey Newton e Bobby Seal são os fundadores dos Panteras Negras

²⁰⁸ Os Panteras Negras (*Blacks Panthers*) surgiram em 1966 e tinham como objetivo lutar contra a repressão policial ou qualquer tipo de opressão e discriminação racial, pregando, entre outras coisas, a legitimidade do uso da violência contra as atitudes racistas. Mesmo o movimento Poder Negro (*Black Power*), que contestava a situação dos negros norte-americanos mas não utilizava a violência, foi também perseguido pelo governo norte-americano, assim como também foram os grupos anti-guerra e esquerdistas que agitavam o cenário político da época (Brake, 1985; Leão, 2006).

luta contra o racismo nos Estados Unidos - de Malcom X em fevereiro de 1965 e a de Martin Luther King em abril de 1968 - não fez surgir outros defensores pelos direitos civis da população negra. Ao mesmo tempo, a tensão nas ruas das principais metrópoles não se arrefecia, muito pelo contrário. Especialmente nas periferias, esta tensão era alimentada pela ação das gangues juvenis de rua. Uma profunda perturbação do cotidiano das metrópoles norte-americanas para a qual os instrumentos tradicionais de cooperação, de apoio e de representação coletiva não mais tinham forças para interferir, uma vez que se tornavam obsoletos diante da nova realidade socioeconômica e política do país (Leão, 2006; Magro, 2003).

Nova York viu ascender a guerra de gangues juvenis, o tráfico de drogas e a violência urbana nos seus bairros periféricos. O Bronx - considerado o berço da cultura Hip Hop - abrigava grande parte da população juvenil negra, jamaicana, porto-riquenha e de outros imigrantes latinos, que formavam um expressivo grupo de desempregados e subempregados da cidade. O Bronx (assim como o Harlem, o Queens e o Brooklyn) vivenciou um processo de desapropriação, de demolição e de degradação de residências e de prédios comerciais com a fuga das famílias brancas e de classe média negra e com a perda de milhares de empregos manuais devido às reestruturações industriais. A redução dos fundos federais para a área social dramatizava, ainda mais, esta realidade (Brake, 1985; Margro, 2003)²⁰⁹.

Esses bairros periféricos tornavam-se símbolos da desigualdade socioeconômica norte-americana, retratados pela mídia como territórios sem lei, onde a violência e o crime imperavam. Um retrato preconceituoso que permeava outras esferas da conservadora sociedade norte-americana, como o sistema

²⁰⁹ “Os negros e hispânicos que viviam em Nova Iorque representavam a parte mais pobre da cidade, formando um grupo de desempregados e subempregados. Como também havia nesta época pouco investimento imobiliário, essa população foi levada para áreas superpovoadas e sem infra-estrutura adequada; isso, consequentemente, favoreceu um aumento significativo de uma população sem-teto na cidade. Nesse período, a cidade de Nova Iorque, que era considerada uma cidade rica, branca e industrial, transformou-se em uma cidade economicamente desigual, multirracial e prestadora de serviço. Assim, a cidade foi dividida de forma predominantemente étnica e econômica, consolidando uma considerável “periferia desorganizada” (Magro, 2003, p. 53).

educacional público e, especialmente, a polícia que julgava a juventude negra e latina como perigosa devendo, por isso, ser “supervisionada” (Magro, 2003).

Mas contrariando as expectativas criadas pela opinião pública conservadora hegemônica, que ignorava a luta diária destes moradores para sobreviver em condições tão adversas, o Bronx foi o berço da principal expressão cultural juvenil contemporânea, o movimento Hip Hop. Um bairro onde os jovens mais diretamente ameaçados pela reestruturação da cidade reelaboraram suas identidades culturais (que tinham raízes em seus países de origem) como forma de lazer, produzindo, através da arte, a interpretação das novas condições socioeconômicas de Nova York (Silva, 1998).

As manifestações de dança, de música e de arte visual que ali se desenvolveram – o break, o rap (leia-se o MC e o DJ) e o grafite – faziam parte de um mesmo universo cultural que reunia jovens que tinham em comum a marginalidade socioeconômica. Manifestações que, mais tarde, já em 1981, foram batizadas por Afrika Bambaataa como os quatro elementos do movimento Hip Hop.

Os jovens se apropriaram dos conhecimentos e dos instrumentos disponíveis - as rimas, as mesas de som, os auto-falantes improvisados, as batidas, a dança – e, inspirados pelas experiências cotidianas e pela bagagem cultural latina e negra, davam início a uma cultura inspirada pelo espírito coletivo e experimental. Uma cultura que emergiu como alternativa de lazer e de expressão para uma população marginalizada e que, aos poucos, se estruturava como um verdadeiro canal de denúncia, de crítica, de engajamento político e de educação.

Ainda nos anos 60, o DJ jamaicano Kool Herc ao se estabelecer no Bronx trazendo em sua bagagem uma potente aparelhagem de som passou a realizar festas nas ruas do bairro. Herc trouxe de seu país natal não apenas seu equipamento de som, mas também um tradicional canto jamaicano, o *toast*²¹⁰, executado em cima de antigas músicas negras que seria reinterpretado no

²¹⁰ O *toast* caracteriza-se pelo “uso da linguagem das ruas e pela construção de narrativas de experiências que remetem à história de vida dos excluídos, atividades ilegais e semi-legais, como o jogo e a droga” (Silva, 1998, p. 38).

contexto nova-iorquino. Em suas festas, o DJ também observava que os *breaks* – a parte mais importante de uma música, geralmente onde a bateria assumia – agradavam os participantes das festas, que agitavam a pista de dança. Não demorou muito para que Herc descobrisse que, com dois toca-discos executando o mesmo vinil simultaneamente, poderia tocar o mesmo break sem parar, regulando manualmente a sincronia sonora dos dois discos (Leão, 2006; Rocha et al., 2002).

Herc foi o pioneiro na introdução das primeiras falas e narrativas sobre a base rítmica criada pelo DJ, resgatando a tradição do *toast* jamaicano, trazendo para o que mais tarde viria a se consolidar como movimento Hip Hop uma forte conexão com as raízes africanas. Este vínculo é considerado especialmente importante para o desenvolvimento do rap²¹¹, a expressão musical do Hip Hop (Potter, 1995; Silva, 1998).

Africa Bambaata integrante da gangue do Bronx, a Black Spades, e freqüentador das festas de Herc, ao decidir abandonar sua gangue de rua e investir na carreira de DJ, entraria também para a história do movimento Hip Hop. Em suas apresentações musicais aprimorava suas técnicas de DJ ao mesmo tempo em que fazia circular a mensagem contra a violência e a brutalidade das gangues de rua (Toop, 2000). Do ponto de vista musical, a sua contribuição foi a incorporação de outros gêneros musicais, além dos artistas negros ligados ao jazz e ao soul (como Isaac Hayes, Bob James, James Brown), tais como o rock e as bandas européias que exploravam os efeitos eletrônicos, como o Kraftwerk.

²¹¹ “As experiências desenvolvidas por afro-descendentes na Jamaica, são apontadas como decisivas para a constituição posterior do rap. Menciona-se, por exemplo, o disco- móbile (sistema através do qual dois toca-discos portáteis são agrupados) como um possível antecessor das pick-ups utilizadas contemporaneamente pelos rappers. O disco-mobile, sistema de pick-ups conectadas, data dos anos 60. É formado pelo agrupamento simultâneo dos dois pratos de discos, possibilitando mixagens, desaceleração e alterações eletrônicas por meios manuais na música em execução. Desta forma, as técnicas de intervenção conhecidas como *dub* produziam um fundo musical diferenciado da gravação original, através das manipulações dos DJs. A partir da base de baixo e bateria fornecida pelo dub, os DJs introduziam composições próprias e discursos políticos, frutos do improviso. O *talk-over* (literalmente falar por cima) juntou-se ao dub como verdadeiros toasts fundindo simultaneamente a tradição oral e a tecnologia numa forma diferente de oralidade” (Silva, 1998, p. 39).

Incorporava assim novos timbres à base sonora dos *break beats* introduzidos por Herc (Silva, 1998).

Grand Master Flash foi também um importante DJ para a história do Hip Hop, contribuindo com técnicas que “complexificaram a textura musical do rap e redefiniram as funções do DJ”²¹². Além de tocar, manipular e criar novas batidas musicais, acrescentava ruídos que resultavam da arranhadura da agulha do toca-discos no vinil ao girá-lo manualmente para frente e para trás. Era o chamado *scractch* (arranhar). Outra técnica muito utilizada por Flash era o *back spin* (ou *back to back*) que consistia em extrair do vinil “uma seção rítmica ou frase e repeti-la, diversas vezes, acelerando ou retrocedendo seu andamento normal em contraponto à base que (...) (estava) sendo executada”²¹³. Aprimorou também muitas técnicas da discotecagem, com a colagem, a sincronização e a mixagem de trechos de diferentes vinis. Assim como Herc e Bambaata, Flash fazia também o papel de Mestre de Cerimônias das festas, entregando o microfone aos dançarinos e participantes para que estes pudessem improvisar letras ao ritmo do break. Surgiam assim os primeiros MCs (Rocha et al., 2002).

Mas o interessante é notar que as técnicas de discotecagem, o tipo de canto-falado e a dança presentes nas festas promovidas pelos DJs eram puro divertimento. Aos poucos o discurso político - da necessidade de transformação da realidade através da conscientização e do conhecimento - que caracteriza o Hip Hop ia surgindo e se fortalecendo. Uma mensagem, transmitida pelos quatro elementos do Hip Hop, de estímulo da auto-estima da juventude que freqüentava as festas, de denúncia da exclusão cultural e econômica da sociedade branca norte-americana (Rocha et al., 2002). Neste processo, a importância de Bambaata para a história do Hip Hop não fica circunscrita às suas habilidades como DJ. Em suas festas transmitia mensagens contra a violência que matava os jovens negros nas ruas do Bronx e, em 1973, fundava a organização pacifista Youth Organizations (Organizações Jovens) que mais tarde, já nos anos 80, daria origem a Zulu Nation, a maior posse de Hip Hop do mundo com mais de 20.000 membros

²¹² Silva, 1998, p. 41

²¹³ Idem

(Rocha et al., 2002). A paz, o combate às desigualdades, o conhecimento e a consciência dos negros são os princípios da Zulu Nation, que “vê o Hip Hop como a linha de ação para transformar o negativo em positivo”²¹⁴. As manifestações de dança, do grafite e do rap que surgiam nos anos 70 em Nova York, e faziam parte de um mesmo universo cultural, só foram unificadas sob a denominação de movimento Hip Hop no início dos anos 80.

5.1.1. O rap

O rap - abreviação para a expressão “*rhythm and poetry*” (ritmo e poesia) – é a expressão musical do Hip Hop, caracterizada pelo ritmo acelerado, pela quase inexistência de melodia musical e pelo conteúdo de suas letras - em geral longas e de alto teor político e social, interpretadas entre o limiar de cantar e recitar. É executado, em regra, por um DJ que se encarrega das bases musicais e por um ou mais MCs (ou rappers).

Os primeiros MCs do Bronx são considerados os herdeiros da radicalidade dos Panteras Negras. Influenciados pela memória dos grandes líderes negros assassinados ainda nos anos 60, adotam a denúncia das desigualdades, da opressão e do racismo como temática de suas letras, a partir do cotidiano do Bronx onde imperava o desemprego, a prostituição, as drogas, as doenças venéreas, os assassinatos de rua e a perseguição opressiva de policiais brancos. É interessante apontar que a “maioria dos rappers definem seu domínio com termos bem precisos, frequentemente não apenas citando a cidade como também o bairro de sua origem, como Compton, Harlem, Brooklin ou Bronx. Mesmo quando ganha uma dimensão internacional, o rap continua orgulhosamente local; encontramos no rap francês, por exemplo, a mesma precisão de origem de bairros e a mesma atenção voltada a problemas exclusivamente locais”²¹⁵. Capão Redondo, Jardim Ângela da cidade de São Paulo, Ceilândia em Brasília, Alto José do Pinholem em Recife representam os nomes de alguns dos muitos bairros

²¹⁴ Revista Caros Amigos, 2005, p. 6

²¹⁵ Shusterman, 1998, p. 153

brasileiros, cenários da tragédia social do país denunciada ferozmente pelos rappers nacionais (Guimarães, 1999).

Esta é a principal característica da cultura Hip-Hop e também o que justifica sua difusão em diferentes cidades e períodos, e não apenas a experiência do Bronx. Uma cultura que se encontra imersa na experiência local como referência para a interpretação artística, para a busca de soluções e ações coletivas para os problemas e dificuldades da população local.

Em 1979 foi lançado o primeiro disco de rap norte-americano – *Rapper's Delight*, do grupo Sugarhill Gang – possibilitando a difusão deste gênero musical para fora do circuito “alternativo”, ao vender mais de 2 milhões de cópias apenas nos EUA, despertando o interesse da poderosa indústria cultural norte-americana. Através da indústria fonográfica²¹⁶, o rap se expandia para outros países e consolidava um discurso crítico sobre a realidade socioeconômica norte-americana, inaugurando uma nova etapa na história do gênero que se expandiria para fora do território norte-americano e ganharia espaço na mídia norte-americana com o gangsta rap, um gênero de rap que ridiculariza a polícia, glamouriza as atividades criminais e agride as mulheres (Rocha et al., 2002; Silva, 1998).

5.1.2. O break

Na tentativa bem sucedida de acompanhar o novo ritmo dos DJs - fosse nas festas promovidas nas ruas, nas escolas, nos parques ou nos centros comunitários do Bronx – os jovens executavam movimentos quebrados e contorcidos, dando início à dança que viria se chamar *break*. Jovens, que ficaram conhecidos como b.boys (break boys ou boogie boys), inspiravam-se nas performances de James Brown, nas danças nativas da África, nas tradicionais

²¹⁶ A indústria fonográfica é o conjunto das empresas especializadas em gravação e distribuição de mídia sonora, seja em formato de CDs, fitas cassete, LPs e vinil, e mais recentemente, em formatos digitais, como o MP3.

danças dos negros norte-americanos, nos movimentos da capoeira brasileira²¹⁷ e nas artes marciais (populares no cinema nos anos 70) (Revista Caros Amigos, 2005; Silva, 1998).

É interessante apontar um forte componente competitivo entre os b.boys que procuravam explorar ao máximo as suas habilidades de dançarinos, com os seus corpos assumindo, plenamente, todas as suas potencialidades motoras: “o corpo se expõe, não se retrai, não se esconde”²¹⁸. Uma competição, como bem aponta Toop (2000), que se encontra no coração, na alma do movimento Hip Hop ao engajar a transformação da violenta rivalidade das gangues de rua locais em competições simbólicas no plano da arte presente também nas competições verbais dos rappers, nas competições musicais entre os DJs e nos jovens artistas plásticos de rua, os grafiteiros.

5.1.3. O grafite

O grafite²¹⁹ representa a expressão gráfica do movimento Hip Hop. A prática do grafite surgiu e ganhou notoriedade na década de 1970, também no Bronx em Nova York, através de desenhos realizados com tinta spray em muros, paredes, murais e carros dos trens e metrô. Mas inicialmente o que se via espalhado em diferentes espaços da cidade de Nova York era uma profusão de rabiscos e *tags*²²⁰ quase ilegíveis, de indivíduos e de gangues juvenis (que buscavam demarcar seus respectivos territórios para evitar o conflito direto). Este conceito permaneceu o mesmo durante alguns anos, evoluindo naturalmente, tornando-se mais complexo. As letras desenhadas tornavam-se cada vez mais largas e coloridas, nos muros podia-se ver desenhos de imagens extraídas da televisão, assim como de personagens e cenários relacionados com a realidade dos bairros periféricos e da vida urbana de Nova York.

²¹⁷ “Os caras falam que o giro de cabeça foi inventado por causa da guerra do Vietnã: meu, o giro de cabeça é da capoeira, cara, que é muito anterior à guerra do Vietnã, capoeira Angola da época do Brasil colônia” (Depoimento de um b.boy à Revista Caros Amigos, 2005, p. 23).

²¹⁸ Duarte, 1999, p. 20

²¹⁹ O grafite também é chamado de arte grafite, ou *graffiti* ou *aerosol art*.

²²⁰ Tag é a assinatura dos grafiteiros com marcador ou spray (Rocha et al., 2002).

O grafiteiro nova-iorquino Phase2, no início dos anos 70, criava painéis coloridos pela cidade que transmitiam mensagens positivas, sendo considerado por muitos o inventor desta arte. Uma expressão artística de rua, com forte influência latina trazida pelos vários artistas vindos de Porto Rico, Costa Rica, Bolívia e Colômbia moradores do Bronx. Basquiat, um artista plástico filho de imigrantes latinos, nasceu em Nova York e elevou o grafite ao *status* de arte, quando teve suas telas grafitadas elogiadas e reconhecidas pelos críticos e formadores de opinião da cidade (Rocha et al., 2002).

Em Nova York, o principal alvo dos grafiteiros eram os carros de metrô que transitavam por todas as regiões da metrópole, possibilitando que seus trabalhos fossem vistos por um número maior de pessoas, não apenas os moradores do Bronx e dos bairros vizinhos. Segundo Toop (2000) “se os brancos nova-iorquinos se negavam a visitar os espaços negros e hispânicos da cidade; de certa forma o grafite era uma forma de visitá-los”²²¹.

O poder público, na tentativa de evitar esta prática, criou espaços especiais para o uso exclusivo de grafiteiros, orientou os comerciantes a não venderem materiais utilizados pelos artistas, além de revestir os carros do metrô com uma película plástica que permitia o uso de um forte solvente químico para a retirada dos desenhos. Apesar de todos estes esforços públicos, a prática do grafite teve prosseguimento no Bronx e nos bairros vizinhos: os grafites surgiam nas camisetas, nas jaquetas, nos folhetos de divulgação de festas, nas capas de discos e nos vídeos dos rappers (Carmo, 2001; Silva, 1998).

Atualmente, as imagens dos grafites são ecléticas, podendo ou não estar relacionadas com a cultura Hip Hop, uma vez que os temas, as técnicas e os artistas não necessariamente têm vínculos com a cultura Hip Hop, sendo, muitas vezes, realizados por alunos de escolas de arte ou artistas autodidatas (Juny kpl, 2001).

A seguir, a partir do contexto brasileiro, mais especificamente da cidade de São Paulo – o berço do Hip Hop nacional –, procuraremos aprofundar e destacar a

²²¹ Toop, 2000, p. 14

importância deste movimento que se difundiu rapidamente para outras periferias e favelas no país.

5.2. B. boys, DJs, Rappers e Grafiteiros interagindo em São Paulo

Observa-se o interesse de jovens de origem turca na Alemanha, pelos descendentes de argelinos na França, pelos angolanos em Portugal e pelos jovens pobres das periferias das grandes cidades no Brasil pelo movimento Hip Hop. Um movimento que permite que jovens de outros lugares reinterpretem suas realidades a partir de algumas referências norte-americanas balizadas pelos princípios da Zulu Nation de Bambaata.

Os jovens de São Paulo se apropriaram deste universo cultural elaborado externamente e passaram a promover uma leitura crítica da região a partir de seus contornos locais. A Região Metropolitana de São Paulo, além de ser o cenário onde os primeiros passos para a articulação do movimento Hip Hop no país foram dados, é também a região de maior concentração industrial do país, onde a violência e o desemprego juvenil mais se destacaram nos anos 90 (Silva, 1998).

No Brasil, o movimento teve início em meados dos anos 80 na cidade de São Paulo por força dos jovens moradores da periferia que começavam a se interessar pelo estilo da dança – o break – que aparecia nos vídeos do Michael Jackson exibidos na TV e nos filmes como *Beat Street* (de 1984) e *Breakdance* (Carmo, 2001).

Os primeiros passos do break foram dados no centro de São Paulo. Aos poucos os jovens que freqüentavam o centro iam se interessando pela dança, especialmente os office-boys que por lá circulavam durante todo o dia e que, mais tarde, seriam os principais integrantes das primeiras equipes de break.

Os adeptos da nova dança que começava a ser praticada na Praça Ramos, em frente ao Teatro Municipal, logo migraram para a Rua 24 de Maio que possuía um piso mais adequado para a realização das acrobacias exigidas pelo break,

duas grandes pedras lisas de mármore²²². Não tardou para que os b.boys começassem a dançar na estação de metrô São Bento que além dos dançarinos, aglomerava os jovens que ensaiavam as primeiras rimas. A Praça Roosevelt acabou se estabelecendo como ponto de encontro dos rappers, enquanto a São Bento era freqüentada mais pelos breakers. É interessante destacar que esta ocupação do Centro de São Paulo não foi planejada. Este se afirmou como ponto de encontro de uma juventude negra e parda, habitante dos bairros mais longínquos da cidade, por ser um local de maior facilidade de acesso para todos (Azevedo e Silva, 1999).

À medida que os cliques de Michael Jackson faziam sucesso na televisão, o break transformava-se em moda, atingindo outros segmentos da sociedade²²³. Em 1985, quando esta moda passou, apenas os dançarinos realmente interessados no estilo continuaram praticando e se aperfeiçoando na dança.

Quando os b.boys se organizavam, isso entre 1983 e 1988, os primeiros grafites do artista plástico Alex Vallauri²²⁴ – o primeiro nome de destaque do grafite no país - podiam ser vistos pela cidade de São Paulo. Vallauri foi um artista

²²² Os movimentos característicos do break norte-americano (o *breaking*, o *up rock* e o *electric boogie*) foram incorporados no contexto brasileiro, mas em duas categorias: o break aéreo (que inclui movimentos robotizados, saltos mortais e ondas) e o break de chão (inclui o giro de cabeça, moinho e o giro de costas) (Silva, 1998).

²²³ “(...) A dança quase acabou devido a esta coisa do *break* comercial. Quando a dança foi tratada como aeróbica, uma modinha que todos podem imitar perdeu sua força, sua raiz. O *b. boiying* não é algo que todos podem fazer, é preciso prática e técnica. Quem entra nessa pela moda logo se desencanta. Algumas pessoas com o propósito de chamar a atenção, enfocaram o aspecto marginal, agressivo e violento da dança. Quem realmente entende a cultura, sabe que ela é bastante competitiva e são as batalhas (rachas) entre as *crews* (turmas) que estimula os *b. boys* a se superar e inventar novos passos. É muito importante que cada *b. boy* desenvolva seu próprio estilo e com isso conquistará mais respeito e destaque no Movimento” (Depoimento de Marcelinho Back Spin é membro da Casa do Hip Hop de Diadema Apud Leão, 2006, p. 6)

²²⁴ “Criava desenhos com humorada crítica social em São Paulo e acreditam ser ele, o influenciador dos grafiteiros do Brasil todo. Em Nova York, onde viveu, a prefeitura transformou em cartão-postal um de seus grafites, que retratava a ilha de Manhattan. Era gravador profissional, quando vivia em Santos, litoral paulista. Retratou estivadores, prostitutas e outros personagens do porto. Formado em comunicação visual, especializou-se em litografia no Litho Art Center de Estocolmo, na Suécia. Cursou desenho no Pratt Institute, de Nova York. Atraído por temas políticos, em 1970 pintou mulheres com as bocas fechadas por alfinetes: crítica à ditadura. Na 18ª Bienal Internacional de São Paulo, em 1985, seu grafite *A Festa na Casa da Rainha do Frango Assado* foi considerado um dos grandes trabalhos da arte latino-americana do século 20. Morreu em 1987, de Aids e a data de sua morte, 27 de março, passou a ser considerada o Dia Nacional do Grafite. Defensor da “arte para todos”, Alex Vallauri queria enfeitar a cidade para transformar o urbano em arte viva, da qual as pessoas participem” (referência do almanaque de Cultura Popular Apud Leão, 2006, p. 11)

plástico de classe média que, no final dos anos 70, grafitava com tinta spray os muros da cidade de São Paulo imagens divertidas e irreverentes. Um artista que tinha acesso às latas de spray que tinham (e têm) um custo elevado²²⁵ para a maioria dos artistas de rua. Não por acaso o trabalho dos grafiteiros brasileiros se diferencia do norte-americano pelo uso da tinta látex, mais acessível.

O grafite só foi reconhecido oficialmente no Brasil na gestão da prefeita Luíza Erundina em São Paulo (de 1989 a 1992), quando a prefeitura pagava pelo trabalho dos artistas e fornecia latas de spray, promovendo grandes encontros de grafiteiros. Em 1995, apesar da lei municipal, aprovada na gestão de Paulo Maluf, que proibia a comercialização de spray na cidade de São Paulo para menores de 18 anos e exigia o cadastro dos compradores, o grafite não deixou de cobrir os muros da cidade e muito menos as pichações. Recorrentemente os grafiteiros são confundidos com pichadores e vistos como suspeitos de incitar as pichações nos principais centros urbanos. “Pichar, ato muitas vezes confundido com grafitar, é um crime previsto na Lei Ambiental, com penas de multa e de detenção de três meses a um ano. O grafite, se for feito em local liberados pelo proprietário, não é considerado crime”²²⁶ (Rocha et al., 2002).

Os trabalhos dos grafiteiros são apontados por Herschmann (2005) como uma intervenção no espaço urbano, uma verdadeira invasão simbólica das áreas centrais e nobres da cidade por aqueles que vivem excluídos. Nas periferias, os grafiteiros trabalham também para o comércio local, desenhando logos e propagandas nas paredes e portas de aço das casas que abrigam os vendedores ou prestadores de serviços (Scandiucci, 2006).

Antes de abordarmos o desenvolvimento do rap paulistano – a expressão de maior destaque no Hip Hop - acreditamos ser interessante apontar a importância dos bailes de *black music*, que ocorriam no final dos anos 70 e início dos 80, para o desenvolvimento do movimento Hip Hop no país, tão relevante quanto o universo dos b.boys no Centro de São Paulo.

²²⁵ Em uma tela colorida de grafite chega-se a usar várias cores, cerca de mais de 10 latas de spray (Rocha et al., 2002).

²²⁶ Rocha et al., 2002, p. 103

5.2.1. Os Bailes Black

Os jovens migrantes e descendentes de migrantes recém integrados à periferia de São Paulo freqüentavam os bailes *black*, usando o penteado *black power* e calças de boca fina para dançarem as músicas de artistas negros estrangeiros como James Brown, Public Enemy, Marvin Gaye, Billy Paul, Aretha Franklin, Dianna Ross e Michael Jackson e também de artistas nacionais como Tim Maia, Jorge Ben Jor e Gérson “King” Combo²²⁷. Esses bailes eram espaços de diversão e de afirmação da negritude ligado ao espírito *Black is Beautiful* (Carmo, 2001; Herschmann, 2005; Tella, 1999).

“Por isso o Black Power continua vivo,

Só que de um jeito bem mais ofensivo

Seja dançando Break, ou um DJ no scratch,

Mesmo fazendo Graffite, ou cantando Rap”

Trecho da música “Sr. Tempo Bom” de Thaíde e DJ Hum

Apesar dos raps norte-americanos²²⁸ estarem presentes nos bailes (eram apresentadas não como rap, mas como “balanço”), estes não estavam integrados ao universo das ruas onde os primeiros b.boys buscavam seus espaços e os primeiros rappers ensaiavam as primeiras rimas. Aliás, os b.boys eram mantidos fora do circuito dos bailes por ordem expressa das equipes de organização, e acabavam freqüentando mais as ruas do centro, festas e espaços alternativos, pois, não apenas dançavam em um ritmo diferente, como também tinham um visual que, em nada, se assemelhava com os trajes “esporte fino” que predominava na estética *black*²²⁹. Os b.boys usavam roupas esportivas, bonés, correntes, jaquetas grafitadas (Silva, 1998).

²²⁷ Este repertório musical foi herdado pela geração do rap, sendo utilizado nas colagens das bases musicais desenvolvidas pelos DJs (Tella, 1999).

²²⁸ Como Africa Bambaata, de Grand Master Flash, e a segunda geração de rappers norte-americanos, como Run DMC e Public Enemy.

²²⁹ Os bailes não apenas orientavam os gostos musicais dessa juventude, mas eram também uma referencia estética, onde as roupas e o penteado *black power* exerciam um papel fundamental (Silva, 1998).

Mesmo quando os b.boys começaram a se apresentar no espaço dos bailes *black*, o conflito entre estes dois estilos foi inevitável, “expresso através de vaias e do boicote comandado pelos adeptos deste ou daquele gênero. A situação tornou-se tão difícil de ser controlada que determinadas equipes preferiam reunir, em um mesmo baile, apenas grupos que tinham uma origem comum”²³⁰.

Curiosamente, o primeiro registro fonográfico do rap brasileiro – Ousadia do Rap, de 1987 – foi lançado por uma equipe de baile, a Kaskatas Records. Foi também a partir da estrutura desenvolvida previamente pelas equipes de baile que a produção musical do rap se consolidou em um mercado fonográfico paralelo à grande indústria fonográfica²³¹. Estas práticas foram importantes na história do Hip Hop nacional, apresentando como o movimento, apesar de sua referência norte-americana, absorve as experiências específicas de cada contexto onde se desenvolve (Silva, 1998).

“O público, os organizadores dos eventos, produtores da cultura, tinham em comum a **afro-descendência**, a **origem migrante** e a **condição segregada de moradores nos bairros periféricos**. Quando os rappers hoje se intitulam “a voz da periferia” eles estão nos remetendo para uma experiência social comum referenciada nestes três elementos pois eles marcam a vida deste segmento juvenil na cidade”²³²

A maioria dos grupos de rap ligados às equipes de baile desenvolveram o canto-falado, mas valorizando mais a melodia e o ritmo das músicas, para serem tocadas nos bailes, do que a crítica política. Nos últimos anos da década de 1980 já se observava grupos de rap que abordavam temas como racismo, drogas e a emergência de novos atores sociais na cidade de São Paulo – meninos de rua, drogados, favelados, ladrões -, mas as letras eram, em grande medida, irônicas e algumas vezes bem-humoradas. Nesta época, as letras dos próprios Racionais MCs – cujas primeiras músicas foram gravadas por um selo alternativo de uma equipe de baile (a Zimbabwe) - foram consideradas muito pesadas, mas mesmo

²³⁰ Silva, 1998, p. 83

²³¹ Neste mercado “paralelo” cujas origens remontavam as equipes de baile, se destacam a Kaskatas, a Zimbabwe e a Black Mad.

²³² Ibidem p. 84

assim lançadas na coletânea de rap. A justificativa dada pelo produtor foi que os Racionais MCs passavam, nas letras, coisas que ele próprio havia vivido na sua infância (Silva, 1998).

O depoimento abaixo de um jovem integrante do movimento Hip Hop, apesar de longo, é interessante por sintetizar bem esta evolução das letras de rap:

“O que eu queria enfrentar eram essas coisas [racismo, discriminação]. Eu acho que isso deve ter acontecido com todo mundo dentro do *hip hop*. Porque na verdade eles [os primeiros *rappers*] começaram a trazer temas que eram temas comuns a todos os jovens da periferia, e sobretudo os jovens negros. Eu lembro que as temáticas foram mudando. Assim, por exemplo, quando Os Metralhas começaram a falar sobre a questão da abolição [do sistema escravista] e da questão da situação do negro no Brasil, isso e aquilo, a gente começou a pensar sobre essas coisas: “Pô, o que o cara tá falando é a mesma coisa que eu sinto, é a mesma coisa que eu penso, legal isso”. Aí quando veio, por exemplo, o Thaíde falando da situação, pelo fato também de ser negro, pobre e da periferia, ele começou também a abordar esses temas e você começou a ficar mais encucado, e de repente chega Racionais [MC’s] e começou a falar sobre a questão da violência policial com a juventude negra. Aí, meu, você fala: “Pô, vem um cara fala uma coisa, vem um cara fala outra” e era todo jovem negro que passava naquela época. Meu, a gente não podia sair na rua que a gente era abordado [pela polícia militar]. Você dobrava a esquina, podia estar dois, três, uma turminha, era complicado, os cara [policiais militares] paravam toda hora, era um inferno. E aí eles [os primeiros *rappers*] começaram a vim e eu falei: “Meu, os cara tão falando a verdade, é aquilo que eu quero falar”. Porque eu passava por aquilo e aquilo ficava entalado na garganta sem poder falar com alguém, sem poder carregar aquilo. [...] Uma coisa era você ir pra um show de rap, cada show de rap que eu ia, que eu ouvia não só as músicas, mas as frases nos intervalos de uma música e outra, por exemplo, frases dos Racionais [MC’s], do Mano Brown falando, do Thaíde falando sobre uma situação, como a gente tem que ser forte, isso e aquilo. Cara, aquilo te levantava a bola de uma forma, que você falava: “Pô, eu quero ser

igual a esse cara. Se esse cara é preto como você, automaticamente você não está se negando”²³³.

Esta evolução se deve ao fato dos rappers serem verdadeiros intérpretes das transformações da vida urbana, promovendo uma leitura crítica da realidade social, possibilitando que as transformações urbanas dos anos 90 no país fossem por eles registradas. À medida que a crise econômica e, consequentemente, a crise social se exacerbava, o tom das letras de rap se tornava mais “pesado”.

As atividades de rua, os salões de baile, a produção de selos independentes, as rádios comunitárias, os grupos de break, de grafiteiros, de rap e as posses estabeleciam uma rede de atividades - a primeira vista fragmentadas - que possibilitou a consolidação do movimento Hip Hop em São Paulo e de seu potente discurso político que, nos anos 90, nos raps cantavam a brutalidade da crise social juvenil em São Paulo.

5.2.2. A Fala dos “Manos” – o Rap

Foi justamente nas equipes de break que surgiram os primeiros rappers no Brasil, como Thaíde, Mano Brown e Rappin’ Hood. Ao longo dos anos 80, os grupos norte-americanos de rap e as suas referências da África, de Malcom X, dos Panteras Negras, de Martin Luther King presentes nas músicas, nos videoclipes e nas capas dos discos tornam-se familiares aos jovens brasileiros que circulavam no centro de São Paulo. Ali, além de “dançar o break e “rimar” ao ritmo de palmas e batidas nas tampas das lixeiras da estação de metrô – na falta das pick-ups dos DJs (...) trocavam fanzines com letras traduzidas de rap e pequenas biografias sobre artistas e líderes do movimento negro americano”²³⁴.

Esta troca de informações foi fundamental para que o grafite, o rap e o break, além de serem formas de diversão desta juventude, desenvolvessem o caráter político, de mobilizadores sociais, que caracteriza o espírito da cultura Hip Hop. Informações estas que não eram transmitidas pelo processo educacional

²³³ Depoimento de um jovem, Panikinho, extraído do trabalho de Scandiucci (2006, p. 12).

²³⁴ Revista Caros Amigos, 2005, p. 4

formal: havia uma lacuna sobre a experiência da população negra mundial (a Diáspora Negra) que seria preenchida por uma postura autodidata destes jovens. A partir das lutas políticas e dos símbolos de origem afro-americana presentes nos clipes, nas capas de discos de rap norte-americano dos anos 80 (muito politizado nesta época, com destaque para o Public Enemy, NWA), o interesse para a realidade dos negros do país era despertado.

“Dizem que o negro brasileiro tem de encontrar sua própria identidade, saber quem foi Zumbi. Mas Zumbi não deixou nada escrito, sua história foi contada pelos brancos, nem dá para saber até hoje qual a verdade ou não a respeito dele. Por isso é que a gente estuda o que os americanos escreveram. Eles mostram como nós podemos nos organizar, de forma e contra o que temos de lutar...No Brasil não há negros que tenham deixado essa herança. Quando a gente começou a ouvir Public Enemy, ler autobiografia do Malcom X, vimos que a situação dos negros nos EUA era parecida com a nossa. Parecida, mas não igual”²³⁵

Inicialmente um interesse sobre a história dos escravos e dos negros brasileiros, um processo que foi traduzido para os termos locais e contemporâneo na tentativa de se entender ““como as coisas chegaram a ser o que são””²³⁶, culminando com as letras mais ‘agressivas’ dos rappers brasileiros que retratavam a brutalidade da crise social dos anos 90. Um “autodidatismo” que, naturalmente, se refletia e se difundia nas letras dos rappers (Silva, 1999).

As longas letras de rap, permeadas por gírias locais, retratam o universo da periferia. Um universo do qual a mídia e o poder público se afastaram. Os rappers com suas narrativas e denúncias sobre o mundo da periferia, em nenhum momento, procuram amenizar os desdobramentos da desindustrialização e dos rumos político-econômicos que o país seguiu a partir dos anos 90. A dramaticidade da crise social que se engendrou - sintetizada nas chacinas, na violência policial, no racismo, na miséria, na segregação urbana, etc. - é exposta a partir do ponto de vista de quem as vivencia cotidianamente. Jovens privados dos

²³⁵ Depoimento de KLJay Apud Pimentel, 1999, p. 111

²³⁶ Silva, 1998, p. 99

sistemas de apoio social, saúde, educação e segurança do Estado não hesitam em enfrentar o discurso político de que as desigualdades sociais do Brasil estão sendo reduzidas. Ao mesmo tempo em que denunciam, permanecem como referência para os milhares de jovens que vivem “do lado de cá” da ponte.

Uma fala que aborda os “desajustados, drogados, favelados, ladrões, meninos de rua, detentos, ex-detentos, toda uma legião de deserdados da cidade mais rica ao sul do equador”²³⁷ não como vítimas, mas retratando sua humanidade emergindo como protagonistas de suas histórias e memórias (Azevedo e Silva, 1999)²³⁸. Cantam sobre os “últimos pensamentos de um homem que acaba de ser baleado, depois de seguir a carreira de um amigo no crime e ter sido acusado, pelo resto do bando, de entregá-lo à polícia (...) o último dia na vida de um ex-presidiário que tenta se readaptar e criar o filho dignamente, mas acaba sendo acusado injustamente de um roubo nas redondezas e é executado pela polícia que invade sua casa de madrugada”²³⁹.

O Hip Hop ao permitir que os jovens elaborem uma interpretação sobre suas realidades sociais, compreendam parte da história que, muitas vezes, não é ensinada nos bancos escolares. Incentiva a busca de informações e também desenvolve o sentimento de coletividade - o “pertencer” a um lugar, a uma posse, a um grupo de rap, de break ou de grafite – cria um espaço onde esses jovens são ouvidos, vistos, notados, repercutindo, naturalmente, na auto-estima dos mesmos (Scandiuci, 2006). Um movimento que “afirma a identidade do jovem de periferia, propõe a ação, o auto-aperfeiçoamento, a expressão e o didatismo (....) capaz de aglutinar em torno de si dezenas, talvez centenas de milhares de jovens que se

²³⁷ Azevedo e Silva, 1999, p. 80

²³⁸ Aqui podemos fazer um parêntese. Esta situação é muito diferente da que ocorria nos anos 60 e 70 no Brasil, quando a vanguarda artística e intelectual de classe média e de esquerda abordava em seus trabalhos a realidade e a vida das classes menos privilegiadas. Atualmente, sujeitos “do povo” – favelados, desempregados, subempregados, drogados - ao chamarem a atenção para o cotidiano da periferia, são, efetivamente, sujeitos do discurso e da luta por melhorias deste cotidiano (Herschmann, 2003). Curiosamente, o trecho de uma recente música “Subúrbio” lançada por Chico Buarque – ídolo consagrado de toda esta geração desse período se faz bem interessante: “Dança teu funk, o rock,/ Forró, pagode, reggae/ Teu hip hop/ Fala na língua do rap/ Desbanca a outra/ A tal que abusa/ De ser tão maravilhosa”.

²³⁹ Kehl, 1999, p. 103

tratam por “manos”, deixando transparecer essa espécie de fé tênue que lhes traz a sensação de fraternidade”²⁴⁰.

Neste sentido, o tratamento de “mano” entre os integrantes do Hip Hop não é gratuito, como bem nos lembra Kehl (1999). Indica a intenção de igualdade (em contraposição da identificação de líder ou ídolo) dos que procuram fazer da “consciência” a arma para virar o jogo da marginalização. As letras de rap contêm um forte apelo ao semelhante, “fique esperto, fique consciente – não faça o que eles esperam de você, não seja o “negro limitado” (título de uma das músicas dos Racionais MCs) que o sistema quer, não justifique o preconceito dos “racistas otários””²⁴¹. Seja através da música, da dança ou de imagens, a mensagem é a mesma: “consciência” e “atitude” – orgulho da raça negra e lealdade para os irmãos de etnia e de pobreza.

A “atitude” que os “manos” tanto prezam responde também pelo “fim da humildade do sentimento de inferioridade que tanto agrada a elite da casa grande, acostumada a se beneficiar da mansidão – ou seja: do medo – de nossa “boa gente de cor””²⁴². A importância do Hip Hop reside na sua “capacidade de simbolizar a experiência de desamparo destes milhões de periféricos urbanos, de forçar a barra para que a cara deles seja definitivamente incluída no retrato atual do país (um retrato que ainda se pretende doce, gentil, miscigenado), é a capacidade de produzir uma fala significativa e nova sobre a exclusão”²⁴³.

5.2.3. O Hip Hop, a Mídia e a Indústria Fonográfica

A expansão do público que consome as expressões artísticas presentes no movimento Hip Hop para além do público jovem das periferias das grandes metrópoles se deve a sua difusão pelo rádio, pela televisão, pela indústria fonográfica. Foi graças a estes instrumentos de comunicação que o Hip Hop foi capaz de ultrapassar as barreiras da periferia e denunciar a realidade cotidiana

²⁴⁰ Pimentel, 1999, p. 106

²⁴¹ Kehl, 1999, p. 96

²⁴² Idem

²⁴³ Ibidem p. 97

que a envolve para a sociedade como um todo. Foi também através da mídia que os artistas envolvidos com estas expressões artísticas puderam conquistar fama e algum retorno financeiro. Mas a relação estabelecida com a mídia é, de uma maneira geral, delicada dentro do movimento Hip Hop, especialmente com o rap, já que é a expressão artística que mais se destaca dentro do movimento.

Em geral, as letras de rap têm um tom autoritário que expressa a certeza de que uma causa coletiva está em jogo: parar o derramamento de sangue dos negros, parar a discriminação e produzir melhorias na vida da periferia (Kehl, 1999). Mas para que isso ocorra, é necessário que a realidade desta periferia seja transmitida. Uma realidade permeada pela violência policial, pelo crime organizado, pelas drogas, pela prostituição, que ao ser cantada em um tom autoritário e com uma “linguagem provocativa – que explicita, inclusive, o desestímulo com que boa parte destes jovens encara sua inserção na estrutura social, no mercado de trabalho etc.”²⁴⁴ – faz com que, muitas vezes, o rap seja interpretado como um incentivo ao crime e à violência.

Esta “confusão” é perpetrada pela própria mídia (Herschmann, 2005). A reportagem da Revista Veja “Pretos, pobres e raivosos” dá a tônica neste sentido:

“Empurrada pela mão negra na contracorrente do disco, a agulha arranha o vinil. Jovens pretos, garotos pobres, adolescentes enfezados saltam, dão piruetas rodam no chão (...). São gestos rápidos, gingas elétricas e agressivas. O cotidiano nas periferias brasileiras pode ser feio e hostil (...). De suas vielas esburacadas, está ganhando força uma cultura visceral na sua rebeldia. A cultura funk, rap, espalha-se. Tem até um nome, de sonoridade elétrica. Hip-hop. Invisível a maior parte do tempo, esse mundo só chama a atenção no momento em que deixa de ser dança e música e se torna violência”²⁴⁵

Foi a partir dos anos 90, mais especificamente em 1997 ano do lançamento independente do CD dos Racionais MCs “Sobrevivendo no Inferno”, que o movimento ganhou visibilidade e se expandiu para além dos bairros da periferia,

²⁴⁴ Herschmann, 2005, p. 199

²⁴⁵ Revista Veja 12 janeiro de 1994, p. 52 Apud Herschmann, 2005, p. 110

despertando também o interesse da grande indústria fonográfica no Brasil para o rap. No país, 75% dos discos vendidos são de artistas nacionais. Só entre 1997 e 1998 este CD dos Racionais vendeu 500 mil cópias, o equivalente a vendagem dos últimos discos dos Rolling Stones, do U2 e do Oasis juntos (três grandes nomes do rock internacional) (Guimarães, 1999).

Coincidência ou não, quando os discos de rap estouraram como um fenômeno de venda para além da periferia, a imprensa passa a dar outro enfoque para este estilo musical e, conseqüentemente, para o movimento Hip Hop, destacando a atuação dos rappers como verdadeiros “sociólogos sem diploma”. Atualmente nem todo o discurso proferido pela mídia tem caminhado no sentido de mostrar os jovens envolvidos com o Hip Hop como simples agentes da desordem. “Apesar de a mídia ser um espaço com inúmeras limitações e formatos, voltado para a elaboração da imagens normalizadoras, ela também produz “frestas”, “brechas”, nas quais o outro emerge, isto é, constitui-se também em um espaço fundamental para a percepção das diferenças. No caso dos (...) b.boys e, talvez, de outros grupos urbanos marginalizados, na medida em que a mídia os torna “visíveis”, permite-lhes, de certa forma, denunciar a condição de “proscritos” e reivindicar cidadania”²⁴⁶.

A segunda metade dos anos 90 foi o período em que a música “Diário de um Detento” dos Racionais MCs tocava, várias vezes ao dia, nas principais rádios do país. Na MTV – canal de música voltada para o público juvenil – era exibido um programa de rap e, em 1998, os Racionais MCs ganhavam o prêmio de melhor videoclipe do ano, escolhido pela votação da audiência da emissora. Grupos de rap eram entrevistados nos principais canais de televisão aberta, e o trabalho das posses e ONGs envolvidas com o Hip Hop eram destacados (Guimarães, 1999).

Boa parte dos rappers, DJs, b.boys e grafiteiros reconhece a importância de conquistar espaços e a visibilidade nos grandes canais de comunicação, “sabem que sem isso não é possível lutar, se fazer ouvir ou mesmo negociar”²⁴⁷. Mas ao

²⁴⁶ Idem, p. 119

²⁴⁷ Ibidem, p. 207

mesmo tempo, temem ver seu trabalho diluído na mão das grandes gravadoras, tratado como “modismo”.

De uma maneira geral, os produtores culturais do Hip Hop acreditam que para evitar que isso aconteça, não devem abandonar os “canais” alternativos de produção, de distribuição e de divulgação dos trabalhos, e sim aprimorá-los, no intuito de manter um relativo controle do sentido e do significado de seus trabalhos. Na prática, trata-se de aperfeiçoar as estratégias dos anos 80, quando surgiam as primeiras coletâneas de rap e estas eram produzidas pelas equipes de baile, distribuídas nas lojas no Centro de São Paulo e divulgadas nas rádios comunitárias, nos eventos promovidos nos bairros da periferia, nas posses e nos fanzines produzidos pelos próprios jovens (Silva, 1998; Revista Caros Amigos, 2005).

Nesta época, o rap se consolidou em um circuito paralelo à grande indústria cultural, pois se por um lado os temas sobre a vida na periferia não a atraíam, por outro os próprios rappers não a via com bons olhos (Guimarães, 1999). Uma indústria onde programas de televisão, o mercado fonográfico das grandes gravadoras, a publicidade etc. se misturam. A censura dos rappers não a poupam, criticam ferozmente os “apelos da publicidade, (...) a confusão entre consumidor e cidadão que se estabeleceu no Brasil neoliberal, que fazem com que o jovem da periferia esqueça sua própria cultura, desvalorize seus iguais e sua origem, fascinado pelos signos de poder ostentados pelo burguês”²⁴⁸.

“Hei, sem de onde vem eu sei bem quem você é

Sozinho cê não aguenta, sozinho cê num guenta

cê disse que era bom e a favela ouviu

Wisk, Red Bull, tênis Nike, fuzil

Admito, seus carro é bonito, é, e eu não sei fazer

Internet, vídeo cassete, os carro loko

²⁴⁸ Kehl, 1999, p. 99

Atrasado eu to um pouco, sim to, eu acho

Só que tem que...

Seu jogo é sujo e eu não me encaixo”

Eu sou problema de montão de carnaval a carnaval

Eu vim da selva sou leão, sou de mais pro seu quintal”

Trecho da Música “Negro Drama” dos Racionais MCs

Passado o boom de vendas de alguns rappers no final dos anos 90, início de 2000, as grandes gravadoras não mais pareciam se interessar por este gênero musical. Foram duramente afetadas pela pirataria física (que se expandiu na esteira do desemprego com uma legião de camelôs) e digital, assim como pelas pequenas gravadoras independentes que se beneficiavam das novas tecnologias disponíveis – internet, arquivos de MP3, programas de edição digital gratuitos, etc.. Este “mercado produtor paralelo” permitiu que, em 2003, 30 milhões de discos fossem produzidos em casa (Revista Caros Amigos, 2005). Para o rap este novo cenário se mostra promissor. Um gênero musical que utilizou discos, videoclipes, rádio, televisão – tecnologias disponíveis na época em que surgiu - para se expandir, imprimindo-lhes sentidos diferentes. Os rappers e DJs ao mesmo tempo em que se esforçam para trabalhar com a tecnologia disponível, incorporam a “tradição, através da linguagem política, falando sobre grandes problemas enfrentados por essa população negra, usando ícones da luta política e musical”²⁴⁹.

“Sem os outros elementos do Hip Hop o rap se torna apenas um estilo de música, que pode estar na moda ou não. Perde a raiz, o compromisso de transformar a violência, o sofrimento, o que é negativo, em positivo, em construção”²⁵⁰

Desde a segunda metade da década de 1990, mesmo observando o rap, o break e o grafite na “linguagem publicitária, nos programas de televisão, nas casas

²⁴⁹ Silva, 1998, p. 134

²⁵⁰ Depoimento de Milton Sales Apud Revista Caros Amigos, 2005, p. 6

de espetáculo das áreas nobres das cidades e no vestuário dos jovens de classe média”²⁵¹, o discurso crítico do movimento não é enfraquecido. No país atualmente, onde a arena política tradicional se encontra desgastada e desacreditada pela grande maioria da população, o Hip Hop vem se destacando ao ser capaz de seduzir e de mobilizar uma juventude que nasceu e cresceu em um país em crise. Um país que não oferece quase nenhuma oportunidade de sair da marginalidade em que se encontram.

5.2.4. O Hip Hop e o Poder Público

O Hip Hop tem conseguido produzir um contra-discurso e traçar novas fronteiras socioculturais que oscilam, como vimos, entre a exclusão e a integração na arena de debates públicos. Um contra-discurso ‘minoritário’, que se afasta do discurso dominante do reforço de fronteiras, de enclausuramento, do *apartheid* social: distancia-se do discurso que promove a repressão, acentua a exclusão e promove o medo do “outro” (Hershmman, 2003).

Na produção deste contra-discurso que reforça a necessidade de mudanças no país, o papel das posses tem sido fundamental. Em São Paulo a origem das posses remonta o ano de 1988, quando surgiu o Movimento Hip Hop Organizado (o MH2O-SP) com o objetivo de organizar os grupos de rap nascidos nas equipes de break. Um grupo de organização musical voltado para a produção de discos, a promoção de shows, a arrecadação de verbas para as oficinas de Hip Hop, para profissionalização de uma nova geração de artistas do break, do grafite e do rap. Um movimento político através da arte. Milton Sales, um dos pioneiros do Hip Hop em São Paulo, define o papel do MH2O:

“Não somos da juventude do PT, nada disso. (...) Somos um movimento cultural, nossa força vem daí, não vem de nenhum tipo de frente. Ouve as músicas dos Racionais, do Dexter, do PX de Porto Alegre, do GOG, do Thaíde. Leia as coisas que o Ferréz escreve. São esses os pensadores do movimento. Daí vem um freio contra a violência legal pra caramba, uma

²⁵¹ Herschmann, 2005, p.220

cultura legal pra caramba, uma juventude com capacidade de raciocínio, pensar, se expressar pela arte (...) isso é o que vai mudar a periferia”²⁵²

Depois do lançamento do MH2O, os grafiteiros, os b.boys, os rappers, os DJs e os militantes do Hip Hop passaram a promover eventos em praças públicas, estimulando a formação de posses e a “infiltração” do Hip Hop para dentro das periferias paulistanas.

Nas posses, espaços de organização do movimento Hip Hop²⁵³ através da arte do break, do rap (DJs e rappers) e do grafite as formas de opressão, as tensões e os conflitos, que marcam o cotidiano de grande parte da juventude paulistana, são expressas e debatidas. Um local de agregação dos ‘manos’, onde uma relação de grupo é estabelecida – apresentando seus trabalhos, aprendendo arte, trocando experiências - e a política de intervenção nos espaços da cidade é concretizada, seja através de shows, palestras, oficinas em escolas estaduais e municipais, fóruns governamentais, etc. (Manso, 2006; Silva, 1998).

“As posses são o embrião do movimento pois se apresentam como os principais espaços de formação musical e de visão de mundo. Nelas os jovens que se iniciam na produção musical começam elaborando letras e interpretando as suas próprias músicas, passam a ter contato com experimentos mais específicos, como o mixer, realização de scratches, domínio do palco, do microfone, das pick-ups, etc. Experiências em torno do break e do grafite, apesar de menos intensas também são desenvolvidas; assim os jovens têm a oportunidade de adquirir conhecimentos sobre aspectos centrais do movimento e reagir positivamente ao “holocausto urbano””²⁵⁴

Temas como cidadania, violência, educação, educação sexual são também discutidos nas posses onde os jovens são atraídos, inicialmente, pelos elementos da cultura Hip Hop. Essas respondem à situação de insegurança e de falta de alternativas para os jovens moradores da periferia. Nas palavras de Silva (1998): “se entre os adultos da periferia a infinidade de pequenas igrejas pode ser tomada

²⁵² Apud Revista Caros Amigos, 2005, p. 6

²⁵³ Atualmente são contabilizadas mais de 50 posses na cidade de São Paulo (Manso, 2006).

²⁵⁴ Silva, 1998, p. 164

como um indicativo da reorganização no plano simbólico dos problemas sobre-humanos que enfrentam, as posses surgem como a resposta específica da juventude a esses problemas”²⁵⁵.

As reuniões das posses, o discurso dos rappers, os eventos promovidos nas periferias envolvendo os quatro elementos do Hip Hop, etc. aglutinam um público juvenil com o qual outros movimentos sociais (como o movimento negro, onde a linguagem institucionalizada prevalece) e as políticas sociais dificilmente conseguem dialogar. Crianças, adolescentes e jovens adultos que não freqüentam os bancos escolares, não trabalham, suas famílias (quando têm) estão desestruturadas, envolvidos com o crime, se aproximam do Hip Hop através da dança, da pintura, da música como formas de lazer e diversão, mas que, ao mesmo tempo falam de problemas e realidades que lhes são comuns, com uma linguagem acessível e, porque não dizer, moderna. Uma arena política que não necessariamente passa pelas formas tradicionais de se fazer política, através de partidos políticos e sindicatos. Apresenta-se também como um importante canal de comunicação que já é utilizado como veículo de políticas públicas voltadas à população juvenil.

Na RMSP, a aproximação do poder público com o movimento Hip Hop remonta o ano de 1994, mais especificamente na cidade de Diadema, quando Nelson Triunfo foi convidado para iniciar as oficinas de break; o Dj Hum para as oficinas de DJ; Marcelinho Back Spin para dar oficinas de MC e no grafite os Gêmeos que mais tarde, em 1999, deu origem à Casa do Hip Hop. O interessante é o poder multiplicador das oficinas ali realizadas, uma vez que ao término de cada oficina a que o jovem freqüentar, este se tornará um “oficineiro” comprometido em repassar o seu conhecimento aos outros jovens de seus bairros que não tiveram a oportunidade de freqüentar as oficinas oferecidas pela casa de cultura, incentivando o efeito multiplicador do conhecimento (Leão, 2006).

Uma outra importante aproximação do movimento Hip Hop da RMSP com o poder público é o “Fórum Hip Hop e o Poder Público Municipal” da cidade de São

²⁵⁵ Idem, p. 163

Paulo, criado em agosto de 2005. Trata-se de um espaço aberto para o diálogo entre posses, grupos, ONGs e indivíduos que atuam com os quatro elementos do Hip Hop na cidade de São Paulo. O Fórum é também representado pela Coordenadoria de Juventude, ligada à Secretaria Especial de Participação e Parceria da Prefeitura de São Paulo, e procura se reunir quinzenalmente para estabelecer um diálogo entre os jovens do movimento Hip Hop e o poder público municipal, para que as políticas públicas de juventude sejam discutidas a partir das demandas do Movimento Hip Hop, onde os jovens tornam-se parceiros e interlocutores do governo municipal, e não um mero público-alvo.

O valor do movimento Hip Hop na sociedade brasileira, particularmente na paulistana, está difundido e se aprimorando. Um movimento que emergiu com grande força entre os jovens moradores da periferia de São Paulo e está se consolidando por todo o país. A força do Hip Hop pode ser observada também na aproximação do poder público, sendo valorizado pelos órgãos de cultura e de educação oficiais e também pelos inúmeros trabalhos acadêmicos produzidos sobre o tema nos últimos 16 anos.

“O Hip Hop virou a panacéia para os problemas da comunicação entre as duas margens do abismo da desigualdade social brasileira”²⁵⁶. Representa a expressão cultural juvenil mais importante dos últimos tempos, conseguindo ser mais bem-sucedido do que as ações implementadas por gestores públicos que desenvolvem ações junto aos jovens preocupados, apenas, com a questão da violência e que não incorporam a complexidade de elementos que gravitam em torno desta problemática. Em outras palavras, apresenta-se como um importante canal de comunicação entre os diversos segmentos sociais – uma vez que sua mensagem não mais está restrita aos moradores da periferia -, não no sentido de criador de consensos mas sim de uma arena política que comporta dissensos e o respeito ao “outro”, inclusive em sua digna face de opositor.

²⁵⁶ Revista Caros Amigos, 2005, p. 1

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Detivemos-nos sobre importantes aspectos relacionados com a realidade de grande parte da população juvenil da região metropolitana de São Paulo: o aumento da desigualdade socioeconômica, o aumento do desemprego, a precarização do mercado de trabalho, a alteração no espaço urbano, o aumento da violência e da criminalidade urbana. Aspectos estes que sintetizam a brutalidade da regressividade social e o aumento da vulnerabilidade social do país a partir dos anos 90 ditada, de maneira determinante, pela política macroeconômica adotada pelo país abordada ao longo do Capítulo 1.

A proposta de nosso trabalho não era detalhar cada uma destas facetas da crise do Estado brasileiro que se desdobrou no interior do esgotamento de um modelo de desenvolvimento econômico. Mesmo porque em cada um dos capítulos foram abordados temas complexos que exigem e permitem um grande aprofundamento, sendo cada um deles objetos de estudo de muitos especialistas. Mas sim traçar um panorama desta crise reforçando sempre que o contexto de enfraquecimento do Estado e da política macroeconômica adotada, responsável pelas baixas taxas de crescimento, pela falta de investimentos voltados ao bem-estar social e pela privatização da esfera pública, engendrou e tem engendrado, em grande medida, novas desigualdades e exacerbado as desigualdades sociais histórico-estruturais do país, consolidando um verdadeiro abismo entre pobres e ricos no país, exacerbado pelos altos muros, cercas elétricas e guaritas de segurança que povoam os centros urbanos do país.

Ao abordarmos a crise do mercado de trabalho, da escola, a questão da violência urbana e de sua distribuição no espaço urbano, o forte componente racial da desigualdade brasileira salta aos olhos. No cenário de semi-estagnação econômica e de ausência de mobilidade social, a idéia da democracia racial no Brasil é de fato desconstruída.

A discriminação pela cor da pele está presente e é reproduzida no interior do mercado de trabalho sob o discurso da “boa aparência”. Mas se no mercado de trabalho e entre os indicadores de escolaridade são os jovens negros os mais

prejudicados pela crise, a brutalidade do preconceito racial se faz muito mais presente quando a questão da violência é abordada. No aparato policial e nas demais instituições da justiça criminal, a síntese mais cruel da democracia racial brasileira pode ser vista na criminalização preconceituosa do jovem negro. Vimos a partir do trabalho de Adorno (1996) que apesar da população jovem negra e branca cometer crimes violentos em proporções quase idênticas, a população negra é mais molestada pela polícia, tem dificuldades de acesso ao sistema judiciário e para garantir uma defesa adequada, sendo ainda mais propensa a ser considerada culpada do que os réus brancos.

O estigma associado à pobreza, a força da projeção de preconceitos e a indiferença que recaem sobre os jovens pobres e negros é uma realidade do país. Ao lado da retomada do crescimento econômico para infligir maior dinamismo à economia brasileira envolvendo uma mudança na condução das políticas macroeconômicas, de medidas emergenciais voltadas aos jovens e crianças que perambulam invisíveis pelas cidades do país e da revitalização dos serviços sociais públicos para viabilizar os primeiros passos em direção à superação da crise social juvenil brasileira, ações diferenciadas voltadas à população jovem e negra devem ser implementadas.

É importante destacarmos que mesmo em um panorama futuro de crescimento econômico nacional sustentado – condição *sine qua non* para a reversão da crise social juvenil - um desafio em relação a um segmento juvenil já está delineado. As drogas e a violência são temas presentes na realidade cotidiana de jovens que dificilmente escapariam da trágica trajetória de se inserirem precariamente no mercado de trabalho em um panorama de ausência de políticas públicas específicas a este segmento, não voltadas, exclusivamente, para o mercado de trabalho e para alfabetização, mas para a construção de cidadãos.

Neste sentido, o caminho já tomado pelo movimento Hip Hop é promissor. Construtor de redes de amizade, de estímulo de convivência social que reforça a auto-estima dos jovens e os coloca na cena pública. Um movimento cuja importância não responde apenas pela sua denúncia do racismo e da

marginalização que a população jovem, principalmente a negra, sofre, buscando redefinir “as relações raciais normalmente visadas como cordiais, (...) indica(ndo) que o discurso da cordialidade é apenas uma máscara que precisa ser retirada”²⁵⁷, e reelaborar a identidade negra de forma positiva. O Hip Hop representa uma fresta em um panorama de desencantos, uma “brecha no sistema” como canta Mano Brown, cuja importância reside justamente no diálogo construído com jovens, nascidos na crise econômica e social, fundado na importância da auto-estima, na consciência política (não no sentido estrito de partidos políticos, sindicatos e movimento estudantil) e de valores positivos. Uma produção cultural feita por uma juventude que vai registrando sua marca, vai se fazendo visível, não pela violência a qual o movimento ainda é muitas vezes associado, mas como um canal importante para a sociedade brasileira se afastar da quase-barbárie em que se encontra, construindo possibilidades e perspectivas positivas de vida.

²⁵⁷ Silva, 1999, p. 30

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; PINHEIRO, Leonardo de Castro; SOUZA LIMA, Fabiano; MARTINELLI, Cláudia da Costa. **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina**: Desafios para Políticas Públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ADORNO, S., BORDINI, E.B., LIMA R.S. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. **São Paulo em Perspectiva**, vol.13, n. 4. p.62-74, 1999.

ADORNO, Sérgio. Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 18. 1996.

_____. Exclusão Socioeconômica e Violência Urbana. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 84-135. 2002a.

_____. Crise no Sistema de Justiça Criminal. **Ciência e Cultura**. São Paulo Vol. 54, n. 1., p. 50-51, 2002b.

ALVES, Gilberto Luiz. **A Produção da Escola Pública Contemporânea**. Campo Grande: Ed. UFMS; Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

AZEVEDO, Amailton Magno Grillu; SILVA, Salloma Salomão Jovino. Os sons que vêm das ruas. In: ANDRADE, Elaine Nunes de (org.). **Rap e Educação: Rap é Educação**. São Paulo: Summus, 1999.

BALTAR, Paulo. Crise Contemporânea e Mercado de Trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, M. A. (org.) **Economia & Trabalho**. Campinas: IE/Unicamp, 1998.

_____. Estrutura Econômica e Emprego urbano na Década de 1990. In **Trabalho, mercado e sociedade**: O Brasil nos anos 90. PRONI, M. W. e HENRIQUE, W. (Org.). São Paulo: Ed. Unesp; Campinas, IE/ Unicamp. 2003.

_____. Salário Mínimo e Mercado de Trabalho. In: Baltar, P.E.A.; Dedecca, C. S.; Krein, J. D.. (Org.). **Salário Mínimo e Desenvolvimento**. 1 ed. Campinas - SP: UNICAMP/IE, v. 1, p. 41-48, 2005.

BELLUZZO, L.G. e ALMEIDA, J.S. **Depois da Queda**: A economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real. RJ, Civilização Brasileira, 2002.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga e COUTINHO, Luciano G. Desenvolvimento e Estabilização sob Finanças Globalizadas. **Revista Economia e Sociedade**. Campinas, (7):129-54, 1996.

BELLUZZO L.G., CARNEIRO, R. Globalização e Integração Perversa. **Política Econômica em Foco**, Campinas, IE/U NICAMP, n. 1 – maio/ago. 2003.

BERCOVICH, Alicia Marta. **Onda Jovem, Mercado de Trabalho e Violência**: Um enfoque demográfico. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH/Unicamp. 2004.

BIASOTO JR., Geraldo. Limites e Sustentabilidade da Política Fiscal. In **Política Econômica em Foco**. Boletim n. 1. 2003.

BÓGUS, Lucia M. M. e TASCHNER, Suzana P. **São Paulo: desigualdade e segregação**, de pesquisa “Metrópole, Desigualdades Sócio- Espaciais e Governança Urbana” parte do Projeto desenvolvido no âmbito do Programa PRONEX, CNPq, 1998- 2001 (PUC/SP, FAU/USP, UFMG, UFRJ).

BOMBACH, Luciane. **Tu, Jovem Nefasto** – Lendas e Fábulas sobre a Situação Sócio-ocupacional Juvenil na Região Metropolitana de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Campinas: IE/Unicamp. 2004.

BOTELHO, Isaura. [Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública](#). **Espaço e Debates - Revista de Estudos regionais e urbanos**. São Paulo, nº43/44, p. 1-19, 2004.

BRAKE, Michael. **Comparative Youth Culture** – The Sociology of Youth Cultures and Youth Subcultures in America, Britain and Canada. London/ New York: Routledge.1985.

BRUNO, Lúcia. Prefácio. OLIVEIRA, Dalila Andrade (org) **Gestão Democrática da Educação**: desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 2001.

CACCIAMALI, Maria Cristina; BRAGA, Thais. Estudos e Análise com vistas à definição de políticas, programas e projetos relativos ao mercado de trabalho brasileiro. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. São Paulo, junho 2002.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, Ed. 34. 2ª ed. 2003

CAMARANO, Ana Amélia; LEITÃO e MELLO, Juliana; PASINATO, Maria Teresa; KANSO, Solange. **Caminhos para a Vida Adulta: as Múltiplas Trajetórias dos Jovens Brasileiros**. Texto para discussão. Rio de Janeiro: IPEA, n. 1038, 2004.

CANO, I. e SANTOS, W. **Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil**. Rio de Janeiro: 7letras, 2001.

CAPRIGLIONE, Laura; BERGAMO, Marlene. Em favela, Rota ‘dá dura’ até em crianças. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 21 maio, 2006. Caderno Cotidiano. p. 5.

CARAMANTE André e PENTEADO. Polícia de SP investiga cem contas do PCC. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 21 maio 2006, Caderno Cotidiano, p. 1.

CARDIA, Nancy; ADORNO, Sérgio; POLETO, Frederico. *Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo*. **Estudos Avançados**. Vol. 17, nº 47, p.43-73, 2003.

CARDIA, Nancy; SCHIFFER, Sueli. 2002. Violência e desigualdade social. **Ciência e Cultura**., vol.54, nº1, p.25-31, Junho/Set. 2002.

CARDOSO DE MELLO, J.M.; NOVAIS, F. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. In: NOVAIS, F.A. (Org.) **A História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da Intimidade Contemporânea**, vol.4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em Crise**: A economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CARMO, Paulo Sérgio do. **Culturas da Rebeldia: a Juventude em Questão**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

CARVALHO, I. M. M. . Globalização, metrópoles e crise social no Brasil. EURE (Santiago)- **Revista latinoamericana de estudios urbano regionales**, Santiago de Chile, v. XXXII, n. 95, p. 5-20, 2006.

CASTRO, Mary Garcia e ABRAMOVAY, Miriam. **Jovens em Situação de Pobreza, Vulnerabilidades Sociais e Violências**. Cadernos de Pesquisa, nº 116, p. 143-176, julho/ 2002.

CASTRO, Mary Garcia. **Violências, Juventudes e Educação**: Notas sobre o Estado do Conhecimento. Unesco. Rio de Janeiro, 2002.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir; CARVALHO, Alexandre X. **O Jogo dos Sete Mitos e a Miséria da Segurança Pública no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão n. 1144, 2005.

CORROCHANO, M. C., GOUVÊA, J.L., A Dança das Cadeiras: Os jovens e os Mundos do Trabalho no Brasil Contemporâneo. In: **Desemprego Juvenil no Conesul: Uma Análise de década**. TOKMAN, Vítor E., CORROCHANO, M. C., GOUVÊA, J.L., (org.). Rio de Janeiro: Opções Prosur, Friedrich Ebert Stiftung., 2003.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de e ALMEIDA, Paulo Henrique de. Família e Proteção Social. **São Paulo em Perspectiva**, nº17, volume 2, p. 109-122, 2003.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira. **Globalização, metrópole e crise social no Brasil**. EURE (Santiago). Revista latinoamericana de estudios urbano regionales, Santiago de Chile. V.XXXII, n. 95, p.5-20, 2006.

CINTRA, M. A. M. e PRATES, D. M. **Os fluxos de capitais internacionais para o Brasil desde os anos 90**. In [http:// www.desempregozero.org.br](http://www.desempregozero.org.br).

DAYRELL, Juarez. O rap e o Funk na Socialização da Juventude. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 28, n.1, p. 117-136, jan./jun. 2002.

_____. Escola e culturas juvenis. In: **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**. FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (org.). São Paulo: Cortez, Ação Educativa. 2003.

DAYRELL, J., CARRANO, P.C.R., **Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo**. 2002. (www.uff.br/obsjovem)

DIEESE. Anuário Estatístico. 2005.

DEDECCA, C.S. Anos 90: a estabilidade com desigualdade. In **Trabalho, mercado e sociedade: O Brasil nos anos 90**. PRONI, Marcelo W., HENRIQUE, Wilnês (org.). Campinas: Unesp, IE/Unicamp. 2003.

DELLASOPPA, Emilio E. Funk'n Rio: lazer, música, galeras, violência e a socialização da "onda jovem". In: FRAGA, Paulo César Pontes e IULIANELLI, Jorge Atílio (org.). **Jovens em Tempo Real**. Rio de Janeiro: DP&A. 2003.

DUARTE, Geni Rosa. A arte na (da) periferia: sobre....vivências. In: ANDRADE, Elaine Nunes de (org.). **Rap e Educação: Rap é Educação**. São Paulo: Summus, 1999.

Folha de São Paulo. Caderno Cotidiano. São Paulo, 24 julho de 2006.

FERREIRA, João Sette Whittaker. Globalização e Urbanização Subdesenvolvida. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.14, n. 4, 2000.

FIORI, José Luis. **Brasil no Espaço**. Petrópolis: Vozes, 2001.

FRAGA, Paulo César Pontes. Da Favela ao Sertão: Juventude, Narcotráfico e Institucionalidade. In: FRAGA, Paulo César Pontes e IULIANELLI, Jorge Atílio (org.). **Jovens em Tempo Real**. Rio de Janeiro: DP&A. 2003.

FREIRE, Helena Barone. **Sistemas de lazer e violência urbana: estudo da relação no município de Piracicaba-SP**. 2005. Dissertação (Mestrado em Fitotecnia) - Universidade de São Paulo.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: **Juventude e Sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação**. NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo (Org.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

FUNDAÇÃO SEADE. Pesquisa da Atividade Econômica Paulista (PAEP).

GARCIA, Vinícius Gaspar. **A Evolução da Estrutura Sócio-Ocupacional Setorial das Regiões Metropolitanas do Sudeste e Brasília entre 1981 e 2003.** Relatório Final de Pesquisa e formação técnica DIEESE/CESIT. Jan. 2005.

GONÇALVES, Cristina Guelfi. A Defensoria Pública e a População carente. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 11 set. 2006, Tendências/Debates, p. 3.

GONÇALVES, Reinaldo. **A macroeconomia de Lula.** Texto preparado para a Rede Brasil, com base em dados disponíveis até 5 de março de 2005.

GUIMARÃES, Maria Eduarda Araújo. Rap: transpondo as fronteiras da periferia. In: ANDRADE, Elaine Nunes de (org.). **Rap e Educação: Rap é Educação**. São Paulo: Summus, 1999.

HENRIQUE, Wilnês. **O Capitalismo Selvagem:** Um Estudo sobre Desigualdade no Brasil. Tese de Doutorado. Campinas. IE/Unicamp. 1999.

HERSCHMAN, Micael. Articulações entre o campo da política, da cultura e da comunicação. In: **Políticas Públicas:** Juventude em Pauta. FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (org.). São Paulo: Cortez, Ação Educativa. 2003.

_____. **O Funk e o Hip Hop invadem a cena.** 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

IBGE. Resumo Dados PNAD 2003, fevereiro 2005.

ILANUD. **A criminalização das drogas e a delinquência juvenil.** In: <http://www.ilanud.org.br>. (acessado em agosto 2006).

Juny kp!, 2001 In <http://www.realhiphop.com.br>

KEHL, Maria Rita. Radicais, Raciais, Racionais: A Grande Fratria do Rap na Periferia de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.13, n.3. 1999.

_____. A juventude como sintoma da cultura. In: **Juventude e Sociedade:** Trabalho, educação, cultura e participação. NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo (Org.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

LEÃO, Maria Aparecida da Silva. O Negro no Mercado de Trabalho pela Cultura Hip Hop. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu – MG – Brasil, de 18 à 22 de setembro de 2006.

LEMGRUBER, Julita. Controle da Criminalidade: mitos e fatos. In: OLIVEIRA, Nilson Vieira (Org.). **Insegurança Pública:** Reflexões sobre a Criminalidade e a Violência Urbana. São Paulo: Editora Alexandria, 2002.

LOURENÇO, Cleber L. **Características da Inserção Ocupacional dos Jovens no Brasil**. Dissertação de Mestrado, Campinas: IE/Unicamp, 2002.

MACAULAY, Fiona. Prisões e a política carcerária. In: **Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo seu papel?**. LIMA, Renato Sérgio de e PAULA Liana de (Org). São Paulo: Ed. Contexto. 2006.

MADEIRA, Felícia. **Violência nas Escolas: quando a vítima é o processo pedagógico**. São Paulo em Perspectiva v.13, n.4. 1999.

_____. A Improvisação na Concepção de Programas Sociais: muitas convicções, poucas constatações: o caso do primeiro emprego. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.18, n. 2. . 78-94, 2004.

MADEIRA F. e RODRIGUES, E. Recado aos Jovens: mais qualificação. In: **Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas**. Brasília, CNPD. 1998.

MAGRO, Viviane Melo de Mendonça. **Meninas do Graffiti: Educação, Adolescência, Identidade e Gênero nas Culturas Juvenis Contemporâneas**. 2003. Tese de Doutorado. FE/Unicamp. Campinas.

MANSO, Bruno Paes. Na São Paulo dividida, rappers viram Al-Jazira da Periferia. **O Estado de São Paulo**. São Paulo: 3 de set. 2006. Cidades/Metrópole, p.6.

MARICATO, Ermínia. Metrópole de São Paulo, entre o arcaico e a pós-modernidade. In: APARECIDA DE SOUZA, Maria Adélia, LINS, Sonia Correia, COSTA SANTOS, Maria do Pilar, COSTA SANTOS, Murilo da (org.). **Metrópole e Globalização – Conhecendo a Cidade de São Paulo**. São Paulo: CEDESP, 1999.

_____. Política Urbana, exclusão social e violência. **Revista Caramelo**, SP: CFAUUSP, n.8, 1995.

_____. Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.14, n. 4, 2000.

_____. Metrópole, Legislação e Desigualdade. **Estudos Avançados**, v.17, n. 48, 2003.

MATTOSO, Jorge. Emprego e concorrência desregulada: incertezas e desafios. In: **Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou Volta ao Passado?**. São Paulo: Scritta, 1996.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. Repensando Algumas Questões sobre o Trabalho Infante Juvenil. *Revista Brasileira de Educação*. n. 19. Jan. 2002.

MISSE. **O que foi que aconteceu?**. (s/d)

<http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/arquivos/viol%c3%Aanciaoquefoiqueaconteceu.pdf>
(consultado em Maio/2006).

MONTALI, Lilia. Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, p.55-71, 2000.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Aliás Debates**: Violência e Segurança. São Paulo, 18 de agosto, 2006.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Educação Básica**: Gestão do Trabalho e da Pobreza. Petrópolis: Vozes, 2000.

PAIXAO, M. P. **Desenvolvimento humano e relações raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PARLDELLAS,S.; LAMBRANHO, L. Governo Lula barra execução de recursos. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, 17 maio 2006.

PEREGRINO, Mônica; CARRANO, Paulo. **Escolas e jovens que se habitam**. In Costa, Adriano et al. (Org) Fundação para o desenvolvimento da Educação.. São Paulo: FDE. n. 32. 2004.

PIMENTEL, Spensy. Hip Hop como utopia. In: ANDRADE, Elaine Nunes de (org.). **Rap e Educação: Rap é Educação**. São Paulo: Summus, 1999.

POCHMANN, M. . **Inserção Ocupacional e o Emprego dos Jovens**. São Paulo: UNICAMP/IE / ABET, 1998. v. 1.

_____. **A Batalha pelo Primeiro Emprego**: As perspectivas e a Situação Atual do Jovem no mercado de trabalho. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

_____. **Educação e trabalho**: como desenvolver uma relação virtuosa? In: Educação e Sociedade, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 383-399, maio/ago. 2004.

_____. Proteção Social na Periferia do Capitalismo: considerações sobre o Brasil. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.18, n. 2. . 3-16, 2004.

_____. Educação Trabalho e Juventude: o dilema brasileiro e a experiência da Prefeitura de São Paulo.
<http://www.cinterfor.org.uy/public/spanish/region/ampro/cinterfor/publ/inclus/pdf/po>

chmann.pdf>. Acesso em mar. 2006

_____. **Diretrizes gerais para política nacional de salário mínimo de caráter abrangente**. Carta Social e do Trabalho, Campinas, v. 1, p. 20-21, 2005

POCHMANN, M. A. BARBOSA, A., PONTE, V., PEREIRA, M.A., ALDRIN, R. (Org.). **Agenda não liberal da inclusão social no Brasil**. Atlas da Exclusão Social no Brasil. Vol. 5. São Paulo: Ed. Cortez. 2004

POTTER, Russell. **Spectacular Vernaculars**: Hip-Hop and the Politics of Postmodernism. New York: SUNY Press, 1995.

PRATES, Daniela M. A sustentabilidade da melhoria das contas externas. In **Política Econômica em Foco**. Boletim n. 5. 2005.

QUADROS, Waldir José. **O desemprego juvenil no Brasil dos anos noventa**. Campinas: Cadernos do CESIT, n. 31, dez. 2001.

_____. **Aspectos da Crise Social no Brasil dos Anos Oitenta e Noventa**. 2003 (a). Tese de Livre Docência. IE/Unicamp. Campinas.

_____. A evolução recente das classes sociais no Brasil. In: **Trabalho, mercado e sociedade**: O Brasil nos anos 90. PRONI, Marcelo W., HENRIQUE, Wilnês (org.). Campinas: Unesp, IE/Unicamp. 2003 (b).

_____. Gênero e Raça na Desigualdade Social Brasileira Recente. São Paulo: **Instituto de Estudos Avançados da USP**, vol.18, n.50, jan-abr. 2004.

RAMOS, Glauco Gumerato. Realidade e perspectivas da assistência jurídica aos necessitados no Brasil. Cadernos Adenauer. Fundação Konrad Adenauer. São Paulo, n.1, 2001.

REVISTA CAROS AMIGOS. Edição Especial. **Hip Hop Hoje**: o grande salto do movimento que fala pela maioria urbana. 2005.

_____. Edição Extra. **PCC**: A história da facção, o perfil de Marcola, o líder, a posição do governo, a vida nos presídios. Ano 10, n. 28, maio 2006.

RIBEIRO, Ana Clara Torres e LOURENÇO, Alice. Marcas do Tempo: Violência e Objetivação da Juventude. In: FRAGA, Paulo César Pontes e IULIANELLI, Jorge Atílio (org.). **Jovens em Tempo Real**. Rio de Janeiro: DP&A. 2003.

ROCHA, Janaína; DOMENICH, Mirella; CASSEANO, Patrícia. **Hip Hop**: A Periferia Grita. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

RODRIGUES, Rute Imanishi. **O Lugar dos Pobres e a Violência na Cidade**: Um Estudo para o Município de São Paulo. ANPEC - Associação Nacional do Centros de Pós-graduação em Economia. 2005.

ROLNIK, Raquel. Exclusão Territorial e Violência. . **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.13, n. 4. 100-111, 1999.

SALES, Mione Apolinário. Juventude Extraviada de Direitos: Uma Crônica das Rebeliões da Febem. In: FRAGA, Paulo César Pontes e IULIANELLI, Jorge Atílio (org.). **Jovens em Tempo Real**. Rio de Janeiro: DP&A. 2003.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Studio Nobel. 6ª ed. 2002.

SAPORI, L. F. e WANDERLEY, C. B.. A relação entre desemprego e violência na sociedade brasileira: entre o mito e a realidade. In: **A violência do cotidiano**. Cadernos Adenauer. São Paulo: Fundação Kinrad Adenauer, p. 42-73. 2001.

SARTI, Cynthia A. As crianças, os jovens e o trabalho. In: Westphal, M. F. (coord.) e Caricari, A.M. e de Camargo, M.T.V.E.F. (org.) **O compromisso da saúde no campo do trabalho infanto-juvenil**: uma proposta de atuação. São Paulo: FSPUSP/ FUNDACENTRO/FINEP, pp. 39-43. 1999.

SCANDIUCCI, Guilherme. Cultura hip hop: um lugar psíquico para a juventude negro-descendente das periferias de São Paulo. **Imaginario**, vol.12, n.12, p.225-249. Jun. 2006.

SHUSTERMAN, Richard. **Vivendo a Arte**: O pensamento pragmatista e a estética popular. Tradução de Gisela Domschke. São Paulo: Ed. 34, 1998.

SILVA, José Carlos Gomes. **Rap na Cidade de São Paulo**: Música, Etnicidade e Experiência Urbana. 1998. Tese de Doutorado. IFCH/Unicamp. Campinas.

_____. Arte e Educação: a experiência do movimento Hip Hop paulistano. In: ANDRADE, Elaine Nunes de (org.). **Rap e Educação: Rap é Educação**. São Paulo: Summus, 1999.

SILVA FILHO, José Vicente da; GALL, Norman. A Polícia – Incentivos Perversos e segurança pública. In: OLIVEIRA, Nilson Vieira (Org.). **Insegurança Pública**: Reflexões sobre a Criminalidade e a Violência Urbana. São Paulo: Editora Alexandria, 2002.

SILVA, Vinícius Gonçalves Bento da e SOARES, Cássia Baldini. As mensagens sobre drogas no rap: como sobreviver na periferia. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 9, n. 4, p.975-985, 2004.

SPOSATO, Karyna Batista; DITTICIO, Mario Henrique; FIGUEIREDO, Isabel; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. **Questões Raciais na Justiça Penal e Segurança Pública**. São Paulo: ILANUD (Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente). 2005.

SPOSITO, M. Trajetórias na Constituição de Políticas de Juventude no Brasil. In: **Políticas Públicas**: Juventude em Pauta. FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (org.). São Paulo: Cortez, Ação Educativa. 2003.

_____. A Instituição escolar e a Violência. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, v. 104, p. 58-75, 1998.

SOARES, Luiz Eduardo. O enigma de Nova York. In: **Insegurança Pública: Reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana**. OLIVEIRA, N. Vieira (org.) São Paulo: Nova Alexandria. 2002.

_____. Segurança pública: presente e futuro. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 56. 2006.

TAKAHASHI, Fábio . País tem repetência maior do que o Camboja. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 26 de Abril de 2006. Caderno Cotidiano, p.1.

TAVARES, M.C., A Economia política do Real. In **O Brasil Pós- Real: A política econômica em debate**. Aloísio Mercadante (org.). Campinas, SP. Unicamp, IE, 1997.

TEDESCO, Juan Carlos. Os Fenômenos de Segregação e Exclusão Social na Sociedade do Conhecimento. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, novembro/ 2002 p. 13-28, novembro. 2002.

TELLA, Marco Aurélio Paz. Rap, memória e identidade. In: ANDRADE, Elaine Nunes de (org.). **Rap e Educação: Rap é Educação**. São Paulo: Summus, 1999.

TOKMAN, Vítor E. Desemprego Juvenil no Cone Sul: causas, conseqüências e políticas. In: TOKMAN, V., CORROCHANO, Maria Carla; GOUVEA, Jorge Luiz. *Desemprego juvenil no Cone Sul: uma análise de década*. São Paulo, Fundação Friedrich Ebert. **Desemprego juvenil no Cone Sul: Uma Análise de Década**. 2003.

TOOP, David. **Rap Attack 3: African Rap to Global Hip Hop**. London: Serpent's Tail. 2000.

TORRES, Haroldo da Gama; MARQUES, Eduardo; FERREIRA, Maria Paula; BITAR, Sandra. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 47, 2003.

VASQUEZ, Daniel Arias; HOFLING, Daniel de Mattos; CAJUEIRO, Juliana Pinto de Moura; MONFREDINI, Maria Isabel. Política econômica e política social no Brasil nos anos 1990: possibilidades, limites e condicionantes. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 2 (23), p. 147-167, jul./dez. 2004.

VÉRAS, Maria Pardini Bicudo. Tempo e Espaço na Metrópole: Breves Reflexões sobre Assincronias Urbanas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.15, n.1, 2001.

_____. Enigmas da gestão da cidade mundial de São Paulo: políticas urbanas entre o local e o global. In: APARECIDA DE SOUZA, Maria Adélia, LINS, Sonia

Correia, COSTA SANTOS, Maria do Pilar, COSTA SANTOS, Murilo da (org.). **Metrópole e Globalização** – Conhecendo a Cidade de São Paulo. São Paulo: CEDESP, 1999.

VIEIRA, Oscar Vilhena. Desigualdades e Limites do Governo das Leis. **São Paulo em Perspectiva**, v.13, n.3, 1999.

VILLAÇA, F. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: APARECIDA DE SOUZA, Maria Adélia, LINS, Sonia Correia, COSTA SANTOS, Maria do Pilar, COSTA SANTOS, Murilo da (org.). **Metrópole e Globalização** – Conhecendo a Cidade de São Paulo. São Paulo: CEDESP, 1999.

WREFORD, Jane. Gestão do Ensino Público em São Paulo. **Braudel Papers** associado à Fundação Armando Álvares Penteado. São Paulo, n. 3, 2003.

ZAGURY, Tânia. **O Professor Refém**: Para Pais e Educadores Entenderem Por Que Fracassa a Educação no Brasil. Rio de Janeiro: Record. 2006.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta**: As Organizações Populares e o Significado da Pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. Para Não Dizer que Não Falei de Samba: Os Enigmas da Violência no Brasil, In: NOVAIS, F.A. (Org.) **A História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da Intimidade Contemporânea**, vol.4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: UFRJ. 1994.

_____. **Da revolta ao crime S. A.** São Paulo: Moderna, 1996

_____. Violência e Mal Estar na Sociedade: Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 13. n.3. Julho/Setembro. 1999.

_____. Oito Temas Para Debate: Violência e Segurança Pública. **Sociologia**, Problemas e Práticas. n. 38, p.19-24. 2002a.

_____. Violência: questão social ou institucional. In: OLIVEIRA, Nilson Vieira (Org.). **Insegurança Pública**: Reflexões sobre a Criminalidade e a Violência Urbana. São Paulo: Editora Alexandria, 2002.

WANDERLEY, C. B., SAPORI, L.F., *A Relação entre Desemprego e Violência na Sociedade Brasileira: entre o Mito e a Realidade*. In Cadernos Adenauer. Fundação Konrad Adenauer. São Paulo, nº 1, 2001.

WASELFISZ, Julio Jacobo; XAVIER, Maria; MACIEL, Maria; BARBOSA, Patrícia Dantas. **Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2003**. UNESCO, 2004, 200p.

_____ e ATHIAS, Gabriela. **Mapa da Violência de São Paulo**. Brasília: UNESCO. 2005.

Páginas da internet

<http://www.contasabertas.uol.com.br>

<http://www.centrodametrópole.com.br>

<http://www.crisp.ufmg.br> (Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública)

<http://www.ibge.gov.br>

<http://www.fazenda.gov.br>

<http://www.realhiphop.com.br>

<http://www.desempregozero.org.br>

<http://www.ilanud.org.br>

<http://www.necvu.ifcs.ufrj.br>

<http://www.mj.gov.br/depen> (Departamento Penitenciário Nacional).

<http://www.seade.gov.br>

<http://www.sap.sp.gov.br>